



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
DOUTORADO INTERINSTITUCIONAL – DINTER

MAYANE BENTO SILVA

COLONIALISMO E COLONIALIDADE NO BRASIL E NA AMAZÔNIA PARAENSE

Brasília/DF

31 de maio de 2019

MAYANE BENTO SILVA

COLONIALISMO E COLONIALIDADE NO BRASIL E NA AMAZÔNIA PARAENSE

Tese apresentada como requisito para título de Doutora em Relações Internacionais pelo Programa interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pará/Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Jatobá

Brasília/DF

31 de maio de 2019

MAYANE BENTO SILVA

COLONIALISMO E COLONIALIDADE NO BRASIL E NA AMAZÔNIA PARAENSE

Tese apresentada como requisito para título de Doutora em Relações Internacionais pelo Programa interinstitucional de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Pará/Universidade de Brasília.
Orientador: Dr. Daniel Jatobá

Data de aprovação:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França (IREL/UnB) - Orientador

Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes (IREL/UnB)

Prof. Dr. Mario Miguel Amin G. Herreros (NAEA/UFPA)

Profa. Dra. Ana Tereza Reis da Silva (FE/UnB)

Profa. Dra. Cristina Y. A. Inoue - Suplente

Data de aprovação: __/__/__

**Para Mario Miguel Amin García
Herreros.**

Com gratidão, admiração e respeito.

AGRADECIMENTOS

Ao coordenador e professor do programa de Doutorado interinstitucional da Universidade de Brasília, Prof. Alcides Costa Vaz, à coordenadora operacional Prof^a. Maria Dolores Lima da Silva e a Francisco Araujo na Universidade Federal do Pará, agradeço a oportunidade e suporte oferecidos para que o Pará lograsse dispor de especialistas em relações internacionais.

Agradeço também a todos os docentes que envidaram os esforços de lecionar as disciplinas deste doutoramento, em especial, Prof^a Cristina Inoue, Prof^a. Danielly S. Ramos, Prof^a. Maria Helena Castro Santos, Prof^a Ana Flávia G. e Barros, Prof. Roberto Goulart Menezes, Prof. Rodrigo Pires, Prof. Thiago Gehre e Prof. Fidel Pérez Flores.

Agradeço também aos professores Durbens Nascimento e Alberto Teixeira pelo entusiasmo e apoio a iniciativa do Dinter, além do envolvimento na seleção e avaliação dos projetos de doutorado.

Ao meu prezado orientador Prof. Daniel Jatobá, gostaria de manifestar minha admiração e gratidão pelas disciplinas ministradas, pela recepção e acompanhamento em meu estágio docente supervisionado em Brasília e pelos conhecimentos transmitidos. Das experiências que tive, levo comigo o exemplo do seu potencial transformador derivado da dedicação séria e apaixonada pela docência.

Agradeço também as orientações do Prof. Roberto Menezes que além de nortear esta pesquisa, me inspiram pela luta diária contra o obscurantismo dos nossos tempos. A Professora e conterrânea Ana Tereza Reis da Silva, com quem tive a oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre a literatura pós-colonial, obrigada por instigar reflexões e questionar minhas certezas incipientes e espúrias.

Aos colegas de turma do doutorado que sempre primaram pela caminhada conjunta e que fizeram destes quatro anos um desafio compartilhado. Dentre as amigadas em Brasília, agradeço a Lidiane Taverny Sales e Elina Zavask pelo exemplo de resistência e pelos debates enriquecedores.

Aos meus pais, Antonieta Bento Silva e Francisco das Chagas da Silva, e aos meus avós, Adinalva e Gildazio Onofre, minha gratidão pelo afeto e incentivo. A todos os meus irmãos e amigos, especialmente Ubiracy Nogueira, Petra Marron, Marília Berredo e Yasmin Lima pelo companheirismo de todas as horas.

RESUMO

O propósito desta tese é compreender a lógica econômica e política da exploração socionatural da Amazônia no contexto da modernidade/colonialidade capitalista. Como subunidade do território brasileiro, e parte da região amazônica, o estado do Pará foi selecionado para um estudo de caso simples pelo critério de *typical case*, obedecendo ao conceito de caso longitudinal, cujo recorte temporal dá ênfase ao período de 1964 a 2018, e também, como caso revelador das dinâmicas de colonialidade que se perpetuam na Amazônia brasileira. O estudo foi executado com uso de fontes secundárias, referenciado na abordagem crítica das ciências sociais e nos estudos do grupo modernidade/colonialidade. O teste da hipótese foi executado mediante análise hipotético-dedutiva, que partiu da investigação das transformações da totalidade histórica capitalista, seus efeitos sobre o Estado Brasileiro e no caráter da relação do mesmo com a Amazônia paraense. Entre os principais resultados identificou-se que no período analisado o Estado brasileiro atuou no sentido de ampliar a relação de exploração do capitalismo sobre a Amazônia paraense, e dentre seus principais efeitos, está a consolidação de elites locais, também comprometidas com a perpetuação das dinâmicas de exploração socioeconômica, política e dos recursos naturais do Estado. As principais conclusões dessa pesquisa reforçam o caráter determinante da exploração do modelo de mercado capitalista e permitem definir os termos da relação do Estado brasileiro com a Amazônia paraense como uma relação de colonialidade interna, vinculada à colonialidade neoliberal transnacional.

Palavras-Chave: Amazônia paraense. Brasil. Capitalismo. Colonialidade. Neoliberalismo.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to understand the economic and political logic of Amazonian social and natural exploitation in the context of the capitalist modernity/coloniality. As a subunit of the Brazilian territory, and part of the Amazon region, the state of Pará was selected for a typical case study, obeying the concept of a longitudinal case, with a temporal cut from 1964 to 2018, and as a revealing case for the dynamics of colonization perpetuated in the Brazilian Amazon. The study was carried out using secondary sources, referenced in the critical approach of the social sciences and in the studies of the modernity/coloniality group. The test of the hypothesis was carried out through hypothetical-deductive analysis, starting from the investigation of the transformations of the capitalist historical totality, its effects on the Brazilian State and the character of the relation of the same with the Amazon Pará. Among the main results, it was identified that in the analyzed period the Brazilian State acted to expand the relation of exploitation of capitalism on the Amazon of Pará, and among its main effects, there is the consolidation of local elites, also committed to the perpetuation of the dynamics of socioeconomic, political and natural resources exploitation of the State. The main conclusions of this research reinforce the determinant character of the exploration of the capitalist market model and allow to define the terms of the relationship between the Brazilian State and the Paraense Amazon as a relation of internal coloniality, linked to transnational neoliberal coloniality.

Key words: Paraense Amazon. Brazil. Capitalism. Coloniality. Neoliberalism.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Projeto Amazônia Oriental.....	134
Mapa 2 – Terras em posse de estrangeiros no ano de 2003 na Amazônia Legal ..	155
Mapa 3 – Mesorregiões do Estado do Pará	189
Mapa 4 – Arco do desflorestamento na Amazônia brasileira.....	197
Mapa 5 – As rotas da escravidão no Brasil	198
Mapa 6 – Fonte Hídrica – Geração de Energia, Região Norte	202
Mapa 7 – Mapa de terras em posse de estrangeiros na Amazônia Legal, 2014	204

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de salário mínimo real, 1960-1977 (1964=100)	93
Gráfico 2 – Analfabetos, por sexo e cor, 1982	98
Gráfico 3 – Resultado da balança comercial em comparação a elevação dos juros da dívida externa brasileira, 1963-1986 (em milhões de US\$)	100
Gráfico 4 – Variação do produto interno bruto (PIB), 1963-1986	101
Gráfico 5 – Endividamento externo do Brasil, 1963-1986 (em bilhões de US\$).....	102
Gráfico 6 – Inflação anual preços ao consumidor no final do período (%) – Brasil, 1981–1987	142
Gráfico 7 – Desflorestamento acumulado no estado do Pará (1991-2002)	148
Gráfico 8 – Evolução do rebanho bovino nos principais municípios paraenses (1996-2003).....	150
Gráfico 9 – Trabalho escravo no Brasil (comparativo 1991-1995) / Casos Registrados no Brasil (1995-2002).....	153
Gráfico 10 – Trabalhadores Escravos e sua localização no Estado do Pará (1995-2002).....	154
Gráfico 11 – Dívida bruta do governo geral em % do PIB	171
Gráfico 12 – Coeficiente de GINI, Brasil 2002-2014	173
Gráfico 13 – Taxas estimadas de desflorestamento bruto anual (%) no Pará (1991-2015).....	176
Gráfico 14 – Rendimento mensal médio das pessoas no Pará (R\$)	194
Gráfico 15 – População economicamente ativa, por sexo, no Pará.....	195
Gráfico 16 – Redução do trabalho infantil no Brasil.....	196
Gráfico 17 – Crianças alfabetizadas no Pará	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da Produção dos principais produtos eletrointensivos 1973/1987	139
Tabela 2 – Dados gerais das indústrias extrativas e de transformação segundo classes e gêneros de indústria no Pará de 1966 a 1995.....	146
Tabela 3 – Taxa de crescimento anual da <i>renda per capita</i> dos p% mais pobres e classificação das capitais estaduais de acordo com a qualidade do crescimento econômico (1991-2000)	149
Tabela 4 – Acordos estratégicos interempresariais	184
Tabela 5 – Composição e conexão da elite governamental no Pará (1983-2014)..	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de inteligência
Adela	Atlantic Community Development Group for Latin America
ADEP	Ação Democrática Popular
ADP	Ação Democrática Parlamentar
AI	Ato Institucional
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BASA	Banco da Amazônia
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
BGLA	<i>Business Group for Latin American</i>
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CACB	Confederação das Associações Comerciais do Brasil
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBR	Confederação Brasileira Rural
CED	Committe for Economic Development
CED	<i>Committee for Economic Development</i>
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CFR	Concil on Foreign Relations
CFR	<i>Concil on Foreign Relations</i>
CIA	Central Intelligence Agency
CIAR	Center for Inter-American Relations
Cicyp	Conselho Interamericano de Comercio e Produções
CLA	Council for Latin America
CNBB	Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conclap	Conselho Superior das Classes Produtoras
Consultec	Consultec - Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRUTAC	Centro Rural Universitário de Tratamento e Ação Comunitária

Cicyp	Conselho interamericano de Comercio e Produções
Cruzada ABC	Cruzada da Ação Básica Cristã
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
Embratel	Empresa Brasileira de Telecomunicações
EME	Estado Maior do Exército
EPB	Estudo dos Problemas Brasileiros
ESAO	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FED	Federal Reserve Board
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
Funai	Fundação Nacional do Índio
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
GR	Guerra Revolucionária
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará
IEFS	Instituições Federais de Ensino Superior
IFC	International Finance Corporation
IIPND	2o Plano Nacional de Desenvolvimento
Imazon	Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipam	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPMs	Inquéritos Policiais Militares
IPND	1º Plano Nacional de Desenvolvimento
IRPF	Imposto de Renda Pessoa Física
ISA	Instituto Socioambiental
Iterpa	Instituto de Terras do Pará
JK	Juscelino Kubistchek
LBA	Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in the Amazon
LDB	Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional
LIBOR	<i>London Interbank Offered Rate</i>
MAC	Movimento Anticomunista
MAC	Movimento Anticomunista
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MEAF	Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários
Mirad	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPF	Ministério Público Federal
MPSTA	Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica
MRN	Mineração Rio do Norte
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONA	Objetivos Nacionais Atuais
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONP	Objetivos Nacionais Permanentes
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSBP	Organização Social e Política Brasileira
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAD	Projetos de Assentamento Dirigido

PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Planos de Desenvolvimento da Amazônia
PDS	Partido Democrático Social
PED	Programa Econômico e Diretrizes Básicas do Governo
PEP	Political and Economic Planning
PGC	Projeto Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projetos Integrados de Colonização
PIN	Programa de Integração Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
Pnuma	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
Polamazônia	Programa de Polos Agropecuários e Agro Minerais da Amazônia
PPPG-7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROBEM	Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica
PROBEM	Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica
Protterra	Programa de distribuição de terras
PRP	Partido Republicano Progressista
PRRA	Plano Nacional de Reforma Agrária do Pará
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RENAP	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
RESEX	Reserva Extrativista
SAGRI	A Secretaria de Agricultura do Pará
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SIBRA	Eletro siderúrgica brasileira S/A
Sipam	Sistema de Proteção da Amazônia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia

SNI	Serviço Nacional de Informação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SPI	Sistema de Proteção do Índio
SPVA	Superintendência de Valorização da Amazônia
Sudam	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
UFPa	Universidade federal do Pará
UnB	Universidade de Brasília
UND	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
USS	United States Steel
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VTN	Valor da Terra Nua

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	22
2.1	Estudos pós-coloniais e o giro decolonial na América Latina	22
2.2	A Colonialidade Neoliberal Transnacional	37
2.3	Revisão de literatura sobre o Brasil e a Amazônia paraense na economia política da colonialidade	45
2.4	Metodologia de Pesquisa	68
3	A COLONIALIDADE NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)	71
3.1	O controle da autoridade no Brasil	73
3.2	O controle da economia brasileira	80
3.3	O controle do conhecimento e educação para o mercado no Brasil	94
3.4	A consolidação da desestabilização planejada	99
3.5	A transição à nova república brasileira	104
4	COLONIALISMO INTERNO NA AMAZÔNIA PARAENSE DURANTE O REGIME EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)	109
4.1	O controle da autoridade no Pará (1964-1985)	110
4.2	Políticas e principais projetos de colonização da Amazônia paraense (1964-1985)	121
4.3	Violência, degradação ambiental e desigualdade social: heranças do colonialismo interno no Pará (1985-2003)	140
5	A COLONIALIDADE NEOLIBERAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA PARAENSE NO SÉCULO XXI	161
5.1	A economia política da colonialidade neoliberal no Brasil	164
5.2	A colonialidade neoliberal na Amazônia paraense	181
5.2.1	<i>A perpetuação do controle da autoridade na Amazônia paraense</i>	185
5.2.2	<i>O controle da economia e da natureza na Amazônia paraense</i>	193
5.3	(RE)Existir na Amazônia paraense: reflexões e debates	206
6	CONCLUSÕES	213
	REFERÊNCIAS	222

1 INTRODUÇÃO

Privilegiados e desprivilegiados, elite e subalternizados, sempre existiram e haverão de existir. Em meio ao cotidiano paraense existem aqueles que acreditam que a vida sempre foi assim. Esta, pode ser uma visão determinista, no entanto, a proximidade diária com ela é justamente o que me leva a questionar quem são os principais responsáveis por essa perpetuação? Quem são esses privilegiados? Em que se fundamenta as relações de poder, de exploração e negligência com a população local? Quem lucra com isso e para onde vai o dinheiro?

Para o esclarecimento das leitoras e leitores desta tese, gostaria de iniciar apresentando o local de quem vos escreve. Como Mulher, amazônida, paraense, interiorana, miscigenada, homoafetiva e que atua na academia, situo-me como parte constituinte da modernidade/colonialidade, mais especificamente de um local que pela história de subalternização, é muitas vezes visto como periférico. Porém, pelo caráter estratégico dos recursos que possui e do conhecimento que desenvolve, a partir das populações locais, posiciona-se no centro da dinâmica capitalista moderna, sujeito a múltiplas formas de exploração.

Filha de migrantes nordestinos que chegaram ao Pará em meio ao fluxo migratório dos anos 1970, a inquietação frente ao tema proposto deriva da vivência, desde a infância, com duas lógicas paradoxais: do lado paterno, a atuação conciliatória nas lutas sindicais em prol dos peões trabalhadores madeireiros na cidade de Tailândia, no nordeste do Pará, acompanhada de uma educação rígida, hierárquica e patriarcal e; do lado materno a defesa da lógica de produção das Serrarias-Madeireiras paraenses, acompanhada de uma luta de superação das imposições de uma sociedade patriarcal sobre a mulher que decide através do estudo e do empreendedorismo buscar autonomia financeira, o que no entanto, não a levou a deixar de reproduzir as lógicas patriarcal e religiosa, que a conformaram.

Essa convivência com personagens distintos, mas cujas concepções coexistiam, representa sem dúvida, meu primeiro contato com as complexidades, antagonismos e ambivalências da modernidade/colonialidade.

Como integrante de uma família de ascendência africana e que migrou do Estado da Bahia, convivi com a violência epistêmica que logra reproduzir o discurso racista e inferiorizante. Foram necessários alguns anos para compreender que

vivenciei ainda no núcleo familiar, o compartilhamento intersubjetivo de valorização da estética eurocêntrica, assim como as condições distintas de incentivos, oportunidades e acessibilidades derivadas, essencialmente, da diferença da cor da pele entre meus irmãos e eu. Inicialmente esse caráter diferencial se manifestava em frases feitas e piadas que inferiorizavam e animalizavam a pessoa negra, como algo natural. Certa vez, e aqui permito-me narrar um evento simbólico, quando meu irmão foi impedido de entrar em um estabelecimento recreativo, sob a alegação de inadequada vestimenta, por estar usando sandálias, enquanto eu, apesar de também usá-las, não passei por qualquer constrangimento, deparei-me ali com o que é explicado pela categoria colonialidade do ser.

Dentre as experiências com a discriminação pela raça, das lutas de classe que observei curiosamente em casa, nenhuma destas me acompanhou tão proximamente quanto as questões de gênero. Hoje entendo que as lutas transversalizam-se. Mas acredito ter notado desde cedo que as limitações que me eram impostas, pelo simples fato de apresentar uma especificidade biológica, estender-se-iam, da infância à vida adulta, desde os locais em que poderia frequentar, a que horas, como deveria me portar, como deveria falar e o que poderia almejar.

Certamente, em muitos momentos, a força das mulheres da minha família foi uma tabua de salvação, mas nem mesmo algumas delas escondeu que, após me “consolidar na carreira”, talvez seria a hora de buscar um casamento financeiramente bem-sucedido. No entanto, a homoafetividade apresentou-se como uma frustração a esses planos alheios.

A linha tênue entre a frustração e a homofobia foi tonando-se cada vez menos nítida quando, ainda no seio familiar a religião me foi proposta como cura, ou quando alguns familiares sugeriram que, talvez, uma vida pública heteroafetiva fosse mais conveniente para minha aceitação como membro no núcleo familiar.

O desacato a todos esses desejos me impôs a experiência de ruptura familiar. E no contexto dessa ruptura, a completa ausência de apoio para os desafios que se apresentariam ao longo da vida. Por alguns anos pensei que isso derivasse da lógica patriarcal e provinciana que ainda permeia a vida interiorana, mas logo me despi dessa perspectiva, na medida que a convivência com amigos e alunos me demonstravam empiricamente que a homofobia, assim como a luta de classes e o racismo, coadunam-se em uma estrutura que permeia a sociedade em que vivo.

Em face dessas experiências, a linha de pesquisa em política e governança ambiental global assume dupla relevância. Um aprofundamento no debate sobre os desafios da conservação ambiental e dos esforços de racionalização do uso dos recursos naturais, assim como a possibilidade de uma análise crítica, que compreenda tanto a importância geoestratégica dos recursos naturais e da socio natureza Amazônica, como sua relação com o tema dessa investigação: coalizões e estratificações regionais.

Por sua vez, a seleção do estado do Pará, dentre outros que conformam a Amazônia legal, justifica-se pela centralidade do estado na região amazônica, por sua dimensão territorial intermediária - maior que o Acre e menor que o Amazonas - e por estar integralmente constituído pelo bioma amazônico - o que não ocorre com os estados do Maranhão e Mato Grosso.

No mais, o agir e o pensar local, sem fechar-se às influências externas apresenta-se como um desafio para compreensão das dinâmicas amazônicas. E por sua vez, analisar o estado do Pará é, estudar uma significativa amostra desse território, que em termos de importância social, ambiental e geopolítica tem gerado interesses em diversas regiões no mundo, mas que, frente as limitações de controle de variáveis em uma região tão ampla e com dinâmicas diversas, demanda um recorte analítico. Neste contexto a pergunta-problema que norteia essa tese parte da seguinte indagação: em que medida o mercado capitalista e o Estado brasileiro foram determinantes para a reprodução da exploração socionatural do estado do Pará, escolhido como caso típico da região amazônica?

Com base no método hipotético-dedutivo (MARCONI; LAKATOS, 2003) e nas categorias de análise da literatura decolonial, este estudo propõe a análise de falseabilidade de duas hipóteses, central e secundária.

A hipótese central propõe que: o mercado capitalista com seu arcabouço técnico e material atua como variável determinante e o Estado nacional, com seu monopólio da violência e poder disciplinador, como variável moderadora, da exploração no estado Pará, variável dependente, que assim caracteriza-se pela relação de colonialismo interno vinculado à colonialidade capitalista e moderna internacional. As 'elites políticas e econômicas locais' no estado do Pará, atuam como variáveis intervenientes cujo efeito está em ampliar a relação da Variável Independente e Variável Dependente.

Diante de tais premissas, avança-se no sentido de que, os conflitos locais, a desigualdade social e a degradação ambiental são elementos que evidenciam a relação de colonialismo interno que se firmou entre o Brasil e a Amazônia paraense a partir do fim do sistema colonial no século XIX. E foi no espaço histórico do regime ditatorial empresarial-militar (1964-1985) que a colonização, dominação e subalternização foi consolidada, no sentido da ocupação e exploração do território, mediante as políticas de colonização da fronteira amazônica. As elites econômicas e as elites políticas duradouras locais atuaram como variáveis intervenientes desse processo de exploração, e com o fim do regime empresarial-militar perpetuaram-se no poder qualificando a relação do Brasil com a Amazônia como uma relação de colonialidade interna, vinculada a colonialidade capitalista e moderna global.

Esclarecidos tais pontos, a hipótese secundária propõe que: o fim do colonialismo interno não implicou na emancipação ou autonomia da Amazônia, mas sim, sua integração à economia nacional conformada por uma relação de colonialidade interna diretamente vinculada à colonialidade moderna do capitalismo neoliberal.

Para tanto, a avaliação da pertinência, ou não, dessas hipóteses, foi executada mediante o estabelecimento de três objetivos. Primeiramente, analisar a posição do Brasil e da Amazônia nas relações de poder ao longo das transformações do capitalismo histórico, partindo do capitalismo colonial ao neoliberal. Em seguida, descrever e qualificar a relação do Estado Brasileiro com a Amazônia paraense com ênfase na atuação das elites orgânicas locais e nacionais. nas fases do regime empresarial-militar (1964-1985) e no regime democrático (1985-2015). Para então explicar a forma como capitalismo e Estado (re)produzem as dinâmicas de exploração da/na Amazônia paraense, vinculando-a às relações de poder do capitalismo neoliberal.

Alcançados esses três objetivos específicos, o propósito geral dessa investigação é compreender a relação do capitalismo e do Estado com a (re)produção da exploração sacionatural da Amazônia paraense com ênfase no regime empresarial-militar e nos desdobramentos do regime democrático subsequente no Brasil.

Estruturalmente os resultados dessa pesquisa apresentam-se em cinco seções. No primeiro capítulo dedico-me a expor os fundamentos teórico-

metodológicos, que além de servirem como lente para compreensão e sintetização da realidade, estendem-se pela via da revisão da literatura acerca do que achei pertinente denominar de economia política da colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense. Apresento também os argumentos fundamentais de uma colonialidade neoliberal, regatados no capítulo quatro. E por fim, os métodos, técnicas e classificações que norteiam a tratativa dos dados.

No segundo capítulo me dedico a exploração descritiva-analítica dos dados políticos e econômicos do regime autoritário empresarial-militar que vigorou formalmente no Brasil de 1964 a 1985, mas mudou efetivamente para a nova república somente em 1988/89 com a nova Constituição Federal e a retomada das eleições diretas, após 21 anos de suspensão. Esse capítulo visa demonstrar quão crucial o regime foi para a consolidação do bloco de poder da elite orgânica dominante, ou, como estadistas e capitalistas conciliaram ações para um projeto de desestabilização do Brasil, que logrou perdurar ainda que com o fim do regime.

No terceiro capítulo, também descritivo-analítico, escrevo sobre as principais políticas e projetos, que durante o regime empresarial-militar, foram determinantes para a efetivação do colonialismo interno na Amazônia paraense. Ao final deste mesmo capítulo, destaco como a violência, a degradação ambiental e a desigualdade social conformam a herança imediata do projeto de desestabilização da elite orgânica empresarial-militar. Para tanto, busco fazer uma análise macropolítica, que examina desde os mecanismos de condicionamento dos países periféricos pela dívida externa à integração da Amazônia paraense à dinâmica de exploração que sai de um colonialismo interno e insere-se na colonialidade neoliberal transnacional, sem desarticular as elites locais que atuam no sentido de manter a colonialidade interna na Amazônia.

A quarta seção aborda diretamente os aspectos que conformam a colonialidade neoliberal transnacional, visando interpretar sua relação com a dinâmica da colonialidade interna na Amazônia paraense. Retomo as perspectivas da Teoria Crítica como fundamento explicativo da (re)produção das dinâmicas de exploração, que servem a tríade hegemônica ocidental com a finalidade de subalternizar e controlar a autoridade, a economia e a natureza no Brasil e na Amazônia, mas que a nível local e nacional, principalmente a partir da guinada à esquerda na América Latina, tiveram, e certamente terão, que lidar com a crescente articulação das

resistências sociais.

Nas considerações finais faço uma retomada dos resultados mais relevantes, da pertinência destes dados para a falseabilidade das hipóteses propostas, bem como das limitações que precisam ser parametrizadas e as oportunidades que o debruçar acadêmico e a práxis decolonial oferecem em face do que foi alcançado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta seção dedica-se a análise da posição do Brasil e da Amazônia nas relações de poder ao longo das transformações do capitalismo histórico, partindo do capitalismo colonial. Para tanto, são apresentadas as fundamentações teórico-metodológicas e a revisão da literatura acerca da economia política da colonialidade no Brasil e na Amazônia paraense. Apresento também os argumentos fundamentais da colonialidade neoliberal. E por fim, os métodos, técnicas e classificações que norteiam a tratativa dos dados nessa pesquisa.

2.1 Estudos pós-coloniais e o giro decolonial na América Latina

Em meio às tantas escolas orientadas pelo “pós”, o pós-colonialismo apresenta relevantes distinções, mas também, algumas semelhanças com as perspectivas pós-estruturais e pós-modernas. Dentre estas, uma abordagem pós-positivista, disposta à desconstrução dos essencialismos identitários e seu caráter social, que envolve estudos que perpassam a antropologia, história, cultura, geografia, ciência política, os estudos do desenvolvimento e outros (BELLESTRIN, 2013; JATOBÁ, 2013). Compreende-se que o pós-colonialismo é efetivamente uma abordagem multidisciplinar.

Sistematizado principalmente a partir dos anos 70, do termo pós-colonial depreendem dois principais entendimentos. Primeiramente remete ao período histórico posterior à colonização – a descolonização de 4/5 do mundo, ocorrida nos séculos XIX e XX– e que não representa uma ruptura total com o período colonial, o que se identifica na sociabilidade discriminatória que permeia o mundo descolonizado (BELLESTRIN, 2013). Uma segunda interpretação do termo associa-o a um conjunto de contribuições teóricas, oriundas sobretudo, de estudos literários e culturais, os quais buscarei mencionar brevemente.

A proposta de genealogia do pós-colonialismo apresentada por Bellestrin (2013) e Leda (2015) afirma que pensadores pós-coloniais podem ser encontrados antes mesmo da institucionalização da escola de pensamento, como Mahatma Ghandi (1869-1948) e os desconstrutivistas que propunham uma leitura alternativa da história, com base no peso das relações coloniais nas formas de dominação da modernidade.

Existe, ainda, um substancial consenso do que pode ser considerado clássico

na literatura pós-colonial, principalmente em função do desenvolvimento simultâneo das obras da ‘tríade francesa’¹, com Frantz Fanon (1925-1961), Aimé Césaire (1913-2008) e Albert Memmi (1920-), os dois primeiros nascidos na Martinica e o último na Tunísia. Acrescenta-se a eles críticos, como Edward Said de origem palestina, o indiano Homi Bhabha, o jamaicano Stuart Hall e o inglês Paul Gilroy, que juntos contribuíram para uma significativa mudança epistemológica nas ciências sociais².

Outra corrente de estudos pós-coloniais surgiu sob a liderança de Ranajit Guha, que formou na década de 1970 o Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos. O termo subalterno foi tomado emprestado de Antônio Gramsci em referência aos grupos historicamente impedidos pelas classes dominantes de constituírem uma unificação duradoura. Fiéis ao termo, o objetivo deste grupo foi “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (GROSFÓGUEL, 2008, p. 116). A popularidade do grupo fora da Índia deve-se a autores como: Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak³.

Inspirados no Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos surgiu em 1992 o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, que publicou em 1993, pela Duke University Press e reimprimiu em espanhol em 1998, o ‘*Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*’. Como apresentou Castro-Gómez e Mendieta:

¹ Estes autores, mais Gayatri Spivak, foram notórios contestadores do binarismo que apõe identidades essencializadas e propuseram alternativa interpretativa para às concepções usadas para legitimar a ação colonizadora sob argumento dual da superioridade-inferioridade, racionalidade-irracionalidade, humanidade-selvageria do colonizador face ao colonizado. Césaire (2001) – mas também Fanon ainda em 1961 – propõe reinterpretação desse binarismo ao explica o efeito boomerang da colonização, posto que, a interação colonial não apenas transforma os personagens colonizador e colonizado, como também e principalmente, expõe uma relação animalesca de dominação, fundada por identidades não plenas, impossibilitadas de constituírem-se binariamente. O colonizador, ao ver o outro homem como animal degenerando, ao tê-lo e transformá-lo, desenvolve com ele uma relação animalesca de exploração que também o constitui e desconstrói seu próprio discurso-alegação de civilizador.

² Os livros Retrato do colonizador e Retrato do colonizado (1947), de Albert Memmi; O livro Discurso sobre o colonialismo (1950), de Aimé Césaire; Os condenados da terra (1961), de Franz Fanon e; Orientalismo (1978) de Edward Said.

³ Em 1985 Spivak publicou o artigo can the subaltern speak? Tornando-se um cânone pós-colonial ao agregar insights do pós-estruturalismo, feminismo e marxismo, fazendo uma profunda crítica a intelectuais ocidentais como Deleuze e Foucault e uma autocrítica relativa aos estudos subalternos. Spivak chamou atenção para a ausência dos estudos de gênero nesta corrente e criticou aqueles que pretendiam falar em nome dos subalternos e acabavam por criar imbricado discurso hegemônico, constituindo mais um ‘outro’ (BALLESTRIN, 2013; BONNICI, 1998). “Um dos objetivos de Spivak é chamar atenção para criação de condições que permitam às novas formas de alteridade serem ouvidas” (JATOBÁ, 2013, p. 122).

El trabajo del Grupo de Estudios Subalternos, una organización interdisciplinaria de intelectuales sudasiáticos dirigida por Ranajit Guha, nos ha inspirado a fundar un proyecto similar dedicado al estudio del subalterno en América Latina. El actual dismantelamiento de los regímenes autoritarios en Latinoamérica, el final del comunismo y el consecuente desplazamiento de los proyectos revolucionarios, los procesos de redemocratización, las nuevas dinámicas creadas por el efecto de los *mass media* y el nuevo orden económico transnacional: todos estos son procesos que invitan a buscar nuevas formas de pensar y de actuar políticamente. A su vez, la redefinición de las esferas política y cultural en América Latina durante los años recientes ha llevado a varios intelectuales de la región a revisar algunas epistemologías previamente establecidas en las ciencias sociales y las humanidades. La tendencia general hacia la democratización otorga prioridad a una reconceptualización del pluralismo y de las condiciones de subalternidad al interior de sociedades plurales (CASTRO-GÓMEZ; MENDIETA, 1998, p. 70).

A revisão de epistemologia anunciada acima relaciona-se ao fato de que na América Latina, nosso colonizador imediato não foi, em grande medida, a Europa saxônica, logo nossas relações coloniais apresentam características singulares e o subalterno latino-americano precisava enunciar-se com base em tais elementos. Neste sentido, ecoam as ressalvas de Mignolo (2007) quanto a simples transferência dos elementos teóricos pós-coloniais indianos para análise do caso latino-americano. Era preciso buscar um *lôcus* de enunciação crítico ao ocidentalismo, que partisse da América Latina, face a sua condição fundacional da modernidade, sob a violência do colonialismo Ibérico, sucedida pelo imperialismo inglês e pela hegemonia estadunidense.

Em 1998, na universidade de Duke, ocorreu o congresso que permitiu um diálogo entre os Grupos Asiático e latino-americano, todavia esta foi a última vez que os membros do Grupo Latino-Americano viriam a se reunir, dadas as divergências, essencialmente epistemológicas, entre seus integrantes que viviam em maioria nos Estados Unidos. Grosfóguel (2008) explica que:

Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados) (Mignolo, 2000: 183-186, 213-214). Para todos nós que tomámos o partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais (GROSFÓGUEL, 2008, p. 116).

O giro decolonial, que deu início ao grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)

surgiu, então, da oposição dos *decoloniais* que visavam fazer uma crítica ao eurocentrismo a partir dos saberes subalternos, e aos pós-modernos que se pautavam em uma crítica eurocêntrica do eurocentrismo. A crítica se estendeu também aos Estudos Subalternos Sul-Asiático, que junto a alguns Latino-Americanos, privilegiavam autores como Foucault, Derrida e Gramsci. Grosfóguel (2008) insiste que esta não é uma crítica anti-europeia, mas para aqueles que tomaram parte da crítica decolonial, assumiu-se a necessidade de descolonizar tanto os estudos subalternos como os estudos pós-coloniais, através “de uma perspectiva que é crítica em relação ao nacionalismo, ao colonialismo e aos fundamentalismos, quer eurocêntricos, quer do Terceiro Mundo” (GROSFÓGUEL, 2008, p. 117).

A crítica de Mignolo foi basilar para a fundação do coletivo M/C, que, todavia, não contou com a migração de parte dos componentes do grupo precedente. Entre os que aderiram ao grupo M/C⁴, muitos carregavam a bagagem de linhas de pensamento próprias como a filosofia da libertação de Enrique Dussel, a teoria da dependência de Aníbal Quijano e a teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein que acabaram por influenciar a linha de pensamento do grupo sem impedir a constituição de identidades, conceitos e vocábulos próprios. Por visar conferir a América Latina uma análise própria, o grupo M/C é de importância central para esta análise, que, todavia, não pretende negligenciar as terminologias e análises das demais correntes pós-coloniais, apenas priorizar os conceitos decoloniais dada sua pertinência para a interpretação da América Latina.

Cabe inserir ainda nestes apontamentos que esse debate sobre a constituição e variações dos estudos pós-coloniais, embora tenha alcançado diversas áreas das ciências humanas e sociais, passou, por muito tempo, ao largo das Relações Internacionais, principalmente no Brasil, como lembra Jatobá (2013, p. 124) ao afirmar que “além de ser relativamente recente na disciplina, ainda é uma abordagem marginal, como indica sua ausência quase completa na maioria dos livros-texto de teoria das RI”.

Duas razões fundamentais são levantadas por Elíbio Júnior e Almeida (2013) para esta falta de diálogo entre o pós-colonial e as teorias das Relações

⁴ Edgardo Lander, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Fernando Coronil. Ramon Grosfóguel, Agustín Lao-Montes Santiago Castro-Gómez, Oscar Guardiola, Zulma Palermo, Freya Schiwy, Catherine Walsh, Nelson Maldonado-Torres, José David Saldívar, Lewis Gordon, Boaventura de Sousa Santos e tantos outros não menos importantes (BELLESTRIN, 2013).

Internacionais: a primeira, ressalta o desafio pós-colonial de transcender os chamados estudos culturais e articular-se com os estudos de economia política, elaborando uma crítica ao capitalismo global; a segunda, compreende a característica protecionista e conservadora do *establishment* teórico do campo das Relações Internacionais, notadamente uma ciência de origem eurocêntrica que observa as demais sociedades mais como objeto de estudos que fonte de conhecimento. Os estudos pós-coloniais assumem, portanto, um caráter político e epistêmico subversivo frente aos pressupostos centrais das relações internacionais.

Nos termos do M/C, a guinada epistemológica é em si, parte dessa marcha decolonial, qual seja, a decolonização intelectual necessária a decolonização política e econômica (MIGNOLO, 2003). De tal modo que se opõe a perspectiva eurocêntrica, compreendendo-a como “o ponto de vista que se representa como não tendo um ponto de vista” (GROSFÓGUEL, 2008, p.120). Esse *ego não situado*, decorre de uma geopolítica, ou corpo-política, do conhecimento, na medida em que dissemina-se como objetivo, racional, universal e verdadeiro, e que tem como principal resultado a violência epistêmica e da alteridade, que pode levar “sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes” (GROSFÓGUEL, 2008, p.119).

Essa perspectiva eurocêntrica do mundo ancora-se em três elementos principais: primeiramente (i) àquela narrativa unilinear, forma de contar a história da evolução da Europa rumo à modernidade, que tem como pontos-chave, a partida da Grécia, o Renascimento, Reforma Protestante, Iluminismo, a Revolução Francesa e as Revoluções Industriais, atribuídos exclusivamente a eventos intraeuropeus. Essa narrativa visa consolidar a noção de superioridade Europeia contraposta a tudo que é o “não europeu” e representa o passado, o primitivo, que há de “tornar-se como-Europa”. O que por sua vez, serve para negligenciar a América Latina como parte constitutiva da modernidade dita europeia (MIGNOLO, 2005). No entanto, a releitura de Dussel (2005) explica que é no mínimo uma confusão a narrativa que apresenta a Europa “moderna” como herdeira direta da Grécia e do período clássico, que adormeceu e renasceu moderna. Foi ainda, esta Europa, ocupada pelos então denominados bárbaros, quem deu origem ao sistema feudal. Ela não foi acometida por ele. Por fim, esta mesma narrativa que atribui ao *ego-cogito cartesiano* o fundamento central das ciências modernas, esquece-se que ele foi precedido em 150

anos pelo *ego-conquista* (conquista, logo existo), sem o qual não haveria velho mundo, novo mundo ou mesmo modernidade eurocentrada (GROSFÓGUEL, 2008; DUSSEL, 2005).

Diferentemente do que aponta esta perspectiva, a América não foi incorporada ao sistema-mundo capitalista moderno, foi constitutiva dele. As passagens que marcam a construção da modernidade também não derivaram exclusivamente de ventos intraeuropeus, mas substancialmente do contato com a América, em outras palavras, não existiria modernidade não fosse, também, a América (QUIJANO; WALLERSTEIN, 1992).

Essa narrativa eurocêntrica que vincula Europa moderna a Grécia e suas fases subsequentes, converge com o segundo elemento que é a estratégia de (ii) apresentar a democracia como invenção das cidades-estados gregas e por conseguinte, o moderno Estado europeu como padrão – de certo que o tipo de democracia que tornar-se-ia hegemônico, foi fruto predominantemente do ocidente, aquela que “separa direitos políticos de direitos econômicos e que legitima e sustenta a propriedade privada dos principais meios de produção” (CHASE-DUNN, LERRO, 2013, p. 57). No entanto, é negligenciado que a economia daquelas cidades gregas era baseada na escravidão, e longe de incorrer em presentismo histórico, a legitimidade desse apontamento está no contraste da democracia grega face aos caçadores-coletores nômades, identificados pela literatura, que viviam em “sistemas igualitários em que todos os adultos participavam das decisões coletivas importantes para o grupo” (CHASE-DUNN, LERRO, 2013, p. 59).

E ainda, o processo que antecedeu o moderno Estado-Nação europeu, qual seja, a centralização estatal, foi simultâneo à dominação/exploração colonial da América, e em duplo movimento histórico, também foi marcado por um processo de colonização interna na Europa, caracterizado pela tentativa de homogeneização de diferentes identidades que habitavam o mesmo território. Esse processo de homogeneização, ou “limpeza de sangue”, foi instrumento para criação de identidade comum, - com experiências bem-sucedidas e outras nem tanto - da qual derivariam a democratização de recursos, a cidadania e a nacionalização. Logo, na base da concepção do Estado-Nação como estrutura de poder, está essa homogeneização da população sobre um território, a democratização nos limites determinados pelo modelo capitalista, mas também o colonialismo interno e externo (QUIJANO, 2005a).

Com a descolonização da América (Latina), o resultado foi a composição de Estados independentes, mas de sociedades coloniais. Não havia ali interesse nacional, posto que a colonialidade do poder dos capitalistas senhoriais e das oligarquias independentes da América latinizada, os levavam a conceber seus interesses como convergentes aos da Europa e dos Estados Unidos. A escravidão perpetuou-se e os povos (índios, negros e mestiços), quando não foram massivamente eliminados em prol da missão de homogeneização e nacionalização, foram excluídos da categoria de cidadãos, o que em último caso, converteu-se em estratégia de (re)existência para esses povos. Mais tarde nestes Estados, nem nacionais e nem democráticos, a ideologia da democracia racial – principalmente no Brasil, na Colômbia e na Venezuela –, mascaradora do racismo, e o interculturalismo funcional, emergiu mais para encobrir a violência estrutural em prol de uma identidade nacional e/ou confeccionar um multiculturalismo funcional à lógica do capitalismo global, do que necessariamente para decolonizar essas sociedades (WALSH, 2012; QUIJANO, 2005a). Evidencia-se, portanto, que, decolonizar a América pressupõe, superar essa narrativa eurocêntrica de Estado-Nação “democrático e moderno” como modelo, mediante uma interculturalidade crítica que emerge da ecologia de saberes subalterna.

O terceiro discurso, dentre os elementares ao eurocentrismo, apresenta-se na (iii) teoria de uma sequência lógica linear das relações de produção, que apresenta o capitalismo como sistema superior, reforçando a visão etapista que parte da “produção e trocas primitivas” e tem como fim a Europa e a mercantilização da força de trabalho. Neste processo, escravidão, servidão, reciprocidade e sistema mercantil independente são apresentados como parte de uma sequência histórica prévia, a ser superada (QUIJANO, 2005a).

No entanto, não há que confundir o modo de produção capitalista (baseado na mercantilização da força de trabalho), com as formas capitalistas de controle do trabalho. O trabalho assalariado é apenas uma das modalidades comportadas pelo capital. A escravidão e servidão impostos no colonialismo serviam para produção de mercadorias para o mercado mundial, ou seja, foram articuladas em torno do eixo do capital, perdurando ainda que com o fim do colonialismo. O capitalismo como sistema de relação social de produção é, portanto, uma engrenagem heterogênea, que articula todas as formas hierárquicas de controle do trabalho, inclusive as que tal narrativa

chama de pré-capitalistas (CAHEN, 2018; QUIJANO, 2005a).

Para o M/C não há que se falar em modernidade sem colonialismo e colonialidade. O colonialismo na América está na base constitutiva da modernidade e do crescimento do capitalismo global. O colonialismo como uma prática de dominação, exploração e hierarquização social derivou da inferiorização, desumanização e subalternização sustentada pela ideia de raça. Essa dinâmica tanto perpetuou-se, quanto conformou a hegemonia da razão moderna e do capitalismo em detrimento das epistemes de povos autóctones (LEDA, 2015; ZARKS; SILVA, 2017). Assim sendo, antes de concluir, pretendendo fazer-me breve, é indispensável apresentar uma síntese das principais categorias de análise originadas no coletivo M/C que balizam essa tese: colonialismo, colonialidade e colonialismo interno.

Ainda no que tange ao colonialismo na América, este não inventou a escravidão, que há tempos era usada como punição aos sobreviventes derrotados em guerra. A inovação a partir de 1492 foi a escravidão racializada, posto que desde os primeiros contatos com a América a ideia de raça foi produzida “para dar sentido à novas relações entre índios e ibéricos” (QUIJANO, 2005a, p. 18). No mundo conquistado não existiriam mais maias, incas, astecas, substituídos pela identidade racial e colonial “índio”. Da mesma forma, dos sequestrados e arrastados para a América, ashantis, zulus, bacongos, iorubas e outros, foram todos racializados como “negros”. Estes, que mais tarde foram chamados de “africanos” eram uma cor conhecida desde os romanos, sem que a ideia de raça fosse estabelecida como legitimadora da opressão. Essa nova identidade histórica e geocultural que hierarquizou “brancos”, “índios”, “negros” e “mestiços” representa para Quijano (2005b) a primeira classificação social global da história, produzida na América e estendida a todos os membros da espécie, mais tarde acrescentando-se os “amarelos”, “oliváceos” e configurando-se em uma geografia do poder que conformou Europa, Europa Ocidental, Oriente, Oriente próximo, África, Ásia, América etc.

Por outra parte, o colonialismo não fundou todas as formas de opressão. O padrão de ordem social patriarcal, vertical e autoritário já era portado pelo conquistador ibérico. Conforme tal, todo homem era superior a mulher, porquanto, toda mulher (ameríndia, negra ou mestiça) na América era colonizada duplamente (SANTOS, 2004). Também a divisão social do trabalho, em marcha na Europa, não foi fruto do colonialismo, mas assim como na dominação do gênero, foi reestruturada

conforme a lógica racial.

O que o contato com a América inaugurou foi a articulação dos eixos centrais de dominação da modernidade, conformados na relação colonial (QUIJANO, 2010): raça, gênero e trabalho. A articulação entre estes elementos de classificação possuía dois propósitos centrais: controle de produção de recursos e o controle da reprodução da espécie. O primeiro, visava o controle da força de trabalho e dos recursos que institucionalizam a propriedade. O segundo controla o sexo e seus produtos (descendência e prazer), também em função da propriedade (QUIJANO, 2010). A raça demonstrou-se *invenção* para dominação e à medida que foi incorporada em função de ambos os propósitos (controle da produção e reprodução), a autoridade foi organizada para garanti-la. Neste contexto, a divisão social do trabalho foi na verdade a divisão racial da população:

[...] os “negros” eram, por definição, escravos; os “índios”, servos. Os não-índios e não-negros eram amos, patrões, administradores da autoridade pública, donos dos benefícios comerciais, senhores no controle do poder. E, naturalmente, em especial desde meados do século XVIII, entre os “mestiços” era precisamente a “cor”, o matiz da “cor”, o que definia o lugar de cada indivíduo ou cada grupo na divisão social do trabalho (QUIJANO, 2005a, p. 20).

No topo da hierarquia derivada do colonialismo, habitava o homem heterossexual/branco/patriarcal/cristão/militar/capitalista/europeu e neste ínterim, o Sistema-Mundo conformou-se como um todo histórico-estrutural-heterogêneo dotado de uma matriz de poder colonial, e mais adiante, toda esta articulação heterogênea, conflitiva e descontínua, se coadunou sob o primado do “*Estado-nación*”, “*la familia burguesa*”, *la “racionalidad moderna”* (QUIJANO, 2014, p. 292). A explicação dessa capacidade histórica de exploração foi sistematizada a partir da categoria “colonialidade” que é ao mesmo tempo lógica fundacional e herança da matriz colonial de poder (QUIJANO, 1992).

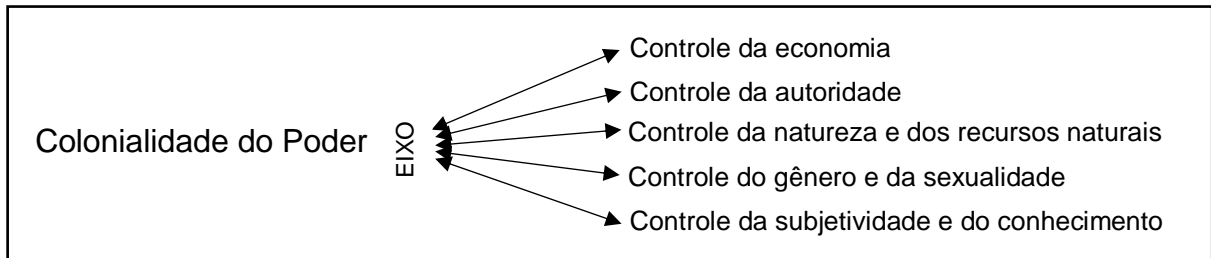
Quijano (1992) sistematizou essa compreensão, concebendo que o colonialismo enquanto dominação política, cultural e social direta se encerrou formalmente na América no século XIX, por sua vez a colonialidade do poder, entendida como matriz de dominação, perpetuou-se nas dinâmicas sociais do capitalismo e do Estado-Nação na América, mas também na África e na Ásia. Para Mignolo (2017) a colonialidade é o constitutivo mais obscuro e lógica subjacente de

modernidade.

A *colonialidade* não esgota, “obviamente, as condições nem as formas de exploração e dominação existentes entre as pessoas. Mas não parou de ser, há 500 anos, seu marco principal” (QUIJANO, 1992, p. 4). No cerne desta lógica de transição do colonialismo à perpetuação da colonialidade está a noção de que o “processo histórico da mudança não consiste na transformação de uma totalidade histórica noutra equivalente, ou por saltos e rupturas” (QUIJANO, 2010, p; 95). Ou seja, a compreensão das dinâmicas de exploração moderna, não pode desconsiderar as heranças dos séculos de colonialismo e suas instituições. A mudança, neste caso, a descolonização, afetou de modo heterogêneo, os componentes do campo histórico de relações sociais, o que, portanto, demanda compreender o caráter das continuidades e descontinuidades presentes nas relações de exploração modernas.

Logo, a categoria colonialidade não determina que as dinâmicas sociais de disputa pelo poder e exploração ocorram de forma fechada e imutável, mas sim que as relações de colonialidade compreendem além das heranças do padrão de poder a (re)produção de novas formas de controle da economia, da autoridade, da natureza, da subjetividade e do conhecimento. As partes que se movem dentro da tendência geral da totalidade-histórica estrutural da colonialidade/modernidade capitalista, tem, ou podem ter, uma autonomia relativa frente a ela, e o que garante à totalidade histórica-estrutural conviver com as autonomias relativas das partes é a existência de um eixo comum de dominação, no caso, raça, gênero e trabalho (QUIJANO, 2010), conforme a imagem 1 apresenta esquematicamente na matriz de controle que deriva da colonialidade:

Imagem 1 – Colonialidade do Poder



Fonte: Mignolo (2010, p. 12).

Nessa direção, Walsh (2012), faz uso das premissas e contribuições de Quijano, Fanon, Césaire, Maldonado-Torres e Lander, e apresenta a colonialidade enquanto quatro áreas entrelaçadas que atravessam todos os aspectos da vida: a colonialidade do poder, como referência a hierarquização social derivada da racialização, essencial para a distribuição, dominação e exploração da população mundial, servindo tanto à dominação social (autoridade) quanto a exploração do trabalho sob a hegemonia do capital e da razão eurocêntrica; a colonialidade do saber, como operação que desqualifica e desvalida outro conhecimento que não o do homem europeizado, permeando os marcos epistemológico, academicistas e disciplinares; a colonialidade do ser, que exerce a desumanização, inferiorização e subalternização, lançando as pessoas ao campo da não existência em função da sua cor e raízes ancestrais, distanciando-os da modernidade e; a colonialidade cosmogônica e da vida, que através da visão binária entre natureza/sociedade descarta os sistemas milenares e integrados da vida – seu aspecto ancestral, espiritual e cosmovisões que balizam a relação com a natureza -, visando acabar com os modos de vida ancestrais indígenas, de raiz africana e apropriar-se da natureza, em prol das raízes europeia-americanas e cristãs.

Face a essa exploração histórica, o giro decolonial não se resume a uma perspectiva teórica, é na verdade uma práxis. Vem de dentro, como uma expressão de luta, mas também da vontade de construir algo distinto. É parte de um projeto de vida (WALSH, 2018). É entendido como um movimento de resistência que visa “*en primer lugar, un cambio de perspectiva y actitud que se encuentra en las prácticas y formas de conocimiento de sujetos colonizados, desde los inicios mismos de la colonización*” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 160), representando um reposicionamento epistemológico frente à lógica da modernidade/colonialidade, que apesar de contemporaneamente sistematizado, origina-se desde as resistências

coloniais. “*En segundo lugar, [es] un proyecto de transformación sistemática y global de las presuposiciones e implicaciones de la modernidad, asumido por una variedad de sujetos en diálogo*” (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 160). A decolonialidade é, portanto, um projeto de resistência teórico-política. Esta alternativa de fronteira, conforma para os autores, uma resposta transmoderna à modernidade ocidental, posto que dentro da lógica eurocêntrica, só seria possível falar em multiculturalismo ou direito a diferença, quando todos estivessem domesticados pelo capitalismo (MALDONADO-TORRES, 2007).

Por isso, como alerta Santos (2004, p. 28) “devem ser consideradas ilusórias todas as lutas vitoriosas contra a hegemonia cultural da modernidade ocidental se, após elas, o mundo não for menos confortável para o capitalismo global”. Não há que se confundir capitalismo com colonialismo, no entanto a origem e existência de ambos está intrinsecamente relacionada.

O capitalismo também não confunde-se com economia de mercado, esta, baseada em trocas, imperfeitas, que a partir de 1400 incorreu em franca intensificação mercantil, possibilitando a troca entre camponeses, artesão, burgos e lojistas, balizou uma série de “economias-mundo”, passando por Veneza, Gênova, Amsterdã e tantas outras praças menores até que o acúmulo de capital permitiu que a figura do capitalista, agente que, ao presidir o processo de trocas, passou a dominar a cadeia de produção, com a finalidade de obter vantagens na comercialização e acumulação. Quanto mais ambicioso o capitalista, menor sua especialização e sua produção, posto que se dedicava a comercializar entre praças, buscando desembaraçar-se das regras do mercado tradicional. Quanto mais distante está o produtor do consumidor final, quanto mais longa a cadeia de produção, dominada pelo capitalista, mais emerge o processo capitalista, que manipula a economia de mercado. O Capitalismo é, portanto, fruto e perpetuador da desigualdade (BRAUDEL, 1987). Não criou a hierarquia, mas necessita e utiliza-se dela e por isso sua ascensão, para além dos eventos intraeuropeus, está invariavelmente vinculada ao acúmulo de capital e a divisão racial do trabalho proporcionado pelo pacto-colonial.

Ou seja, o colonialismo, enquanto sistema social e de produção, originou-se em concomitância com a primeira fase da modernidade mercantil mundial, em que o atlântico superou o mediterrâneo, e foi usado como trampolim para as vantagens comparativas da Europa, e este conjunto conformou as bases da revolução industrial

e do capitalismo moderno (DUSSEL, 2005).

No quadro das relações coloniais, às trocas desiguais permitiram construir ao centro Estados fortes capazes de, historicamente, assegurar a fraqueza das áreas periféricas do mundo (WALLERSTEIN, 2001). O Estado em centralização na Europa, possuidor desta vantagem acumulativa, poderia então ser favorável ou hostil ao “mundo do dinheiro segundo o seu próprio equilíbrio e a sua própria força de resistência” (BRAUDEL, 1987, p. 41), o que permite destacar que foi a capacidade de nacionalizar o capitalismo, no Estado inglês, que o preparou para inovações produtivas, enquanto impôs um imperialismo de livre mercado ao resto do mundo. Aqui reside traços do caráter intrínseco entre capitalismo e colonialismo, quando se observa que ambos não têm compromisso com progresso ou liberdade, mas sim com a acumulação. No mais, manter a hierarquização social com base nos eixos da raça, do gênero e do trabalho “foi e continua a ser, um meio extremamente eficaz dos capitalistas para manter o controle do poder” (QUIJANO, 2010, p. 118).

Nessa divisão internacional do trabalho, coube a América Latina, de modo compulsório, a função de “produtora de metais preciosos e produtos agrícolas coloniais, porque assim o determinava os interesses da burguesia mercantil metropolitana” (MELLO, 1991, p. 30). A função de ser da economia colonial era servir de instrumento de acumulação de capital para a metrópole, para tanto, a produção deveria ser mercantil, comercializável no mercado mundial, mas sem concorrer com os produtos que a metrópole produzia. A produção colonial era, portanto, uma produção mercantil complementar (MELLO, 1991).

Neste contexto, o que se observou em alguns dos casos de independência Latino-americana, sob a égide da ascensão hegemônica e capitalista inglesa, foi que a relação colônia-Metrópole perpetuou-se na forma da dependência internacional, mas também “repetiu-se dentro dos próprios países colonizados, nas relações que se foram desenvolvendo entre uns quantos “polos de crescimento” e o resto do país” (SATAVENHAGEN, 1965, p. 161). É, portanto, no contexto de consolidação da economia-mundo ocidental, eurocêntrica e capitalista que se desenvolveu e perpetuou-se o que González Casanova (1995) e Stavenhagen (2014) denominam de colonialismo interno, concomitante à dinâmica de colonialidade.

O colonialismo interno “só pôde surgir através do grande movimento de independência das antigas colônias” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2002, p. 83). Vincula-

se diretamente ao fenômeno de conquista e domínio, onde os povos nativos primeiramente submetidos ao domínio colonial assim permanecem na formação dos Estados independentes, seja naqueles em que ocorreu a revolução socialista, seja naqueles em que ocorreu a guinada do capitalismo, sofrendo condições semelhantes às que ocorriam no período colonial ou neocolonial internacional (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007).

Enquanto relação social de exploração e dominação entre grupos culturais heterogêneos, o colonialismo interno tem a importância de situar-se como categoria de análise que não se limita a outros tipos de relação de dominação e exploração, como os da relação cidade-campo, ou apenas entre classes sociais. É justamente a heterogeneidade cultural, que historicamente produziu as conquistas de uns povos por outros, que permite ao colonialismo expor as relações de exploração que opõe diferentes civilizações, diferentes formas de ver o mundo. Esta dinâmica de exploração articula-se de maneira diversa em cada realidade social de colonialismo interno, todavia, todas as formas de colonialismo interno compartilham a condição de categoria complexa, vinculada ao colonialismo internacional, seja ele formal ou informal (colonialidade).

Nestes Estados independentes de sociedade colonial, desenvolveu-se uma consciência colonizadora nas elites nacionais que buscavam aniquilar e/ou explorar as identidades autóctones, territórios foram criados buscando abrir o país em frentes de invasão que colocaram em primeiro plano a indústria de extração, submeteu a população local a trabalhos insalubres, com pouca margem de segurança e baixos salários. Criou regiões inteiras que dependem de uma única companhia, que assume um poder de dominação “não somente corporativa, econômica, para-policial, mas também psicológica, cultural, social, política, judicial” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 447). Romper esta dominação torna-se cada vez mais difícil à medida que a natureza, o trabalho e o próprio Estado são privatizados, e diante do desemprego como exclusão cria-se como única realidade, a subalternização da sociedade.

A análise do colonialismo interno deve ser, portanto, holística, pois este envolve articulação entre o intranacional, o internacional e o transnacional a partir da lógica de colonialidade e das demandas do mercado global. Como padrão de relação doméstica, o colonialismo interno sustenta-se em um discurso de “questão nacional” que na verdade busca opor-se a qualquer reivindicação de autodeterminação das

minorias, podendo ser identificado não apenas nas periferias do capitalismo, como nos foi revelado ao longo do século XX, com o estabelecimento da ditadura de Stalin que transformou Moscou em centro de autoridade decisória do pretense socialismo. No espaço capitalista ocidental, primordialmente nas periferias, a ideologia de uma identidade nacional é forjada para legitimar a conquista de territórios e o domínio de povos no intuito de dirimir poderes e saberes concorrentes e possibilitar a preponderância do Estado e do mercado.

Neste contexto, a elite nacional e os assimilados locais revelam-se beneficiários das mais diversas formas de exploração mesmo que comumente atuem em nome da democracia, do nacionalismo, do progresso e da segurança nacional. Neste ínterim, “a articulação dos complexos militares-empresariais e políticos é fundamental” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 449). “Dentro de suas políticas cabem os distintos tipos de colonialismo organizado que se combinam, complementam e articulam em projetos associados para a maximização de utilidades e do poder das empresas e dos Estados que as apoiam” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 450). Assim:

Em caso de conflito com o governo local ou com os trabalhadores e com movimentos sociais e políticos, as “companhias invasoras” recorrem ao estado provincial, ou ao nacional, e se estes não atendem seus interesses e demandas, amparam-se nas “potências invasoras”. A lógica de que o que convém às companhias convém à nação e ao mundo (o slogan conhecido diz: *What is good for General Motors is good for the World*) impõe-se de cima para baixo entre funcionários, diretores, gerentes e empregados de confiança, ou que aspiram sê-lo. Corresponde ao sentido comum de uma colonização internacional que se combina com a colonização interna e com a transnacional. Nela dominam as megaempresas e os complexos empresariais-militares. Todos atuam de forma “realista” e pragmática sobre as bases anteriores e iludem-se ou enganam-se pensando que a única democracia viável e defendível é a dos empresários, para os empresários e com os empresários (GONZÁLEZ CASANOVA, 2007, p. 447-448).

Em um mundo que, no plano estrutural, modernizou-se dividindo privilegiados e subalternos, centro e periferias, “o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (BRAUDEL, 1987, p. 43). O estado herdou o capitalismo, foi disciplinado por ele, de modo que a modernidade se concebe sob o signo da desigualdade. Essa desigualdade não é passageira, não é uma etapa do progresso, é herança e perpetuação da hierarquização social e subalternização, é projeto da lógica de acumulação que violenta, empobrece, discrimina e exclui outras formas e sistemas de vida, que a despeito de tudo, resistem. Decorre, no entanto, que

esta razão, incapaz de viver em harmonia com a terra e os recursos disponíveis, tem avançado à revelia de si mesma e levado à implosão da própria hegemonia e da democracia ocidental. Por isso, os movimentos e conflitos sociais subestatais, fruto da colonialidade, do colonialismo interno, dessa sociabilidade colonial, precisam existir, resistir e de capacidade de articulação e de agência global, como forma de ganharem força e visibilidade; os subalternizados precisam entender, questionar e enfrentar a estrutura e suas relações de poder.

Este espaço supra e intraestatal precisa ser alcançado para uma *co-realização* de solidariedade de diversas raças, diversas etnias, diversas classes, que reintegre humanidade/terra, culturas do mundo periférico, não como anulação ou homogeneização, mas por incorporação partindo da Alteridade (DUSSEL, 2005), da ecologia de saberes (SANTOS, 2004) e da socialização do poder, ou seja, a ação de “*la devolución a las gentes mismas, de modo directo e inmediato, del control de las instancias básicas de su existencia social: trabajo, sexo, subjetividad, autoridad*” (QUIJANO, 2014, p. 325).

2.2 A Colonialidade Neoliberal Transnacional

A rearticulação tática da elite orgânica transnacional está na base do quadro de mudanças estratégicas da dominação capitalista. Pautadas na crítica ideológica ao Estado de bem-estar social e na doutrinação generalizada de Estados e sociedades, logrou consolidar como razão moderna as políticas neoliberais, que por sua vez foram além de seus objetivos últimos de acúmulo irrestrito de capital. Lograram, criar um mundo, sem que – ao menos de maneira precisa – se sonhasse com os efeitos mais amplos dele. Nos moldes de uma estratégia sem estrategista único, *Think Tanks* como a Verve e a Sociedade Mont-Pèlerin, criada ainda em 1947, destacam-se, junto ao já citado grupo de atores engajados nesse processo propagandista e educacional, cujas premissas ideológicas difundiam a ideia do capitalismo como liberdade e o Estado como tirano desmoralizador dos indivíduos.

A guinada à ordem neoliberal é componente da totalidade histórica de colonialidade. É qualificativo contemporâneo desta. E como tal, o empenho de redenção que Mises (1990) envida ao colonialismo corrobora com a lógica eurocêntrica de imputar aos subalterizados a culpa dos mecanismos empregados pelo

colonizador, por aqueles não aceitarem a ideologia “alienígena” no capitalismo e resistirem em converterem-se em braços para produção de riqueza, ainda que, a mínima parte permaneça em suas mãos. Além disso, os esforços da elite orgânica intelectual neoliberal está em justamente cientificizar e naturalizar a razão que sustenta a desigualdade, a hierarquia e o acúmulo de capitais. São contrários aos serviços públicos como saúde e educação, à intervenção estatal na regulação da atividade econômica, à responsabilidade social, aos esforços de garantia de pleno emprego, a tudo que represente uma outra forma de ver o mundo. E por isso empenham-se em homogeneizar o sistema-mundo moderno.

Muito do que se tem em termos de organizações intergovernamentais é fruto do reordenamento do pós-guerra, que serviam a um consenso keynesiano não a um mercado globalizado como o atual. Os interesses financeiros do centro implodiram às amarras a liberdade do capital. Bretton Woods foi abandonado, as instituições restantes transformadas, muitas delas, não para alcance de efetiva democracia global, mas para alcance de maior fatia do lucro capitalista global (CHASE-DUNN; LERRO, 2013).

Assim o que convencionou-se chamar de governança global sem governo, foi balizada numa razão difusa que existe em benefício não de *um Estado transnacional*, ainda que Estados Unidos seja a ponta de lança, mas de um bloco com Estados nacionais, organizações e empresas transnacionais. “Nesse bloco ou conjunto de blocos, os grandes negócios ocupam posições hegemônicas gerenciais, de liderança, tanto nos países metropolitanos como nos periféricos” (GONZÁLEZ CASANOVA, 1995, p. 56). Como reitera:

No complexo transnacional de estruturas institucionalizadas desaparece a diferença entre relações internas e relações exteriores. As relações internacionais de dependência se realizam e se ocultam como relações internas. As relações internas ou as que ocorrem no interior das grandes potências se realizam e se ocultam como internacionais. O internacional e o exterior não desaparecem: combinam-se funcionalmente com o nacional e o interno (GONZÁLEZ CASANOVA, 1995, p. 57).

A adoção de câmbio livre, a privatização bancária e adoção de um mercado único de capitais permitiu que a globalização no século XX fosse ditada pelas finanças internacionais a ponto de países serem impossibilitados de resistir as demandas dos donos do capital. Esse foi o marco de transição de um capitalismo fordista para um

capitalismo financeiro, que se retroalimentava à medida que a concentração de renda e patrimônio acelerava a financeirização da economia (DARDOT, LAVAL, 2016). A globalização é termo enganoso do seu real sentido, entendido como globalização financeira, que gerou a mudança de um sistema politicamente hierarquizado em Bretton Wood, para outro sistema mais volátil e descentralizado, balizado pela razão neoliberal (ARRIGHI, 2003).

Mais que uma simples herança, a expansão das corporações transnacionais na transição do século XX para o XXI assume caráter inverso ao dos movimentos de financeirização anteriores. Se antes essas empresas de capital aberto representavam uma conjugação de capital privado e governamental, que provinham da Europa para dominar países não-europeus, com privilégios assegurados pelas potências metropolitanas, as corporações multinacionais do século XX são sobremaneira privadas, estimadas em mais de 30.000 ainda nos anos 1990 e cuja competitividade de suas hierarquias gerenciais figuram o alicerce da sua existência (ARRIGHI, 2003, p. 8).

Essa é uma relevante contradição do sistema que Estados Unidos construiu assentado em uma razão neoliberal: tornando a livre-iniciativa ainda mais livre de toda vassalagem ao poder estatal anuncia-se o “princípio do fim do sistema interestados como *locus* primordial do poder mundial” (ARRIGHI, 2007, p. 271). Vive-se uma fase de transição, de proeminência da razão empresarial que transversaliza Estados e indivíduos e na qual a luta pelo poder e pela hegemonia mundial passa inevitavelmente pelo interesse da elite orgânica.

Desde a grande depressão, nunca uma fase incorreu em tamanha incerteza e ampliação de riscos políticos e econômicos. A precarização da integração social converte-se em resultado imediato dessa crise. Streeck (2012), analisando países centrais como França, Grã-Bretanha, Estados Unidos e Japão, a partir de 1970, deixa evidente o declínio da capacidade de gestão política do capitalismo democrático. “As crises e as contradições do capitalismo democrático se tornaram definitivamente internacionalizadas, manifestando-se não só dentro dos Estados, mas também entre eles, em combinações e permutações inauditas (STREECK, 2012, p. 54). Contudo nem todos são afetados na mesma proporção. Os Estados Unidos da América (EUA) continuam armados, financiados pela capacidade chinesa de comprar a dívida estadunidense. Ao demais países, resta ouvir o que “os mercados dizem”.

E o que os mercados disseram à América Latina foi que, em nome da democracia seria necessário a construção de regimes autoritários, que em nome do capitalismo, seria importante tomar de assalto o Estado, em nome da segurança nacional, seria necessário combater os inimigos, internos e externos e em nome de alegados valores cristãos, seria possível o uso da tortura, proletarização e inferiorização dos que não se integrassem ao modelo imposto. No Brasil, o regime militar foi a forma que o capitalismo encontrou para dominar o Estado, naturalizar a desigualdade e garantir o acesso as riquezas do país.

Fruto desse processo, que construiu um sistema articulado de privações, a dívida externa converteu-se em um sistema muito mais conveniente que dominação à medida que a violência imediata era substituída por uma forma oblíqua de dominação internacional. Serviu como um gatilho, ou uma verdadeira prisão que condicionou os países da América Latina a sujeitarem-se a nova razão como condição para a retomada do crédito internacional (GONZÁLEZ CASANOVA, 2002). É da crise que emana a capacidade neoliberal de ampliar suas ações disciplinadoras.

As medidas disciplinares para a América endividada já eram polidas desde os anos 1970 e foi condensada no que J. Williamson chamou de Consenso de Washington. Primeiramente estabeleceu-se um consenso na comunidade financeira mundial, transformado em uma série de recomendações do que os países deveriam fazer para continuar a receber empréstimos e auxílios internacionais. Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) tiveram papel central e ativo nessas negociações, intencionalmente dirigidas para criação do Estado concorrencial, ou seja, aquele para qual a concorrência é a lei da economia e política nacional (DARDOT; LAVAL, 2016).

No entanto as medidas disciplinadoras possuíam um alcance muito maior que os acordos explícitos. Dardot e Laval (2016) especificam 3 mecanismos gerais para a construção dessa escala de disciplina que se conectou, do nível internacional, ao nível mais íntimo da subjetividade, ou seja, para o adestramento dos corpos, faz-se necessário um “conjunto de técnicas de estruturação que variam conforme a situação que se encontra o indivíduo” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 216). Para que essa noção de disciplina seja efetiva, foi necessário superar a coerção e pôr em ação a influência, capaz de agir antes das antecipações imaginárias, recompensando e punindo os indivíduos de forma estrutural.

Para tanto, a primeira recomendação disciplinar incidiu sobre o nível estatal através de uma política macroeconômica restrita. Nela, convinha "ater-se a uns poucos indicadores-chave e a objetivos limitados, como taxa de inflação, taxa de crescimento da massa monetária, déficit orçamentário e endividamento do Estado" (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 218). Cabia a política orçamentaria reduzir impostos sobre empresas e rendas elevadas para estimular o investimento e enriquecimento. Para fazer essa redução do peso fiscal, os esforços deveriam ser canalizados para redução dos gastos públicos, subordinados à meta de superávit primário, que tem como objetivo claro, o pagamento da dívida externa, ou mais especificamente os juros crescentes. O Câmbio flutuante complementou a meta, expondo às economias periféricas a choques externos e instabilidades no balanço de pagamentos (NASSIF, 2015).

O tripé monetário, cambial e fiscal forjava uma corrente invisível, capaz de limitar qualquer política de promoção de empregos, aumentos salariais e elevação de gastos públicos. Assim, em contexto de privação, foi mais fácil mudar a legislação social em favor dos empregadores, suprimindo as indexações relativas ao custo de vida, rebaixando salários, precarizando empregos, privatizando empresas estatais e abrindo ainda mais as economias às multinacionais. O passo seguinte da política macroeconômica é criticar a rigidez e direitos no mercado de trabalho, apontando-as inclusive como causa dos desempregos. Sabe-se, no entanto, que na lógica neoliberal o desemprego serve aos empregadores como uma reserva "natural" que reduz a remuneração da mão-de-obra. Mas no contexto de restrições, o trabalho, qualquer que seja, tornava-se um imperativo aos cidadãos, em face da incapacidade de os auxílios garantirem um mínimo de dignidade existencial. Além da docilidade, a condição do desemprego desassistido ou minimamente assistido converteram-se em temor ao trabalhador, que passou a fazer o possível para não se ver nessas condições. Dessa forma, encontra-se o aval necessário para a dessindicalização e desmonte das legislações trabalhistas, aposentadorias etc.

Logo, o segundo mecanismo, qual seja, a criação de um ambiente social de restrição, é derivativo das políticas macroeconômicas, mas também estende-se à uma lógica ainda mais ampla de privatização da vida social, criando situações de concorrência mais gerais possíveis, que obrigam os indivíduos a escolher em esferas que vão além do consumo de bens e serviços convencionais. O individual, o consumo

e a concorrência ascendem como instancias básicas, suplantando a função social do Estado, quer na educação, na saúde, nas aposentadorias-solidárias, na cidadania, todas privatizadas. Cabe ao Estado, obrigatoriamente moderno e eficiente – dentro da disciplina neoliberal – associar-se às mais diversas empresas e fornecer “bens” locais aos “consumidores-cidadãos”. Além de ser escamoteado, o Estado assumiu uma função estrategista, inserindo-se na competitividade global mediante aliança com a iniciativa privada ao mesmo tempo que outorga a elas a capacidade de produzir normas de autorregulação que acabam por submeter os próprios Estados a lógica de concorrência e eficiência da empresa. “O estado concorrencial não é o estado árbitro, mas o estado parceiro dos interesses oligopolistas na guerra econômica mundial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 283).

Por fim, a disciplina moral e subjetiva para a autorregulação atinge o nível mais subjetivo, visando consolidar a própria colonialidade do ser, do saber e cosmogônica. Dentro desse escopo de culpabilização individual e não mais social, discurso de responsabilidade e autocontrole, caberia aos humanos subalternizados internalizarem a estrutura lógica de hierarquia social reproduzindo-a conforme as demandas acionárias da empresa, do Estado e da vida social privatizada.

Sob essa lógica, a *gestão eficiente* deve ser capaz de transformar “necessidades objetivas em objetivos pessoais”, ou seja, que o trabalhador internalize a lógica da financeirização de si sob uma gestão por metas, avaliações recorrentes e individuais, vinculando remuneração ao desempenho e a competência a medida que as firmas individualizam os salários (DARDOT; LAVAL, 2016).

Dessa forma as empresas e suas filiais, articulam-se sob padrões de crescimento e qualidade generalizados, normas de eficiência, governança corporativa, e tantos outros termos, imputando aos trabalhadores repetidos mecanismos de avaliação do seu desempenho individual sob prazos cada vez mais exigentes, possibilitados por um ambiente de concorrência interna entre os prestadores de serviço das empresas. A lógica de máxima eficiência e intensa concorrência, que permitissem às empresas imputar-lhes baixos salários e máximas cobranças.

Esse mecanismo de gestão mais o sistema de subcontratação - como os trabalhos temporários, terceirizados, divididos em “missões”, que enfraquecem a estrutura de trabalho, a solidariedade reivindicatória de classe e permite normalizar a

concorrência entre assalariados -, criaram um mecanismo muito mais eficaz que a coerção externa: “o autocontrole”. Assim os custos da hierarquia intermediária nas empresas poderiam ser contidos, à medida que o trabalhador se tornava um “homem livre” e moderno. Nasce então a autonomia controlada de trabalhos descentralizados, com equipes autônomas, grupos de projetos concorrentes e com metas a bater.

A revelia do trabalhador, essa internalização e reforço da hierarquia é cada vez mais garantida à medida que o desemprego paira no horizonte, o que permite reduzir custos empresariais graças a uma pressão disciplinar ilimitada, que por sua vez transfere aos indivíduos altíssimos custos psíquicos a medida que essa lógica de exploração tornar-se tão automatizada, que o assalariado “é convidado a definir não apenas as metas que ele deve atingir, mas também os critérios pelos quais deve ser julgado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 229). Aí reside a razão neoliberal. Quando a partir da mercantilização e privatização da vida social, o autocontrole torna-se resultado de escolhas individuais.

Os resultados destes mecanismos disciplinares foram socialmente devastadores para a América Latina, mas também para os Estados centrais. Como resultado tanto do modelo quanto da condição, a participação dos assalariados no Produto Interno Bruto (PIB) da Europa entre 1979 e 1989 passaram de 76% para 69%. Nos Estados Unidos a partir de meados de 1980 a fome aumentou em 50%, atingindo 30 milhões de habitantes e os pobres de 1979 eram ainda mais pobres em 1989 (GONZÁLEZ CASANOVA, 2002). Em 2002 a pobreza acometia 66,8% da população boliviana, 51,7% da população venezuelana, 50% da população argentina e 37,8% da população brasileira (CEPAL, 2018). O mecanismo de influência política sobre a região também se tornou mais sutil, não mais os militares, agora mediante elite orgânica intraestatal e a mídia “guardiã da moralidade pública”, de modo que, entre 1985 e 2005, treze presidentes renunciaram ou foram retirados de seus cargos na América Latina (NOGUEIRA, 2016).

Diante desse cerco neoliberal, os movimentos sociais que há anos lutam pela autonomia na América Latina lograram uma importante guinada à esquerda ao final dos anos 1990 e ao longo do início do século XXI. Essa guinada não foi capaz de alterar toda a estrutura disciplinar e a articulação da elite orgânica transnacional, mas logrou aproveitar a ascensão econômica da China, como plataforma alternativa às amarras macroeconômicas, modificando significativamente o quadro de pobreza,

acesso à educação, inclusão social e autodeterminação das populações autóctones. Nesta guinada ascenderam ao poder Hugo Chaves na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e governos tidos como mais moderados, como Michele Bachelet no Chile, Tabaré Vasques e José Mujica no Uruguai, os Kirchner na Argentina e Luis Inácio Lula, no Brasil (MENDONÇA; PIRES, 2012).

Em alguns casos, os avanços sociais na América Latina mantiveram a tendência de melhora mesmo após a crise financeira de 2008, crise que veio pôr o mundo em uma espécie de interregno de recrudescimento do conservadorismo, da xenofobia e nacionalismos, principalmente no que tange aos Estados Centrais do Ocidente. Tornou-se ainda mais patente a disputa hegemônica anunciada por Arrighi (2003), segundo o qual:

Ao invés de testemunharmos a costumeira fusão de uma ordem superior de poder militar e financeiro que tem caracterizado todas as substituições de uma liderança por outra nos altos comandos do capitalismo mundial, nós estamos assistindo a uma cisão que deixa o poder militar altamente concentrado nas mãos de um país ocidental hegemônico decadente e que concentra o poder financeiro global nas mãos dos países do Leste Asiático (ARRIGHI, 2003, p. 11).

Esse cenário, no entanto, não é mais promissor para a América Latina, e mais especificamente para o Brasil e Amazônia paraense, posto que como afirmado inicialmente, não há que se envidar esforços contra a supremacia do eurocentrismo se não conseguirmos propor também uma alternativa ao capitalismo que explora e subalterniza o sul global. Em um mundo ainda mais capitalista – ainda que a potência hegemônica esteja a leste ou a oeste – se seguirmos sob os mesmos eixos de dominação que nos perseguem como herança embutida nas transições dependentes quanto a Portugal, Inglaterra, EUA e conglomerados transnacionais aliados às elites locais, apenas potencializam-se as capacidades de exploração do sistema.

No mais, os custos que a fase de transição pode impor sobre áreas dependentes periféricas e semiperiféricas como a América Latina, sujeita à históricas intervenções diretas e indiretas das potências hegemônicas, revelam um segundo teor das ameaças dessa governança global neoliberal. Haveria como saber quais os limites possíveis dos consensos e conchavos em prol da manutenção do poder que podem mobilizar o ocidente e ameaçar ainda mais regiões como a Amazônia? Nos dedicaremos a essa compreensão nos capítulos subsequentes.

2.3 Revisão de literatura sobre o Brasil e a Amazônia paraense na economia política da colonialidade

“O nível local é o do espaço vivido” (BECKER, 1982, p. 226) o nível das várias lógicas cotidianas de dominação e resistência, exploração e sobrevivência. É neste espaço vivido que podemos notar que as forças dominantes não conseguem controlar tudo. É no local que o intuito generalizante da atual razão neoliberal confronta os muros de (re)existência que se fixam na Amazônia.

A real luta que existe na Amazônia é a que opõe uma racionalidade degradante e excludente, à racionalidade das comunidades autóctones na qual “humanos e não humanos são, de fato, constituídos em conjunto e constantemente recriam uns aos outros em relações de interdependência” (IORIS, 2016, p.165) é a racionalidade do privado, versus a racionalidade do comum, de uma outra concepção de dono, como a que também está presente no ideal dos povos da floresta, mas que não é levada em consideração no modelo de desenvolvimento imposto pelo centro capitalista. Como bem esclareceu Ivanira Vieira (Pará), em entrevista concedida a Ioris (2016, p. 144) “nós não somos pobres, apenas temos baixa renda”.

A população indígena no Brasil alcançou, no censo demográfico de 2010, o total de 896.917 mil, localizadas principalmente no norte do país (38,2%). São mais de 51 mil indígenas, apenas no Estado do Pará. Ao todo, são mais de 274 línguas indígenas que resistem junto a mais de 305 etnias. Dentre aqueles que viviam em terras indígenas em 2010, 28,8% não falavam o português. O estreito vínculo com a terra reflete na baixa porcentagem da população total indígena que vive em áreas urbanas nacionais, de apenas 36,2% (IBGE, [21--]).

Outro importante personagem da (re)existência amazônica é o caboclo ribeirinho, caracterizado como pescador polivalente - em comparação ao monovalente que vive exclusivamente da pesca – e que em suas práticas reproduz “as culturas mais diversas que vêm dos mais diferentes povos indígenas, do imigrante português, de migrantes nordestinos e de populações negras” (GONÇALVES, 2015, p. 154), que permitiram o desenvolvimento de todo um saber na convivência com a floresta e os rios.

A Amazônia também abriga quilombolas, seringalistas, retireiras e retireiros, trabalhadoras e trabalhadores sem-terra e cidadãos que enfrentam diariamente, mas

também ao longo da história, as dinâmicas do colonialismo interno vinculado à colonialidade da modernidade capitalista.

O Brasil e a Amazônia não se furtam da regra que caracterizou o contato com o velho mundo. As populações que aqui habitavam, foram subalternizadas em função da racionalidade incompreendida pelos portugueses e demais europeus que aqui chegaram, na medida que avançavam na unificação de seus territórios.

Conforme o historiador português Luís Barreto, “o Brasil foi descoberto para ser esquecido” (MORAES, 2001, p. 107). “Um país sem ouro nem prata, desprovido das riquezas da Índia, não oferecia nada ao nobre, ao comerciante, ao burocrata” (FAORO, 2012, p. 101). A mudança de postura da Coroa portuguesa deveu-se a descoberta espanhola de ouro nas minas de Potosí no Peru, elevando a expectativa de encontrar tais riquezas na América. O colonialismo português caracterizou-se pela exploração (NOVAIS, 1969, p. 65), primeiramente do pau-brasil, depois fundação dos engenhos para produção da cana-de-açúcar sustentados pela mão-de-obra escrava, a mineração principalmente no século XVII e o café nos anos finais da colonização (PRADO JUNIOR, 1961, p.82).

O sistema de arrendamento das sesmarias e as capitanias hereditárias foram tentativas de repassar a particulares os custos da colonização do Brasil (MARTINS, 1994; MORAES, 2001), de modo que direito público e privado, aqui, se superpuseram. Quando o Concílio de Trento chegou à conclusão de que os índios eram ingênuos e não gentios como os africanos, e, portanto, não deveriam ser escravizados, mas submetidos a servidão domesticadoras, “no Brasil já existia a prática da escravidão indígena desde os primórdios da colonização” (MORAES, 2001, p. 109). O índio tinha o valor de um quinto do escravo negro, era um investimento “barato”, em uma realidade em que a mensuração da riqueza na colônia se dava àqueles que possuíam muitos ou poucos escravos. Esta era a riqueza necessária à empresa colonial, dado que a terra, concedida e arrendada, pouco valia no conjunto dos custos relativos desde o século XVI (FAORO, 2012).

A expansão para o Norte, Sul e Oeste do Brasil se justificaram pela busca de mão de obra escrava indígena. Fundado em 1616 o forte do presépio de Santa Maria de Belém e em seguida a província do Maranhão e Grão-Pará, esta estabeleceu-se separada do Brasil, com ligação direta ao Conselho das Índias (MORAES, 2001). Nos vales do Tocantins e do Amazonas houve intensas lutas de resistência de povos como

os Tupinambá, os Neegabaib, Aruã e os Munduruku (CASTRO, CAMPOS, 2015, p. 405). A mudança mais substancial nessa região ocorreu apenas em 1755, quando da estratégia de Pombal, que com a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão potencializou o comércio da região com a metrópole, aumentando as exportações de cacau, cana-de-açúcar, gêneros extraídos da floresta, como cravo, canela, salsaparrilha, puxuri, óleos de copaíba, castanha, guaraná, baunilha, manteiga de tartaruga etc. A organização produtiva com a “racionalização” do trabalho, acompanhadas da intensificação da navegação e do tráfico de escravos africanos, inseriu a face moderna do capitalismo mercantil na colônia (CASTRO, CAMPOS, 2015). Em 1797 apenas no Grão-Pará, os escravos correspondiam a 27,7% da população local (BARROSO; LAURINDO JUNIOR, 2017; CASTRO; CAMPOS, 2015).

Importante frisar que a unificação das coroas ibéricas em 1580 submeteu o Brasil a 60 anos de colonização hispânica, que por sua vez tirou o sentido do tratado de Tordesilhas (MORAES, 2001). Por um lado, Portugal beneficiou-se dessa integração para avançar na conquista do que hoje define os limites territoriais do Brasil, no entanto, a Espanha arrastou Portugal consigo na insensata política dos Habsburgos. Derrotado e independente, Portugal foi desfocado de suas possessões no oriente, sem marinha e com o Reino empobrecido, não fosse a Inglaterra que a partir daí o “*dominaria*”, teria perdido suas demais colônias e quem sabe a própria condição de Estado soberano (PADO JUNIOR, 1961, p. 82). Ainda que, com a paz de Westfália em 1648, tenha nascido um novo sistema de poder baseado no princípio de que não haveria autoridade operando sobre o sistema interestatal, a ascensão hegemônica inglesa, expandiu, mas também suplantou o sistema westfaliano, governando-o (ARRIGHI, 2007).

Em sua primeira fase, a revolução industrial foi fenômeno inglês movido pela indústria têxtil (POLANYI, 2000) e inicialmente a manutenção do trabalho compulsório na América em nada atrapalhava o fornecimento de bens e a entrada dos seus produtos na região. O que o capitalismo industrial trouxe consigo no século XIX foi o início da crise das economias coloniais: “não se destrói seu fundamento último, o trabalho compulsório, mas tão somente, se estimula decisivamente a ruptura do Pacto Colonial e a constituição dos Estados Nacionais” (MELLO, 1991, p. 46).

Na esteira desses movimentos independentistas americanos, na Europa, contou-se com a proeminência das correntes do liberalismo político-econômico para

suplantar o mercantilismo e fornecer as bases ideológicas de uma revolução burguesa contra o Estado absoluto e interventor na economia. A “repercussão da Revolução Francesa reforçou a maré montante da Revolução Industrial” (POLANYI, 2000, p. 21) de modo que, no século XIX, o Estado liberal foi, “ele mesmo, uma criação do mercado auto regulável” (POLANYI, 2000, p. 17). Por auto regulável, entende-se um conjunto de capitalistas, dentro do bloco dominante que ao se representar no Estado burguês britânico logrou nacionalizar os avanços do capitalismo para consolidação da hegemonia mundial nos moldes de um imperialismo que impunha o livre mercado – desembaraço do protecionismo e das regulamentações - aos demais Estados, perpetuando as trocas desiguais às neocolônias e aos Estados recém-independentes (ARRIGHI, 2007).

A onda de independências Latino-americanas transferia para os Estados nacionais a “decisão” de manter ou não o trabalho escravo e servil (MELLO, 1991). Em muitos Estados ele foi mantido, mesmo sob diversos conflitos e resistências internas, em função das vantagens auferidas as elites políticas e econômicas locais. A escravidão foi a instituição econômica e política mais longa da história brasileira. Não sem a resistência da formação dos Quilombos, dentre eles o dos Palmares, na serra da Barriga e levantes, como o dos Malês em 1835. No Pará a faixa de resistência dos Quilombos se espalhava pelos “rios Guamá, Acará, Mojú, Bujaru, Capim, Caeté, dentre outros, e igarapés, não raramente nas suas cabeceiras” (CASTRO; CAMPOS, 2015, 418). Como sinal dessa luta histórica, em 2006 existiam 388 povoados quilombolas reconhecidos e registrados, apenas no Pará (ALMEIDA, 2013).

No Império brasileiro, a constituição de 1824 além de não fazer menção a figura do escravo ou do índio, buscou em certa medida amenizar a instituição escravocrata enraizada no país, concedendo apenas ao ingênuo e liberto o direito civil, mas restringiu-os do direito político de votar e elegerem-se nas eleições provinciais e paroquiais (NOGUEIRA, 2012, OLIVEIRA, 2017). Definiu-se assim, sob os ditames da lei, a hierarquização social a partir do que poderia ser ou não considerado cidadão. Escravos e índios foram mantidos em condições sub-humanas, enquanto ingênuos e libertos performavam sub-cidadãos, dado que a própria lei os “proíbe dizer, faz calar, impedindo a circulação do seu dizer” (ZATTAR, 2008, p. 333). Estes são os sinais mais evidentes da colonialidade do poder no Brasil “independente”.

Pela lógica da acumulação, o escravo foi ao mesmo tempo fator privilegiado de

produção e renda capitalizada para custeio e expansão das fazendas. Com a proibição do tráfico em 1850 houve significativa elevação no preço do cativo e logo, do capital disponível para o fazendeiro, dado que o preço do escravo era lastro das hipotecas (MARTINS, 2010). Esta lógica está por trás do processo que, – após a Lei Diego Feijó, o *Slave Trade Suppression Act* de 1845, a Lei Eusébio de Queiróz de 1850, do Ventre Livre de 1871 e do Sexagenário em 1885 –, apenas em 1888, com a Lei Aurea, extinguiu em termos legais a escravidão no Brasil, fazendo deste país o último a concretizar tal empreendimento.

Foi, portanto, sob a hegemonia imperial inglesa e do capitalismo liberal, que o Brasil se converteu em império em 1822, nacionalizando o monarca e consolidando uma sociedade colonial nos moldes do colonialismo interno (STARLING, 2018, STAVENHAGEN, [1965] 2014). O que se perpetuou na ordem pós-colonial brasileira, foi uma correlação de elementos reformistas e conservadores. Se por um lado o poder passou a ser organizado a partir de dentro do país, por outro, importou o modelo de estado-nação europeu com o propósito de constituir uma sociedade nacional em seus aspectos jurídico-políticos e o conservadorismo manteve-se nas bases morais, sociais e matérias da escravidão, marginalização permanente de pessoas livres que não classificavam-se na sociedade como cidadãos e no monopólio de poder por uma elite que relacionava-se de forma dependente com os centros econômicos dinâmicos de domínio inglês, e, aos finais do século XIX também estadunidense. Como resultado via-se a crescente erosão da soberania nascente, ou melhor, que nasce, mas não vinga. No Brasil, “senhor, só se tornou independente em sentido de poder político que o permitia perpetuar a estrutura do sistema econômico vigente de forma dependente” (FERNANDES, 2006, FERREIRA, 2018).

A soberania também foi questionada de dentro pela série de levantes nacionais no período imperial. Dentre eles, ainda no período regencial, a revolta dos Malês na Bahia e a Cabanagem foram expressivas da dinâmica de resistência subalterna. No que tange ao colonialismo interno, a província do Grão-Pará integralizou-se ao Brasil de forma tardia justamente pela proeminência portuguesa na região, que se vinculava diretamente a Lisboa. Unidos na luta pela liberdade, grupos de índios, negros escravos e libertos, mamelucos, cafuzos e até mesmo brancos pobres e comerciantes locais rivalizaram com o comércio português e a autoridade de nativos escravistas (CASTRO; CAMPOS, 2015).

Esse movimento iniciado em 1831, expandiu-se para as demais regiões da Amazônia quando o conflito irrompeu após a morte do Cônego Batista Campos. O campo de oposição e reivindicação dos cabanos foi definido pela afirmação do Brasil como nação e defesa da identidade brasileira. Esta, dentre as insurreições, foi a única que galgou ascender ao poder local, primeiramente com o governo de Feliz António Clemente em 7 de janeiro de 1835 e depois com Francisco Vinagre, aprisionado pelo governo nacional e enfim com Eduardo Angelim. A retomada das forças legalistas concretizou-se em 1840, com mais de 40.000 mortos, muitos deles aprisionados e mortos por afixamento na Brigada Palhaço. Conforme relembram Castro e Campos (2015) ainda em 1854, destruir os quilombos e recuperar os braços para o trabalho, eram as ordens do presidente da Província, Sebastião do Rego Barros ao delegado de Óbidos.

Sufocadas as manifestações da cabanagem, que reivindicavam superar a condição de subalternização das comunidades locais à elite comercial essencialmente portuguesa que ali residia, o Brasil condicionou a Amazônia a função de reserva de recursos, de colônia nacional de exploração. Mas foi apenas na segunda metade do século XIX que a Amazônia passou a ocupar parcela de protagonismo econômico do país com a extração da borracha. No que tange a escravidão, compreende-se que o aumento no número de escravos da região e posteriormente seu decréscimo aos finais do século XIX coincidiam com a ascensão e decadência da estrutura econômica, de modo que “a explicação tanto para a continuidade quanto para o fim da escravidão no vale amazônico, durante o longo século XIX, passa pelos quadros da economia-mundo capitalista” (BARROSO; LAURINDO JUNIOR, 2017, p. 585). Todavia, não era a concorrência ou o apelo moral, mas a resistência mediante fuga de escravos que representava a principal ameaça ao sistema de produção no Pará (CASTRO; CAMPOS, 2015; PRADO JUNIOR, 1961; FERREIRA, 2018).

Formas de trabalho assalariado e compulsivo associavam-se na região, no campo e na cidade. Escravos com duas ou três qualificações, como carpinteiro, ferreiro, condutores de carros, padeiros e para serviços de armazém eram de praxe, de modo que o entrelaçamento de diversa atividades produtivas no vale amazônico manteve-se em paralelo a expansão da produção da borracha entre 1860 e 1870, que mediante a escravidão por dívidas, chamada de sistema de aviamento, veio a se tornar o principal produto da pauta de exportação do Pará, com auge no período de

1890 a 1912 (CRUZ, 1973; BARROSO; JUNIOR, 2017; CANO, 2013, LAURINDO JUNIOR, 2012).

Nessa fase de *boom* da borracha, não tardou para que a potência ascendente lograsse garantir acesso à navegação no rio Amazonas. Dois brasileiros contribuíram significativamente para tal ação “cooperativa com projetos norte-americanos”, primeiramente o jornalista e político alagoano Aureliano Tavares Bastos, que defendia no Brasil a implementação de modelo político similar ao estadunidense e o Ministro brasileiro em Washington Sergio Teixeira de Macedo, que ainda em 1850, concluiu, em informe ao ministro das Navegações do Brasil, que não tínhamos alternativa, posto “que estávamos diante de um país poderoso e ambicioso que, impulsionado pela Doutrina do Destino Manifesto, iria inevitavelmente conquistar o México, a América Central, as Antilhas e todo norte da América do Sul até as margens do rio Amazonas” (RIBEIRO, 2006, p. 137).

Teixeira de Macedo era reconhecido admirador do tenente Maury, este preconizava que os Estados Unidos tinha a missão de unir as bacias do Mississipi-Missouri com o Orinoco e o Amazonas, e nesta última bacia, planejava criar uma república para os negros americanos, “uma vez que os trópicos úmidos deveriam ser dominados somente por populações escravas” (RIBEIRO, 2006, p. 134). Essa postura racista também tinha motivação econômica. O tenente resolveu promover expedição para exploração da Amazônia, encarregando seu cunhado e tenente da marinha estadunidense William Herndon para a missão. O relatório, resultante desta expedição, serviu para defesa da abertura da navegação em prol da transformação da Amazônia em grande centro de produção, com mão-de-obra escrava (RIBEIRO, 2006). Em 1854 Barão de Mauá renunciou a exclusividade de exploração da Amazônia alegando os elevados custos e em 7 de dezembro de 1866, por decreto, a navegação do rio Amazonas foi aberta. Em 1874 a empresa *Amazon Steam Navigation* incorporou empresas nacionais e exerceu um quase monopólio na Amazônia, não fosse as pequenas embarcações locais (RIBEIRO, 2006). Não tardaria para que a partir de 1912/1914 vigorasse o estágio de declínio das receitas provenientes da exportação do látex dado a incapacidade de concorrer com produção sistemática do Ceilão – onde as sementes da *havea* lá chegaram por meio da

biopirataria⁵ (RIBEIRO, 2006; FIGUEIREDO, 2011).

No centro do capitalismo, também na segunda metade do século XIX, já era possível à opinião pública dos países centrais identificarem que as concepções rudimentares da lei de oferta e demanda dos teóricos da economia ortodoxa nada tinha a ver com a realidade quando, principalmente nas economias emergentes dos Estados Unidos e Alemanha, o sistema industrial e financeiro era dominado por uma oligarquia imbricada com os dirigentes políticos (DARDOT; LAVAL, 2016). “O surgimento de grandes grupos cartelizados marginalizava o capitalismo de pequenas unidades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 40). Os homens de negócio deixavam de ser vistos como heróis do progresso e a corrupção em todas as escalas da vida política comprometia o ideal de democracia. Os políticos eram marionetes de uma “mão invisível” dos empresários que enfraqueciam a crença popular da mão invisível do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 40). À medida que a proletarização se estendia na Europa e no resto do mundo, mais visível tornava-se a relação de dominação dos grandes capitalistas.

Conforme corroborou Polanyi (2000), o *laissez-faire* foi um empreendimento planejado, em contrapartida, a planificação, assentada no protecionismo comercial e social nacional das grandes potências do final do século XIX, não. Após 1860, o neocolonialismo, o protecionismo e os nacionalismos formavam o movimento de reação contra as tendências destruidoras do mercado autorregulado, um contra movimento de intervenção para proteção das sociedades das grandes potências opositoras à hegemonia inglesa que lucrava com o imperialismo de livre-mercado.

Ainda conforme Polanyi (2000), esta pretensa autorregulação do mercado logrou destruir o Estado liberal do século XIX e o concerto europeu, resultando na primeira guerra mundial. Após esse conflito, as lideranças políticas tentaram reestabelecer a ordem liberal mundial, principalmente em sua base monetária do padrão-ouro, o que fracassou com a crise de 1929. A estratégia de acumulação do bloco de poder capitalista precisava ser, e foi, reformulada. Com a Inglaterra afetada pela guerra, os Estados Unidos assumiam a proeminência dessa rearticulação do

⁵ Ainda em 1876, o inglês Henry Alexander Wickham coletou 70 mil sementes de *Hevea brasiliensis*, na região dos rios Madeira e Tapajós. As sementes foram levadas para o Kew Garden, na Inglaterra, onde mais de 7 mil delas brotaram. Levadas para o Ceilão, no Oriente, aí foram transplantadas, adaptaram-se muito bem, dando origem a borracha de cultivo, em concorrência com a extrativa. Multiplicou-se a produção asiática e em poucos anos a produção amazônica era, apenas, um número insignificante no mercado mundial do produto (RIBEIRO, 2006, p. 143).

poder central.

Desde os finais do século XIX nos Estados Unidos, “o significado das palavras *liberalism* e *liberal* começavam a mudar para designar uma doutrina que rejeitava o *laissez-faire* e visava reformar o capitalismo (POLANYI, 2000, p. 57). Em 1926 o ensaio “o fim do *laissez-faire*” de John M. Keynes fez uma importante leitura da incapacidade deste dogma antigo. No Colóquio Walter Lippmann, que abrigou o encontro de proeminentes intelectuais na França em 1938, não sem contrariedade dos mais ortodoxos presentes, um novo liberalismo foi proposto, um liberalismo capaz de “deixar os governantes governarem e limitar o poder do povo à nomeação dos governantes” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 99).

Já era patente que a revolução do liberalismo econômico burguês havia estacionado em bases conservadoras e naturalistas da desigualdade, dando margem para o nascimento de alternativas teórico-práticas como se viu na revolução bolchevique de 1917. A medida que o projeto de resgate da economia e democracia liberal assumia esses contornos, emergiam também concorrentes no ocidente, com eclosão dos nacionalismos autoritários do nazi-fascismo, “como sintomas de uma sociedade de mercado que se recusa a funcionar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 65) reincidindo em um novo conflito de dimensões “globais”, opondo os defensores do imperialismo livre-cambista à facção da Alemanha Nazista. Essa foi a grande transformação defendida por Polanyi (2001), que nos anos 1930/1940 levou ao fim da civilização do século XIX e seu liberalismo econômico.

Com a “grande transformação” o *New Deal* viria a ser uma crítica além das tradicionais hostilidades ao capitalismo, criando as bases para mais um movimento *de intervenção para o funcionamento do mercado*. Essa alternativa era mais viável ao empresariado, frente ao que eram as demandas da revolução soviética de “precedência dos direitos de subsistência sobre os direitos de propriedade e os direitos do governo” (ARRIGHI, 2007, p. 266). “Se a hegemonia britânica expandiu o sistema interestados de forma a acomodar a ‘democratização’ do nacionalismo, a hegemonia norte-americana completou a expansão de forma a acomodar a ‘proletarização’ do nacionalismo” (ARRIGHI, 2007, p. 268).

No sistema interestatal modernos, “os Estados situam-se em uma hierarquia de poder” (WALLERSTEIN, 2001, p. 50), suscitando períodos de temporário domínio hegemônico, como o das “Províncias Unidas (Holanda) em meados do século XVII,

da Grã-Bretanha em meados do século XIX e dos Estados Unidos em meados do século XX” (WALLERSTEIN, 2001, p. 51). Cada hegemonia foi selada mediante derrota de algum pretendente militar em uma “guerra mundial”, a citar “a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), as Guerras Napoleônicas (1792-1815) e, no século XX, os conflitos entre 1914 e 1945” (WALLERSTEIN, 2001, p. 51). O fator primário de cada vitória foi econômico. Vencia o Estado cujo acumuladores de capital eram mais eficientes do que seus competidores situados em outros Estados fortes. A reciprocidade econômico-política também é verdadeira: “o capital, como relação social, depende do poder do Estado para definir, moldar e participar de um regime de acumulação” (GILL; LAW, 2007, p. 164).

Em posse do poder material e ideacional, cada hegemonia representou a consolidação de uma ordem anárquica, atraindo outros Estados para a trajetória de desenvolvimento, aumentando a competição em uma espécie de “liderança à revelia de si mesmo” (ARRIGHI, 2007) com o aumento progressivo de posições antagônicas e conflitos, conforme a regra, a ordem cede ao caos sistêmico, que por sua vez demanda uma nova ordem. Cientes dessa relação dialética chegamos ao ponto em que “ao avaliarmos a política de qualquer Estado, devemos considerar que a distinção interno/externo é formal” (WALLERSTEIN, 2001, p. 53), dado que a hegemonia mundial, em sua base, deriva da expansão externa de uma “hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante” (COX, 2007, p. 118). Como complexo de relações sociais, a hegemonia ou mesmo a ausência dela no plano internacional, é mais que apenas uma relação entre Estado, é em base, uma relação entre dominantes e dominados.

Esta classe dominante impõe instituições econômicas, sociais e culturais às periferias que quando muito, incorrem em revoluções passivas. Tais revoluções servem à incorporação do modelo hegemônico e ocorrem sem alterar significativamente as antigas estruturas de poder das periferias. Sem as devidas condições políticas – que derivariam de uma transformação social – para que os aspectos econômicos e culturais dominantes sejam imitados, recorre-se habitualmente à supervisão e disciplina autoritária de regimes militar-burocráticos que deixam expostas as contradições desse sistema.

Contraditório, não tardou para que a as concessões do *New Deal* fosse identificado como um limite às pretensões de acumulação da classe dominante por

trás do bloco hegemônico mundial. As regulamentações internas derivadas da ampliação da capacidade de intervenção dos Estados e mesmo a estabilização do regime político e econômico mundial derivado das instituições de Bretton Woods e da Conferência de São Francisco, não poderiam suplantar, mas sim serem permeadas pelo interesse dos capitalistas. De tal modo, que em 1960, o consenso keynesiano chegava em seu limite. As crises nos anos 1970 e 1980 foram preparações para a ascensão de uma outra razão, a razão neoliberal, mas cuja consolidação demandava elaboração de laboratórios de desestabilizações, critérios essenciais para que a lógica neoliberal possa consolidar-se à revelia das sociedades.

É, portanto, essa lógica de acumulação capitalista, desregulamentadora de economias e disciplinadora de Estados, que está por trás das ondas de ditaduras militares na América Latina. E mesmo da vanguarda chilena como economia neoliberal, sob o autoritarismo de Pinochet. A agenda neoliberal não veio suplantar as escaladas de autoritarismos, assim como a modernidade não serviu para escamotear o colonialismo. Assentam-se sob o signo da desigualdade, da hierarquização de sociedades e da articulação dos eixos de dominação. O neoliberalismo é a razão contemporânea da (re)produção da modernidade/colonialidade capitalista eurocêntrica.

Observa-se que a hegemonia no plano internacional é mais que uma ordem entre estados. Define-se mediante estrutura política, econômica e social. “É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados (COX, 2007, p. 118). Por isso, compreender a hegemonia e seus mecanismos de exploração, demanda a interpretação das relações de força, que no exercício do poder, é muito mais que a história da confabulação e conchavos em eleições e diretrizes de governo que se convertem em normas e padrões de conduta internacionais. “Luta das mais importante é aquela que se trava durante o preparo para ação, pela potencialização dos atores, no decorrer da ‘normalidade’, no dia a dia da intervenção ‘fria’ e persistente no conflito de classes” (DREIFUSS, 1987, p. 22).

Faz-se necessário, então, buscar identificar no quadro de interesses da classe dominante, seus mecanismos para direcionamento político e ideológico das sociedades. Cientes de que o capital não é lógico ou ilógico, nem agente de ação política, a relação entre Estado e mercado precisa ser entendida pela articulação e

luta política entre os interessados (DREIFUSS, 1981). É neste sentido que Dreifuss (1987) atenta que, por trás dos direcionamentos políticos e econômicos existe uma *elite orgânica* que de modo intencional e planejado desenvolve as bases ideológicas modeladoras das formas sociais. Conforme o autor:

[...] se não todos os empresários, tecno-empresários intelectuais, burocratas e militares, “pelo menos uma elite entre eles” deverá ter a capacidade de articular e organizar os seus interesses num projeto de Estado para si e para a sociedade. E isto será feito, com a consciência de que seus “próprios interesses corporativos, no seu presente e no seu futuro desenvolvimento, transcendem os limites corporativos de classe puramente econômica” e tanto podem como devem “transformar-se em interesses de outros grupos subordinados”. Estas elites são as que denominamos de elites orgânicas: agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe (DREIFUSS, 1987, p. 24).

Servindo como canais para os projetos elaborados pela elite orgânica, as centrais de ideias e pesquisa, são segmentos auxiliares e de “assessoria em um leque limitado de questões, geralmente circunscrito à dimensão da formulação de políticas públicas, que respondem as necessidades do setor privado” (DREIFUSS, 1987, p.24). Servem ainda para o recrutamento às instâncias de análise, preenchimento de vagas na administração do Estado e para articular a harmonia de interesses com *lobbies* frente ao executivo, legislativo nacionais e superpostas com as elites locais da periferia. Assim, cria-se o interesse nacional e no caso das pretensões hegemônicas do pós-Segunda Guerra mundial, exporta-se esse interesse como universal.

As instituições internacionais formais, apesar de representarem uma via de democratização das decisões a nível interestatal, também podem vir a ser permeadas por essa lógica de interesses privados. Nelas:

O talento da elite dos países periféricos é cooptado para as instituições internacionais no estilo do transformismo. Indivíduos de países periféricos, embora entrem em instituições internacionais com a ideia de trabalhar, de seu interior, para modificar o sistema, são condenadas a trabalhar dentro das estruturas da revolução passiva (COX, 2007, p. 120).

Conforme Walter Rathenau, Ministro das relações exteriores da Alemanha, em 1923, afirmou: “como membro do clube dos capitalistas, posso dizer que 300 homens estreitamente ligados entre si controlam o destino econômico e político do ocidente” (DREIFUSS, 1987, p. 32).

Da afirmação de Rathenau derivam algumas condições da elite orgânica.

Primeiro, a ampliação de direitos que balizou a hegemonia norte-americana e espraiou-se pelo mundo ocidental, até mesmo não-ocidental, foi uma concessão planejada de uma elite orgânica que conseguiu adaptar-se as mudanças do pós-guerra e formular as regras do jogo econômico e político. Segundo, demonstra o caráter autônomo desta elite orgânica que não está diretamente vinculada a nenhum partido, pois visa controlar a todos para manutenção de suas vantagens acumulativas. Certamente que o viés reformador e até mesmo revolucionário da esquerda a mantém muito mais distante de uma afinidade político-ideológica com as elites orgânicas que o espectro da direita, em suas ideias conservadoras e hierárquicas. Porém, a elite orgânica, não hesitará em desarticular qualquer ameaça, seja da direita ou da esquerda, que inviabilize seu plano de “modernização” econômica e conservadorismo social e político.

E ainda, o sucesso do consenso global dos Estados Unidos resulta em grande medida dessa diplomacia privada da elite orgânica, que exerceu uma função estabilizadora a partir da articulação internacional da coalizão keynesiana, complementada pela intervenção localizada dos governos Truman, Eisenhower, Kennedy e Johnson em pontos críticos do mundo capitalista (DREIFUSS, 1987, p. 81). Esses vínculos transnacionais dos interesses começaram a ser elaborados ainda em 1919, quando o grupo de acadêmicos, intelectuais, diplomatas e empresários norte-americanos e britânicos se reuniram em Hotel Magestic, em Paris, para avaliar os resultados da conferência de Paris⁶. Após sucessivos encontros, em 1921 o *Concil on Foreign Relations* (CFR) começou a funcionar. Conforme Dreifuss:

O *Concil on Foreign Relation* (CFR), panteão do mundo dos negócios da política, das finanças, da universidade e da imprensa norte-americana foi um verdadeiro precursor das elites orgânicas, como uma das primeiras e mais significativas tentativas de reunir industriais, banqueiros, militares e burocratas de Estado, intelectuais e figuras de destaque da mídia num novo formato político e intelectual que David Rockefeller chamaria de “casamento de cérebros e dinheiro” e Joseph Kraft denominaria de “Escola para Estadistas”. A estrutura interna de poder do CFR expressava a proeminência de grupos financeiros e industriais do leste norte-americano. Mostrava o papel de liderança exercido inicialmente pelo grupo Morgan e, nos últimos trinta anos, pelo grupo Rockefeller, segundo um modelo de coordenação informal, dentro de uma estrutura geral de cooperação entre diferentes

⁶ Dentre os membros do CFR figuraram, David Rockefeller, Wiston Lord, Peter G. Peterson, John Swing, Eduard K. Hamilton, Douglas Dillon, Isaiah Bowman, Walter Lippmann, George H. W. Bush, Paul A. Volcker, Henry Kissinger, Allan Greenspan, Gerald Ford, Lincoln Gordon, Samuel Huntington, George Kennan, Robert McNamara, Joseph Nye, Peter Peterson, John Rockefeller, Thomas Skidmore, Robert Strauss, etc. Ver Dreifuss, 1987.

grupos, mais do que um modelo definido de comando (DREIFUSS, 1987, p. 33-34).

O propósito do CFR era formular e avaliar a projeção do capitalismo norte-americano, sair do isolacionismo, expandir os investimentos, garantir fontes confiáveis de matérias primas e evitar que crises atrapalhassem a expansão da indústria. Não foi o que aconteceu no final dos anos 1920. Assim nasceu em 1933 o *Business Council*, funcionando como assessor empresarial do departamento de comércio, era composto por 60 empresários dedicados a lidar com a grande de pressão. Em 1931, órgão semelhante ao CFR surgiu na Inglaterra, o *Political and Economic Planning*⁷(PEP), voltado para pensar o desenvolvimento britânico em face da crise e a conjuntura política em face dos atrativos do nazismo, fascismo e socialismo. Precisava lidar também com a ascensão do partido trabalhista, articular os interesses exclusivistas dos partidos tradicionais conservador e liberal e pensar as vantagens de uma economia “centralmente planejada e orientada socialmente no marco de um processo de industrialização acelerada” (DREIFUSS, 1987, p. 36). O maior sucesso do PEP foi legitimar as recomendações de John M. Keynes.

Com o apoio do PEP em 1942, o CFR e o *Business Council* iniciaram uma experiência inédita com a formalização *Committee for Economic Development* (CED) “que ao longo dos últimos quarenta anos desempenhou papel fundamental, não somente como uma das elites orgânicas mais poderosas dos EUA, mas também como inspiração e pivô na articulação transnacional de organizações congêneres” (DREIFUSS, 1987, p. 40). O intuito do CED foi preparar os EUA para o pós-guerra, trabalhando com grandes universidades e *policy-making* para viabilizar as técnicas de planejamento reguladoras rejeitadas na época por grande parcela do empresariado, ao mesmo tempo que esvaziavam as articulações reformistas dos tecnocratas do *New Deal*.

Para isso, os empresários precisavam se adiantar aos demais grupos e setores, como sindicatos, interesses agrários e pequenas e médias empresas. Era patente as ameaças do desemprego em massa e das reivindicações políticas subsequentes, e coube ao CED demonstrar que havia vantagens em beneficiar importantes segmentos

⁷ Dentre seus mais proeminentes participantes estão John Maynard Keynes, Harold McMillan, Max Nicholson, Ralf Darendorf, Julian Huxley, Aldous Huxley, Mark Abrams, Lord Balfour, Asa Briggs, Samuel Brittan, Richard Butler, Barret Fitzgerald, etc. Ver Dreifuss (1987, p. 38).

da sociedade com uma fórmula mais “democrática” que assegurasse a base institucional e societal mediante legitimação do sistema pelo “consumo generalizado”.

Na América Latina o CED proporcionou uma coordenação transnacional eficaz com estreita conexão organizacional, sem deter a capacidade de ação política independente das elites orgânicas locais, que se beneficiavam “do apoio logístico, do intercambio de expertise e de pessoal, da sincronização de atividades, da alimentação ideológica e política e do reforço de ações das elites orgânicas do capitalismo avançado” (DREIFUSS, 1987, p. 40).

Dentre os grupos de ação no Brasil, destacam-se a Sociedade de Estudos Interamericanos, a Fundação Aliança para o Progresso, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Os Oficiais, da Escola Superior de Guerra (ESG) criada em 1949, atuaram como componente militar-ideológico, endossados pelos seus valores antipopulares e elitistas. As diferenças políticas e ideológicas do complexo industrial-financeiro nacional e associados com o capital transnacional liderado pelos Estados Unidos praticamente inexistiam, tornando o Brasil um laboratório de desestabilização, uma amostra das modalidades de ação tática que envolveram doutrinação geral e específica, ação ideológico-social, pressão e penetração política, guerra psicológica geral e seletiva até culminar em 1964 em pressão paramilitar e ação direta (DREIFUSS, 1987, p. 120). O Brasil foi, portanto, um caso exemplar do caráter e tipo de atuação das elites orgânicas latino-americanas:

[...] o caráter e o tipo de atuação das elites orgânicas latino-americanas é diferente das suas congêneres e organizações irmãs na Europa, Estados Unidos, Japão e Austrália. Estas, através de sistemas políticos baseados em articulações partidárias democrático-cristã, social-democrata ou liberal-conservadoras, desempenharam um papel estabilizador dos seus regimes. Já as elites orgânicas latino-americanas, ao contrário, tiveram que enfrentar, na década de 50 e no começo dos anos 60, governos nacional-reformistas, movimentos políticos contestatórios da ordem econômica e social vigente e mesmo as estruturas oligárquicas de alguns países. Neste sentido, também foram porta-vozes dos temores e receios das classes médias e canalizaram os anseios classistas dos oficiais das Forças Armadas, cuja formação ideológica era tal que, em suas reflexões políticas e doutrinárias, não conseguiam ultrapassar os horizontes políticos e o ideário impostos pelos empresários modernizantes-conservadores (DREIFUSS, 1987, p. 119).

No quadro das decorrências da crise de 1929, das manifestações sociais e da crise política da primeira República do Brasil, Vargas colocou sobre o tabuleiro todas

as peças necessárias para construção de um novo bloco histórico na história social brasileira, visto não como ruptura, mas adequação à colonialidade modernidade do século XX. A própria aliança liberal que permitiu o golpe de Vargas nasceu sob a tutela do poder oligárquico e da supremacia comercial inglesa (CRUZ, 1973; FAUSTO, 1995; AURÉLIO, 2009).

O estado de compromisso institucionalizado pela constituição de 1934 era expressão de um bloco de poder burguês que lutava para redefinir as relações de Poder. Com as famílias proprietárias no topo da pirâmide social, seguida pela empresa individualista e liberal, representava uma obstrução aos modelos da sociedade competitiva pleiteada pelo novo bloco (FERNADES, 2006). Ainda assim, esse bloco aceitou em grande parte os valores da elite tradicional rural, de modo que o Estado novo surgiu por incapacidade da burguesia industrial nacional em liderar os oligarcas e impor-se a população de modo consensual. Isso, devido a importância do setor agroexportador, cujas receitas compravam os insumos das indústrias, forneciam matéria prima, e vinculavam-se com o setor industrial por laços familiares e pela interpenetração de empresas (DREIFUSS, 1981; D'ARAUJO, 2000).

O Estado Novo foi a primeira fase de nacionalização formal da economia brasileira. Garantiu auxílio ao capital industrial, a expansão da estrutura bancária e controlou o capital estrangeiro em benefício dos empreendimentos locais à medida que modernizava o aparelhamento estatal. Vargas abre à burguesia às práticas paternalistas e cartoriais. O Estado Novo, sem dúvida, moldou as bases de um bloco burguês legitimado pela noção de ordem e progresso dos militares. Essa burguesia foi vital para a incorporação do Brasil ao capitalismo e foi, com toda certeza, nacional, mas não nacionalista (DREIFUSS, 1981; CARVALHO, 2006).

O ministério e carteira de trabalho, a regulamentação dos sindicatos e o estabelecimento de um salário mínimo – nivelado para a força de trabalho urbana pelo grau mais baixo possível da escala do nível de subsistência – não foram mais que uma fórmula nacional de desenvolvimento que tentava estabelecer uma hegemonia burguesa. A garantia de certos direitos, estavam diretamente associados aos nichos urbanos secundários e terciários (SANTOS, 1979). Note-se que de 1930-1945 o Brasil possuía 41,2 milhões de habitantes, dos quais apenas 9,3% atuavam na indústria, e 23% no comércio e serviços. 68% da população ativa atuava no setor primário em um Brasil de predominância rural (69%) em face de crescente, mas tímida urbanização

(31%) (BECKER, 1982). Resumindo, a cidadanização mediante o modelo funcionalista da estratificação social atingia uma porcentagem mínima da população brasileira, que ainda assim era *sub-assalariada*.

No período da segunda guerra mundial, o assalariado ainda foi penalizado pelo congelamento salarial, restauração das dez horas de trabalho diário, abolição das férias nas indústrias tidas como de “segurança nacional”. Na indústria têxtil, a lei de mobilização nacional permitiu o trabalho noturno de mulheres e criança a partir dos 16 anos, a proibição de câmbio de emprego, punida com penas de prisão e o trabalho contínuo aos domingos e feriados (SOUZA, 2016). Ou seja, “o autoritarismo desvenda na prática, o que nas fases democráticas, fica dissimulado” (PINHEIRO, 1991, p. 49). Se “entre 1942 e 1945, o produto industrial cresceu quase 10% ao ano, contra 1,6% em 1939–1942” (ABREU, 1990. p. 94 apud SOUZA, 2016, p.277) principalmente em função da diminuição da competição externa, o grande favorecido foi a indústria.

Fernandes (2006) chamou esse período de revolução burguesa encapuzada, em conjunto, o estamento militar passou a atuar significativamente no poder, aliados a oligarquia latifundiária que comandava essencialmente nos cantões do Brasil (CARVALHO, 2006). Mas não apenas o topo da pirâmide foi ampliado. Vargas também iniciou o processo de nacionalização pelo trabalho e pela disseminação da falácia da democracia racial (GUIMARÃES, 2004; BARBOSA, 2016; CESARINO, 2017). Mas, longe de representar uma réplica da cidadanização no eurocentro, foram as bases do populismo que marcaram os anos gloriosos de 1945-1964.

O racismo era ainda tão presente, evidente e ameaçador no Brasil, que obrigou a elite a forjar nova identidade étnico-racial: a de brasileiro. Não pela identificação com índio, negro, ou português – todos abaixo na hierarquia de superioridade do norte europeu – mas pela expectativa de que o negro desapareceria com a mestiçagem. Foi assimilacionismo da elite, que sai da “ninguendade” em busca de uma “identidade” que conformasse um povo. Um povo que aceitasse a ordem social como uma ordem natural, à medida que se excluía as identidades étnicas discrepantes e reprimiam os movimentos sociais que visavam uma sociedade plural. E ainda, essa cultura nacional forjada como uma colcha de retalhos buscou servir à quebra de solidariedade, e reduzir a combatividade dos marginalizados. Permitia sua reprodução cultural, mas não sua expressão política (MUNANGA, 2010).

É com base nestas construções que a período político que se apresenta com o

fim do Estado Novo foi marcado pela perpetuação da síndrome do populismo, não como modelo que atende aos anseios sociais, mas como forma de forjar uma nação para sua dominação. Associou valores tradicionais a uma cultura de base e um ideal modernizante. Nesta fórmula política onde a fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, não houve sequer uma racionalização deste termo, foi mera moralização, um esforço de homogeneização, capaz de ignorar a pluralidade social em defesa do que é povo contra o não povo. Por isso a presença pública ou latente do racismo acompanhada da bandeira anticomunista e pró-trabalho, conseguiria ter grande sucesso ao lançar as bases do fechamento político em defesa da “nação” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2010).

Na sequência desse projeto modernizante de nação, faz-se indispensável destacar a mais notória herança de Juscelino Kubistchek: o processo crescente de desnacionalização da economia brasileira. Foram criados verdadeiros anéis burocráticos em torno do Estado, substancialmente beneficiados pela conjuntura econômica. “Entre 1956 e 1960, as exportações de café declinaram de 4% para 2% do PIB, e o setor cafeeiro viu sua importância econômica relativa diminuir” (SOUZA, 2016, p. 288). Simultaneamente, os subsídios ao capital estrangeiro ofertados pela Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) tiveram prejudicial a indústria nacional e a ausência de tributação sobre as remessas de lucro às matrizes das multinacionais intensificou a atratividade ao capital estrangeiro, principalmente, mas não apenas, no setor automobilístico (SOUZA, 2016). O endividamento externo aumentava paralelamente a inflação. Ainda que o PIB tenha crescido 10,8% em 1958 o esgotamento do modelo com o agravamento do desequilíbrio fiscal já era visível na segunda metade do governo (IBGE, 1990).

Até a consolidação dos agentes de instabilidades políticas (SCHWARCZ; STARLING, 2015), “a maior parte dos investimentos no Brasil era feita por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas e tributárias” (DREIFUSS, 1981, p. 57). Ao final dos anos 1950, existiam 276 grupos bilionários no Brasil, dos quais 55 possuíam capital acima de 4 bilhões, destes 31 eram multinacionais e 24 nacionais. O foco dessas empresas eram os setores estratégicos do mercado interno, a ponto de o peso econômico das empresas multinacionais tornarem-se um fator político central no final da década de

1950. 86% dos grupos americanos que atuavam no Brasil faziam parte dos 500 maiores dos Estados Unidos. Grupos como Rockefeller, Morgan, Mellon, Dupont e Wallenberg e Agnelli, articulavam-se com tecno-empresários da elite orgânica nacional-associada, como Antonio Galloti, João Baptista Leopoldo de Figueiredo, Pauro Reis Magalhaes, Octavio Golveia de Bulhões, Roberto Campos, Mario Simonsen, Antônio Delfim Netto e Golbery do Couto e Silva (DREIFUSS, 1981).

A rede de influência dentro do Estado era “formada pelas camadas mais altas da administração pública e pelos técnicos pertencentes a agências e empresas estatais, os quais tinham ligações operacionais e interesses dentro do bloco de poder multinacional e associados” (DREIFUSS, 1981, p. 73). Dentre as maiores expressões desses anéis burocráticos estavam o Conselho Superior das Classes Produtoras (Conclap) e a Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas (Consultec⁸), que atuavam na consultoria a pedidos de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE),, criação de projetos de lei e acordos comerciais. Foi a própria Consultec quem preparou em 1962 o discurso apresentado ao Congresso do Primeiro-Ministro Tancredo Neves. Os militares foram convidados a integrar o planejamento indicativo e alocativo que transformaria a estrutura econômica brasileira, ao mesmo tempo em que legitimavam os interesses a partir da ideologia de ordem e progresso. Aos poucos, o BNDE, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), a Petrobrás e a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) estariam todas ocupadas por essa elite técnica empresarial, controlando a marcha evolutiva do processo.

A criação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática⁹ (IBAD) em 1959, com foco na interação e articulação tática de empresários moderados e conservadores, com meta na penetração no legislativo e em sindicatos, demonstrava que o bloco multinacional visava maximizar sua satisfação econômica a partir do ativismo político

⁸ Entre seus membros: Aldo Franco Maciel (chefe da SUMOC), Roberto Campos (Membro do CDE), Vitor da Silva Alves Filho (Diretor do BNDE), Glycon de Paiva (CVRD), Rodrigo Pessoa Lopes (genro de Juscelino Kubitschek), e outros. Ver: Dreifuss, 1981.

⁹ Fundadores: Lauro Beer, Barthelemy Beer, Lauro Barros, Odemir Farias Barros e Aloísio Hanner, Rui Gomes de Almeida (da Associação Comercial do Rio de Janeiro e American Chambers of Commerce) Zulfo de Freitas Mallman (da Federação das Indústrias da Guanabara e Jorge Mattos (da Conclap e ADESG). A Ação Democrática Parlamentar (ADP) tornou-se o braço do IBAD no Congresso. Articulou-se com a Organização Católica Centro Dom Vital, ligada a Opus Dei, Movimento Anticomunista (MAC). Usou como canais diretos a Ação Democrática Popular (ADEP) diretamente financiada pela Central Intelligence Agency (CIA) e a Promotion S. A (DREIFUSS, 1981).

direto, contornando o mercado. O IBAD foi antes de tudo uma organização anticomunista e ambigualmente defensora da democracia, mas após a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que além de comprovar prática de corrupção e a utilização de meios ilegais para influenciar nas eleições, o associou como *locus* de ação da CIA, teve seu fim decretado em 1963, por decreto de João Goulart (DREIFUSS, 1981).

No entanto, até que Goulart assumisse e decretasse o fim do IBAD, a administração paralela de Juscelino Kubitschek (JK) tornava-se governo¹⁰ com Jânio Quadros, a ponto da *Conclap* entregar um documento denominado “*sugestões para uma política nacional de desenvolvimento*”, a ser implementada por uma equipe de ministros e apoiadores que conformavam a própria elite orgânica brasileira, vinculada ao capital multinacional. Após a renúncia de Quadros ainda em 1961, Goulart só conseguiu assumir a presidência mediante programa pessedebista que impôs um regime parlamentaristas exitoso em refreá-lo sob o apoio de Kennedy já em 1961 (LOUREIRO, 2013). Mas com o fim do parlamentarismo em 1963, Jango propôs-se a construir um governo pluralista, apoiado na classe trabalhadora cada vez mais avessa ao conservadorismo da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático (DREIFUSS, 1981; LOUREIRO, 2013).

João Goulart passou então a confrontar o bloco de poder multinacional-associado. Foi apoiado pela média burguesia industrial, o setor agrário que produzia

¹⁰Clemente Mariani (Banco da Bahia, Light S/A – grupo Morgan), Ministro do Tesouro; Arthur Bernardes Filhos (The Royal Bank os Canadá, Westinghouse – grupo Mellon e Banco do Comércio), Ministro da Industria e Comércio; Walter Moreira Salles (grupo financeiro-industrial Moreira Salles, ligado ao grupo Rockefeller), embaixador do Brasil nos Estados Unidos; Oscar Pedroso Horat (Grupo Mellon), Ministro da Justiça; Francisco Carlos de Castro Neves (FIESP), Ministro do Trabalho, e Caio Mário da Silva Pereira, ex-advogado da Hanna Mining e que se tornou consultor geral da República. Também compunham a administração o empresário João Baptista Leopoldo Figueiredo (Membro ativo das American Chambers of Commerce e líder do CONCLAP), designado para presidência do Banco do Brasil, e o empresário paulo Ayres Filhos (Membro ativo da FIESP e das American Chambers of Commerce), para a direção do mesmo banco. A administração contou também com experiência e assessoria dos empresários e tecno-empresários: Lucas Lopes, J. L. Bulhões Pedreira (Coordenador da Comissão de assessoria Técnica da Presidência), Octávio Gouveia de Bulhões, José Garrido Torres e Roberto de Oliveira Campos (que atuou também como embaixador itinerante), todos eles membros da Consultec. O Governo de Jânio Quadros foi apoiado militarmente pelos fundadores e ideólogos da ESG, Coronel Golbery do Couto e Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (auxiliado pelo Tenente Heitor de Aquino Ferreira, pelo Tenente-Coronel Mario Andreazza e pelo Tenente-Coronel João Baptista Figueiredo, sobrinho do presidente do Banco do Brasil e filho do General Euclides de Figueiredo), tenente-Coronel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, do serviço Federal de Informações e Contra-informações – SFCI, General Cordeiro de Farias, que presidiu o Estado Maior das Forças Armadas, auxiliado pelo Coronel Ernesto Geisel como Chefe do Serviço de Informações do Exército e Comandante da Guarnição-Chave sediada em Brasília” (DREIFUSS, 1981, p. 127).

para o mercado interno e a burguesia tecno profissional urbana, quebrando assim com a classe populista tradicional. Contava também com o apoio de intelectuais como o antropólogo Darcy Ribeiro, o economista Celso Furtado, o pedagogo Paulo Freire e o sociólogo Josué de Castro, do líder das ligas camponesas do Nordeste Francisco Julião, de frações dissidentes da UDN e PSD e do líder nacional da classe média Sergio Magalhães. Jango visou conformar um bloco modernizante-reformista através do que ficou conhecido como reformas de Base: reforma eleitoral que permitia o voto de analfabetos e soldados negado na constituição de 1946, reforma educacional estendendo-a as classes populares – que eram em absoluta maioria analfabetos, limitações ao redesconto bancário e combate a especulação financeira, reforma tributária baseada na taxaço da renda, limitação das remessas de royalties forçando as multinacionais a reinvestirem seus lucros no país, exigência de registro de capital na SUMOC condicionado assim sua entrada no país, reforço a uma política externa independente e um primeiro e tímido passo em direção a reforma agrária (DREIFUSS, 1981).

Em estudo da conjuntura política do período Assis Ribeiro alertou a elite orgânica para uma série de ameaças a pretensão hegemônica do bloco multinacional-associado. Advertia que com a alfabetização, nos moldes do método Paulo Freire formariam um grupo de eleitores politizados no Nordeste, que a concessão de votos aos analfabetos representava uma ameaça aos partidos de centro e que o controle sobre o voto rural se tornava cada vez menor, minando o controle do PSD no campo. Assim “as classes dominantes atribuíram, ao que era relativamente um baixo grau de participação e mobilização política, um sério potencial de ameaça, suficientemente severo para unir a burguesia numa ação agressiva” (DREIFUSS, 1981, p. 140).

Essa estratégia de contenção era maior que o governo Goulart. Ainda em 1961 foi criado um centro de organizações estratégicas denominado Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). O IPES, unido ao IBAD, em vigor na época, converteram-se em verdadeiros partidos da burguesia, com a pretensão de conter os movimentos operários estudantis, desencorajar a mobilização camponesa, controlar a mídia audiovisual e a imprensa do país, assim como marcar presença no congresso. Enquanto IPES convertia-se em núcleo estratégico, o IBAD atuava na frente tática no campo civil, mas articulados com os militares da ESG que há anos flertavam com seus palestrantes tecnocratas da elite multinacional.

Não foi um trabalho simples. Era necessário o apoio da igreja como legitimação carismática, o que foi alcançado com o Centro Dom Vital e o arcebispo do rio de Janeiro Dom Jayme de Barros Câmara. Da imprensa, que logo se prontificou com a adesão do Jornal do Brasil, o Globo, o Correio da Manhã, e a Última Hora. Segundo Hasslocher do IBAD, era necessário unificar a classe empresarial, a época dividida entre comunistas (1%), criminosos (3%), inocentes úteis (10%), reacionários (12%), inconscientes quanto a conjuntura (70%) e conscientes (4%). Ainda caberia lidar com os militares que dividiam-se em três movimentos políticos: os extremistas de direita como o brigadeiro Burnier e o ministro da guerra, o General Costa e Silva, os tradicionalistas com o General Antônio Carlos da Silva Muricy, Amaury Kruel e Olympio Mourão Filho e os membros da ESG onde já se articulavam o General Golbery, o General Ernesto Geisel e o Coronel João Baptista Figueiredo.

Para conquistar o apoio da classe média, IPES criou o grupo de atuação patriótica em 1962, recrutando jovens de 17 a 26 anos no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, chegando a constituir frente armada contra camponeses e a frente brizolista do Rio Grande do Sul. O complexo IPES-IBAD articulou representantes em todas as principais capitais, atuando na Guanabara, Paraíba, Ceará, Bahia, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná, Pará, Santa Catarina e São Paulo. Em Belém o IPES estabeleceu mediante Frederico Maragliano do IPES-RIO, fazendo contato com Dr. Vidigal, diretor da Associação Comercial do Pará e mais tarde presidente da Conclap (DREIFUSS, 1981, p. 184). Me adianto para citar aqui, um civil que viria a estudar em curso da ESG nos anos 1970 e mais tarde, após a ditadura militar, tornar-se-ia, por dois mandatos, governador do Pará, o médico Almir Gabriel.

Além do uso das mídias, a convenção do Pacaembu em 1963, liderada pelo Movimento Sindical Democrático e o Movimento Democrático Estudantil, com representantes de todos os estados supracitados visava contrapor-se ao movimento estudantil nacional-reformista e os sindicatos trabalhistas.

No campo, o apoio dos latifundiários ao complexo IPES-IBAD e agora com a ESG viria com a intervenção militar no tocante à pseudo reforma agrária do Estatuto da Terra (MARTINS, 1994). Na arena internacional:

Com a ascensão de Lyndon Johnson ao poder, a elite orgânica brasileira, assim como as congêneres na América Latina, recebeu apoio ainda maior. John Kennedy já havia, no entanto, dado os passos iniciais. Quando o Coronel Vernon A. Walters, eficiente homem de informação que se tornaria

mais tarde vice diretor da cia, voltava da Itália em direção ao Brasil, para ostensivamente, tornar-se adido militar, foi informado de que o presidente Kennedy “não se oporia a deposição do governo de João Goulart, se fosse substituído por um estável governo anticomunista que ficasse ao lado do mundo “livre” ocidental. Quando o movimento civil-militar contra João Goulart já se encontrava bem encaminhado, a Embaixada Americana “assegurava aos conspiradores que os Estados Unidos estavam ao lado deles” (DREIFUSS, 1981, p. 172)

Como assevera Dreifuss (1981), o golpe empresarial-militar no Brasil foi fruto de grupos específicos, que possuíam o interesse de firmarem-se como uma classe hegemonicamente dominante em prol da execução de um projeto ideológico de Brasil, no qual a nação era o objeto, o Estado o agente e o sujeito oculto, o bloco multinacional e associados. Em discurso, a meta era a “racionalização” empresarial dos recursos humanos e materiais do país, como pilares da imposição de uma modernização que se concretizaria a partir de 1964. Aqueles que não se adequassem a esse plano de modernização cristã, seriam aniquilados. Coube a articulação IPES/IBAD/ESG garantir a coalizão entre os divergentes interesses da burguesia e militares: industriais nacionais, latifundiários, extremistas de direita e militares tradicionalistas, convencê-los da pertinência ideológica do projeto nacional contra o comunismo. Além disso, foram capazes de mobilizar a classe média através da doutrinação e infiltração em movimentos religiosos e sindicais.

Até esse momento histórico a Amazônia não passava de uma colônia interna de exploração esporádica do Brasil, atendendo as demandas do capitalismo global. As principais intervenções Federais na região foram a Batalha da Borracha, no contexto da segunda guerra mundial, as pretensões frustradas da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (1953), no governo Dutra e, a mais significativa delas, a estrada Belém-Brasília inaugurada em 1960 (BARBOSA, 2010; COSTA, 2012; VIDAL, 2015). Ocorreram, segundo Becker (1982) três ciclos de migração, o primeiro, pouco intenso entre 1930 e 1955, o segundo entre 1955 e 1965 resultado da construção da estrada, em grande medida de maranhenses e nordestinos atraídos pela perspectiva da posse de terras e empregos. O maior e mais intenso fluxo migratório iniciou-se em 1966, com maior expressividade do Centro-Sul do país em direção ao Pará.

Nota-se que dada a desarticulação da região com o Brasil e a falta de investimentos produtivos maciços, as ilhas de propriedade não colocavam em questão a propriedade da terra e não se registravam graves conflitos por interesses

antagônicos. Na Amazônia, uma outra visão de mundo resistia. Onde a pressão do capital aumentava, e os posseiros migrantes se instalavam, os povos autóctones e camponeses da região eram empurrados para frente, entrando ainda mais na floresta (LOUREIRO, 2014). A partir de 1966, iniciou-se um movimento de ocupação da Amazônia nos moldes do colonialismo interno. Foi o ponto de partida de uma violência sem precedentes na história do Brasil, contra os mais diversos tipos de alteridade. A partir de então, a Amazônia deixaria de ser quintal do Brasil, para se colocar no centro, no meio de campo do jogo de acumulação da modernidade/colonialidade neoliberal. Converteu-se na fronteira de recursos do capitalismo neoliberal e do bloco de poder transnacional.

2.4 Metodologia de Pesquisa

No intuito de explicar a relação do capitalismo e do Estado como determinantes da exploração e subalternização da Amazônia paraense, este estudo de natureza qualitativa e caráter interdisciplinar, adota além da abordagem hipotético dedutiva, o método de estudo de caso simples e holístico e o método histórico interpretativo como procedimentos técnicos fundamentados em fontes de dados secundários (FARIAS FILHO; ARRUDA, 2015).

De acordo com Yin (2003, p. 1) *“in general, case studies are the preferred strategy when ‘how’ or ‘why’ questions are being posed, when the investigator has little control over events, and when the focus is on a contemporary phenomenon within some real-life context”*. É importante frisar ainda que, assim como em estudos experimentais, esse método é útil para generalizações analíticas e não apenas para análises particularistas. O que vem a diferenciar os estudos de caso dos experimentos é que os primeiros são generalizáveis para proposições teóricas e não para populações ou universo, como o segundo. Ou seja, estou à procura de dados que ampliem o entendimento das dinâmicas sociais de um dado território e que reforcem a capacidade explicativa de conceitos como colonialidade, colonialismo interno, colonialidade interna e de teorias como as do grupo modernidade/colonialidade e para isso o estudo de caso me serve bem. Porém, não pretendo, e nem posso esperar que os resultados obtidos sirvam para generalizar o padrão de relação das políticas nacionais com toda a Amazônia Legal. Dada a peculiaridade das dinâmicas sociais

em cada estado federativo que comporta essa região, seria necessário um estudo de casos múltiplos, o que pode vir a ser empreendido no futuro, a depender dos resultados desta pesquisa.

Com base nas variáveis já descritas, o tipo de procedimento selecionado para esta tese foi o *estudo de caso simples holístico* (YIN, 2003). Dentre as razões para a escolha de um caso, podemos compreender uma ou mais das seguintes lógicas: (a) o caso representa um caso crítico de teste de uma teoria bem formulada; (b) o caso representa um “caso extremo” ou caso único e raro; (c) o caso é representativo ou “*typical case*” entre tantos outros possíveis casos; (d) o caso é compreendido como um caso revelador, por oferecer a oportunidade de investigar um fenômeno antes inacessível e; (e) uma última razão é o caso longitudinal, que compreende o estudo do mesmo caso em dois ou mais diferentes períodos no tempo (YIN, 2003). A subunidade do Pará compreende a condição de caso longitudinal, revelador e possivelmente representativo.

Por tratar-se de um caso longitudinal, o método histórico também assume importância central no processo de falseamento e validação das hipóteses formuladas. Este método “consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107). Sua utilidade está em “preenche os vazios dos fatos e acontecimentos, apoiando-se em um tempo, mesmo que artificialmente reconstruído, que assegura a percepção da continuidade e do entrelaçamento dos fenômenos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107). O método histórico nesta pesquisa é utilizado com a finalidade de confeccionar um encadeamento narrativo-interpretativo do processo de expansão da fronteira amazônica paraense, enfatizando os elementos de continuidades e descontinuidades dos processos de exploração.

Neste sentido, faço uso da proposta epistemológica de Aníbal Quijano de estudo da *totalidade histórico-estrutural*, entendida como a articulação de elementos historicamente heterogêneos, cujas relações são descontínuas, inconsistentes e conflituosas. E que compreende que o processo histórico da mudança não consiste na transformação de uma totalidade histórica noutra equivalente, ou por saltos e rupturas. O que se deve a uma noção de o eixo comum, através do qual tudo tende a mover-se de modo conjunto. Assim, ao falarmos de mudança, compreende-se que ela afeta de modo heterogêneo e descontínuo, os componentes de um dado campo

histórico de relações sociais. As seguintes palavras do autor, permitem entender melhor essa relação entre a totalidade e as partes em situações de mudanças e continuidade:

As partes num campo de relações de poder societal não são só partes. São-no em relação ao conjunto do campo, da totalidade que este constitui. Consequentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem igualmente uma constituição historicamente heterogênea. Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente até uma singularidade. Todos eles se movem dentro da tendência geral do conjunto, mas tem ou podem ter uma autonomia relativa e que pode ser, ou chegar a ser, eventualmente, conflituosa com a do conjunto. Nisso reside também a moção da mudança histórico-social (QUIJANO, 2010, p. 97-98).

É neste sentido que Quijano propõe que, no quadro do estudo social da exploração, todo o fenômeno histórico-social “consiste na expressão de uma relação social ou numa malha de relações sociais. Por isso, a sua explicação e o seu sentido não podem ser encontrados senão em relação a um campo de relações maior que o que lhe corresponde” (QUIJANO, 2010, p. 95).

Para execução da coleta de dados, faço uso essencialmente de fontes bibliográficas secundárias. No que tange aos dados sobre desigualdade socioeconômica, relatórios do IPEA, IBGE, ministeriais e de secretarias estaduais serão também investigados. Quanto aos dados dos conflitos sociais e degradação ambiental será possível recorrer às publicações de organizações e institutos como o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente, assim como secretarias estaduais. Ademais, livros e artigos pertinentes a base teórica e histórica delimitada.

3 A COLONIALIDADE NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

A ditadura militar no Brasil é ainda hoje defendida e comemorada por seus apoiadores como um movimento contrarrevolucionário, em sentido de resposta a uma ameaça comunista que se avizinhava e entranhava as mentes dos brasileiros menos preparados para refutar essa ilusão. Essa é uma tese falsa, as narrativas sustentam-se em uma supervalorização das atividades comunistas no Brasil. Se atentarmos para o que foi descrito até aqui, o Partido Comunista (PCB) passou mais da metade da sua existência na ilegalidade por determinações presidenciais, de forma quase paradoxal chegou a apoiar o governo Vargas na segunda guerra Mundial, não conseguiu criar grandes aglomerações e resistências urbanas e estava muito aquém no nível de financiamento e organização doutrinária da elite capitalista orgânica nacional e internacional, que adotava um mecanismo de doutrinação social para comunista nenhum botar defeito.

A contrarrevolução, contudo, não é um termo inválido, mas é conceitualmente disputado. Conforme o entende Fernandes (2006), a contrarrevolução foi a coalescência estrutural e reacionária de vários estratos sociais. Suas práticas distinguem-se como um movimento conservador, que buscou em 1964 a tomada do poder através de um discurso modernizador e securitário que visou acima de tudo o assalto da renda e da riqueza do país.

No mais, não apenas no Brasil conformava-se uma contrarrevolução, conforme reforça Gonzáles Casanova (1995) após a crise do *laissez-faire* e ascensão do consenso keynesiano, já nos anos 1960 articulavam-se respostas quanto a crescente crise de dominação dos oligopólios transnacionais. Estes articulavam-se também em busca de um movimento contrarrevolucionário e de “desmantelamento das conquistas sociais alcançadas tanto pelos movimentos socialdemocratas como pelos comunistas” (GONZÁLES CASANOVA, 1995, p. 58). O que ocorreu no Brasil em 1964 é parte desse movimento.

Diante dessa conjuntura, a colonialidade brasileira nos anos 1960 encontra-se em uma nova fase de controle da autoridade, da economia, da natureza, do ser e do saber, articuladas sob a alegoria de uma democracia racial e da exploração do trabalho pela doutrinação do cidadão-trabalhador, iniciada com Vargas. As reformas

de base de Goulart, ainda que sem apoio consensual para implementá-las, foram talvez o momento em que mais tenhamos nos aproximado de uma substancial geração de direitos aos cidadãos brasileiros, o que causou temores e reações extremas da elite orgânica nacional-transnacional e militar, cabendo a estes impor, através da mudança do regime democrático para o autoritário, a ideologia capitalista, eurocêntrica, cristã, cientificista, moderna e heterossexual.

Começaram com uma ditadura envergonhada e depois ao estendê-la e munida de violência entramos nos anos de chumbo, caracterizado pela ação contra tudo que fosse subversivo e se desviasse do padrão imposto, enquanto o preconceito, a segregação e a naturalização da desigualdade eram cristalizados nos cidadãos coniventes e apoiadores do regime, mas não sem antes a elite camuflar todos esses predicados em uma ideologia nacionalista e meritocrática. É até comum ouvir entre os defensores do regime que: só eram torturados os que mereciam, afinal, isso não acontecia com o cidadão de bem. Essa é a narrativa compartilhada intersubjetivamente entre os que ratificam a herança autoritária da cultura brasileira, intolerante a qualquer noção de alteridade.

Aos militares coube o papel de representantes da autoridade, disciplina e hierarquia, que politizava, mediante repressão e manipulação da lei, a luta contra o crime comum, “tornando cada vadio, ladrões, assaltantes e arrombadores, prostitutas, menores nocivos, revolucionários ou dissidentes em potencial, inimigos internos” (PINHEIRO, 1991, p. 50). Enquanto isso, a elite espoliava o país, sob o manto de um desenvolvimentismo - insustentável - que entregava ao capital estrangeiro as riquezas nacionais e as chances de uma inserção autônoma no capitalismo global. Esse seria o padrão da colonialidade brasileira de 1964 a 1985.

Na Amazônia, o resultado dessa conjuntura é a efetivação do colonialismo interno. Até aqui busquei demonstrar como essa colônia manteve-se alheia a realidade brasileira servindo às esporádicas demandas nacionais e ocidentais, configurando-se quase como território ultramarino, não fosse seu vínculo terrestre apenas explorado nos anos 1960.

À Amazônia coube a conquista pelo Estado, o domínio do mercado e a subalternização de seus habitantes, completamente negligenciados pelo Estado, mas úteis como mão-de-obra barata em uma crescente proletarização, comandada pelo Estado e executada pelas empresas capitalistas ali instaladas. Em paralelo, tornou-se

de praxe o uso da escravidão, servidão, proletarização forçada e exploração generalizada do amazônida. O desdobramento mais evidente dessa efetivação do colonialismo interno foi a violência direta e estrutural que se instalou na Amazônia e lá permaneceu mesmo com o fim dessa missão colonizadora. Dentre os amazônidas mortos, violentados, proletarizados e marginalizados, perpetuam-se aqueles que resistiram, mas forjou-se também aqueles nos quais a ideologia do capital cristalizou-se e reproduziu-se, e diante dessa violência epistêmica, unem-se aos interesses dos associados à dinâmica de exploração local, nacional e global.

3.1 O controle da autoridade no Brasil

Às vésperas do golpe militar mais de 65% da população brasileira ainda vivia na zona rural (BECKER, 1982), a educação era de acesso restrito, a concentração fundiária aumentava, as investidas desenvolvimentistas de JK geraram um quadro de inflação que solapava os salários reais, o “número de associados a sindicatos cresceu em ritmo acelerado, atingido quase 5,5% ao ano entre 1952 e 1961” (SOUZA, 2016, p. 287) e o mini nivelamento da concentração de renda no período 1954-1964 havia beneficiado essencialmente os estratos mais elevados da pirâmide social, enquanto analfabetos, pobres e povos indígenas não participavam do processo político. Meritocracia, cidadanização, igualdade de oportunidades e desigualdade de resultados legitimada pela noção de status e investimento pessoal - que nos EUA era garantido pela relação produção-renda-demanda – pareciam não convencer grande parte da população brasileira, exceto àquela parte conservadora apoiadora do golpe.

A medida que as manifestações populares revelavam o descontentamento com a estratégia populista de controle das massas e geravam maior descontrole do governo Goulart, os movimentos golpistas que se avolumavam - 1950, 1955, 1961 e 1963 – só alcançaram sucesso, ainda que de maneira truncada em 1964, escalando o militar-cidadão à função de garantir que o projeto ideológico ocidental capitalista fosse assimilado pela população em nível generalizado, ainda que para isso fosse necessário dizimar a resistências.

A estratégia patente da elite multinacional e associada concretizava seu intuito de utilizar o Estado, para alcance de seus interesses. Desta vez não como um anel burocrático ou intervenção indireta, mais sim, instalando-se na máquina pública e

utilizando os militares como aliados que mascaravam o real alcance de poder da “nova elite”. “Segurança Nacional e desenvolvimento era, afinal, a máxima dos militares e transformou-se no *slogan* do novo Estado” (DREIFUSS, 1987, p.146).

O General Golbery do Couto e Silva, passou despercebido pelo foco que incidia sobre os que ascenderam ao poder executivo – disputado por uns 15 oficiais- generais ao longo dos 21 anos de ditadura. Porém, Golbery se afirmava como chefe de Estado-Maior do poder multinacional e associado. Esteve encarregado da cooperação geral das Operações Militares e de Informação do IPES. Seu grupo civil-militar era consultado em todas as questões militares e políticas desde a criação do instituto. Golbery não era simplesmente o chefe nacional do setor encarregado da preparação estratégica, para o qual havia sido contratado pelos empresários em fins de 1961. Ele desempenhou também um papel central na campanha militar para deposição de João Goulart como coordenador da articulação encoberta entre os vários líderes do movimento. “De acordo com Glycon de Paiva, o General Golbery foi quem realizou a parte cerebral do golpe. Glycon de Paiva chegou a enfatizar que sem seu trabalho, a revolução de março não teria sido possível” (DREIRFUSS, 1981, p.363).

As discordâncias de Golbery com Goulart e o getulismo eram de longa data. Foi o próprio Golbery quem redigiu o memorial, que ficou conhecido como Manifesto dos coronéis, contrários ao aumento salarial do então ministro do trabalho de Vargas, João Goulart, o que acarretou seu afastamento. Golbery haveria de derrubar Goulart uma segunda vez em 1964 (RAMOS, 2009).

Ainda em 1952, após alcançar a patente de tenente-coronel Golbery passou a adjunto do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), na época dirigida pelo General Juarez Távora. No cargo manteve intenso contato com a elite tecnocrática e desenvolveu estudos para elaboração do planejamento e sistematização estratégica e tática da segurança nacional, que serviriam de base para a ESG (RAMOS, 2009).

Em 1955 publicou o livro Planejamento Estratégico, expandindo em sua segunda edição (1981) tanto os fundamentos quanto as justificativas do que denominou de revolução, em referência ao golpe de 1964. Nele, o General também teoriza o homem como parte de uma complexa hierarquia de lealdades muitas vezes conflitantes, para as quais, seria a nação o elemento de suprema lealdade, “sem a qual o homem nem mesmo seria homem” (SILVA, 1981a, p. 98). Golbery então

ressalta que, para o bem ou para o mal, vivíamos na era dos nacionalismos e a lealdade máxima do cidadão deveria ser consagrada a nação, não apenas com o mero sentimento de patriotismo que embora nobre, só seria verdadeiramente caracterizado como nacionalismo quando dotado de vontade coletiva, vontade consciente e vontade de engrandecer a nação. Como?

Realizando plenamente e salvaguardando a qualquer preço os Objetivos Nacionais Permanentes (ONP)! E quais eram esses objetivos? Quem os definiam? A definição derivaria dos interesses e aspirações do grupo nacional, tendo em vista a sua própria sobrevivência como grupo, o que, por sua vez, os demandava assegurar as três condições básicas de “autodeterminação, integração crescente e prosperidade” mas também o bem-estar e prestígio” (SILVA, 1981a, p. 60).

Definidos os ONPs aos quais os cidadãos deveriam se curvar, os meios deveriam adequar-se a esses fins, e para isso seria necessário livrar-se de todos as superestruturas ideológicas – liberalismo econômico ligado a manutenção de privilégio inglês, *libensraum* germânico e comunismo stalinista – mediante avaliação estratégica da conjuntura política, psicossocial, econômica e militar. Por fim, os Objetivos Nacionais Atuais (ONA), representavam justamente estes meios que se adequavam aos fins, resultariam da reação a conjuntura, integrando política, geopolítica, estratégia e geoestratégia aos meios possíveis para defesa do ONPs. Em síntese, a sobrevivência do grupo entendido como nacional. Logo, ONA eram as táticas e ONPs, a estratégia definida sob a concepção do que seria o “nacional”.

A segurança nacional dependeria, ainda, de uma estratégia global, regional e interna. E esse conjunto de estratégias foi explicitamente vinculado à defesa do pertencimento do Brasil ao ocidente. Segundo as palavras de Golbery, é, “para nós, o ocidente como ideal, o ocidente como propósito, o ocidente como programa” (SILVA, 1981b, p. 224). E questiona-se retoricamente: “Qual esse ideal, esse propósito, esse programa que impulsiona e galvaniza a Civilização do Ocidente?” (SILVA, 1981b, p. 226) em síntese, “a ciência – como instrumento de ação; a democracia – como fórmula de organização política; o cristianismo – como supremo padrão ético de convivência social” (SILVA, 1981b, p. 226). Em defesa da *ocidentalidade* brasileira, reforçou:

Ora, o Brasil, surgido para o mundo e a civilização sob o signo da própria Cristandade, produto de uma transplantação feliz dessa cultura do Ocidente Europeu para terras quase desertas e virgens onde não havia cultura autóctone que lhe resistisse ou pudesse deturpar-lhe a essência,

tradicionalmente alimentado, durante toda sua jornada histórica já longa de quase cinco centenários, nas fontes mais límpidas do pensamento e da fé ocidentais, não poderia renegar jamais esse Ocidente em que se criou desde o berço e cujos ideais democráticos e cristãos profundamente incorporou à sua própria cultura (SILVA, 1981b, p. 226).

E de forma mais lírica, finaliza:

E, pois, pertencemos ao Ocidente; nele estamos e vivemos; o Ocidente vive e persiste, realmente em nós, em nosso passado e em nosso presente, em nosso sangue e em nossos músculos, em nossos corações e em nossos nervos, nos ideais pelos quais lutamos e nos interesses que defendemos, na técnica que nos arma o braço, na ciência que nos alimenta o espírito, na fé que nos fortalece a alma, nos livros que lemos, nas palavras que proferimos, nos cânticos que entoamos, nas preces que baluciamos, até nesta maravilhosa paisagem plástica que nos rodeia, praias, montanhas, selvas, campos, planaltos e rios, ocidentalizados mais e mais pelo esforço perseverante e inalcançável de incontáveis gerações. Nós somos, também, o ocidente (SILVA, 1981b, p. 226-227).

Naturalmente, ao posicionar-se em defesa do ocidente, para o militar, a União Soviética e sua ideologia representavam grande ameaça também para o Brasil. Essa ameaça foi reforçada em discursos que imputavam aos comunistas o interesse e disposição ao conflito bélico, fundamentados em seu antiamericanismo, anticapitalismo, anticristianismo, materialismo e demagogia (SILVA, 1981a). Mas antes que a teoria esguiana se tornasse a filosofia oficial do regime militar, seria integrada a ela nos finais dos anos 1950, a teoria da Guerra Revolucionária (GR). Até aqui a Doutrina de Segurança Nacional estava invariavelmente influenciada pela hipótese estadunidense de guerra total. A *National College War*, que ajudou a criar a ESG, manteve nela um oficial de ligação docente até 1970, garantindo a confluência ideológica da instituição (CHIRIO, 2012).

Foram, no entanto, os franceses que melhor muniram o Brasil de inovação doutrinária. Em artigo intitulado “*a guerra revolucionária*” (de 1957) publicado pela revista do Estado Maior do Exército (EME), o General Moacyr Potyguara traduziu texto ligado ao Ministério de Defesa Frances. Nele, os oficiais brasileiros acusavam a existência de revolucionários subversivos, que tinham como objetivo, a fim de derrubar o regime, a “conquista física e moral” da população (CHIRIO, 2012, p.21) através de táticas destrutivas como manejo das massas, formação ativista, propaganda, greves, formação de hierarquias paralelas, terrorismo e construção de um aparelho governamental clandestino (CHIRIO, 2012). Parece a descrição do complexo

IPES/IBAD/ESG, mas na verdade, foi uma forma de deslegitimar as insatisfações sociais, classificando parcela da sociedade nacional como inimigos internos.

Essa era a guerra, então classificada nos estamentos militares, como moderna, contra a qual firmava-se a convicção da missão política dos militares. Sob a influência francesa e com incitação do próprio presidente JK (DREIFUSS, 1981), a Guerra Revolucionária emergiu, aparecendo na mídia como guerra moderna, subversiva, social revolucionária, revelando, em verdade, o menosprezo dos militares com as classes populares, a valorização das novas elites e seu capital cultural, onde os militares de mais alta patente esforçavam-se para se situar. Face a guerra moderna, encobre-se uma reprodução da colonialidade e do colonialismo interno que pulsava como herança na América Latina:

A exportação das doutrinas de guerra francesas, nos anos 1960 e 1970, contribuiu, portanto, para justificar a irrupção na cena pública dos militares latino-americanos que as liam. Em diversos aspectos – desconfiança com relação à classe política civil, supostamente superada ou corrupta; concepção organicista do social; paternalismo e desprezo das massas; convicção de uma missão política dos militares na esfera da guerra moderna, chegando a uma “refundação” política e social etc. -, o pensamento dos autores franceses repercute temáticas historicamente bastante presentes no seio da direita militar brasileira, o que leva à questão sobre a existência de uma “cultura política transnacional”, construída a longo prazo, dos exércitos. Observamos que as sociedades que os autores franceses têm em mente são coloniais – indochina e, principalmente, argelina -, mas a similaridade do “risco revolucionário” imaginado e a aplicação de uma mesma estratégia de luta induzem os oficiais brasileiros a conceber a população, o sistema político e o nível de desenvolvimento de seu próprio país com a mesma distante altivez (CHIRIO, 2012, p. 23).

O que esse trecho do livro de Chirio (2012) destaca é como a doutrina de segurança que a França formulava para suas áreas coloniais, não para seus cidadãos, é absorvida no Brasil, pela classe militar, que olhava para o povo como a França olhava para suas colônias. Esse era o verdadeiro ocidente como ideal, propósito e programa. Um programa que sublinhava combater o próprio cidadão nacional no Brasil.

Se por um lado, a ESG não lograra unificar os interesses de todos os militares, a teoria da guerra revolucionária foi capaz de construir no oficialato e no imaginário popular um verdadeiro movimento de securitização do Estado, que sustentado no binarismo da guerra fria, apresentava as manifestações sociais como uma ameaça existencial contra a qual medidas emergenciais, e até mesmo fora do jogo

democrático, deveriam ser tomadas. Esse discurso legitimou não apenas a articulação do golpe, mas também a permanência dos militares no poder em uso de uma série de mecanismos de repressão da população. Alguns mecanismos já eram de praxe do Estado autoritário brasileiro, outros seriam confeccionados pelos militares exclusivamente para aquele combate com os inimigos internos.

De monta, ainda que houvesse dissidências entre o grupo tradicionalista de Olympio Mourão e Costa e Silva e os ocidentalistas da ESG, as obras e a posição de articulação de Golbery, forneceram a “racionalidade estratégica e tática” do planejamento nacional à medida que a população legitimava o discurso securitizante da guerra revolucionária. Quando a securitização de fato se concretizou com o golpe, Golbery apresentou os seguintes argumentos:

Apesar de não ter havido unidade de comando, a estratégia revolucionária, tal como prevaleceu na ação, foi coerente, obedecendo a uma concepção unitária em defesa dos próprios ONP. O Governo J.G. ameaçava frontalmente os fundamentos vitais da sobrevivência da Nação: a autodeterminação de um povo que desejava viver no regime democrático – pela aliança e submissão a interesses alienígenos, através de sua vinculação oportunista à estratégia do comunismo internacional; a integração nacional – pelo estímulo a todas as forças desapregadoras tanto nos campos econômico e político como no social e, também, no militar; a propriedade do país – por novos impulsos dados à inflação que chegou, por fim, a anular o próprio desenvolvimento econômico e social; o prestígio internacional do Brasil – por atitudes dúbias na política externa e descumprimento de obrigações livremente assumidas, principalmente como país devedor (SILVA, 1981a, p. 447).

Com base nestas justificativas entende-se que Golbery e os demais militares buscavam acastelar de legitimidade o golpe de 1964, apresentando-o como uma revolução, um combate ao inimigo comunista em defesa da democracia liberal e das “forças armadas como um corpo, encarnação do povo, do qual uma profusão de atores pode declarar-se porta voz” (CHIRIO, 2012, p. 233). Este foi um movimento de homogeneização social, contudo, não para a democracia.

De início, as instituições permaneciam formalmente as da democracia. Castelo Branco conseguiu assumir a primeira presidência do regime autoritário graças a seus vínculos com ESG e IPES, os quais, decidiram que o governante não deveria ter ligações com os civis de maior peso político da época – Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barro. O complexo das elites opunha-se também a Dutra e aos extremistas de direita, criando uma rixa que, de um lado, comportava os generais

castelista em grande medida pertencentes a ESG, de formação na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e com bagagem intelectual influenciada pelos cursos no exterior, principalmente nos EUA. Do outro lado, estava a linha dura, totalmente ocultados pela historiografia, “privados de experiências singulares e das capacidades intelectuais que fizeram do punhado de castelistas “ditadores à revelia” (CHIRIO, 2012, p. 53).

No entanto, apesar das disputas para o prestígio político, a história revela que, de Castelo Branco aos ditos linha dura, Costa e Silva e Médici e depois com o retorno dos esguianos Geisel e Figueiredo, a lógica de imposição e opressão seria diretamente proporcional a desnacionalização da economia brasileira e ao alcance dos interesses dos verdadeiros donos do poder e reais mandatários do Estado: a elite orgânica multinacional e associados.

A frente do Estado autoritário, Castelo Branco, junto com a ESG fez frente a seus opositores, subalternizou os empresários rivais, legitimou a neutralidade do regime e formulou diretrizes que pareciam científicas e não políticas.

Os membros do IPES e seus associados transnacionais, viam nos militares uma fonte de autoridade com maior apelo político com a população do que o programa modernizante-conservador. Tão real, que em 2 de abril de 1964 as comemorações do golpe, com marcha de famílias nas ruas do Rio de Janeiro, concentraram 800 mil pessoas (DREIFUSS, 1981). Ainda em Abril, a “operação de limpeza” se inicia com o Ato Institucional nº1, conferindo ao poder executivo a autoridade para cassar direitos políticos e demitir dos cargos públicos os oponentes do regime, o que operacionalmente foi feito através dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) – sob a chefia do IPES –, e controle da Comissão Geral de Investigações. Tais medidas “elucidou” e combateu, o que o artigo 8º do AI definiu como “crimes contra o estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou atos de guerra revolucionária” (CHIRIO, 2012, p. 64).

No saldo, 1.498 oficiais e graduados foram atingidos pelo ato. Os oficiais restantes acataram o golpe (CHIRIO, 2012). Cassações, expurgos e aposentadorias compulsórias atingiram em seguida os meios político, sindical e estudantil, punindo e/ou cassando mais de 5 mil pessoas (SOUZA, 2016). Outra emenda constitucional prorrogou o mandato de Castelo Branco até 1967.

Neste íterim, Golbery assumiu posição central fundando o Serviço Nacional de Informação (SNI), com sede no ministério da fazenda. Foram convocados para o núcleo de atuação o General Ernesto Geisel, General Agostinho Cortes, o tenente-coronel Danilo Venturini, Coronel, João Baptista Figueiredo, e mais tarde, no Governo Costa e Silva, o General Emílio G. Médici, sucedido pelo General Carlos Alberto Fontoura e outros ipesianos. O ex-ministro de Jango, General Riograndino Kruel tornou-se chefe do Departamento Federal de Segurança Pública e Costa e Silva figurava como Ministro da Guerra (DREIFUSS, 1981). Golbery foi verdadeiramente um formador de ditadores e gerenciador de ditaduras.

No plano político, a Universidade de Brasília foi ocupada, a sede da União nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida e incendiada, “o PTB perdeu cerca de 15% de sua bancada federal apenas nessa primeira rodada de cassações, as Ligas Camponesas foram violentamente reprimidas, as intervenções em sindicatos foram maciças em 1964 e 1965” consequência da lei nº 4.300 de 1964 que impossibilitou as manifestações sociais (SOUZA, 2016, p. 292).

Com os Ipesianos, Roberto Campus assumindo o superministério do Planejamento e Coordenação Econômica e Octávio Gouveia de Bulhões no Ministério da fazenda, iniciou-se o planejamento governamental e a política de abertura ao capital estrangeiro (DREIFUSS,1981; CHIRIO,2012).

3.2 O controle da economia brasileira

Sob o comando dos dois civis foi apresentado o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) que combinava estabilização monetária com reforma tributária e financeira. Não foi um plano completamente ortodoxo, continha muito da meta desenvolvimentista e de planejamento centralizado. O fardo da estabilização monetária foi carregado pelos assalariados, que passaram a contar com um salário máximo e não mínimo, em vias de controle da inflação. Até 1974 os salários sofreram retração de 30%, quando só então passou a apresentar lento crescimento (LUNA; KLEIN, 2014; SOUZA, 2016). Conforme Souza (2016) muitos estudos destacaram a importância dessa política de estabilização para aumento da desigualdade, corroborando com a tese de que não foi apenas na fase do milagre econômico que se deu a piora da desigualdade, ela apenas se intensificou.

A reforma tributária levada a cabo pela elite orgânica foi um segundo reforço à concentração de renda e aumento da desigualdade, mas também contribuiu para forçar a modernização da oligarquia tradicionalista que resistisse à agroindústria e à modernização mecanizada, principalmente no Centro-Sul do país. Para o centésimo (0,1%) mais rico houve leve tendência de aumento na tributação (SOUZA, 2016). A leitura que Dreifuss (1981) fez dessa investida tributária correlaciona-se com a proposta da reforma agrária encabeçada por Golbery e pelo IPES. O instituto publicou ainda em 1964 o livro “*reforma agrária: problemas, bases, soluções*”. A partir dele o projeto que criaria o Estatuto da Terra, foi debatido com a Confederação Brasileira Rural (CBR) que propôs emendas ao grupo do estatuto. No fim, além de restringir uma real distribuição que contemplasse o acesso dos camponeses à terra, a proposta avançou no sentido de tributar progressivamente os grandes proprietários, como forma de obrigá-los a adotar práticas produtivas modernizantes ou venderem suas terras ao capital multinacional e associado, indo, portanto, de encontro com o interesse agrário tradicional. Em seguida, a Superintendência de Reforma Agrária foi transformada no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRE) que nos anos 1970 se converteria no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O IBRE foi útil para bloquear a influência do ministério da agricultura onde a oligarquia do café tinha total controle e superar os pontos de estrangulamento para modernização industrial do campo.

A reforma contribuiu substancialmente para redução do déficit público mediante aumento da arrecadação e “racionalização” do sistema, contudo esse aumento de arrecadação decorreu em grande parte dos impostos indiretos. “Como parte substancial dos rendimentos dos mais ricos era (e é) isenta ou tributada exclusivamente na fonte, as alíquotas efetivas sobre os rendimentos totais são bem menores” (SOUZA, 2016, p. 294), assim, os dados da alíquota efetiva do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) dos milésimos (0,01%) mais rico no período entre 1965-1970 demonstram que houve queda pronunciada dos rendimentos brutos tributáveis. Quem carregou o ônus foi a população mais pobre que arcava com os impostos indiretos. A tributação sobre os 0,01 % mais ricos caiu ainda mais se considerarmos os incentivos fiscais que marcaram a época.

O terceiro eixo do PAEG, ou seja, a reforma financeira, foi por fim, mais uma variável causal da ampliação da desigualdade e concentração de renda no Brasil. De

certo que deriva desse período a criação do Conselho Monetário Nacional, Banco Central e outras instituições que ainda perduram, posto que serviram ao ímpeto de modernização nacional, contudo:

A criação da correção monetária contornou as restrições da Lei da Usura e efetivamente criou um mercado de títulos públicos, possibilitando o financiamento não inflacionário do déficit público. Ao proteger o retorno real dos ativos, beneficiou os estratos poupadores, em um momento que, vale lembrar, os salários mais baixos eram fortemente reprimidos. A ditadura promoveu ativamente a concentração bancária, sobretudo a partir de 1971, acreditando que economias de escala reduziriam os custos operacionais do sistema. O resultado foi apenas a limitação da concorrência e oligopolização do sistema bancário. Cabe ainda lembrar que boa parte do crédito oferecido por instituições oficiais originava-se de mecanismos de poupança forçada, muitas vezes desvantajosos para os trabalhadores que contribuíam para eles (SOUZA, 2016, p. 295).

No que tange a tais poupanças forçadas, em 1966 a criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) foi outro dos mecanismos usados para explorar os recursos da classe precária trabalhadora e transferi-los aos mais ricos, mediante incentivos. O FGTS foi um anteprojeto à estabilidade por tempo de serviço criada por Jango, que resguardava o trabalhador com mais de 10 anos de serviço contra demissões, salvo em caso de greve. Fruto das ideias do IPES, o FGTS reforçou a rotatividade dos trabalhadores mediante contribuição compulsória de 8% do salário para um fundo de pagamento de rescisão do contrato, que na verdade era repassado à indústria e ao sistema financeiro de habitação. FGTS, foi, portanto, uma poupança forçada da população em benefício da classe média e elite. Além disso, “o FGTS foi vantajoso para os empregadores, possibilitando a estratégia de demitir funcionários logo antes dos dissídios coletivos para recontratá-los depois sem conceder os reajustes” (SOUZA, 2016, p. 296). Os frutos dessa rotatividade foram descritos por Dreifuss (1981) no caso de São Paulo, onde em 1970, 34,5% dos trabalhadores industriais tinham menos de um ano de serviço, 55,6% menos de 2 anos e 74,2% menos de 3 anos de serviço.

As políticas do PAEG tiveram como resultado imediato a concentração de renda nos estratos mais altos da sociedade. Dentre os trabalhadores quem realmente ganhou com as medidas foram trabalhadores de grandes empresas, executivos e gerentes de estatais. Isso porque o movimento que se autodenominou revolucionário, tinha como meta a modernização rápida da economia, não a melhora social. Para isso era necessário um governo forte e estável, o que se efetivou pela sequência de atos

institucionais e repressão aos opositores já nos primeiros anos do regime. Também foi urgente as reformas descritas que se pautaram em uma noção produtivista e não redistributiva, ou seja, o crescimento acelerado que aceita como ônus de curto prazo a permanência apreciável de desigualdade de renda. Essa concentração foi não só aceita, foi planejada.

Na visão da elite que controlava o Estado uma das causas do subdesenvolvimento do Brasil, era a baixa capacidade de poupança conversível em investimento. Pelas contas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), entre 1947 e 1964 a taxa média de investimento brasileiro manteve-se em 16,3% do PIB, muito abaixo das de casos exemplares de crescimento econômico na época como República Federativa Alemã e Japão. Henrique Simonsen, na época, afirmava ser necessário, para a “grande arrancada”, “concentrar mais ainda a renda nacional, em proveito dos empresários” (GOLDENSTEIN, 1986, p. 73), projeto que se manifestou no PAEG. A desigualdade foi, portanto, intencional, ideal materializado em políticas que aceleraram a acumulação de capital no ceio da empresa. Outros dois ditos desafios do Brasil, eram a modernização bancária, para fornecer crédito aos agentes econômicos e a absorção de capitais estrangeiros complementares, necessários em face da insuficiência financeira e tecnológica da economia brasileira.

Com o PAEG e a política de concentração de renda acrescida de uma política de restrição monetária, os anos de Castelo Branco, permitiram por um lado, tirar o Brasil da recente recessão e retomar crédito internacional, mediante negociação com FMI e o Clube de Paris. Por outro, a concentração de capital levou a falência de empresas incapazes de competir nesse contexto de centralização e concentração dos capitais, quando não, essas empresas eram absorvidas por aquelas mais competitivas. Ouve em contrapartida a adoção de uma das legislações mais abertas em termo de registro e controle das atividades de empresas multinacionais, com liberalização de remessas de lucro, isenções fiscais e até créditos subsidiados em moeda Nacional. O sistema financeiro foi reformado com a criação do Banco Central mediante a lei nº 4595, de 1964 e a regulamentação bancária mediante a lei nº 4729, de 1965. A lei nº 4390 de 1965 e a resolução 63 de 1967 também internacionalizaram de vez o sistema financeiro (GOLDENSTEIN, 1986).

Estas medidas facilitavam o acesso de empresas nacionais ao capital estrangeiro, mas dificultava a abertura de sucursais e filiais de bancos estrangeiros

no Brasil. Essa foi uma medida de proteção ao capital bancário que correspondia a grande parcela da burguesia nacional que apoiava o regime. Como consequência, como os juros internacionais eram mais baixos, o capital estrangeiro provinha de maneira direta dos bancos às empresas, criando aqueles espaços acima das economias nacionais, que ficaram conhecidos como mercados *off-shore*, onde a elite econômica efetuava suas operações financeiras internacionais (GOLDENSTEIN, 1986, p. 89). Nesses ambientes havia maior autonomia em face da inexistência de uma autoridade monetária. Logo, as medidas protegiam bancários nacionais e empurravam as empresas a se endividarem no mercado *off-shore*.

Evidencia-se que as consequências imediatas do PAEG, além da desigualdade, também foram a desnacionalização e a concentração industrial, tornando a economia brasileira mais vulnerável ao poder de decisão de executivos multinacionais concentrados em setores-chave da economia (DREIFUSS, 1981). Nada menos era esperado pelas companhias participantes da *Atlantic Community Development Group for Latin America (Adela)* e do *International Finance Corporation (IFC)* que estiveram à frente, financiando, a campanha contra Goulart. A IFC foi criada ainda em 1956, para o investimento próprio ou em “conjunto com outras corporações internacionais em alguns dos grandes grupos associados e empresas públicas no Brasil” (DREIFUSS, 1981, p. 62). A gigantesca ADELA foi formada em 1962 e registrada em 1964 no Gãu-Ducado de Luxemburgo. Vinculava-se a grandes grupos econômicos multinacionais, à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) e ao CFR. Como reitera Galeano (2015):

ADELA não é uma canção da revolução mexicana, mas o nome de um consorcio internacional de investidores. Nasceu por iniciativa do First National City Bank de Nova York, da Standard Oil de Nova Jersey e da Ford Motors CO. O Grupo Mellon se aliou com entusiasmo, e se aliaram também poderosas empresas europeias porque, nas palavras do senador Jacob Javits, “a América Latina proporciona uma excelente oportunidade para que os Estados Unidos, ao convidar a Europa para entrar, demonstrem que não buscam uma posição de domínio ou exclusividade”. Pois bem, em seu informe anual de 1968, a ADELA, agradeceu muito especialmente ao Banco Interamericano de Desenvolvimento os empréstimos concedidos para incrementar os negócios do consorcio da América Latina, e no mesmo sentido saudou a obra da Corporação para o Financiamento Internacional, um dos braços do Banco Mundial. A ADELA está em contato permanente com essas duas instituições, para evitar a duplicação dos esforços e avaliar as oportunidades de investimento (GALEANO, 2015, p. 328).

Os senadores estadunidenses, Jacob Javits e Hubert Humphrey eram

membros da CFR e fechavam o elo com a cadeia multinacional e associados do Brasil. O “capital Multinacional e associado ganhou posição estratégica na economia brasileira, determinando o ritmo e a direção da industrialização e estipulando a forma de expansão capitalista nacional” (DREIFUSS, 1981, p. 62). As multinacionais controlavam 59 das 100 maiores corporações no Brasil. Tornaram-se um fator político central nos finais dos anos 1950, mas o impacto das reformas de Campos e Bulhões, com Castelo Branco, garantiram que a aliança interdependente entre o aparelho de Estado e a grande empresa “não somente estava enraizada no aprofundamento do processo capitalista, mas, em termos muito concretos, na presença desses interesses nas agências e instancias estatais, onde garantiam a reorganização da economia e o controle da sociedade” (DREIFUSS, 1987, p.146).

Entre 1964 e meados de 1968, quinze fabricas de automotores ou de peças para veículos foram deglutidas pela Ford, Chrysler, Willys, Simca, Volkswagen e Alfa Romeo; no setor elétrico e eletrônico, três importantes empresas brasileiras foram parar em mãos japonesas; Wyeth, Bristol, Mead Johnson e Lever devoraram uns quantos laboratórios, e a produção nacional de medicamentos se reduziu à quinta parte do mercado; a Anaconda se lançou sobre os metais não ferrosos, e a Union Carbide sobre os plásticos, os produtos químicos e a petroquímica; a American Machine and Foundry e outras colegas se apossaram de seis empresas nacionais de mecânica e metalurgia; a Companhia de Mineração Geral, uma das maiores fabricas metalúrgicas do Brasil, foi comprada a preço vil por um consorcio do qual participam a Bethlehem Steel, o Chase Manhattan Bank e a Standard Oil (GALIANO, 2015, p. 305).

Em 1962 o Chase Manhattan Bank do grupo Rockefeller adquiriu o Banco Lar Brasileiro, com 34 sucursais no Brasil. Por outra frente, três diretores do Chase Manhattan, logo, integrantes da constelação de poder dos Rockefeller, presidiram o Banco Mundial. John J. McCloy, Eugene E. Black e a partir de 1963 George D. Woods assumiu a presidência do Banco Mundial, quando “casualmente” este banco participou “diretamente, com um décimo do capital e substanciais empréstimos, da maior aventura dos Rockefeller no Brasil: a Petroquímica União, o complexo petroquímico mais importante da América Latina” (GALEANO, 2015, 331).

Antes dos militares fecharem as portas do congresso com o Ato Institucional (AI) nº 5, uma comissão parlamentar foi formada para averiguar a situação e chegou à seguinte conclusão:

O capital estrangeiro, em 1968, controlava 40 por cento do mercado de capitais no Brasil, 62 por cento de seu comércio exterior, 82 por cento do

transporte marítimo, 67 por cento dos transportes aéreos externos, 100 por cento da produção de veículos a motor, 100 por cento da produção de pneus, mais 80 por cento da indústria farmacêutica, cerca de 50 por cento da química, 59 por cento da produção de máquinas, 62 por cento das fábricas de autopeças, 48 por cento do alumínio e 90 por cento do cimento. A metade do capital estrangeiro correspondia a empresas dos Estados Unidos, seguida por ordem de importância por empresas alemãs. [...] de cada dois automóveis fabricados no Brasil, um provém da Volkswagen (GALIANO, 2015, p. 305-306).

E ainda, para Cavalcanti, Brito e Baleeiro (2012) a nova constituição de 1967, aprovada sob ato institucional, foi – além de uma clara tentativa de legalização do golpe - uma imposição forçada da revolução protestante no Brasil. “Embora o povo seja católico, é uma Constituição para defender como alvo supremo o desejo de enriquecimento do povo, sob o rótulo de desenvolvimento econômico” (CAVALCANTI, BRITO, BALEEIRO, 2012, p. 63). O que a distingue da reforma religiosa protestante estudada na tese de Weber, é que esta proveio de uma parte da população da Europa que buscava se libertar das proibições dos concílios da igreja quanto aos juros e a avidez pelo lucro. No Brasil a importação forçada dessa “reforma” veio contra o cidadão:

Esta Constituição é calvinista, é para enriquecer. A preocupação é de proteger o comércio e a indústria, mesmo que se sacrifique aquela coisa que é o essencial de qualquer um, de qualquer povo, de qualquer civilização, de qualquer desenvolvimento – o homem. O homem, alvo precípua da Constituição de 1946. A de 1967 põe em primeiro plano a indústria, o comércio e o desenvolvimento econômico. O mito do desenvolvimento econômico informa esta Constituição e a anemiza (CAVALCANTI, BRITO, BALEEIRO, 2012, p. 64).

No centro do capitalismo mundial, as concessões da elite orgânica em prol do que eles consideravam como cidadãos, garantiu a convivência do capitalismo com a democracia, justamente porque se sustentava pela exploração da periferia. Nas periferias essa convivência tornou-se impossível, pois a elite local explorava ocidentalizada, exploradora e capitalista os próprios nacionais em patente colonialismo interno, e essa impossibilidade levou à onda de ditaduras na América Latina. Foi necessário, portanto impor uma revolução protestante *a la burguesia-militar*, uma revolução que baseava-se na conservação da hierarquia social, acrescida da modernização das lideranças, mais compatíveis aos interesses ocidentais, da economia aberta a exploração do centro e da concepção de si dos sujeitos, transformados pela imposição de uma ideologia do mercado que os guiaria a uma

padronização comportamental aberta a servidão voluntária. O regime militar forçou a população brasileira a engolir o veneno, até que o hábito de se envenenar fosse automatizado e se reproduzisse espontaneamente.

No entanto, a coalizão Keynesiana que governava o mundo iniciou seu ciclo de distúrbios nos anos 1960. A combatividade dos assalariados em defesa da renda (que marcou os anos 1968) foram atendidas enquanto setores industriais pouco expostos a concorrência internacional puderam aumentar sua escala de produção. Quando essas economias conseguirem escala e iniciaram uma deslocalização maciça de segmentos de montagem em direção aos mercados asiáticos a lógica da demanda agregada passou a perder sentido com a massa de desempregados. Porém o próprio aumento das rendas e a baixa sensível nas taxas de lucratividade das empresas passou a frear o ciclo virtuoso. Com a desaceleração dos ganhos de produtividade e amplificação da inflação com as duas crises do petróleo (1973-1979), a estagflação parecia assinalar o atestado de óbito do keynesianismo (DARDOT; LAVAL, 2016; DREIFUSS, 1987).

Em 1967, a criação do *Gold Poo*, pelo grupo de potências ocidentais firmou o compromisso de não converter o dólar em ouro, confirmando que o sistema, firmado em Bretton Woods, não era compatível à acumulação de todos, ainda mais com os Estados Unidos gastando mais do que o possível, para lidar com guerras como a do Vietnã (SANTOS, 2000).

Com o insuficiente crescimento das reservas internacionais de ouro, coube aos Estados Unidos escolher entre fazer expansão de ativos de curto prazo ou revalorizar o ouro. O país usou ainda, por um bom tempo, o mercado de eurodólar como forma de gerar liquidez internacional, contudo, esse cenário gerou grande instabilidade e desconfiança, até que em 1971 a conversibilidade do dólar em ouro foi suspensa, levando a flutuação geral das moedas em 1973, enterrando as bases cambiais do Sistema de Bretton Woods (SANTOS, 2000).

É neste momento que se iniciam novas articulações que irão moldar ideologicamente a grande virada neoliberal e a luta pela retomada/consolidação da hegemonia norte-americana. Ainda em 1973 David Rockefeller fundara a Comissão Trilateral como um fórum de reunião de "cidadãos distintos", provenientes da elite política e econômica da tríade EUA, Europa e Japão. No relatório "*the crisis of democracy*" em 1975, a Trilateral demonstrou franca insatisfação com o que

consideravam uma situação “ingerível”. “Constatam que os governantes eram incapazes de governar em razão do excessivo envolvimento dos governados na vida política e social” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 194). Dentre os relatores da comissão, Samuel Huntington, queixava-se do excesso de democracia dos anos 1960, mais especificamente no que tange as reivindicações por igualdade e participação política de classes. A Trilateral alinhou-se, neste momento, aos temas clássicos dos primeiros teóricos neoliberais. Contudo, não era a única proponente de reformas vigente:

Três grandes linhas de apreciação estratégica surgem nesse contexto, nos Estados Unidos. Cada uma delas teria a sua vez: a Realpolitik de Kissinger ou equilíbrio de poder pentagonal; o 'trilateralismo', uma abordagem global das relações de força e de equilíbrio dos poderes através da articulação paritária do eixo norte-norte; e a visão da 'nova direita', que enfatizava a supremacia norte-americana numa abordagem mundial autônoma e soberba apoiada numa 'convergência Atlântica', para confronto frio com União Soviética. Tanto a Realpolitik quanto a nova direita preconizavam a intervenção 'quente' onde necessário e possível" (DREIFUSS, 1987, p. 82).

O impacto psicológico da derrota dos EUA no Vietnã, o episódio de Watergate que levaram a renúncia de Nixon em 1974 e a crescente desvinculação dos projetos políticos das diretrizes econômicas, levaram David Rockefeller a buscar um novo consenso das elites e a uma reformulação do CFR entre 1975 e 1976, que desgastava-se, atacado por sua imagem elitista e visto como leniente em suas relações com o bloco socialistas, enquanto o *Committee on Economic Development* (CED) permanecia comprometido com o consenso Keynesiano.

E ainda, de um lado cresciam as reivindicações sociais, de outro a ascensão de poderosas correntes conservadoras, o que levaram o eminente capitalista à criação, nos finais dos anos 1970 da *Business Roundtable* (mesa redonda empresarial). Seus membros derivavam das alas mais pragmáticas do CED, do antigo CFR, da trilateral e chefes de grandes conglomerados. Integrando empresas como *Coca Cola*, *Morgan Guaranty Trust*, *General Electric*, *Continental Oil*, *Adela Investment*, *Bank of American*, *Cartepillar Tractor*, *US Steel*, *Standard Oil* e figuras como o próprio Rockefeller, John Connolly (ex-governador do Texas e ex-secretário do tesouro), convertendo-se em poderosa força de ação empresarial ao nível de Estado, concretizando assim “mais uma renovação econômica, repetindo o processo que dera origem a novos agrupamentos empresariais e elites orgânicas na década de 1940” (DREIFUSS, 1987, p. 95).

A partir dessa articulação, membros importantes da elite orgânica permaneceram no governo Reagan, como os trilateralistas Geoge Bush, o secretário de defesa Caspar Weinberger e mais tarde, o destacado membro do CED George Schultz (DREIFUSS, 1987). O *Business Roudtable* na administração Reagan, embora criticassem os gastos excessivos do governo, foram essenciais para a implementação de uma postura dura quanto aos sindicatos e o afrouxamento da regulamentação do livre mercado, assim como o favorecimento a grandes fusões e incorporações. Foi um período de preparação para a fértil concentração de capitais nos EUA e acelerado aprofundamento da transnacionalização e gigantismo empresarial no mundo. Essa elite atingiu ainda, maior grau de superposição em relação as elites orgânicas do Sul, a exemplo da América Latina.

Desde 1961 atuava na América Latina o *Business Group for Latin American* (BGLA), autorizado por Kennedy e chefiado por David Rockefeller. Na época, o membro do CED, Lincon Gorndon, depois nomeado embaixador dos Estados Unidos no Brasil, teve presença marcante na deposição de Goulart como revelam diversos relatórios vazados da *Central Intelligence Agencie* (CIA). Ainda naquela época no Brasil, as camadas da elite orgânica articulavam a Sociedade de Estudos Interamericanos, a Fundação Aliança Para o Progresso; Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES ou Ipês), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ESG, IFC, ADELA e outros, engajados em cristalizar na população, mediante doutrinação sistemática, a ideia de que o capitalismo funciona, enquanto levavam o país a uma inserção no sistema transnacional de produção. Quando enfim, com o golpe de 1964, remodelaram o sistema econômico-financeiro, essencialmente no Governo Castelo Branco, mas também nos governos subsequentes (DREIFUSS, 1987).

Essas organizações político-ideológicas se articulavam no início dos anos 1960, conformando *Council for Latin America* (CLA), que por sua vez, obedecia às rearticulações da Trilateral, CED e CRF. O CLA passaria a se chamar *Americas Society* em 1981, fundindo-se também com a *Pan-American Society* e o *Center for Inter-American Relations* (CIAR) (DREIFUSS, 1987). Todos seguiam as diretrizes gerais da *Business Roudtable*.

A posse do presidente General Costa e Silva foi um a clara demonstração da crescente força dos militares de linha dura que se formavam frente a “*Sorbone*” brasileira (ESG), mas também demonstrava que o temor dos latifundiários e industriais

nacionais, frente a modernização e desnacionalização, não permitiram que Castelo Branco fizesse seu sucessor. O novo governo tornou a modernização da economia ainda mais conservadora, abandonou o *pseudo-projeto* de reforma agrária produzido pelo IPES, diminuiu o ritmo da desnacionalização, o que não significou revertê-la e adotou políticas de reforço a burguesia nacional (GOLDENSTEIN, 1986).

Se por um lado, o Marechal Artur da Costa e Silva, passou a fazer o papel linha dura, a administração do CLA no Brasil, entre 1965 e 1967 trabalhou para cooptar sua adesão ao bloco da elite orgânica:

Os funcionários graduados do Council e as Companhias filiadas trataram pessoalmente da criação de um clima hospitaleiro com que foi recebido o Marechal Artur da Costa e Silva, durante sua visita aos Estados Unidos, no início de 1967, antes de assumir a presidência do Brasil. Para azeitar suas discussões com o governo norte-americanos, a comunidade empresarial no Brasil contratou um economista nos Estados Unidos com a ajuda financeira da CLA. E ele preparou um leque variado *de position-papers* sobre os mais diversos assuntos - entre eles, "O debate sobre desnacionalização", "a Remessa de Lucros", "Diretrizes para melhorar a contribuição dos investimentos Estrangeiros para o Desenvolvimento" e "Propriedade das maiores empresas no Brasil" (DREIFUSS, 1987, p. 205).

Ao longo do Governo Costa e Silva, o CLA trabalhou com grupos empresariais em Campinas, manteve estreito contato com a ESG, e criaram, em 1969, um acordo entre a Câmara de Comercio dos Estado Unidos e a Comissão Brasileira, dando origem ao *Council of Brazilian North American Businessmen*. A elite orgânica no Brasil, não cessou sua articulação após os primeiros anos de efetivação do golpe, pelo contrário, aprofundou-a.

Para tanto, foi elaborado o Programa Econômico e Diretrizes de Base do Governo (PED). A política econômica passou a ser dirigida por Delfin Netto até 1973, incluindo o I Plano Nacional de Desenvolvimento no Governo Médici. De início, o governo Costa e Silva passou executar política monetária mais brandas para facilitar a obtenção de crédito. Estimulou a construção de grandes conglomerados financeiros liderados pelo banco comercial. Todavia, com a adoção de taxas de juros internas mais elevadas que a internacional e com a minidesvalorização da taxa de câmbio, estimulou também um processo de captação de recursos nos bancos internacionais. Os empréstimos externos serviram ainda para financiar os programas das grandes obras públicas que se expandiram no período. Parece não ter sido coincidência que a PED e depois o IPND coincidiam com um dos fatos mais marcantes dos anos 1970: a

privatização da liquidez financeira internacional.

Como? o crescimento econômico dos EUA e países da Europa começavam a apresentar sinais de esgotamento nos finais dos anos 1960 e as rigorosas regulamentações aos movimentos bancários – como a restrição na abertura de novos guichês e a limitação no espaço de intervenção do capital bancário – dificultavam o desenvolvimento das atividades em paralelo a diminuição da demanda por crédito. Criou-se um processo de superacumulação bancária. A exportação desse excedente foi a saída encontrada, iniciando um processo de multinacionalização bancária. Primeiramente esse processo dedicou-se ao financiamento das implantações das empresas clientes desses bancos no estrangeiro, o que na prática exigia desses bancos atuar na transferência de fundos entre a matriz e a filiais, na compra e venda de matéria-prima etc. O número de bancos dos países centrais com uma política multinacional passou de 15 em 1967, para 125 em 1973. No mesmo período as sucursais que atuavam no estrangeiro passaram de 295 para 699 (GOLDENSTEIN, 1986).

O aperfeiçoamento desses serviços financeiros transnacionais possibilitou o surgimento de um sistema de crédito internacional mediante o desenvolvimento das operações de intermediação financeira internacional, criando as praças *off-shore*. Primeiro os bancos faziam corretagem, organizando as euro-obrigações no mercado de capitais. Todavia isso não permitia a criação de moedas transnacionais, já que os bancos não financiavam empresas e países com os depósitos em seu poder, apenas ajudavam na venda das obrigações a terceiros e lucravam com a corretagem. A criação de moeda transnacional se inicia com a oferta dos *eurocréditos*, típico de bancos comerciais, que se reúnem sob a liderança de um banco-líder para concessão de crédito a determinado tomador. Como o mercado *off-shore* de Londres era o mais importante do período, esse crédito era fornecido com base na taxa de juros do *London Interbank Offered Rate* (LIBOR), ou seja, taxa flutuante “que permite ao credor transferir ao mutuário final os riscos da flutuação das taxas de juros aos quais está submetido para seu refinanciamento” (GOLDENSTEIN, 1986, p. 63).

Enquanto os países desenvolvidos financiavam-se principalmente pelas euro-obrigações – fator que aumentou o montante de dólares em mão de não-residentes dos EUA, o que em 1958 correspondia a U\$\$ 9 bilhões e passou para U\$\$ 67 bilhões em 1971 –, países em vias de desenvolvimento como o Brasil optavam pelos

empréstimos bancários. A concorrência acirrada entre os bancos por esses tomadores não ampliou o mercado, antes, causou a consolidação de um número cada vez mais restrito de bancos multinacionais (oligopólio), que lucravam no “esquema” de criação de *euro divisas*. O esquema girava em torno de novos empréstimos que geravam novos depósitos, quando um banco “emprestava em euro moedas, a um tomador qualquer, público ou privado, no Centro ou da Periferia. Este usava o dinheiro em atividades internacionais, [...]. De um modo ou de outro, o dinheiro era transformado em depósito num outro banco multinacional” (GOLDENSTEIN, 1986, p. 58). Foi assim, capitando empréstimo no mercado *off-shore* a taxas flutuantes que o Brasil financiou obras faraônicas e subsidiou a iniciativa privada, em grande medida desnacionalizada. Essa prática – típica da periferia, de se endividar, pagando duas vezes a quem produz e que impulsionava a acumulação inglesa, reproduz-se na economia moderna dos anos 1960 e 1970. Agora não se tratava mais de países, mas de grandes conglomerados bancários.

Em sua posse o presidente Médici seguiu a dança. Reconheceu em seu discurso a indispensável contribuição dos investimentos estrangeiros, enquanto altos funcionários do seu governo impulsionaram as ações do *Council for Latin America*. Geisel e Figueiredo, diretamente vinculados a Golbery, não foram diferentes dos militares da linha dura, na verdade já eram partes fiéis dessa aliança transnacional da elite orgânica (DREIFUSS, 1987). A partir dos anos 1980 o CLA junto com *CFR* passou a desenvolver intensas atividades mediante o Conselho Interamericano de Comercio e Produções (Cicyp), atuando como canal de via-direta em toda América Latina. Em seu aniversário de 40 anos, no Rio de Janeiro, a festa contou com a ilustre participação do Presidente Figueiredo, do ministro da Fazenda Ernani Gouveia, do Presidente do Senado, Jarbas Passarinho e outros (DREIFUSS, 1987).

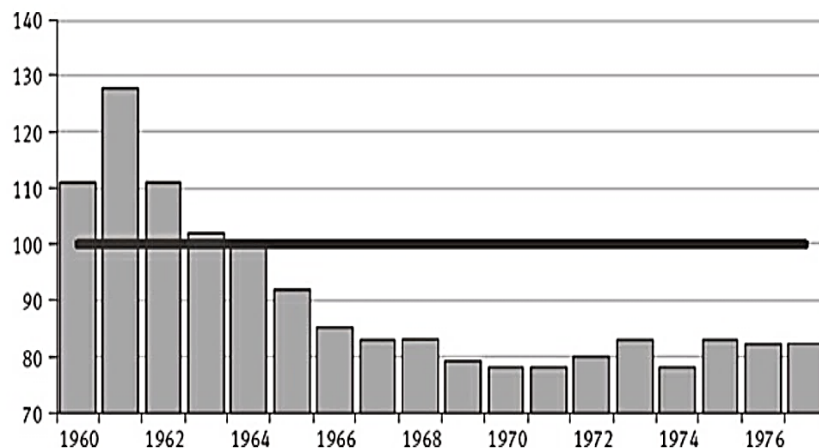
Ainda em 1971 o IPES enviou circular aos seus sócios informando que seus objetivos haviam sido alcançados, nesse clima de otimismo, suas atividades foram encerradas em 1972, não contando com a série de eventos que viriam a colocar o Brasil, assim como o conjunto de países latino-americanos na cilada da dívida externa que já dava seus sinais nos anos 1970 (LAMARÃO, 2009).

No entanto, ainda nessa época, o que a mídia autorizada apresentava no Brasil eram as alegorias do milagre econômico. O país arrancou. Entre 1968 e 1973 cresceu 10% em taxas reais por ano. No mundo o Brasil era visto como a criança

prodígio do capitalismo contemporâneo, o mais importante parque industrial do terceiro mundo, o oitavo país do mundo em produção bruta. Todavia a população ficava alheia a esse processo. “Kuznets era simplificado para justificar que a hora de redistribuir ainda não havia chegado e que a “elevação do padrão de vida das massas” tinha que ser um “subproduto do desenvolvimento econômico”, não de medidas regulatórias do “egoísmo capitalista” (CAMPOS, 1964, p. 185 apud SOUZA, 2016, p. 94).

Em um país aberto e com liberdade sindical, as reformas e esse “milagre” dificilmente seriam possíveis. Mais uma vez o peso desse crescimento foi carregado, sobremaneira, pela população, o salário mínimo anual médio real de um índice 100 em 1964 foi reduzido para 82 em 1977, assim restringiu-se “tanto a demanda agregada quanto os custos da mão de obra para a iniciativa privada” (LUNA; KLEIN, 2014, p. 58).

Gráfico 1 – Índice de salário mínimo real, 1960-1977 (1964=100)



Fonte: Luna; Klein (2014, p. 58).

Enquanto a excedente carga tributária sobre a população era justificada por Mario Amato, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que afirmava que “o imposto de renda não era um castigo, ‘pois só pode pagar aquele que ganha; êle está sendo premiado na sua capacidade’” (UNIVERSO... , 1971, p. 40 apud SOUZA, 2016, p. 97), outra explicação elegante era apresentada à população por Carlos Langoni, que serviu ao regime como presidente do Banco Central em 1983, segundo ele: o trade-off entre igualdade e crescimento seria passageiro, à medida que o amadurecimento das mudanças aumentaria a demanda

de força de trabalho, cuja alta renda derivaria da sua composição educacional. Langoni integrava à análise do U invertido de Kuznets à teoria do capital humano, elevando a educação como variável central na explicação da desigualdade brasileira. Par tanto as bases da educação deveriam ser mudadas conforme as demandas do mercado e para isso o regime de Costa e Silva contou com a ajuda de civis como Tarso Dutra e, no Governo Médici, do ministro da Educação, o senador e Ex-governador do Pará, Jarbas Passarinho.

3.3 O controle do conhecimento e educação para o mercado no Brasil

As políticas educacionais da ditadura, em certa medida “nada mais foram do que o prolongamento das que vinham sendo implementadas desde o Estado Novo” (CUNHA, 2014, p. 360). “A ditadura não inventou a dualidade setorial público/privada na educação, tampouco inventou a simbiose Estado/capital na economia. O que ela fez foi intensificar essa dualidade fundante da educação brasileira e combiná-la, de modo peculiar, com os níveis de ensino, o superior e o básico”¹¹ (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Ainda em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (lei nº 4.024/1961), determinou que o Conselho de Educação fosse ocupado por representantes públicos e particulares dos magistérios, incluindo a empresa privada nas decisões educacionais do país. Segundo o pesquisador Romeu Adriano da Silva, Com a constituição de 1967 e a emenda de 1969 a isenção fiscal de escolas privadas foi ampliada e face às limitações que impediam a educação pública de chegar as periferias, a escola privada foi dominando os espaços graças a sua imunidade fiscal (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014; CUNHA, 2014).

O método de alfabetização Paulo Freire previsto no Plano Nacional de Alfabetização de Goulart foi extinto em 1964 pelo decreto nº 53.886 e foi substituído pela Cruzada da Ação Básica Cristã (Cruzada ABC) e o Movimento de Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) implantado pelos ministros Tarso Dutra e Jarbas Passarinho (FERREIRA; BITTAR, 2006).

Em suma, enquanto o empresariado nacional pensava em ocupar esse nicho

¹¹Depoimento de Luis Antônio Cunha durante a 126ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em parceria com a Comissão Nacional da Verdade no dia 30 de maio de 2014.

de mercado, os militares preocupavam-se em controlar e disciplinar o conteúdo ministrado. Ambos convergiam na ideia de uma educação -apolítica, acrítica e voltada para satisfação das demandas de mercado. José Antônio Sepúlveda¹² lembra que desde sua criação a ESG foi pensada como mecanismo de intervenção social. É patente a proeminência do ideal positivista em sua estrutura, que por sinal acompanha o lema inscrito na bandeira nacional de Ordem e Progresso, ordem definida como segurança contra o inimigo interno e progresso como o projeto desenvolvimentista de modernização conservadora. Acrescentado o conteúdo religioso, a educação passou a ser pensada como mecanismo de regeneração moral.

Para tanto, qualquer movimento de educação e cultura popular fora dos padrões deveriam ser destruídos e os estudos de história e geografia substituídos por Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira (OSBP) e Estudos dos problemas Brasileiros (EPB) que apesar de não surgirem na ditadura e nem se encerrarem com o fim da mesma, assumiu a função de apropriação e instrumentalização do cidadão desde a mais tenra infância conforme a própria Lei nº 5.692, de 1971.

Para Cleber Santos Vieira, a Doutrina de Segurança Nacional foi transferida para o âmbito escolar, servindo para triagem ideológica, e quanto mais institucionalizada, mas fazia desse espaço um local de perseguição, prisão e vigilância de discentes, docentes e corpo burocrático. O intuito era consolidar a hegemonia do regime, disseminado o terror para desencorajar atos “subversivos” enquanto obedecia a um padrão de capital cultural e formava uma mão-de-obra acrítica e dócil. Para isso, a lei Suplicy restringiu as atividades a União Nacional dos Estudantes (lei nº 4.464), que foi completamente extinta no governo Costa e Silva. “A rede física foi expandida, um maior número de pessoas pôde frequentar a escola e nela aprendiam que o Brasil era um país democrático, católico e alinhado ao mundo Ocidental” (MECHI, [2015?]; COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014).

Além de unificar a carreira de professor e pesquisador das instituições públicas federais de ensino superior e juntar primário ao ginásio, o maior ineditismo da lei 5.692 foi a profissionalização universal e compulsória no segundo grau. Na visão do regime,

¹² Depoimento de José Antônio Sepúlveda durante a 126ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” em parceria com a Comissão Nacional da Verdade no dia 30 de maio de 2014.

o Decreto de Goulart em 1964, de expansão das vagas nos vestibulares fez ampliar uma demanda que o Estado não conseguia suprir. A ideia foi então permitir que a renda determinasse o acesso ao capital cultural. O discurso federal falava em terminalidade do 2º Grau, ou seja, garantir que o estudante adquirisse habilidade profissional para ingressar no mercado de trabalho ávido por mão de obra qualificada (BELTRÃO, 2017).

Acontece que tanto o mercado quanto os filhos dos ricos ainda demandavam por uma educação geral, mas enquanto as classes mais baixas ficavam sujeita a essa educação disciplinar e restrita, os jovens mais ricos migravam para escolas privadas que burlavam a lei. Esse projeto foi um fracasso. Em 1982, a lei nº 7.044 extinguiu a obrigatoriedade da profissionalização, principalmente pela falta de recursos do estado, pelas condições precárias das escolas e principalmente, pela experimentação curricular irresponsável e a deterioração do salário do professor (BELTRÃO, 2017). “Para se ter uma ideia da velocidade da deterioração dos salários, os professores da rede estadual paulista recebiam, em média, 8,7 vezes o salário-mínimo horário, em 1967; em 1979, essa relação havia baixado para 5,7 vezes” (CUNHA, 2014, p. 364).

Além de Jarbas Passarinho, o membro do IPES Victor D’arinos chefiou comissão para o melhoramento e expansão do Ensino Superior e acabou por formar um quadro em que era pertinente falar em capital humano, produção de professoras e investimento, apenas para o mercado de trabalho. Não sendo necessária a transmissão da cultura geral da humanidade, o plano decenal que durou até 1976 determinava 4 planos setoriais de formação: mão de obra para indústria, rural, para as ciências médicas e formação e treinamento de professoras primárias (DREIFUSS, 1981). Professoras, porque numa sociedade patriarcal e machista, educação de crianças é coisa de mulher. Por fim, “o atraso educacional, por exemplo, foi apenas atenuado: apesar da melhora de 13 p.p. na década de 1970, em 1980 mais de três quartos da população economicamente ativa ainda possuía menos de oito anos de estudo, o equivalente ao ensino fundamental (SOUZA, 2016, p. 299).

De certo que o regime autoritário não obstruiu o sequencial e persistente crescimento no acesso à educação primária e secundária, iniciado ainda no pós-guerra. “Em 1960, 73% das crianças de 5-9 anos de idade frequentavam a escola primária; em 1968 esse percentual havia aumentado para 89%” (LUNA, KLEIN, 2014, p. 42). Não existem dados disponíveis para os períodos subsequentes, no entanto

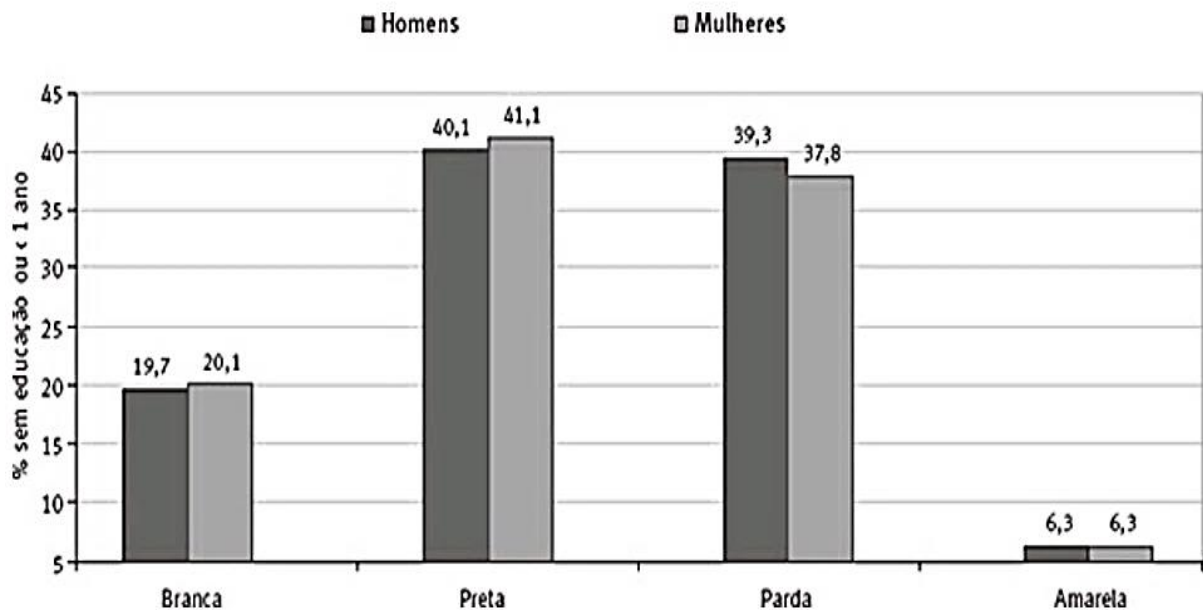
aponta-se que após a reforma educacional, em 1985 o número de crianças e adolescentes entre 5-14 matriculados havia retornado a 79%, patamares mais próximos aos do início da década de 1960 (LUNA, KLEIN, 2014, p. 42).

No ensino secundário, a expansão do ensino público foi patente, elevou-se o número de professores e alunos. Entre “1960-1980, as matrículas do ensino secundário e universitário cresceram mais que a população” (LUNA, KLEIN, 2014, p. 42). O governo investiu maciçamente em ciência e tecnologia, em 1974 o conselho nacional de pesquisa foi expandido e transformado em Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que em conjunto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), criada em 1951 passou a financiar bolsas de estudos, principalmente, nos EUA e Inglaterra (LUNA, KLEIN, 2014). E ainda:

Em 1984, havia 68 universidades, das quais 35 federais, dez estaduais, duas municipais e vinte instituições privadas, e o número de estudantes universitários crescera de 142 mil em 1964 para 1,3 milhão em 1984. Paralelamente, os programas de pós-graduação dobraram suas matrículas, atingindo 40 mil alunos em meados da década de 1980. O percentual de jovens de 20-24 anos que frequentavam instituições de ensino superior - universidades e escolas técnicas – cresceu de 2% para 12% entre 1965 e 1985 (LUNA, KLEIN, 2014, p. 43).

Em contrapartida, muitos cientistas foram perseguidos, aposentados compulsoriamente e exilados. O caso mais emblemático foi a invasão da Universidade de Brasília (UnB) e desmantelamento do Departamento de Física da instituição. No mais, como se detalha no gráfico 2, se em 1940 apenas 3,8% da população era alfabetizada, esse número saltou para 74% em 1980, entre pretos e pardos a proporção de analfabetos era muito mais elevada que entre brancos e asiáticos, revelando a perpetuação da discriminação educacional por motivo de cor.

Gráfico 2 – Analfabetos, por sexo e cor, 1982



Fonte: Luna; Klein (2014, p. 44).

Também a alegação de oferta de mão- de-obra para o mercado não se materializou na prática, ao menos não como esperado. Em um apanhado geral o próprio ministro do planejamento Roberto Campo, faz uma reflexão sobre o caráter mais inercial que propriamente estratégico da educação no regime empresarial-militar, que, como as demais fontes apontam, buscou manuseá-la como forma de convencimento da legitimidade do governo, mais que para uma melhoria significativa. Nas palavras de Campos sobre o regime autoritário:

O Brasil continuou com um sistema de educação elitista, com grande parte do dispêndio público voltada para o ensino universitário. Também isso foi mais um desvio de implementação do que um erro de concepção. Tinha-se criado o salário-educação, destinado exclusivamente à educação básica. E na Constituição de 1967 houve o famoso artigo 138, que estabelecia o princípio de educação gratuita, dos sete aos catorze anos, sendo pagos os estágios ulteriores. No ensino secundário, dar-se-iam bolsas não reembolsáveis aos estudantes pobres e no ensino universitário, bolsas reembolsáveis, ou seja, a educação terciária seria paga pelos ricos e financiada para os pobres. Isto está na Constituição de 1967, mas ficou na dependência de lei complementar, que nunca foi votada. Em 1968, assumiu o poder o marechal Costa e Silva, que não tinha a mesma percepção dos problemas. E houve a grande rebelião estudantil mundial, cujo episódio central foi a revolta dos estudantes em Paris, em maio de 1968. E os estudantes universitários, fermento mundial da rebeldia, passaram também no Brasil a centralizar a atenção do governo militar. Era difícil punir estudantes. Eles se tornaram assim um setor privilegiado na oposição aos governos militares, que ficaram intimidados. Ao invés de estabelecerem

restrições à gratuidade universitária, pelo contrário, abriram vagas para “excedentes”, passando o governo a adular os universitários. Então perdeu-se o sentido de urgência e prioridade para a educação básica (BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 48).

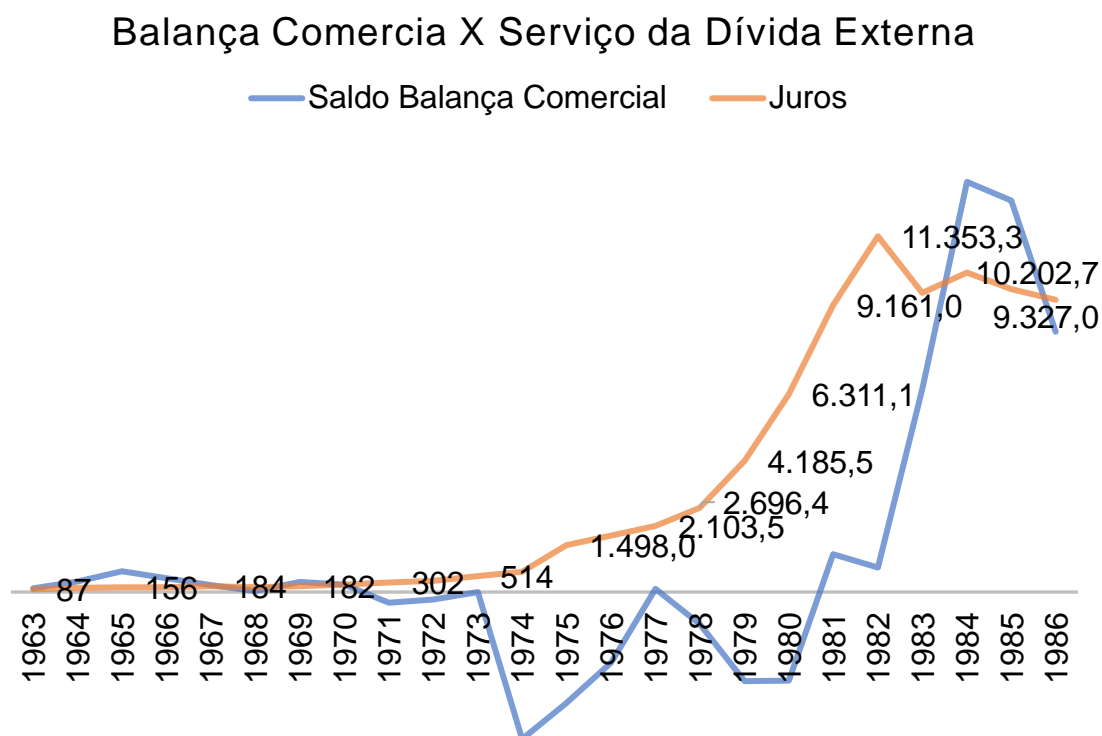
O sentido de urgência da educação foi ainda mais esquecido em face do superendividamento além da desigualdade de renda, que se apresentavam como principal resultado das medidas de modernização sob a liderança de Delfin Netto no Ministério da Fazenda, que se estendeu até o Governo Médici. Ao contrário do discurso oficial, a política fiscal e monetária mais flexível do ministro não reverteu de vez a situação salarial, “atenuando apenas parcialmente os prejuízos aos salários causados pela subestimação do resíduo inflacionário a partir de 1968” (SOUZA, 2016, p. 293). O que não se explica como um equívoco da gestão da autoridade monetária, mas sim pelo resultado de um planejamento para usar o endividamento externo como forma de suplementar a poupança interna. O milagre econômico poderia facilmente ser chamado de cilada econômica (GOLDENSTEIN, 1986).

3.4 A consolidação da desestabilização planejada

No Governo Geisel (1974-1979), Golbery retornou ao Governo assumindo a Casa Civil, o General João Batista Figueiredo assumiu o SNI e Mario Simonsen assumiu a fazenda e planejamento. Após o primeiro choque do petróleo (1973), estimulou-se ainda mais a captação de empréstimos externos, posto que o Brasil importava 73% do seu consumo (LUNA; KLEIN, 2014).

Tornava-se evidente que a estratégia de superendividamento – tomar empréstimos acima das necessidades de financiamento da balança de pagamentos – já não era possível. Em 1978 a dívida externa já estava em U\$\$ 43.511 bilhões, IBGE, 1990, como detalho no gráfico 5, o que era camuflado por uma taxa de crescimento de 5% ainda que os déficits em transações correntes chegassem a 3% do PIB (gráficos 3 e 4). Especificamente no gráfico 3, demonstra-se que a trajetória negativa da balança comercial iniciara ainda em 1970, revelava o caráter insustentável dos subsídios generalizados financiados por endividamento externo.

Gráfico 3 – Resultado da balança comercial em comparação a elevação dos juros da dívida externa brasileira, 1963-1986 (em milhões de US\$)



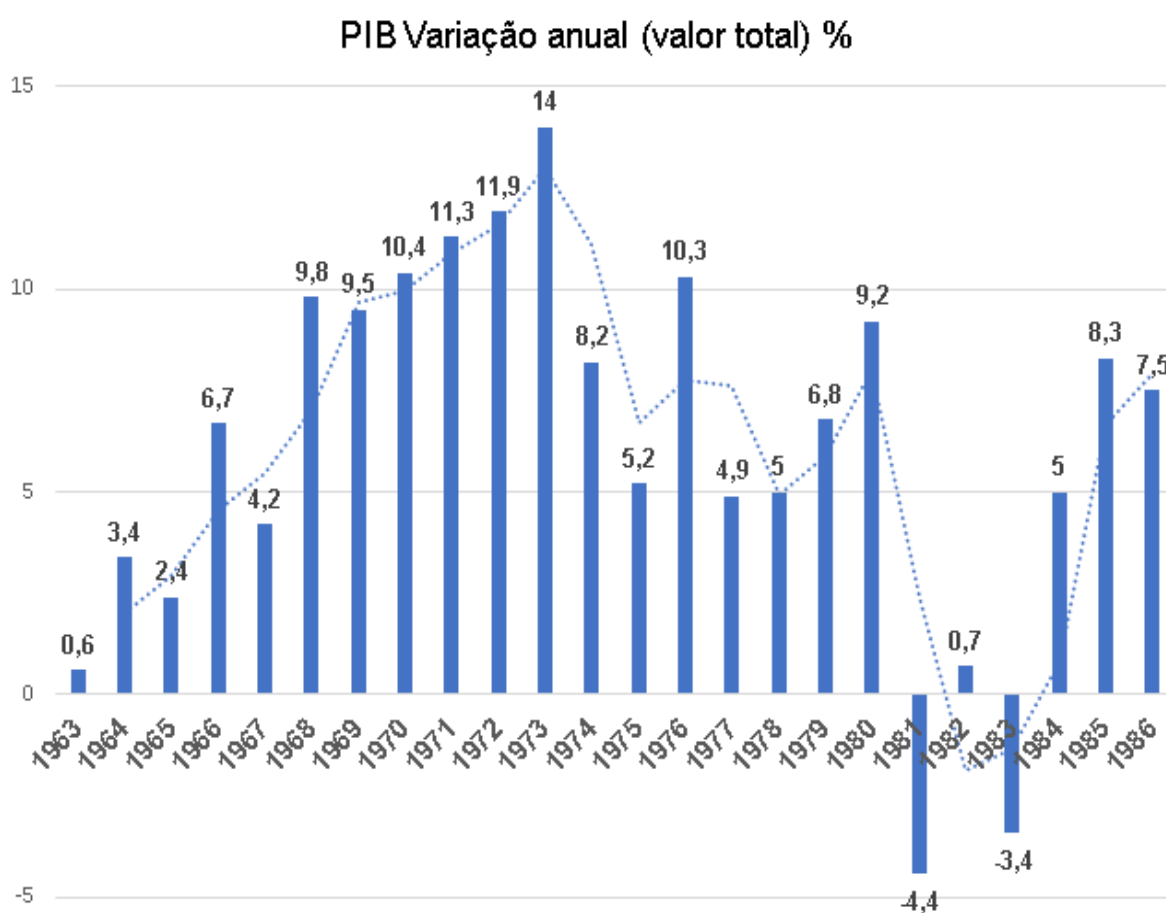
Fonte: IBGE (1990).

Após a crise do petróleo a maioria dos países importadores adotaram políticas recessivas. Não foi o caso brasileiro que sob o regime autoritário necessitava expor a população taxas positivas de crescimento para legitimar o regime e acabou por utilizar o excedente monetário proveniente dos países que lucravam com o reajuste do preço do petróleo.

O II PND e suas obras faraônicas concentrou a tomada de empréstimos nas empresas públicas, os estímulos à exportação amenizavam o déficit comercial acumulado do período, todavia o que estava em prática já era o *roll-over* da dívida, cujo serviço anual já ultrapassava os US\$ 4 bilhões em 1979 e dobraria até 1981. Ao final do Regime autoritário, o Brasil havia remetido aos credores internacionais mais de 71 bilhões de dólares apenas de juros da dívida externa (IBGE, 1990). Acusado pelo gigantesco endividamento brasileiro, no governo Geisel é visível que a dívida externa cresceu para pagar os serviços dela mesma, ou seja, o superendividamento ocorrido no período 1967-1973 (GOLDENSTEIN, 1986). O volume de crédito

multiplicou-se por 4 nos anos 1970 e 1979 foi seu auge. Além de insustentável, muitos dos projetos foram ineficientes por erro de avaliação e expectativa positiva quanto ao cenário internacional. “O programa nuclear, a Ferrovia do Aço e a Açominas representam exemplos típicos desses fiascos caros e ineficientes” (LUNA; KLEIN, 2014, p. 62). Como resultado, nota-se no gráfico 4, que já em 1974 as taxas de crescimento passaram seguir uma linha de tendência decrescente, com forte recessão entre 1981 e 1984. As taxas de 1971 a 1973 nunca mais se repetiriam.

Gráfico 4 – Variação do produto interno bruto (PIB), 1963-1986

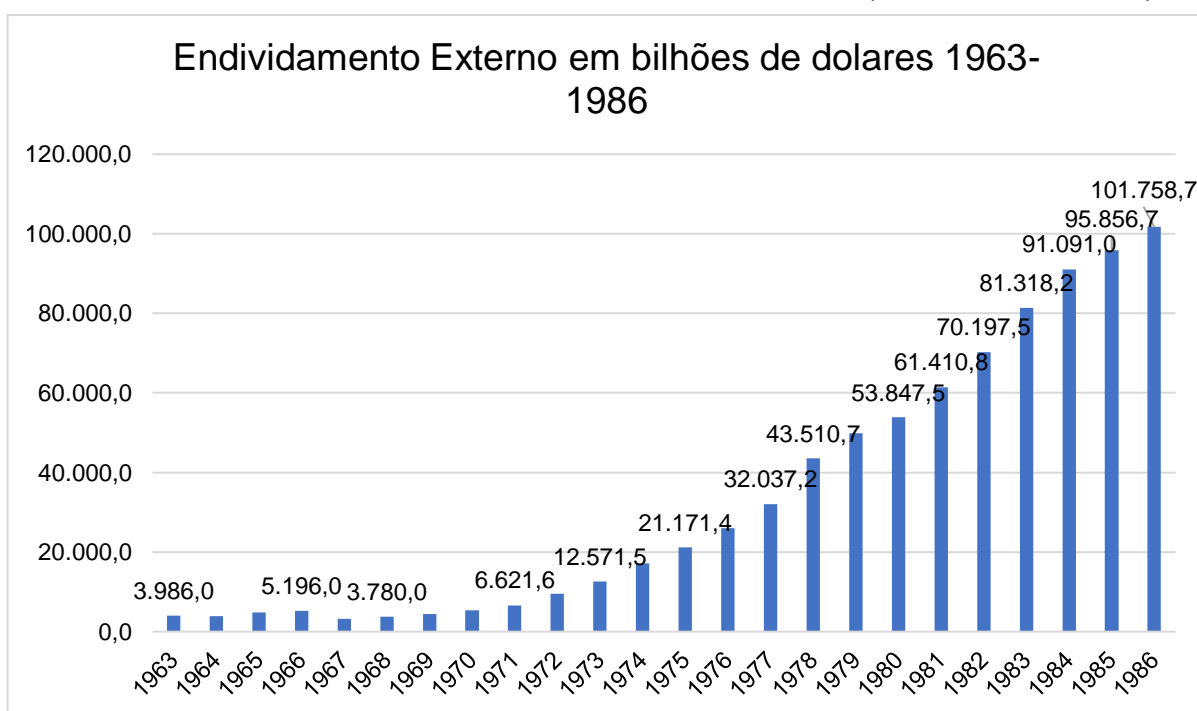


Fonte: IBGE (1990).

Com endividamento, incentivos e subsídios, Geisel conseguiu escolher seu sucessor. Figueiredo assumiu para fazer a transição democrática de forma negociada. Uma de suas primeiras medidas foi a lei da anistia ainda em 1979, possibilitando o retorno dos exilados e imunizando os torturadores do regime. Após deliberada estratégia de enfraquecimento do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido autorizado a ensaiar uma tímida oposição, o congresso aprovou o fim do

bipartidarismo. Derivado da Arena, “o PDS manteve o controle do senado (em parte devido aos senadores biônicos de 1978) e da câmara dos deputados, obtendo, portanto, maioria no colégio eleitoral que escolheria o novo presidente em janeiro de 1985” (SOUZA, 2014, p. 302). Neste mesmo ano o regime autoritário entregaria o Brasil com um endividamento de US\$ 95.856,7 bilhões, dívida 2.300% maior que a de 1964 e que já em 1986 alcançou a marca de US\$ 101.758,7 bilhões, como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Endividamento externo do Brasil, 1963-1986 (em bilhões de US\$)



Fonte: IBGE, 1990.

Com o segundo choque do petróleo em 1979 o governo não conseguiu mais manter o *roll-over* da dívida nem financiar os déficits em conta corrente. Passou a fazer empréstimo de curto prazo para ao menos honrar os compromissos internacionais. Os anos 1980 também foram de maior desigualdade, a inflação saltou de 40% nos finais de 70, para 200% em meados de 1980. Conforme Arruda (2016) a taxa básica do Federal Reserve Board (FED) saltou de 6,5% em 1968 para 21,5% em 1980 e manteve-se nesse patamar até 1985. Com a moratória mexicana e a queda violenta do crédito internacional, manteve-se em segredo que o país já estava quebrado, caso contrário Figueiredo perderia o controle político do país (GOLDENSTEIN, 1986).

Com a morte de Tancredo Neves, eleito pelo colégio eleitoral, assumiu José Sarney, “duas vezes deputado pela UDN, governador do Maranhão e senador pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), fundador do Partido Democrático Social (PDS) e aliado de longa data da ditadura” (SOUZA, 2014, p. 303-304). No saldo geral, a ditadura logrou implantar a elite orgânica no Estado, permitindo-a espoliar o país, perseguiu, torturou e matou cidadãos, impondo pelo medo o ideal modernizante de forma generalizada e devolveu o país às oligarquias de maneira consensual e negociada como demonstra a transição com Sarney.

Ainda nessa fase de abertura política e em patente contexto de crise econômica, a elite orgânica tentou, uma reativação do IPES, - o que ocorreu, no entanto, foi a criação em 1982 do Movimento de Mobilização Empresarial como clara proposta de influir nas decisões do congresso. Mediante o movimento, em 1985 os presidentes das 26 federações regionais que compunham a Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB) reuniram-se em luta por seus objetivos: "defesa da empresa privada, controle da inflação, controle dos gastos públicos e da interferência do Estado na Economia, participação no processo decisório, abertura econômica (concomitante a abertura política) e presença empresarial na constituinte (DERIFUSS, 1987, p. 262).

Assim, da *Business Roundtable* ao CLA – que em 1981 passou a ser conhecido como *Americas Society* –, das confederações de comércio à Trilateral, CED e CFR, as elites orgânicas reforçavam sua rearticulação e influência para criação de um novo modelo de práticas que comportassem melhor seus objetivos, em suma, a acumulação de capital em um contexto de maior interdependência. Os efeitos dessa nova articulação resultam não apenas na guinada neoliberal, mas também nos rumos da redemocratização no Brasil e na administração da crise da dívida externa, derivada do suicídio econômico-financeiro executado nos regimes militares da América Latina.

O neoliberalismo econômico, portanto, foi um projeto, visível na grande onda de privatizações, desregulamentações e liberdade aos atores privados que marcou os anos 1980 e 1990. Contudo, como assevera Dardot e Laval (2016), a amplitude do seu impacto sobre as subjetividades, como nova razão de mundo, não fez parte do alcance preditivo desse projeto, ainda que o beneficie e sua utilidade seja buscada por ele. Isso nos permite entender, por um lado, a amplitude das articulações das elites orgânicas que vinculam desde amazônidas como Jarbas Passarinho à David

Rockfeler, mas também que o regime militar brasileiro foi retrato da colonialidade que perdura nas sociedades sujeitas a exploração colonial. Foi fruto da vitória de uma elite, vinculada a dominação global e seus aliados e assimilados, que se sustentaram das migalhas econômicas e ideológicas do regime. Foi a “vitória” dos que se viam como moralmente superiores contra os sub-cidadão, investindo contra estes o controle da autoridade, da economia, do conhecimento, da subjetividade e da Natureza, como analisaremos mais tarde no caso amazônico.

Com a Amazônia a relação instaurada foi de colonialismo interno, com traços muito fortes do que foi a herança portuguesa, ou seja, a conquista da coroa, que legitima a subalternização e a exploração mediante discurso que destitui os povos locais de sua humanidade – afinal, homens sem-terra (do Centro-Sul) para terras sem homens é justamente uma patente declaração de invisibilidade e inexistência dos amazônidas para o governo. De 1822 a 1964 o Brasil enviou seus sesmeiros-posseiros a sua colônia, dedicados à extração da riqueza da região para o superávit da nação. Caberia aos militares efetivar uma colonização de ocupação, ainda mais violenta.

3.5 A transição à nova república brasileira

Uma ditadura se mede, “não por meio da contagem de mortos deixados para trás, mas através das marcas que ela deixa no presente” (TELES; SAFATLE, 2010, p. 10). E a perenidade dessas marcas só pode existir através de uma sociopolítica fundamentada na conciliação.

Conciliação é uma característica da nossa história. A república que emergiu em 1889 foi decretada por um marechal monarquista, sucedido por coronéis, ambos responsáveis por conciliar um ideal positivista progressista com o conservadorismo da cidadania limitada. As bases ideológicas de 1930 acrescentariam apenas o ideal evolucionista nesse alicerce conciliatório. Em 1937 o liberalismo foi completamente derrubado e, restaurado em 1946, também de modo seletivo, marcado no governo Dutra por consoantes excludentes da participação popular e da esquerda nacionais. Em 1964 mais uma vez a conciliação conseguiu comportar interesses da oligarquia com a elite dirigente Militar-burguesa. Por fim, com o retorno da democracia liberal, os dois presidentes originados da esquerda, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio

Lula da Silva¹³, governaram em tom conciliatório com aqueles que combateram no passado (CUNHA, 2010).

Conforme Zaverucha (2010) a literatura sobre processos de redemocratização a divide em três fases. A *liberalização* começa com a intenção de abertura política derivada da fragilização do regime autoritário; a *transição* iniciada com a preparação do Estado para eleições multipartidárias, o que demanda a inclusão de novos atores políticos e; a *consolidação democrática*, dependendo do fortalecimento das instituições e da cultura democrática.

A intenção de liberalização no Brasil foi marca do governo Geisel. Após 15 anos de cristalização social dos dogmas da modernização e do ‘patriotismo’ eurocêntrico, já era hora de, em face das profundas transformações do capitalismo, isentar o regime das consequências perversas das escolhas econômicas que entravam em fase de desmoronamento. Coube a Figueiredo administrar a transição, uma transição lenta, conservadora e conciliatória.

A inflação e a miséria social já eram presentes quando em 1979, sob forte pressão o governo concedeu a primeira Lei de Anistia (Lei nº 6.683/1979). Com a erupção de vários movimentos grevistas, que começavam a destacar Luis Inácio da Silva como ativista sindical, a expectativa ainda era de uma transição justa, que em tese compreende: reformas institucionais, direito a verdade, direito a justiça e direito a reparação (PIOVESAN, 2010). Contudo, a anistia, serviu ao princípio de conciliação, foi limitada e recíproca. Um exemplo de sua limitação foi a concessão de retorno aos militares perseguidos pelo regime, condicionados a exclusão da possibilidade do retorno à ativa. A alegação era a defasagem técnica destes profissionais que representavam uma ameaça a hierarquia e a disciplina (CUNHA, 2010).

Os que se armaram contra o regime não foram incluídos no escopo da anistia, mas os militares repressores sim. Ainda hoje é uma nódoa, que a impunidade dos torturadores seja sustentada em lei, por uma releitura amoral do significado de ‘crimes conexos’.

¹³Em 2008, o desembargador Luiz Antônio de Godoy, da 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, concedeu efeito suspensivo no processo movido pela família do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino e pela família Almeida Teles contra o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, chefe do DOI-CODE (1970-1974) “Mais recentemente, causou celeuma na sociedade civil, e mesmo em setores do governo, o posicionamento do presidente Lula de patrocinar a defesa dos coronéis Ustra e Audir Santos Maciel através da Advocacia Geral da União” (SAVERUCHA, 2010, p.37). Ainda que reconhecido pela justiça como torturador, é penoso ver Ustra além de defender as práticas do regime, ser homenageado por aquele que viria a ser o presidente do Brasil em 2018.

Crimes conexos são os praticados por uma pessoa ou grupo de pessoas, que se encadeiam em suas causas. Não se pode falar em conexidade entre os fatos praticados pelo delinquente e pelas ações de sua vítima. A anistia perdoou a estas e não àqueles; perdoou as vítimas e não os que delinquem em nome do Estado. Ademais, é inadmissível que o crime de tortura seja concebido como crime político, passível de anistia e prescrição. [...] o crime de tortura viola a ordem internacional e, por sua extrema gravidade, é insuscetível de anistia ou prescrição. A tortura é crime de lesa-humanidade, considerado imprescritível pela ordem internacional. Demanda do Estado o dever de investigar, processar, punir e reparar a violação perpetrada, assegurando à vítima o direito à justiça e o direito à prestação jurisdicional efetiva (PIOVESAN, 2010, p. 99 -100).

Dentre os avanços nessa temática, consta a lei nº 9.140/1995 e a Medida Provisória nº 2.151. que, no governo Fernando Henrique Cardoso, ampliaram o escopo da anistia e garantiram indenizações às vítimas (CUNHA, 2010). Por outro lado, na medida que aumentavam as reivindicações para elucidar o caso da guerrilha do Araguaia, as vésperas do fim de seu governo em 2002, FHC, assinou o Decreto 4.553, que estabelecia um prazo para quebra de sigilo de documentos, tão amplo, quanto o do regime militar (ZAVERRUCHA, 2010).

Além da “auto anistia”, ou seja, a impunidade e a injustiça perpetuada por uma transição guiada pelos militares, tanto a constituinte quanto a constituição de 1988 não romperam com a influência política dos militares, o que segue de modo incompatível com o regime democrático. Paulo Maluf, candidato derrotado na transição indireta confirmou que Tancredo Neves, o grande conciliador, - cuja vida política iniciara nos anos 1930, depois ministro de Getúlio, primeiro-ministro no parlamentarismo imposto ao governo Goulart, deputado federal ao longo dos governos militares e por fim senador e governador de Minas Gerais – teve sua candidatura negociada com o ministro do exército Walter Pires. Com sua morte, Sarney, não mais um conciliador, e sim um arenista, seria apoiado pelos militares para a transição (ZAVERRUCHA, 2010).

Foi no governo Sarney, que a constituinte assumiu contornos procedimentais democráticos, mas não resultou em nenhuma contestação ao caráter autoritário do regime anterior. Pelo contrário, 13 oficiais superiores foram nomeados para fazer lobby em causa própria, e entre eles, o senador Jarbas Passarinho – que serviu como ministro de Costa e Silva, Geisel e Figueiredo e foi signatário do AI-5. O Coronel Passarinho, responsável pela Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições, garantiu a ligação das forças armadas à segurança pública

(FERREIRA; BITTAR, 2006; ZAVERUCHA, 2010).

Como resultado, a Constituinte, em vez seguir a lógica de outras democracias, que separam os responsáveis pela segurança interna dos responsáveis pela segurança externa, manteve as forças da polícia militar subordinadas as forças armadas, servindo como forças auxiliares. Da mesma forma, nada fizeram para reestabelecer o poder da polícia civil, a mais afetada pelo regime militar. A constituinte manteve também o arcabouço jurídico da doutrina de segurança nacional. Não reestabeleceu o poder do Senado de nomear o diretor-Geral do Serviço Nacional de Inteligência, que seguiu suas atividades sem controle do congresso. Somente com Collor o SNI foi abolido. No governo FHC, criou-se a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) que foi subordinada ao Gabinete de Segurança Nacional, e que tinha como ministro um general, mantendo nas mãos do exército a decisão sobre quais informações devem ser repassadas ao presidente da República.

Anda hoje, a possibilidade de um militar vir a ser julgado pela justiça comum é praticamente nula. No máximo, tivemos a novidade jurídica elaborada como resposta ao massacre de Eldorado de Carajás, como explica Zaverucha (2010):

Em 1996, após a morte de vários sem-terra em Eldorado dos Carajás, e ante a ameaça da Organização dos Estados Americanos de denunciar internacionalmente atos de negligência das justiças militares, o Executivo resolveu agir. FHC deu ordens ao então ministro da Justiça, Nelson Jobim, para que ficasse em plenário cabalando votos para a aprovação de um novo Projeto de Lei do deputado Hélio Bicudo. Em janeiro de 1996, a Câmara de Deputados eliminou o foro militar para crimes cometidos por policiais militares contra civis no exercício de funções de policiamento. Todavia, a Câmara inovou: decidiu que a investigação criminal continuaria sendo feita por militares. Esta decisão confronta o artigo 144, § 5º, da atual Constituição, pois o artigo estipula que crimes civis devem ser investigados pela Polícia Civil. Portanto, temos uma novidade jurídica: militares que perpetraram crime civil são investigados por colegas de farda. No entanto, são julgados por juízes civis (ZAVERUCHA, 2010, p. 60).

Nesse quadro, até mesmo a criação do Ministério da Defesa, que deveria representar um avanço, dado o esforço de ser ministrado por um civil, serviu mais como despachante dos interesses das forças armadas, que acompanham os ministros, na qualidade de membros natos, em todas as reuniões do Conselho de Defesa (ZAVERUCHA, 2010).

Nada descrito até aqui é mais flagrante da incursão política dos militares quanto o artigo 142 da Constituição Federal de 1988:

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem (TÁCITO, 2012, p. 123).

Como seria possível garantir a lei e a ordem e ao mesmo tempo submeter-se a elas? E de que ordem estamos falando? Política, social ou moral? E o que define uma violação? Em pleno regime democrático, os militares são constitucionalmente responsáveis por garantir o funcionamento do Executivo, Legislativo e Judiciário, a lei e a ordem, enquanto essa nem mesmo é definida, “quando deveria ser o reverso. Ou seja, as Forças Armadas são baluartes da lei e da ordem definidas por elas mesmas, não importando a opinião do presidente da República ou do Congresso Nacional” (SAVERUCHA, 2010, p. 48).

Ainda que o Congresso Nacional tivesse a autonomia devida, é ainda flagrante como a coalizão centro-direita, a mesma que escreveu a Constituição, ainda controla o Congresso. E assim permanecerão, enquanto notarem que a (s) esquerda(s) brasileira representa um risco a propriedade privada e a segurança demandada por esses conservadores. Manterão os militares como aliados e estenderão a assimetria de poder que impera no Brasil, inclusive com o apoio do ordenamento jurídico, tornando ainda mais notório que poder político caminha lado a lado, com a dispare distribuição de renda e riqueza, e separa aqueles que contam com o direito, daqueles que contam com o destino e possuem apenas deveres. Enquanto militares conservadores e elite orgânica contarem com a conciliação da esquerda, os marginalizados permanecerão materialmente e juridicamente pobres. “São exclusões superpostas. E o que é pior, uma atrai a outra” (SAVERUCHA, 2010, p.75).

Logo, não se materializa no Brasil uma transição democrática que conte com a justiça, o direito a verdade e o direito a reparação. Isso não aconteceu em 1824, não aconteceu em 1891, nem em 1934, 1937, 1946, 1967 ou 1988. É ainda mais grave que, como veremos no próximo capítulo, o Brasil caminhe para uma pós-democracia, imbuído de uma razão neoliberal, sem ter concedido aos cidadãos ao menos pontualmente um contato com uma democracia substancial.

4 COLONIALISMO INTERNO NA AMAZÔNIA PARAENSE DURANTE O REGIME EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRO (1964-1985)

O regime autoritário da ditadura empresarial-militar do Brasil logrou efetivar o que até então ainda não tinha sido efetivado na história do Brasil, um colonialismo interno de ocupação da Amazônia e sua exploração pelo capital nacional e multinacional.

No Pará, o regime ditatorial empresarial-militar logrou recrutar membros que apoiassem o golpe, o regime e, além disso, perpetuassem na região a institucionalização dos interesses econômicos das classes proprietárias, fossem elas a tradicional oligárquica, ou a industrial emergente. Busco aqui assinalar, como o regime militar logrou instaurar no Pará uma elite política governista que passou a atuar em defesa do projeto ideológico do regime, garantir o sucesso da espoliação do território e atender aos interesses econômicos aqui implantados, não apenas durante o regime, mas perpetuando-se com o fim dele. Desse modo, constata-se que até mesmo os movimentos governistas de oposição, apresentam ao longo da história dessa elite, se não completa conviência com o enriquecimento próprio e de conglomerados econômicos, sujeição e articulação capazes de limitar substanciais alterações da dinâmica de subalternização ao longo do período democrático que sucedeu o regime ditatorial.

Conforma-se como colonialismo por analogia ao seu sentido clássico, marcado pelo regime autoritário com seu planejamento centralizado de políticas impositivas que executam a conquista do território a partir da discriminação e exploração dos povos que aqui viviam e vivem. Distingue-se como interno porque, além de ser juridicamente parte do Brasil, a ocupação da região foi feita primeiramente por colonos nacionais sucedidos pelo crescente envolvimento dos conglomerados empresariais do centro-sul do país beneficiados por incentivos fiscais e subsídios, além da infraestrutura proporcionada pela colonização dirigida do Estado.

O que distingue esse evento do colonialismo do século XVI é que, neste tempo-espaço esse colonialismo interno emerge vinculado ao capital multinacional, conformando o que Casanova denominou de colonialismo interno transnacionalizado, pois está diretamente ligado a colonialidade/modernidade capitalista global. Neste ínterim entende-se que a colonização da Amazônia, empreendida de maneira efetiva

na ditadura militar permitiu a conquista e ocupação dessa região pelo Estado, para o domínio e exploração do mercado. Os eixos de exploração conjugaram raça, sexo, e primordialmente o trabalho, que serviram para hierarquização dos indivíduos dentro da escala social.

Entre 1964 e 1985 consolidou-se o controle da economia, o controle da autoridade, o controle da natureza e dos recursos naturais, o controle do gênero e da sexualidade, o controle da ser e do conhecimento. Engendram-se a colonialidade do poder e, portanto, do saber e do ser que se perpetuaram ainda que com o fim da ditadura e, portanto, do colonialismo interno da região. Essa perspectiva permite inferir, nos mesmo termos de Aníbal Quijano, que o fim do colonialismo interno em 1985 não significou a independência da Amazônia, mas sim a introdução da Amazônia na *jaula de ferro* do capitalismo – como diria Weber – mediante a perpetuação da colonialidade interna, vinculada a colonialidade/modernidade global e cujas dinâmicas de exploração são substancialmente intensificadas com a ascensão do capitalismo neoliberal nos anos 1980.

4.1 O controle da autoridade no Pará (1964-1985)

De imediato é importante ressaltar que as investidas de transnacionalização do capital, que vinculou as empresas brasileiras aos conglomerados multinacionais, mediante articulação da elite orgânica do IPES/ESG/IBAD, inseridos em ministérios e empresas públicas já no primeiro governo militar, conformaram o carro chefe da dominação da Amazônia, gerando confrontos não apenas com os colonos incentivados a migrar para região, como também foi responsável pela rearticulação de poder político e econômico da elite latifundiária em certas áreas da Amazônia. Nos anos subsequentes, os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA88 I-1972/1974; PDA II – 1975/1979), acabaram por beneficiar sistematicamente o setor mineral no Pará.

Essas divergências e disputas de poder, contudo, foram acomodadas ainda no regime militar e perduraram na retomada do regime democrático. Destarte, segue-se a linha argumentativa de Fernandes (2006, p. 361), que elucida o movimento de contra revolução burguesa de 1964, não como fruto da formação de uma burguesia, posto que era muito anterior, nem mesmo de vitória de uma nova classe sobre uma velha

classe, mas na “coalescência estrutural de vários estratos sociais”, conformando as classes possuidoras, identificadas com a visão de mundo, estilo de vida e gosto da burguesia ocidental. A divergência no Pará, foi, portanto, mais o resultado do modelo de modernização impositiva que vinha de cima para baixo, que acabou por acomodar os “possuidores” às vantagens e dinâmicas de opressão.

Essa análise tem como objetivo trazer um panorama da elite governante, com ênfase no poder executivo. Especificarei os agentes que assumiram o Governo do estado e seu enraizamento nos demais poderes, principalmente no legislativo municipal, estadual e federal, bem como seus envolvimento com as elites econômicas locais. A premissa é que os “constrangimentos institucionais de hoje são a expressão e a cristalização de escolhas feitas no passado” (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 10). E esse passado, foi marcado por um colonialismo interno que contou com a atuação de uma elite local, articulada com a nacional e multinacional.

E ainda, as instituições são fatos históricos, materializados por agentes sociais historicamente situados, com valores, interesse e ideias pré-concebidas do que devem ser as instituições políticas. Portanto, além de estudo longitudinal (histórico) convém especificar que a estratégia de escolha dos agentes segue o método posicional, que concebe a elite política como agentes que possuem poder, e conforme a sociologia de Bourdieu: “ter (mais) poder significa ter (mais) recursos que a posição objetiva (dominante) coloca à disposição dos agentes (dominantes) – valendo o inverso para os dominados” (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 12).

O poder e influência alcançados pelo militar e político tecnocrata Jarbas Passarinho só é comparável, atualmente, com o de Jader Barbalho. Nascido em Xapuri (AC), migrou para Belém ainda na infância, seguiu carreira militar, onde alcançou a patente de coronel, formou-se pela AMAN e pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), não integrando, portanto, o núcleo da ESG, seguindo mais a linha militar tradicionalista. Assumiu o posto de Superintendente da Petrobrás na Amazônia em 1959. Em 1961 foi convidado por Jânio Quadros a participar da Comissão de Planejamento da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Apoiou o Golpe de 1964 na função de chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar (RM), sediada em Belém (COUTINHO; MOURA; JUNQUEIRA, 2009).

Após o afastamento do governador Aurélio Correia, Passarinho assumiu o

governo do Estado e indicou o amigo e militar Alacid Nunes¹⁴ ao articulador Jurandir de Bizarria Mamede, (diretamente envolvido com Golbery e o complexo IPES/ESG) a ocupar a prefeitura de Belém. Alacid Nunes participou ativamente do golpe, na função de chefe da 28ª Circunscrição de Recrutamento, em Belém, e foi delegado do Comando Militar da Amazônia e da 8ª RM, em 1964 encarregou-se de vários inquéritos policiais-militares locais. A dupla foi responsável pela onda de repressões e prisões que ocorreram nos primeiros anos do regime no Estado. O apoio de Jarbas Passarinho em 1965 à candidatura de Alacid Nunes ocorreu pela União Democrática Nacional (UDN) em coligação com Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ambos os militares, após o AI2 (em 27 de outubro de 1965) e da instauração do bipartidarismo filiaram-se a Arena. Nesta, Passarinho passou a presidir a seção paraense.

Em 1966 Passarinho elegeu-se senador pelo Pará, iniciando a escalada da sua contribuição direta ao regime, não mais como recrutado, mas como membro da elite intelectual orgânica que atuou intensivamente na difusão da ideologia do regime (VELOSO; JUNQUEIRA; GOMES, 2009; COUTINHO; MOURA; JUNQUEIRA, 2009).

A Ação Democrática Popular (ADEP), braço operacional do IBAD, criada para financiar candidatos contrário a Goulart, tinha significativas representações no Pará e no Amazonas. Dreifuss (1981) menciona o General José M. Ferreira Coelho (ADEP – Pará), Coronel Artur Frederico G. Kemp (IBAD Pará), Major Raimundo Cavalcanti da Silva (IBAD Pará), General Estevão Taurino de Rezende (diretor do IBAD Amazonas), Coronel Temístocles Tigueiro (diretor da ADEP Amazonas), Coronel Cascais (IBAD Amazonas) e Coronel Adalberto Albuquerque Cavalcanti (IBAD Amazonas).

Outras figuras públicas passaram a ocupar cargos técnicos e políticos no período. O médico Almir Gabriel (Belém – PA) já atuava na direção do Sanatório Barros Barreto (nos períodos 1962-1965 e 1971-1975). O engenheiro e político Fernando Guilhon, que em 1971 foi o 1º civil a governar o estado sob o regime ditatorial, atuou previamente nos governos Jarbas e Alacid na direção da Companhia Docas do Para. O Advogado Hélio Gueiros (natural de Fortaleza - CE), que em 1964 passou uma semana preso por fazer oposição à derrubada de Goulart, elegeu-se Deputado Federal pelo Pará, na legenda do MDB em 1966 (VELOSO; JUNQUEIRA;

¹⁴Estudou na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e atuou como ajudante-de-ordens do general Cordeiro de Farias até 1955. Farias fez parte do grupo de majores e coronéis que publicaram manifesto contra Getúlio em 1954 e vinculou-se ao IPES-RJ nos anos 1960.

GOMES, 2009; CPDOC, 2009). Todos eles logriariam assumir o governo do estado e manter as dinâmicas de colonialidade da região.

O Advogado Nelson Ribeiro que participou de encontros com o então tenente-coronel Jarbas Passarinho em apoio prévio ao golpe, atuou entre 1963 e 1964 na presidência da Ação Católica do Pará, em 1964 foi indicado por Passarinho para a direção do Banco da Amazônia e assistente da Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVA), para em seguida integrar o Conselho Técnico da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) entre 1964-1966 (DEZOUZART, 2009).

Consolidada a institucionalização pro-regime no Pará, Jarbas Passarinho no senado apoiou Costa e Silva para a presidência, assumindo em 1967 o Ministério do Trabalho e Previdência Social. Passou a executar, junto a Delfin Netto, a política de redução da taxa do salário real básico que sustentou a concentração da riqueza e da renda. Aumentaram também a pressão sobre os sindicatos, determinando a apresentação de atestado de ideologia, como critério de legalidade (COUTINHO; MOURA; JUNQUEIRA, 2009; FERREIRA JR; BITTAR, 2006).

Em 1968, no auge do crescente descontentamento da população com o regime, destaca-se a morte do estudante paraense Edson Souto no Rio de Janeiro em março de 1968. Ele não era uma liderança política. Participava de uma manifestação por melhores condições no restaurante universitário quando foi atingido no peito pela Polícia Militar da Guanabara (PRESIDENTE DA SEMANA, 2018). Eram sinais da repressão que se tornava ainda maior. Do outro lado a Aliança Libertadora Nacional e a Vanguarda Popular Revolucionária manifestavam-se em respostas ao regime, muitas vezes armaram-se no intuito de derrubar a ditadura. A essa altura não havia mais o comprometimento com a transição sugerida por Moscou aos comunistas no Brasil, qual seja, apoiar a industrialização para em seguida alcançar o socialismo. A ordem tornara-se a urgente revolução do proletariado (PRESIDENTE DA SEMANA, 2018).

Em 12 de Dezembro de 1969 no Rio de Janeiro, Costa e Silva reuniu-se com o Ministro da Justiça Gama e Silva, o Vice-presidente Pedro Aleixo e outros membros¹⁵ do alto escalão do Conselho de Segurança Nacional, aos quais foi apresentado o

¹⁵Augusto Hamann Rademaker Grünewald, Aurélio de Lyra Tavares, José de Magalhães Pinto, Antônio Delfim Netto, Mário David Andreazza, Ivo Arzua Pereira, Tarso Dutra, Jarbas G. Passarinho, Márcio de Souza e Mello, Leonel Miranda, José Costa Cavalcanti, Edmundo de Macedo Soares, Hélio Beltrão, Afonso A. Lima e Carlos F. de Simas (BRASIL, 1968).

documento com 12 artigos, onde constava autorização para o fechamento do Congresso Nacional, a livre intervenção do Executivo em estados e municípios, a suspensão dos direitos políticos e constitucionais dos cidadãos, o confisco de bens, a suspensão de apreciação judicial e *habeas corpus* dentre outras medidas, em nome da segurança nacional (BRASIL, 1968) o Vice-presidente, Pedro Aleixo, foi o único a se opor a tais medidas que configurariam o Ato Institucional nº 5. Jarbas Passarinho figurou entre os signatários. No *podcast* Presidente da Semana (2018) narrado por Rodrigo Vizeu, as palavras de Passarinho foram:

Sei que a vossa excelência repugna como a mim, frente a todos os membros desse conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece que claramente é esta que está à frente de nós. Eu seria menos cauteloso que o próprio ministro das relações exteriores, quando disse que não sabe se o que restou caracterizaria a nossa ordem jurídica como não sendo ditatorial, eu admitiria que ela é ditatorial. Mas, às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência (PRESIDENTE DA SEMANA, 2018)

Após cassar mandatos, reduzir partidos e impor uma constituição que passou por um debate simbólico de cinco dias no Congresso, este foi fechado e todos os direitos suspensos. A ditadura deixava sua fase envergonhada como nomeia Elio Gaspari e inicia sua fase mais repressiva (FERREIRA JR; BITTAR, 2006).

Ainda em 1967, no cargo de vereador na Câmara Municipal de Belém, Jader Barbalho iniciava sua carreira política assumindo também a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, partido de oposição autorizado. Por sua vez, seu correligionário, Deputado Hélio Gueiros, teve seu mandato cassado pelo regime por estar em desacordo com os limites da oposição autorizada (CPDOC 2009a; JUNQUEIRA; GOMES; PEREIRA, 2009).

Na gestão Médici, em 1969 Jarbas Passarinho foi convidado a assumir o Ministério da Educação, onde até 1974 implementou a já comentada reforma. Fundamentada na teoria do capital humano, que se propunha a relacionar escolaridade e salário, visando adequá-la a realidade brasileira, instituiu o ensino profissional técnico no recém-criado Segundo Grau e restringiu ideologicamente o conteúdo escolar às demandas do mercado. Assim, a crescente demanda por vagas em universidades públicas foi reduzida, a educação básica foi sistematicamente privatizada e o capital cultural passou a ser determinado pela renda (CUNHA, 2014).

Em 1969 o Decreto Lei n.º 916/69 ampliou os Centros Rurais Universitários de

Treinamento e Ações Comunitárias (CRUTAC), uma importante inovação no acesso a formação iniciado em 1965 pela UFRN, salvo a hierarquização do saber embutida no projeto que, segundo as palavras de do Prof. Onofre Lopes visava “levar conhecimento ao povo desprovido de saber” (COELHO, 2015, p. 296). A Universidade Federal do Pará (UFPA) já apresentava certo pioneirismo com a interiorização da licenciatura para Benevides, depois ampliada para Santarém e demais regiões que incluíram os estados de Macapá, Rondônia e Roraima.

No Pará, a zona rural representava principal frente de oposição ao regime. A interiorização do ensino superior, na qual era embutida toda carga ideológica, servia de controle do campo, assim como “visava manter no interior da Amazônia estudantes universitários em trabalhos de extensão, longe da mobilização política de oposição ao regime, em uma clara tentativa de desbaratar o movimento estudantil e a UNE” (COELHO, 2015, p. 296).

Houve também formação às pressas de professores, deterioração dos salários e baixíssimos investimentos que culminaram no “rebaixamento geral da qualidade de ensino no país, tanto na escola pública quanto no nível superior, que começou a se expandir pela iniciativa privada” (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, p. 4). A Educação Moral e Cívica representou a internalização da doutrina de segurança nacional nas escolas, cristalizando a noção de inimigo interno e agentes subversivos. O Mobral buscou afastar a alfabetização nos moldes de Paulo Freyre e ainda que seus dados apontem redução do analfabetismo de 33% (1970) para 8%, o censo do período demonstra que a taxa real de analfabetos em 1980 era de 26% (COUTINHO; MOURA; JUNQUEIRA, 2009).

O Conselho Federal de Cultura, cujos membros eram designados pelo poder executivo, articulava-se com os Conselhos Estaduais e definiam os limites da “modernização cultural”, enquanto efetivavam a colonização psicológica e ideológica (MORAES, 2006). Um indicador do resultado dessa colonização foi apresentado no estudo de Daniela Patti do Amaral, no qual identificou entre 1997/2006, 13 projetos apresentados por senadores e deputados, propondo reintroduzir a Educação Moral e Cívica nas escolas para retomada dos valores perdidos pela sociedade (AMARAL, 2007 apud CUNHA, 2014).

Até aqui, a associação de Passarinho à linha dura do regime militar e sua posição de importante personagem com influência sobre a história, já lhe permite “ser

considerado como um dos mais importantes intelectuais orgânicos produzidos pelo bloco empresarial-militar que governou o Brasil durante a ditadura militar” (FERREIRA JR; BITTAR, 2006, p. 21).

Alacid Nunes, por sua vez deixou o governo em 1971 e assumiu cargo de diretor-executivos da Fábrica de Cimento do Brasil S.A., em Capanema (Pa). Elegeu-se Deputado Federal em 1974. Atuou em 1975 na Comissão de Minas e Energia, presidindo em seguida a Comissão da Amazônia, entre 1975 e 1979.

Jader Barbalho graduou-se em direito e assumiu cargo de Deputado Estadual em 1971 e Deputado Federal em 1974. Como Deputado Federal, integrava a Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e foi suplente das comissões de Economia, Indústria e Comércio e de Constituição e Justiça (COUTINHO; MOURA; JUNQUEIRA, 2009; JUNQUEIRA; GOMES; PEREIRA, 2009, 2009; VELOSO; JUNQUEIRA; GOMES, 2009).

Longe das confabulações políticas, Walquíria Afonso Costa foi a última guerrilheira capturada dentre aqueles que migraram desde os finais dos anos 1960 para a região do Araguaia, no sul do Pará. Sua morte marcou o fim da guerrilha, mas como a região foi transformada em área de segurança nacional, as atividades militares seguiram-se até 1975 para ocultação dos cadáveres (PEIXOTO, 2011).

O comando das operações militares de pressão à guerrilha situou-se na base militar de Xambioá, ao lado da pista de pouso que mais tarde deu origem à cidade de Xambioá (PA). Peixoto (2011) afirma a existência de muitos relatos de que a base era usada para enterrar guerrilheiros, mas também como campo de concentração, “com cercas de arame farpado, que delimitavam uma área chamada de ‘curral’, onde ficavam os prisioneiros” (PEIXOTO, 2011, p. 487). Havia também, o que os camponeses denominaram “judiaria”, uma casa de tortura pela qual passaram guerrilheiros e camponeses. Contudo, as escavações realizadas não acharam nenhum vestígio de restos mortais, o que, por sua vez, é mais um indício de que a área foi submetida a “operação de limpeza”.

Até a conformação do grupo guerrilheiro, os camponeses que se deslocaram para o Araguaia, mais precisamente para a região de fronteira ao sul do Estado do Pará, como Goiás (hoje Tocantins) e maranhão, fizeram sucessivas migrações a partir dos anos 1950. A região passou a concentrar junto com os moradores de data longínqua, migrantes piauienses, maranhenses, goianos, cearenses e outros. A

chegada dos militantes do PCB só ocorreu em 1966. A boa convivência foi garantida pelo fornecimento de atendimento de cunho social que não era provido pelo Estado, como postos de saúde, escola e saneamento básico. O individualismo não se impunha na relação de solidariedade que existia entre camponeses, que contavam uns com os outros para as atividades na roça, e destes com o “forasteiro” que contavam com abrigo. Foi, portanto, um encontro de necessidades. Os camponeses ensinavam como lidar com a região de mata e recebiam assistência odontológica, remédios e segurança (FAUSTO, 1995; MECHI, [2015?]).

No saldo geral, foram mobilizados de 3 a 5 mil soldados para as operações de grande envergadura no Araguaia. Segundo relatório do Tenente-coronel Arnaldo Braga o exército contabilizava 55 guerrilheiros, com parca munição, dos quais 12 teriam sido mortos, 6 presos e 37 estavam foragidos, mas permaneciam na região em 1972. As operações Sucuri e Marajoara movimentaram mais 750 militares especiais que sob o comando de Médici tinham como regra não fazer prisioneiros e sim eliminá-los. O missionário francês Roberto de Vallicourt, torturado em 1972 alegou que cerca de 300 pessoas foram presas e torturadas. Até a morte de Walquiria em outubro de 1974 havia 47 desaparecidos e aproximadamente 25 militantes que foram sendo mortos até não restarem mais guerrilheiros no Araguaia (BRASIL, 2007).

O Major Curió, recebeu a responsabilidade de permanecer no Araguaia e desencorajar qualquer manifestação ou grupo de luta contrários ao modelo agropecuário, assim como, impedir a divulgação dos eventos. Como recompensa pode fundar a cidade de Curionópolis em 1981, em sua própria homenagem, depois foi eleito Deputado Federal pelo PDS (1982-1986), com apoio do General-Presidente Figueiredo.

O trabalho de Curió foi, em certa medida, concluído. Os jornais locais não noticiavam sobre o conflito, restando, do lado da resistência local a circulação clandestina dos jornais *Araguaia* e *A classe operária* do PC do B. Em Porto Alegre - RS as notícias sobre a guerrilha só foram notificadas em 1978, pelo jornal alternativo *Coojornal*, e em agosto do mesmo ano foi divulgado em Belém pelo jornal *Resistência* (RODRIGUEZ; AMORIM, 2015).

A omissão dos relatos de militares contraria o “preceito de que a história é normalmente contada pelos vencedores” (PEIXOTO, 2011, p. 483). A depender dos militares a memória desse acontecimento estaria apagada, não fosse ela a maior guerra do

Brasil rural do século XX, como atribui Sezostrys Alves, da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia localizada em São Domingos do Araguaia (PA). Exceções a esse silenciamento foram os relatos do tenente da reserva José Jiménez, os livros do Coronel Lucio Maciel e do Capitão-Aviador Pedro Cabral – que confirmou ter participado do transporte de corpos para “operações de limpeza”.

Mais importante foi a Caravana de 1980, iniciativa das mães dos desaparecidos na guerrilha, contou também com o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, movimentos de anistia, parlamentares e setores da igreja e imprensa, possibilitando que 22 famílias entrassem com ações contra o Estado em busca da localização de 25 desaparecidos. Mais tarde, os setores da inteligência do regime militar seriam condenados pelo desaparecimento de 62 pessoas pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos. Contudo, o povo continua lutando. A região do Bico do Papagaio continua servindo de palco para grandes violências decorrentes das atividades pecuária e metalurgia de ferro-gusa, além da concentração agrária e degradantes relações trabalhistas. Para os cidadãos locais, essa é a segunda guerra (PEIXOTO, 2011).

Enquanto isso, entre 1974 e 1979, a gestão do presidente Geisel, que marcou o retorno do complexo IPES/ESG ao poder executivo, culminaria com o fim do Ato Institucional nº 5, em 1978. Os três políticos paraenses, Alacid Nunes, Jader Barbalho e Jarbas Passarinho, arvoravam-se na câmara e no senado. Neste último, Passarinho assumiu a vice-liderança do governo e da Arena e a liderança de ambos em 1978 por indicação de Figueiredo.

Com o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, Barbalho compôs a fundação do PMDB. Alacid e Passarinho migram para o PDS. Um ano antes, Alacid foi indicado pelo presidente Geisel ao cargo de governador do Pará, enquanto Passarinho foi mantido no senado, meio que a contragosto, entretido com a delegação parlamentar brasileira na ONU. Alacid assumiu antes da aprovação das eleições diretas para governador em 1979, no cargo recrutou Almir Gabriel como de secretário de Saúde do Pará (VELOSO; JUNQUEIRA; GOMES, 2009).

Enquanto o regime entrava em fase de baixo crescimento e perdia apoio popular, no Pará eclodiam graves conflitos fundiários. Passarinho iniciou uma guerra de ofensas à clérigos que apoiavam os camponeses na Amazônia, manifestou-se em discurso no plenário, acusando a igreja de optar pelo socialismo e instigar os conflitos

na região Tocantins-Araguaia.

Alacid, por sua vez, no governo do estado, consolidava sua liderança local, passando a representar uma ameaça política a Passarinho. Divergências entre os amigos existiam desde o governo de 1966, mas elas não eram ideológicas, era uma divergência de interesses, agravada pela disputa pelo governo em 1979 e pelas associações feitas com latifundiários e lideranças que faziam pressão local.

Ainda nos anos 1960 as famílias Mutran, Almeida e Moraes dominavam a política e os castanhais da região de Marabá. Juntas essas famílias possuíam 56 mil ha de terras, que se expandiram para 200 mil ha em 1980, aproximadamente. Contudo, em decorrência da guerrilha do Araguaia, cessada em 1974 e a delimitação do município como área de segurança nacional, a oligarquia perdia sua influência direta na política. Houve ainda, aumento da intervenção federal mediante criação do Grupo Executivo de terras do Araguaia-Tocantins pelo decreto 1967/1980, garantindo vantagens ao grupo político do Major Curió, responsável pela região. Tudo isso agravado pela ocupação de terras por posseiros migrantes. Compartilhando do projeto de integrar a Amazônia à economia nacional, Passarinho resistia as pressões das elites locais ainda que contasse com apoio da facção dos Mutran. No entanto, Alacid, na liderança do estado, firmava pacto de solidariedade com as oligarquias da facção de Pinheiro Neto, porém possuía pouca influência para confrontar interferência federal e resolver os conflitos locais (EMMI; MARIN, 1998).

A oligarquia do Araguaia buscou organizar-se frente as ações do INCRA e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Floresta (IBDF), aos quais acusavam de beneficiar mais o capital nacional e internacional. Lograram então beneficiarem-se do Decreto-Estadual nº 9.203 de 1975, que permitiu a extensão dos lotes de aforamento em até 50% a mais que a área original, levando a uma maior concentração de recursos de poder nas mãos desses líderes locais. Essa expansão gradativa acirrou as relações com as comunidades locais, cuja autonomia dos movimentos populares não era reconhecida pelos oligarcas.

A resistência manifestou-se mediante crescente “invasão dos castanhais” e para confrontar os posseiros, essa oligarquia passou a se articular no sindicato Rural de Marabá, uma organização patronal que sob o comando de João Anastácio Queiroz e do deputado arenista Plínio Pinheiro Neto, constituiu uma guarda rural para as áreas de castanhais. Armavam-se contra os posseiros em clara investida para manutenção

do poder local. Esse sindicato, por sua vez, estava vinculado a Associação dos Exportadores de Castanha do Brasil, da qual faziam parte Jorge Mutran, Azis Mutran, Benedito Mutran e Evandro Azevedo. Logo passaram a usar a imprensa e mecanismo legais para divulgar seus pleitos e aumentar o apoio daqueles que comungavam a causa da oligarquia (EMMI; MARIN, 1998)

Em 1981, os acirramentos políticos se agravaram. Alacid e outros 13 deputados migraram do PDS para o PMDB. Em Marabá, Alacid contou com o apoio do grupo sob liderança do deputado Plínio Pinheiro Neto. Nesse caldeirão de conflitos, que envolvia componentes das empresas que ocupavam a área, a oligarquia da castanha, moradores antigos, grupos indígenas e trabalhadores rurais imigrantes, o maior beneficiado foi Jader Barbalho, que, contando com a aliança de Alacid no PMDB, venceu as eleições de 1982 para governador do Pará contra a chapa do candidato Oziel Carneiro e seu vice, Jarbas Passarinho (PDS) (EMMI; MARIN, 1998).

No mesmo ano Hélio Gueiros compôs o núcleo de poder do PMDB elegendo-se senador pelo Pará e Almir Gabriel foi nomeado por Barbalho em 1983 à prefeitura de Belém. Por fim uma nova figura, Simão Jatene foi nomeado por Barbalho secretário de Planejamento do governo do Pará entre 1982 a 1985 (CPDOC, 2009b). Essa era a “oposição” que alcançava o poder no Pará.

Sem o governo do estado e com o fim do seu mandato como senador, Passarinho parecia estar ficando a margem do poder político, contudo, como ele se denominou, um “híbrido fértil” haveria de ser convidado pelo presidente Figueiredo a assumir o Ministério da Previdência e Assistência Social em 1983. Até o fim do regime, Passarinho apareceu na mídia duas vezes. A primeira pelas notícias de fraudes no Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), das quais foi alertado pelo próprio ministro do planejamento Delfim Neto. O híbrido fértil acabou deixando a pasta de 1985.

Na segunda ocasião, foi acusado pelo coronel da reserva Hélio Prates da Silveira de quebra de sigilo, quando no cargo de conselheiro do Banco Sul Brasileiro, teria avisado ao banco, dias antes, sobre a intervenção que sofreriam pelo Banco Central (COUTINHO; MOURA; JUNQUEIRA, 2009). Sob o regime esses casos ficaram por isso mesmo.

Enquanto isso, Alacid, reelegera-se presidente do Conselho Diretor da Associação dos Municípios do estado do Pará. Em 1985 tornou-se conselheiro da

Companhia Vale do Rio Doce, onde permaneceria até 1990. Barbalho e Alacid romperam alianças ainda em 1984, quando o governador discordou da recomendação feita por Alacid para seu sucessor. Nessa brecha, Passarinho, fez coligação com o PMDB e conseguiu eleger-se Senador junto com o prefeito Almir Gabriel. Passarinho já dependia do apoio de Barbalho, que se convertia naquela época em um dos mais influentes políticos da região (PETIT, 2014).

Gabriel e Passarinho participaram da Assembleia Constituinte de 1987. O ex-senador Hélio Gueiros, por sua vez, também apoiado por Passarinho e Barbalho sucedeu-o no governo do estado entre 1987-1991 (PETIT, 2014). De modo geral, a transição para o regime democrático representou mais continuidades políticas que ruptura. O governo de Barbalho (1983-1987) era expressão desse continuísmo local de uma elite política que instaurada ao longo do regime militar, permaneceria incrustada no controle da autoridade do Estado.

4.2 Políticas e principais projetos de colonização da Amazônia paraense (1964-1985)

Como nos lembra Wallerstein 2001 o mundo capitalista é que sempre buscou os produtos das regiões externas a ele, não o contrário. E para os capitalistas que compartilhavam o poder com o Estado autoritário em 1960, a Amazônia representava uma fronteira de recursos a ser explorada, em discurso, para o desenvolvimento e garantia da segurança nacional, binômio que carregava consigo, em realidade a modernização-conservadora pensada pela elite no poder. Além dos recursos naturais, a Amazônia ofertaria também mão-de-obra de baixo custo. Custo que no Brasil já não se comparava com os ganhos crescentes das economias industrializadas.

Entre 1955 e 1966, no Brasil, a indústria mecânica, a de materiais elétricos, a de comunicação e a indústria automobilística elevaram sua produtividade em cerca de 30 por cento, mas no mesmo período os salários de seus operários cresceram em valor real, apenas 6 por cento.[...] Para ganhar o que um operário francês ganha em uma hora, o brasileiro, atualmente, precisa trabalhar por dois dias e meio. Com um pouco mais de dez horas de serviço, o operário estadunidense ganha o equivalente a um mês de trabalho do carioca. E para receber um salário superior ao correspondente a uma jornada de oito horas de um operário do rio de janeiro, é suficiente que o inglês e o alemão trabalhem menos de trinta minutos (GALEANO, 2015, p. 352).

Os Militares e técnicos-empresários no poder tinham consciência de que a

Amazônia era habitada. O engodo da tese que a concebia como um espaço vazio, sem gente, foi necessário para que a colonização do imaginário nacional precedesse a colonização do território. Mas essa classificação de terra sem gente, além de se investir de carga xenófoba, “nega o status de “gente” a mais de 170 povos indígenas e a alguns milhões de habitantes antigos” (SIMONIAN; SILVA; BAPTISTA, 2015, p. 25). Essa concepção difundida corroborou para que a maioria dos brasileiros olhassem para a Amazônia como Lisboa olhava para o Brasil, de modo que até mesmo o comportamento da elite regional era carregado de uma postura anti-nativo (SIMONIAN; SILVA; BAPTISTA, 2015; LACERDA; VIEIRA, 2015; SANTOS, 2016). Talvez herança dos portugueses da região que sempre viram os indígenas como inimigos.

Ainda conforme essa mentalidade, o habitante da Amazônia era deslegitimado em sua cosmologia, tradições e formas de relação com a floresta. Os povos da tradição e sua relação social com a natureza, no quadro da mentalidade dual homem/natureza eurocentrada, se apresentavam como maior obstáculo para o uso da terra e a industrialização (SIMONIAN; SILVA; BAPTISTA, 2015; LACERDA; VIEIRA, 2015; SANTOS, 2016). Para o regime militar a floresta amazônica só possuía valor, derrubada, como demonstrou o uso legal do conceito de terra-nua (VTN) do qual se fez uso para venda de terras cheias de biodiversidade a preços irrisórios (LOUREIRO, 2014).

Assim como os portugueses, que após a conquista aguardaram alguns anos para iniciar o processo exploração do Brasil – o que se desenrolou na expectativa de achar metais preciosos, como havia acontecido com os espanhóis - a elite colonizadora também esperaria até 1966 para iniciar o processo de colonização dirigida da Amazônia. Primeiramente a elite orgânica implementou as reformas administrativas que inseriu seus membros nas empresas, ministérios e secretarias estatais, para em seguida iniciar a frente de expansão caracterizada pelo regime de apropriação privada da terra, intensificada com a descoberta de Breno Augusto dos Santos em 1967, que a serviço da *United States Steel* (USS) revelou a existência de grande jazida de ferro na serra dos Carajás (RIBEIRO, 2006; CASTRO; CAMPOS, 2015).

Ainda que a Lei federal nº 4.504 de 30.01.1964, que originou o anteprojeto nomeado Estatuto da Terra, tenha instituído o usucapião rural – segundo o qual quem

ocupa uma terra por mais de 10 anos, sem a oposição do proprietário legal, assume o direito de posse da mesma – a frente de expansão da colonização dirigida gerou na Amazônia um embate violento com os povos locais e mesmo com os posseiros presentes desde as investidas da era Vargas, em prol do grande capital concentrador de terras que migrava para a região (LOUREIRO, 2014). Ao longo dos 21 anos de colonização interna, esses conflitos tornaram-se ainda mais violentos, recorrentes e complexos, envolvendo posseiros, grileiros, quilombolas, indígenas e o Estado. Este, sempre em favor do grande capital.

Em 1966 o programa de políticas públicas intitulado Operação Amazônia transformou a SPVA em SUDAM e o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA), ambos com a finalidade de gerir e financiar os projetos de colonização. A lei nº 5174 estendeu os incentivos fiscais industriais existentes desde 1953 aos empreendimentos agropecuários¹⁶ e em dezembro do mesmo ano o Presidente Castelo Branco desceu o rio Amazonas no navio Rosa da Fonseca, no sentido Manaus-Belém e lá celebrou a 1º Reunião de Investidores da Amazônia. A elite local ficou extasiada com o renascimento da Amazônia, enquanto o presidente, apresentava como de interesse nacional às oportunidades de lucro fácil aos capitalistas de fora da região. Na exaltação da racionalidade do planejamento econômico, em nenhum momento esses projetos aparecem como sendo “financiados pelas classes subordinadas, posto que são incentivos e subsídios governamentais” (LOUREIRO, 2014, p. 70).

A SUDAM elaborou o 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia (1967-1971) e em 1967 foi criada a Zona Franca de Manaus, administrada pela Superintendência da Zona Franca (SUFRAMA) (RIBEIRO, 2006). Também em decorrência da Operação Amazônia, em 1966 foi criado o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), que inicialmente foi marcado por certa divergência entre as pretensões da tecnoburocracia regional e o governo federal. Enquanto os militares discursavam para atrair maciços capitais, a elite regional em seus trabalhos técnicos versava sobre atividades passíveis de exploração

¹⁶“As empresas privadas consideradas de interesse para o desenvolvimento da Amazônia poderiam qualificar-se para isenção de até 100% do imposto de renda devido até 1982. As empresas que se qualificassem ficariam isentas também do imposto sobre exportação de produtos regionais, bem como dos de importação de maquinaria e equipamento. Finalmente, teriam direito a crédito no imposto de Renda” (LOUREIRO, 2014, p. 78-79).

pelo capital médio: madeira, mandioca, pecuária de corte, transporte, pimenta do reino, turismo, etc (LOREIRO, 2014). Porém, isso era inviável para os industriais que sustentaram o golpe.

Na verdade, o que se teve como resultado da abertura econômica foi a falência das pequenas industriais locais devido à concorrência com as do Centro-Sul. Levando em conta que a industrialização pesada do país se dera de forma oligopolizada e com predominância de capital estrangeiro, a marcha não haveria de ser outra para a Amazônia. Do total de investimentos até 1975 a prioridade foi os equipamentos elétricos, mecânicos, de áudio, ótica e relógio. Em nada beneficiou o consumo médio regional. Com a falência das empresas criou-se o terceiro¹⁷ gatilho de transformação regional que garantiu a condição prioritária ao setor do agronegócio (COSTA, 2012; BECKER, 1982).

Para expansão do agronegócio, o Estado autoritário em seu “planejamento de ocupação” adotou como prática permanente negligenciar a existência de grupos autóctones e migrantes que já haviam incorporado inúmeras benfeitorias as terras que ocupavam na Amazônia. O valor da terra-nua, garantiu que a negociação de terras fosse praticamente uma doação, desconsiderando a floresta natural e o valor das benfeitorias existentes. A SUDAM negou qualquer responsabilidade em constatar a existência de posseiros na região, atribuindo a responsabilidade aos órgãos regionais. Uma simples imagem de satélite adquirida junto ao INPE poderia comprovar a existência de pequenas e grandes ocupações, evitando a prática comum nos anos 1960/70/80 de venda de uma mesma propriedade para compradores diferentes (LOUREIRO, 2014).

Como resultado, em 2003, dos 124.770.268,33 hectares que correspondem ao estado do Pará, apenas 40.095.952,00 estavam nos cadastros oficiais do Sistema Nacional de Cadastro Rural IPAM, 2006. No período entre 1978-1981, somente 8 pessoas físicas e jurídicas concentravam 4,5 milhões de hectares. O que equivalia, aproximadamente, a totalidade das terras públicas alienadas no estado em 1963 (LOUREIRO, 2014). Em contrapartida, em 1960, 34.770 mil pequenos agricultores com 10ha repartiam 2,5% da área do estado. Em 1980 eles eram 81.048 mil e representavam 1,55% da área total. Eram terras ainda menores em um movimento

¹⁷ Os gatilhos anteriores foram: criação das rodovias na década de 1960/70 e extensão de benefícios fiscais a este setor, o que antes limitava-se a indústria.

cada vez maior de concentração fundiária.

Além da concentração, Ribeiro (2006) relata episódio em que Roberto Campos, em reunião com o grupo técnico de trabalho criado para formular a política de desenvolvimento da Amazônia, chamou atenção para a necessidade imediata de estudos para concessões de terras públicas para exploração de madeira por empresas estrangeiras, sugerindo que o governo brasileiro deveria permitir concessões de pelo menos 200.000 hectares para cada uma delas.

Ribeiro assegura ter encaminhado debate ao presidente Castelo Branco, que de imediato proibiu o grupo de debater a ideia (RIBEIRO, 2006, p. 180-181) Ainda assim, em 1966 a holandesa Bruynzeel Madeiras S/A, controlada pela Bruynzeel NV, entrou na região com 8,8 milhões de incentivos da SUDAM e o Banco Central autorizou no mesmo ano financiamento no valor US\$ 1.421.052,53 para a empresa (BORTONE, 2016).

Em 1968, antes do AI-5, a Comissão Parlamentar de Inquérito de terras da Câmara Federal chegou a conclusões que foram mantidas em sigilo, mas alardeadas pelo deputado brigadeiro Haroldo Veloso. Este apontava que, já naquela época, 20 milhões de hectares da Amazônia encontravam-se em mãos estrangeiras (LOUREIRO, 2014).

Ainda que os militares “nacionalistas” se preocupassem com a crescente procura de terras amazônicas pelo capital estrangeiro, os *lobbies* eram muito fortes, e encontravam brechas nos decretos que limitavam a posse de terras. O decreto lei nº 74.965 de 1974 determinava que o capital estrangeiro deveria deter não mais que ¼ da terra de cada município. Porém, o mesmo decreto entendia como empresa nacional aquelas em que o capital estrangeiro participasse com até 49%, permitindo a participação estrangeira em vários empreendimentos. E ainda, o decreto versava que pessoas de mesma nacionalidade não poderiam deter mais de 40% dos limites definidos por lei, mas não fazia menção àqueles que tivessem filhos brasileiros ou casados em regime de comunhão de bens, possibilitando com isso, uma serie de brechas para estrangeirização de terras (LOUREIRO, 2014).

Dentre os demais projetos, via Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), foi implementada a rede de tropo difusão para ligações telefônicas. Emissoras nacionais como a Tupi passariam a distrair a região de dia e a BBC, voz da América, Albânia, Pequim, Cuba e Moscou pela noite. O Mobral, de penetração

urbana e rural, fazia da alfabetização dos adultos uma forma de transmitir os valores do colonizador. O Projeto Rondon criado nos finais de 1960, visava criar lideranças comunitária, e servir de apoio a universidades e assistência a população. Essas assistências eram esporádicas, mais discurso do que prática (BECKER, 1982).

Em 1970, na “gestão” Médici, o decreto-lei 1.106 criou o Programa de Integração Nacional (PIN), e estabeleceu como primeira etapa a construção das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá – sucedidas pelas Perimetral Norte, Porto Velho-Manaus e a São Paulo-Cuiabá-Porto Velho - e usou para os fins da reforma agrária 10km de cada margem de estrada das unidades federadas da Amazônia Legal. Essa medida gerou o que ficou conhecido como Polígono desapropriado de Altamira, no Pará. Foram expropriando do estado 64 mil km², a “maior desapropriação de terras jamais efetuada por um estado capitalista” (LOUREIRO, 2014, p. 152). O impacto desses eixos de penetração sobre a região também foi violento. “Não só porque abre a região a novas ideias, pessoas, mercadorias, informações, mas pela rapidez com que se faz a penetração da inovação” (BECKER, 1982, p. 67).

O programa também converteu o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRI), no INCRA, então responsável pelos Projetos Integrados de Colonização (PIC) e Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), desapropriando mais 6,4 milhões de hectares só no Pará, nos municípios de São João do Araguaia, Marabá, Itupiranga, Jacundá, Tucuruí, Bagre, Senador José porfírio, Altamira e São Felix do Xingu. A alegação foi “a constituição de 100.000 unidades familiares a serem assentadas, em lotes de 100 hectares e a regularização de títulos de domínio de imóveis rurais em favor de posseiros existentes” (LOUREIRO, 2014, p. 152).

Essas unidades familiares, eram provenientes do Nordeste e Sul do país, estimuladas a deixarem suas terras para que a expansão agroindustrial que ‘irrigaria o Nordeste’ e ‘mecanizaria a produção ao Sul’, subsidiados pelo governo, não encontrasse maiores problemas e resistências populares. Essa estratégia foi vendida sob o lema que marcou a década de 1970: “homens sem-terra (do Nordeste e Centro-Sul) para terras sem homens (da Amazônia)” (LOUREIRO, 2014, p.155).

Se os amazônidas eram tidos como inexistentes nessa empreitada, o migrante era considerado cidadão de segunda classe. Bento Porto, assessor do ministro da agricultura Alysso Paulinelli, dirigindo-se aos posseiros que ali já habitavam, declarou

em certa ocasião: quem não tem condição de ter bons rendimentos como agricultor, que se torne trabalhador. “A concepção era clara: aos trabalhadores – Trabalho! Aos empresários: terra, dinheiro fácil, capitalização rápida, negócios emergentes e apoio institucional” (LOUREIRO, 2014, p. 157).

Em meio as disputas violentas crescentes pela terra, “poucos grupos humanos no país dependiam de forma tão direta da política dos militares para garantir sua sobrevivência quanto os índios” (VALENTE, 2015, p. 8). No entanto, o Sistema de Proteção do Índio (SPI) era vinculado ao Ministério da Agricultura, o que por sua vez exercia a função de tutela sobre o índio que, em lei, era tido como incapaz. Sem dúvida, após conviverem por séculos de forma harmoniosa com a floresta, os indígenas seriam incapazes de compactuar com aquela escalada de degradação e mentalidade de apropriação insustentável.

No SPI, além do baixo contingente de funcionário para exercer e fiscalizar tal tutela, o discurso de Bento Porto dava pistas da mentalidade da época. A presença da Igreja foi essencial para perpetuação de uma prática que remonta os séculos coloniais, e manifestou-se também nessa fase. Através da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) era exercida a evangelização dos índios, educação e integração social.

Tais práticas só começariam a ser questionadas em 1968, na ocasião da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada em Medellín, na Colômbia. No entanto, nos anos 1970 a mudança se dava no sentido procedimental, de rever a prática de construção de “templos” e escolas, e adotar práticas de conversão cuja pedagogia deveria “partir da cultura e da mentalidade do índio”, ou seja, era preciso primeiro aculturar o missionários, fazê-lo conviver com o índio, que então seria integrado à sociedade “civilizada” (VALENTE, 2015).

O Bispo de São Félix do Araguaia (MT), Pedro Maria Casaldáliga emitiu carta pastoral em 1971 que revelou alguns dos resultados desse modelo de aculturação da ditadura. Como descreveu Valente:

[...] a passagem da BR-080 pelo Parque do Xingu “veio beneficiar diretamente só ao latifúndio”. Sobre os índios karajá, escreveu que a aldeia de Santa Isabel “é um exemplo da aculturação violenta a que foram submetidos. Facilmente encontra-se índios bêbados. Frequentam as casas de prostituição. Há entre eles 29 tuberculosos”. A carta atacou a política do general Bandeira de Mello, segundo a qual os índios seriam “integrados na desintegração da personalidade, na mais marginalizada das classes sociais

do país: os peões [de fazenda]" (VALENTE, 2015, p. 288).

O traçado das estradas também trouxe consequências para os índios Arara. Situados entre o rio Iriri e Xingu, a Transamazônica cortou sua área ao meio. Para sair da parte inferior onde estavam as moradias e atravessar à parte superior onde estava o cemitério e áreas sagradas, as primeiras tensões se deflagram com o enfrentamento entre indígenas, mateiros e trabalhadores da estrada, o que em seguida, se intensificou com os colonos assentados. Quando 1991 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) conseguiu reintegrar à posse aos índios, os fazendeiros, políticos e madeireiros foram em busca do apoio de colonos e posseiros contra as investidas da FUNAI. O que demonstra o caráter difuso das alianças que se firmavam na região contra aquele que já a habitavam (LOUREIRO, 2014).

Não demorou para que sob a alegação de falta de homens, o Incra iniciasse a venda de lotes de 500ha na transamazônica, que ao serem repassados a madeireiros, políticos e profissionais liberais criou uma camada dominante local. Como apoio aos lotes dos médios proprietários, que ficavam atrás dos pequenos e sem acesso a estrada, o Incra facilitou aos primeiros o acesso aos lotes de 100ha ao largo da estrada. Foi uma verdadeira política de concentração fundiária. A falta de conhecimento geográfico criou verdadeira roleta-russa, com concessão de algumas terras fartas, com acesso a água e outras de parca vegetação e sem acesso a água, que os colonos nomeavam de "quadrado burro" (LOUREIRO, 2014).

Em 1971 a repressão se estendeu. O decreto-lei nº 1.164 permitiu à união retirar dos estados amazônicos o poder de jurisdição sobre as terras devolutas nas faixas de 100 km marginais das rodovias federais. Foi mais um decreto-confisco. Mediante esse decreto, apoiado em dispositivos da carta constitucional, a federalização do território foi apontada como uma questão de segurança e desenvolvimento nacional. Foi a forma encontrada pelo governo para, em vez de rever o modelo, acelerar o processo de ocupação e acumulação do capital, em resposta aos conflitos prementes. O Pará foi o estado mais penalizado por essas medidas. Isso porque sua geografia já o divide naturalmente pelos grandes rios que o cortam e as estradas em maior número que nos demais estados acentuava ainda mais essa fragmentação. Além da motivação econômica, a pressa na ocupação "justificou-se também pelo temor do surgimento de movimentos de guerrilha rural de base camponesa na região, de que se começava a ter notícias a partir dos anos primeiros

da década de 1970” (LOUREIRO, 2014, p. 125).

Nesse espaço, cujo discurso acusava de vazio, amontoavam-se seus “donos”: “havia “lotes arrendados, aforados, lotes ocupados tradicionalmente por caboclos, ribeirinhos em geral, seringueiros, catadores de castanha, terras de índios, de quilombos, da igreja (algumas com títulos, outras sem) enfim, havia posses e títulos dos mais diversos tipos” (LOUREIRO, 2014, p. 126). Logo, o caos fundiário se agravava à medida que nem mesmo as instituições conseguiam se articular em suas atividades de concessão, venda ou permuta, perdendo o controle da propriedade dos imóveis. A federalização só serviu para agravar uma realidade já conturbada. Até 1971 foram implementados 403 projetos dos quais 203 era agropecuário, somando 3.388.728 bilhões de cruzeiros. Foram mais de 5 milhões de hectares concedidos (LOUREIRO, 2014).

Em nível regional os maiores beneficiados foram àqueles da elite alinhados a ditadura e a ideologia da modernização. A nível nacional, o decreto-lei nº 1.473 de 13.07.1976 chegou a simular uma estrada federal nunca construída, que partia do Mato Grosso ao Pará. Essa estrada permitiria vincular o municio de Redenção no Sudeste do estado à capital Belém, todavia, esse decreto limitou-se apenas a federalizar a região, que somava 32 milhões de hectares. Mais tarde, CVRD implementaria ali o projeto Grande Carajás (LOUREIRO, 2014, p. 130).

O Lançamento do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (1972/1974) deixou ainda mais evidente que Amazônia não passava de uma riquíssima fronteira. Serviu para institucionalizar o PIN e reformar o programa de distribuição de terras (Proterra). No Pará, A Secretaria de Agricultura do Pará (SAGRI) e o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) tomavam a frente dessa redistribuição (LOUREIRO, 2014).

Era mais do mesmo, anúncio de justiça social com acesso à terra, mas benefício real à técnicos-burocratas e empresários. Só que dessa vez o alinhamento da elite regional foi imediato. Nem mesmo os intelectuais questionaram o modelo de trabalho duro no interior da floresta para os descapitalizados e incentivos ao capital privado. As ligações entre estes setores, quais sejam, as classes dominantes e os grupos no poder, eram, e são ainda muito fortes (LOUREIRO, 2014, p. 98). Essa força, é o que logra perpetuar na Amazônia as dinâmicas de colonialidade.

A nova burocracia civil e militar, regional e extra regional (essa sediada em Brasília e no Rio de Janeiro, mas ligada aos planos, programas e projetos na região),

cristalizou os propósitos, metas e interesses dos grupos no poder e do grande capital. Os aliados locais não foram os inspiradores, mas os executores, agentes que viabilizaram os negócios do Estado autoritário e do grande capital (LOUREIRO, 2014, p. 99).

Certo que a elite local não era ingênua, ainda que seus benefícios fossem apenas residuais, enquanto Coca Cola, Volkswagen eram aquinhoadas com vultuosos benefícios fiscais. A elite local, logo soube como expandir seus ganhos frente ao planejamento centralizado do Estado, à medida que novas-velhas formas de relações de trabalho eram fundadas, como a “peonagem, assalariamento com remuneração aviltada e o trabalho escravo” (LOUREIRO, 2014, p. 108).

Dentre os casos de benefícios ao grande capital, em 1973, a Volkswagen comprou quase 140.000 hectares de terra (equivalente a 140.000 campos de futebol) no município de Santana do Araguaia, no Sul do Estado do Pará. O projeto da Volkswagen foi aprovado pela Sudam em 1974, o que lhe permitiu, graças aos incentivos fiscais concedidos pelo governo, “suprir até 75% das necessidades de capital. Aprovado no dia 20 de dezembro de 1974, o projeto da Companhia Vale do Rio Cristalino começou a implementar as atividades agropecuárias previstas, dentre elas a do frigorífico Atlas, com parceiros brasileiros como Bradesco e o Banco de Crédito Nacional. Em julho de 1983, uma expedição, liderada pelo então deputado federal Expedito Soares, ratificou as denúncias que revelavam casos de abuso de poder e torturas sobre trabalhadores detidos, coagidos e pressionados pelos encarregados como verdadeiros escravos. A Volkswagen negou as acusações e o regime não levantou nenhuma medida significativa para averiguar as práticas (BUCLET, 2005).

Em termos de eficiência, o projeto de colonização da Amazônia foi em realidade uma sucessão de fracassos e dispêndio de dinheiro público. Loureiro (2014) narra uma sequência de casos como o projeto Jarí, no Baixo Amazonas, implementado ainda em 1967 por Daniel Luduwig, que na missão de produzir celulose, desflorestou a mata nativa, grilou terras e foi alvo de denúncias de trabalho escravo e após apresentar prejuízo de dez milhões de dólares, teve o empreendimento nacionalizado pelo governo federal. A Gleba Cidapar, no município de Viseu – Pa, representa outro caso de colonização que acabou por gerar conflito entre empresas, colonos e os índios Tembé. A Contriujú, - cooperativa de trabalhadores rurais de Ijuí (Rio Grande do Sul),

foi outro projeto fracassado na Transamazônica, região do Xingu, que além de improdutivo, serviu para gerar conflito entre empresas, colonos e os índios Arara. Por fim, o projeto Tucumã, no município de São Feliz do Xingu, derivou do repasse em valor de terra nua de 400.000 ha à empresa Andrade Gutierrez para o desenvolvimento agropecuário, atraindo colonos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em meio aos conflitos locais, a construtora acusou o mal planejamento do Estado de ter permitido a ocupação das terras e recebeu 15 milhões de dólares de indenização.

Em contrapartida, derivando desses desperdícios de dinheiro público, Becker (1982) analisou como o estímulo a migração e a proletarização forçada afetou a estratificação social dos que já residiam e daqueles chegavam à Amazônia. “No decorrer do processo migratório, desaparecem justamente as categorias de vínculos mais estreitos com a terra, cujos membros se transformam principalmente em assalariados temporários, mas também em posseiros e pequenos comerciantes” (BECKER, 1982, p. 144). A colonização fez surgir também uma nova categoria que servia como mercadores de mão-de-obra: os gatos.

A mobilidade espacial horizontal ocorreu diversas vezes pela mesma população e vinculava-se diretamente a mobilidade vertical, ou seja, à escala da renda social. Na região, a mobilidade vertical foi sinônimo de instabilidade econômica, sem ascensão na escala social (BECKER, 1982, p. 140). Os *Pequenos proprietários* foram os que apresentaram maior instabilidade, pois mudavam de atividade várias vezes, o que quantitativamente não resultara em melhora de status. Os pequenos proprietários transformavam-se inicialmente em prestadores de serviços, posseiros e, secundariamente, peões; alguns poucos até conseguiam se estabelecendo como donos de venda, fugindo da regra. Parcela dos parceiros desses proprietários tendiam logo a tornarem-se peões, e os demais tentavam diversas outras atividades” (BECKER, 1982, p. 140).

Ainda nessa escala de instabilidade, da migração da miséria, estão os *trabalhadores permanentes rurais*, do *baixo terciário* e os *comerciantes*. Chegam a efetuar três ou quatro etapas migratórias. Os trabalhadores rurais tendem a trabalhar como peões e posseiros e os do baixo terciário transformam-se em parceiros ou peões. Os comerciantes conseguiam conquistar novas oportunidade de status tornando-se comerciantes maiores ou proprietários médios. Note-se que, nem todo o

médio comerciante conseguia ascensão social. Progrediam mais os primeiros comerciantes, os antigos, que ali residiam, desde que possuíssem comércio efetivo, os novos, incorriam em instabilidade similar aos pequenos proprietários.

Os agentes de menor instabilidade era os posseiros. Menor instabilidade no sentido de permanecerem na mesma categoria social, passando a ser peões e a realizarem em média duas etapas migratórias. O fato constatado aqui, é esclarecedor: “as categorias situadas nos extremos da escala social são as que acusam maior permanência de status – movem-se, sim, mas dentro dos próprios estratos, sem que se altere a posição hierárquica (BECKER, 1982, p. 141).

Até 1980, Becker nota que foram poucas as categorias que mudaram de status na fronteira. Dentre os que melhoraram, tratavam-se, “basicamente, de pessoas que já detinham posses em terra ou capital nas regiões de origem – os comerciantes e grandes proprietários/comerciantes - e que enriqueceram graças à apropriação de mais terra ou à função comercial de intermediação com as cidades mais desenvolvidas do Centro-Sul do país” (BECKER, 1982, p. 145). Dentre os colonos, as populações do Nordeste foram as que “levaram a pior” em termo de crescente empobrecimento relativo. “Por outro lado, a migração mais rica, do Sudeste, de onde provém a maioria dos comerciantes, acusa melhoria significativa de status, conseguindo efetivamente novas oportunidades na fronteira” (BECKER, 1982, p.147).

Além da sujeição a uma estratificação social rígida é importante reforçar aqui o real sentido dessa proletarização que assume caráter central no caso de colonização da Amazônia. Conforme Dardot e Laval:

A proletarização significa que homens caem numa situação sociológica e antropológica perigosa, caracterizada por falta de propriedade, falta de reservas de toda natureza (inclusive laços familiares e de vizinhança), dependência econômica, desenraizamento, alojamentos de massas semelhantes a casernas, militarização do trabalho, distanciamento da natureza, mecanização da atividade produtora, em resumo, uma desvitalização e despersonalização gerais (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 128).

A crescente proletarização na Amazônia em condições indignas demonstra que:

[A] apropriação da natureza entre os diversos blocos de capitais e segmentos da sociedade constituiu, desde o início, para o Estado e o capital, um alvo mais importante do que o desenvolvimento econômico mencionado nos planos elaborados pelos órgãos e agências de desenvolvimento

(LOUREIRO, 2014, p. 105).

Não houve empenho real do Estado em consolidar projetos agropecuários, a finalidade era a simples ocupação fundiária, como revelaria no esvaziamento da Sudam, com a desaceleração da agropecuária já nos anos 1970. Após transferir os recursos naturais das populações locais para o capital multinacional e associado, o Estado se redirecionou para o setor mineral e o suporte infraestrutural da sua exploração. O que se apresentou inicialmente como nacionalismo militar, e defesa da Amazônia foi apenas uma forma de delimitar bem a Amazônia brasileira para entregá-la ao capital. A Amazônia foi repartida, e copiava-se internamente, o que internacionalmente o capitalismo fez com a África.

Nos anos finais do “milagre econômico”, com direito a partilha e crescente proletarização, aculturação e escravidão na Amazônia, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1975-1979), já no governo Geisel, estabeleceu o Programa de Polos Agropecuários e Agro Minerais da Amazônia (Polamazônia), que visava promover aproveitamento agropecuário, mineral, agroindustriais e florestais da região, fundamentado na teoria dos polos de desenvolvimento. Foram selecionados 12 polos sob jurisdição da Sudam. No Pará eram: Carajás, Trombetas, Altamira e Marajó. Para Loureiro (2014) o Polamazônia foi uma forma já usual que a administração pública tinha de retirar recursos de programas anteriores, nesse caso, do Proterra e do PIN.

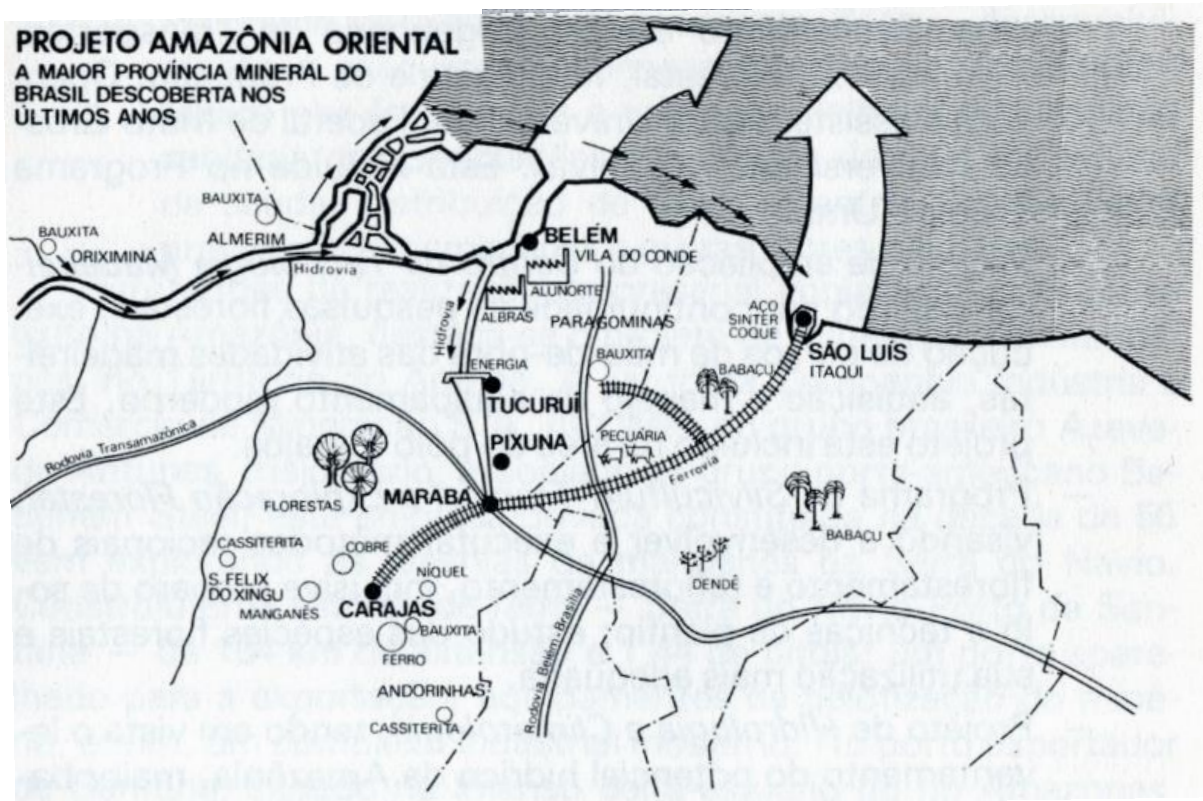
Desde o início da colonização, a menina dos olhos do Estado e do mercado era Carajás, cuja mina de ferro era estimada em 18 toneladas a serem exploradas pela CVRD em parceria com o capital estrangeiro. Esse empreendimento tomou todos os recursos, comprometendo severamente os que se destinavam ao Poloamazônia, que acabou servindo apenas para sustentar relações clientelistas.

O Programa Grande Carajás (PGC), implementado pela CVRD previa a construção de um complexo mineiro metalúrgico (Ferro-Carajás), abrangeu setores da agricultura e pecuária, além de envolver quatro grandes projetos de infraestrutura: 1) a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, pleiteada para gerar 8.000 MW especificamente para subsidiar o PGC e as empresas ALBRAS e ALUNORTE que instalaram-se em Barcarena no Pará, produzindo alumínio e alumina, também sob os incentivos do grande projeto. 2) A estrada de ferro Carajás-São Luis; 3) o porto de Vila do Conde e; 4) O porto Comercial de Itaqui e o Terminal Marítimo da Ponta da Madeira em torno da Baía de São Marcos no Maranhão (MATTOS, 1980; RIBEIRO, 2006). A essa altura

o governo militar já possui ciência dos riscos financeiros pelos quais o Brasil passava, contudo o mecanismo seguia o mesmo, uma série de incentivos do governo para projetos de infraestrutura, pesquisa, prospecção, extração e beneficiamento de ferro, mas também de bauxita, alumina e alumínio (RIBEIRO, 2006).

Os projetos ALUNORTE e ALBRÁS (1980/90), contaram com a participação de um grupo de 32 indústrias japonesas “holdada” pela *Light Metals Smelters Association*, com 49% do capital frente a 51% da CVRD (MATTOS, 1980). Para tanto, o projeto Trombetas destinava-se a alimentar ambas as indústrias com construção de portos e área industrial para beneficiamento e embarque do minério de bauxita. Por fim, também foram implementados os projetos de Ferro Gusa ao longo da estrada de Ferro Carajás, com 5 usinas no estado do Pará e outras no Maranhão, criando sérios problemas socioambientais pela utilização do carvão-vegetal. A estimativa, por baixo é que o governo tenha gastado 20 bilhões de dólares nos empreendimentos descritos, que ocuparam a área demonstrada no mapa 5 (RIBEIRO, 2006).

Mapa 1 – Projeto Amazônia Oriental



Fonte: Mattos (1980).

Com o aumento de pedidos de pesquisa e lavra dentro das terras indígenas,

dentre eles 7 pedidos feitos pela CVRD para o território dos Xikrin, e a valorização das novas áreas, criando um verdadeiro mercado especulativo imobiliário, os conflitos foram intensificados sem que o Estado poupasse índios, posseiros e ribeirinhos. Tanto a constituição de 1946, quanto o Estatuto do índio (Lei Federal nº 6.001) possuíam dispositivos legais que obrigavam a demarcação de terras, o que, contudo, foi sumariamente descumprido. Em vez disso, “em 1983, através do decreto-lei nº 88.895, a União autorizou a atividade de empresas de mineração em terras indígenas” (LOUREIRO, 2014, p. 236), posto que Código de Mineração (artigos 27, 57 e 87) estabelece prevalência da atividade sobre qualquer outra na região.

Ou seja, a mineração no estado do Pará e na Amazônia, está acima da lei, da população e sempre que possível, do próprio Estado. Em 1986 já havia 7.000 pedidos de pesquisa, 40% concedidos entre 1984-1985. Além de ser atividade incompatível com trabalho agrícola, utiliza apenas 5% da área concedida para pesquisa, áreas de dimensões hercúleas, que geram conflitos e deslocamentos, além de degradação ambiental. A situação indígena se agravou desde 1983 quando o decreto nº 88.985 passou a permitir a mineração em suas áreas. A coordenação nacional de geólogos estima que 1/3 das áreas indígenas estão hoje atingidas pela atividade e mais 2.000 requerimentos aguardam aprovação.

Contudo, são os garimpeiros de barranco, os que mais levam a má fama no Estado. Na hierarquia entre o dono da pista de pouso, “o dono da cantina ou do barracão, o dono do garimpo e, o nível mais baixo, o garimpeiro formiga (dentre o apurador, lavador e queimador) a relação de exploração na cadeia é similar ao seringal” (LOUREIRO, 2014, pp. 292-293).

Além do quadro de exploração dos garimpeiros de barranco, próximo de Marabá, centro do PGC e da rodovia BR-222, os índios Gavião Parkatejê (do grupo Timbira), que habitam a reserva mãe Maria, tiveram suas terras cortadas pela metade. A tensão feita pelos colonos que chegaram, atraídos pelo grande projeto, levou a Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) a fazer assentamentos de colonos dentro da terra indígena. Os índios Gavião e Suruí também afetados pelos projetos, foram vítimas de toda ordem de descomedimentos por parte do Estado.

Nesse período, a Mineração Rio do Norte (MRN) (canadense Alcan em parceria com as brasileiras CVRD e CBA) adquiriu uma reserva de bauxita à margem direita do rio Trombetas, totalizando 385.000 hectares, demarcados como reserva biológica

do rio Trombetas, superpondo as terras das comunidades quilombolas existentes. A norte-americana Alcoa, por sua vez, iniciou a exploração das suas jazidas em 1992, nas proximidades da MRN, em meio aos dois projetos a população local foi realocada. Mais tarde (2009), estradas, embarcações rejeito de minério atingiram em cheio as comunidades dos Tapagem e Abuhi (LOUREIRO, 2014).

Ainda na altura dos anos 1980, quando os colonos já estavam completamente desamparados pelo Estado, a instalação do PGC contou com um grande contingente de desempregados a sua disposição, atraindo ainda mais migrantes para os municípios ao redor do projeto. Na região constituídas pelos 13 municípios mais próximos – Conceição do Araguaia, Marabá, Parauapebas, Curionópolis, Santana do Araguaia, São Felix do Xingu, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Tucuruí, Jacundá, Rio Maria, Redenção e Xingua – que juntos totalizam 223.558 km², entre 1975 e 1985 o número de habitantes passou de 123.228 para 575.780. Entre 1980 e 1990 o crescimento médio anual foi de 16,73%. Essa massa de migrantes passou a conformar as periferias das cidades e a constituir o mercado informal. A terra estava em sua maioria concentrada em poucas mãos.

Ainda em 1983 o garimpo de Serra Pelada empregava 50 mil pessoas e produzia 13.946 kg de ouro. Em 1987 a capacidade de produção estava já comprometida. Até o final da ditadura e após o regime a região foi marcada pelos mais violentos conflitos do Pará. A microrregião de Marabá e Araguaia Paraense correspondiam em 1984 a 57% dos assassinatos do Estado. Em 1985 já correspondiam a 87%. Nesse mesmo ano, dos 122 conflitos de terras no Pará, 103 estavam localizados nos municípios que integravam a zona de influência do PGC. 19.734 famílias, de um total de 21.727 estavam envolvidas em conflito (LOUREIRO, 2014).

Outro projeto de grande impacto no Pará foi a Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Resultou da estratégia de garantir a disponibilidade de energia a partir da queda d'água do rio Tocantins, conhecida como cachoeira de Itaboca. A empreiteira responsável foi a Camargo Correa, que ao fechar o contrato com a Eletronorte, logrou ali a maior loteria que havia no Brasil. Atrás das costas largas do autoritarismo, ainda hoje não é certo o quanto a obra custou. A Eletronorte quando da inauguração em 1985, anunciou custo final da primeira etapa em 4,7 bilhões de dólares, a comissão mundial de barragens calculou em US\$ 7,5 bilhões e a mídia e suas fontes na época,

denunciavam US\$ 13 bilhões (PINTO, 2002).

O represamento do rio Tocantins foi tão irresponsável quanto a do rio Uatumã para construção da UH de Balbina em 1977 que inundou 2.000 km² para produzir 250 MW de energia. Projetada inicialmente para 4.000 MW depois estendidos para 8.000 MW Tucuruí inundou 2.200 km², não seguiu nenhuma legislação ambiental, que afinal só foi criada em 1981 mediante lei nº 6.938, para empreendimentos desse tipo. A ausência de eclusas interrompeu totalmente a navegabilidade do rio Tocantins. Chegou-se ao ponto do Estado do Pará impetrar ação contra a União, pelos impactos logísticos da obra que nem mesmo serviu para abastecer o Estado, que necessitou fazer empréstimo para compra de energia. Mas o impacto maior foi sobre a população local (RIBEIRO, 2006; LOUREIRO, 2014).

A combinação emblemática de erros técnicos e descaso com as comunidades locais explicam o porquê 36% das terras inundadas pertenciam a povos indígenas. Árvores não retiradas foram inundadas, que além de desperdício de madeira provocou infestação de insetos que adoeceram a população principalmente de malária. Quando decidiu-se viabilizar a navegação pelo rio, o bloqueio do Pedral do Lourenço demandou mais gastos milionários para seu desmonte. Até a inauguração em 1985, o anúncio de construção da barragem atraiu milhares de imigrantes que não contaram com os empregos que almejavam nem com plano de apoio do governo. Foi um verdadeiro caos urbano nas proximidades da obra.

Estima-se que 32.871 pessoas foram remanejadas, fora as populações indígenas. Poucos receberam indenização. Dentre as comunidades indígenas, as mais afetadas foram os Parakanã, deslocados duas vezes, para terras de tamanho e qualidades inferiores, próximos aos Arawaté, gerando uma série de conflitos. Por fim, essas comunidades tiveram suas terras invadidas por fazendeiros, cuja posse foi concedida em 1997 pelo ministro da justiça (LOUREIRO, 2014).

Em 1989 foi levado a público o Plano *2010 hidrelétricas da Amazônia*, que incluía 79 empreendimentos, inundando aproximadamente 10 milhões de hectares. Dentre eles no rio Xingu, duas hidrelétricas Kararaô e Babaquara ameaçavam outro grupo Parakanã e mais os Assurini, Mundurucu, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya e Arara. Foi graças a mobilização local desses povos que tais projetos foram suspensos (LOUREIRO, 2014; RIBEIRO, 2006). O ponto Alto da resistência foi o I Encontro das Nações Indígenas do Xingu em 1989, quando o facão de Tuíra, erguido na direção do

rosto do presidente da Eletronorte, o engenheiro José Lopes, simbolizou que não haveria mais que se tolerar o afastamento de 550 famílias, das quais 200 indígenas e o alagamento de mais de 6.500 km² (PINTO, 2002).

O interesse empresarial-militar é converter o Pará em uma colônia de energia além de mineral. Todos os dias, desde o início de seu funcionamento, Tucuruí, no período de cheias, remete 1.300 mw de energia para o Sudeste e o Nordeste. O que corresponde a 3% da demanda nacional e 1/3 da capacidade da hidrelétrica. Mais 1/3 ficam com as mineradoras e o 1/3 restante com a população local que paga um dos preços mais altos pelo acesso à energia (PINTO, 2002).

O II PND marcou, portanto, uma nova etapa no esforço de integração/colonização da Amazônia. A fase dos Grandes Projetos iniciada em 1980 compreende em essência, a potencialização de grandes empreendimentos propostos pelo Governo Federal, implementados com a parceria estrangeira. Em 1988, 29 empreendimentos já haviam sido implementados. Além do enorme potencial mineral, o PGC parecia estratégico, pelo conjunto de vantagens comparativas derivadas da grande massa florestal, útil para fabricação de carvão, o insumo básico da produção de ferro gusa. O Banco Mundial foi um grande encorajador e planejador do projeto. E o conjunto de empreendimentos recebem até hoje, isenções fiscais (LOUREIRO, 2014). Já as carvoarias, hoje, são *objeto* de sérias denúncias de trabalho escravo.

É importante notar que a capacidade de implementação dos grandes projetos, a essa altura dos anos 1980, derivava da disponibilidade de petrodólares, ou seja, agravavam o quadro de endividamento externo. Esse endividamento foi o principal mecanismo de colonização da política pela economia. Ainda que o Brasil comportasse o oitavo parque industrial do mundo, sob a crescente hegemonia do capital financeiro, a desnacionalização e desregulação da economia, culminariam como principal resultado da crise a qual o Brasil estava sendo guiado pelo regime empresarial-militar, em meio ao reforço de sua condição liberal-periférica na divisão internacional do trabalho, que se apresentava em plena transformação nos anos 1980 (FILGUEIRAS et al, 2010).

Para os países desenvolvidos nunca bastou simplesmente importar matéria-prima. Era preciso controlar mercados e determinar preços. Soma-se a isso o aumento das pressões e conscientização ecológica e a necessidade de poupar energia e teremos os fundamentos da estratégia de transferência da indústria eletrointensiva e

energointensiva para países periféricos, enquanto o centro especializava-se na tecnologia microeletrônica e de ponta, como consta na tabela 1. Importante deixar claro, que, a queixa que se ouve dentre muitos apoiadores do regime ditatorial atualmente, quanto a condição do Brasil extrair minério e importar bens finais com maior valor agregado, foi um a escolha feita no regime empresarial-militar.

Tabela 1 – Evolução da Produção dos principais produtos eletrointensivos 1973/1987

Países	Ferro e Aço	Alumínio	Papel/Celulose
Japão	-15	-96	+23
E.U.A.	-38	-18	+22
Brasil	+196	+170	+225

Fonte: Eletrobrás (apud LOUREIRO, 2014, p. 326).

Além do se livrar da indústria altamente consumidora de energia, esse movimento foi vantajoso aos países centrais porque permitiu manter o crescimento do PIB, importando semielaborados e exportando produtos acabados de maior rentabilidade (LOUREIRO, 2014). E essa estratégia não foi restrita ao Brasil, contemplou toda América Latina.

Nos últimos anos do regime empresarial-militar, em função da crise que se desvelava, o III PND foi seriamente afetado pelos cortes de financiamento público e não conseguiu alcançar os objetivos propostos pelo governo. Sudam e Sudene foram paulatinamente sendo comprometidas quando ainda em “1980, o governo demandou uma desvalorização do cruzeiro frente ao dólar no valor de 30%” (PONTE, 2010, p. 133). No entanto, o Pará já conformava a porta de entrada para a Amazônia brasileira. Esta, permeada por novos colonos, fazendeiros, grileiros e grandes projetos, integrou-se à economia brasileira como fornecedora de matéria-prima.

Uma integração truncada, marcada pela eclosão, cada vez mais visível de conflitos locais, degradação ambiental e precarização da renda, face mais nítida da desigualdade social da região em relação ao resto do país. Encerra-se com o fim do regime autoritário o colonialismo interno com a Amazônia. Mas perpetuam-se as heranças dessa fase violenta da história da região. Junto às heranças, reproduzem-

se novas formas de controle que conformaram a colonialidade interna da Amazônia paraense.

4.3 Violência, degradação ambiental e desigualdade social: heranças do colonialismo interno no Pará (1985-2003)

A elevação incontrolável da dívida externa latino-americana foi essencial para o cerceamento das alternativas e controle das economias da região, sem a necessidade de intervenções diretas como a que se tinha no Brasil, Chile e tantos outros países. A “colonização” pela dívida externa foi o resultado imediato das ditaduras no final do século XX.

“A dívida chegou a representar até 77,52% do orçamento de gastos governamentais do Brasil (1990)” (GONZÁLEZ CASANOVA, 2002, p. 157). Em 2002 ela já alcançava 78,8% do PIB (FMI, 2019). A dependência aprofundou-se a medida em que mais empréstimos foram contratados para pagar juros e montantes da dívida, além do comprometimento dos recursos recebidos pela via tributária nacional, tornando os países incapazes de estimular a ampliação do capital local. E ainda que as demandas sociais aumentem, e elas aumentam, a pressão capitalista é para que a produção de exportáveis seja priorizada em detrimento do abastecimento do mercado nacional e consumo doméstico.

Os planos de Baker e Brady, de 1985 e 1989 respectivamente, e o Consenso de Washington, elaborados pelo departamento de tesouro estadunidense e organizações como FMI e Banco Mundial condicionaram a retomada de crédito internacional à desregulamentação financeira, que garantiu ao capital internacional as mesmas condições do capital nacional¹⁸. A privatização de empresas públicas retirou o monopólio do Estado de áreas estratégicas e deu origem a oligopólios privados e a desnacionalização da economia foi complementada com a centralização do capital e a hegemonia do capital financeiro (MENDONÇA; PIRES, 2012; FILGUEIRAS et al, 2010).

No Brasil, entre 1991 e 1994 o programa de privatizações se concentrou nos setores industriais do aço, petroquímica e fertilizantes. Em 1995, com a criação do

¹⁸No caso do Brasil, ver: Constituição Federal de 1988, art. 25, §2º; art. 170, IX; art. 171; art. 176, §1º; art. 21, XI e XII. Referentes às concessões à exploração de gás, minério, telecomunicações, energia e liberdade de capitais.

Conselho Nacional de Privatizações e atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), incluiu o setor de infraestrutura, bancário e energético. Inicialmente a participação de investidores estrangeiros ficou na margem de 13% do total, 15% com o setor financeiro e os fundos de pensão com 28%, no entanto, com a ampliação em 1995, os investimentos estrangeiros aumentaram sua participação para 35% atuando em empresas federais e municipais. Dentre os países, até 1996, Estados Unidos participou com 30% das apropriações, seguido pela Alemanha com 12,2%, a Grã-Bretanha 9% e o Japão com 7,7%. O programa de privatizações brasileiro abriu ao capital internacional a maior empresa de mineração do mundo, a Companhia Vale do Rio Doce (42% das ações com poder de voto em 1997), que atuava extensivamente no Pará. Em 1998 a privatização da gigante de telecomunicações, Telebrás, foi a maior privatização do mundo até a data (FMI, 1998). A indústria de transformação que em 1980 correspondia a 32,4% do PIB, chegou em 2002 correspondendo a 16,9% (CANO; SILVA, 2010).

Ainda em 1988, 57% da população da área metropolitana brasileira (RJ e SP) classificava-se abaixo da linha da pobreza, entendida como aquela cuja receita é incapaz de garantir atendimento das necessidades humanas básicas. O Brasil só era superado pela Colômbia (58,1%), Argentina (63,1%) e Venezuela (70,6%) na América do Sul. A vanguarda neoliberal do Chile acumulava a taxa de 45,2%. Nos demais centros urbanos do Brasil a taxa caía para 50,1%, com metade (25%) em condições de indigência. Nas áreas rurais a nível de pobreza atingia 35% da população (CEPAL, 1991).

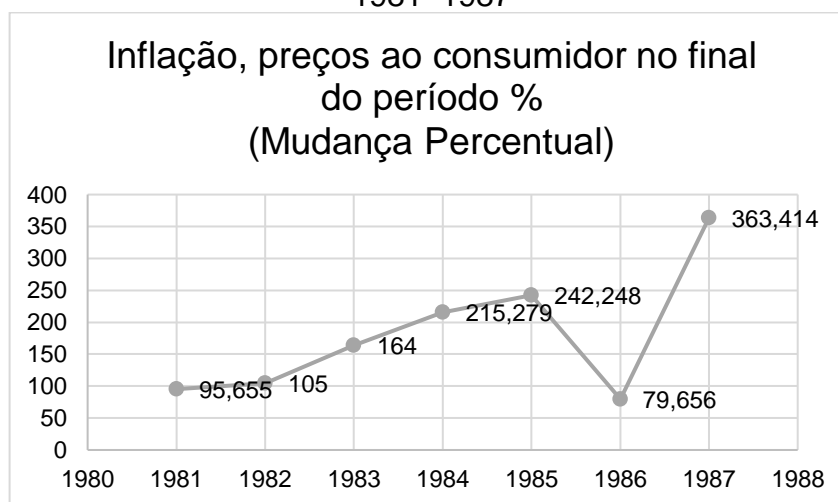
Note-se que, no Brasil, a tendência de desconcentração de renda da fase democrática (1946-1964), anterior ao golpe, foi substituída por uma concentração de renda do 1% mais rico que pulou dos 16% para 25% da renda nacional ainda nos primeiros anos de ditadura e chegou a mais de 30% ao final do regime, mantendo-se nessa faixa até os finais dos anos 1990, estabilizando próximo dos 25% desde então.

Em contrapartida, enquanto em 1964, 50% da população economicamente ativa concentrava 17,4% da renda nacional, esse percentual foi reduzido para 13% em 1985 (ARRUDA, 2016). O que também revela que foi no meio da pirâmide social que ocorreram as maiores mudanças recentes na renda do Brasil, essencialmente via precarização do trabalho.

A disparidade de renda também veio acompanhada de perdas da capacidade

de consumo, principalmente da população mais pobre, que além dos arrochos salariais, no contexto de dívida externa crescente, passou a lidar, nos finais dos anos 1970 com uma taxa de inflação de 100% ao ano (MODIANO, 2014), o que se agravou, chegando a mais de 200% no final do regime empresarial-militar, gerando efeitos ainda mais perversos no arrocho salarial.

Gráfico 6 – Inflação anual preços ao consumidor no final do período (%) – Brasil, 1981–1987



Fonte: FMI (2019).

O gráfico 6 mostra uma das grandes heranças do regime militar, para além da concentração de renda. Apesar do plano Cruzado implementado em 1986 e das outras tantas propostas de política anti-inflacionárias – Cruzado (1986), Cruzadinho (1986), Cruzado II (1986-87), Plano Bresser (1987) etc., (MODIANO, 2014) – a inflação inercial no Brasil manteve-se como sério problema que só veio a ser estancado em 1994 com a adoção do Plano Real.

A estabilização monetária de 1994 ajudou a melhorar o quadro da pobreza no Brasil. Mas as crescentes privatizações e o aprofundamento das medidas de liberalização econômica e financeira, aumentaram a vulnerabilidade do país sujeito às especulações de investidores estrangeiros. No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso “a âncora cambial e as privatizações foram substituídas pelas metas de inflação, os superávits fiscais primários e o câmbio flexível” (FILGUEIRAS et al., 2010, p. 63).

Na esteira da década perdida, a pobreza atingia, em 1990, 48,3% de toda a América Latina, em 2000 a taxa caiu para 42,1%, voltando a crescer em 2001,

atingindo 43%, resultado do baixo nível de crescimento e das crises financeiras e cambiais. No Brasil a média do PIB na fase de declínio (1980-1989) foi de 3,10% e na fase das reformas neoliberais (1990-2002) de 2,70% (MONTEIRO NETO, 2008). A América Latina entrava em 2002 com 92,8 milhões de indigentes e 214,3 milhões de pessoas sob incidência da pobreza (CEPAL, 2002).

Os dados tributários para análise da concentração de renda nos anos subsequentes à ditadura até 1996 são incertos, contudo já era possível notar que tanto o regime, quanto o saldo das investidas de colonização da Amazônia, eram não apenas perversos, como o retrocesso traumático dos índices econômicos deslegitimavam por completo o discurso de modernidade e desenvolvimento imposto sobre o país e sobre a região.

Atentando para os efeitos imediatos das investidas de controle sobre a economia, a autoridade e a natureza, na Amazônia, mas também em toda a América Latina, na segunda metade do século XX, constata-se que não foi no período colonial que a América Latina se tornou significativamente mais desigual que os países desenvolvidos. Souza (2016) sublinha que essa idiosincrasia ocorreu no século XX, com a crescente perda de nivelamento social.

Dado o caráter da estrutura do Estado brasileiro, Evans (2004) reforça que é surpreendente que tenha galgado algum nível de industrialização e crescimento ao longo do século XX. O que só se explica por sua vaga aproximação ao modelo burocrático - Weberiano, capaz de lhe conferir algumas vantagens a partir de bolsões de eficiência, que o autor associa com a capacidade geradora de eletricidade, indústria automobilística, indústria petroquímica, e nota-se também com a indústria extrativa mineral.

Contudo, no Brasil, "as elites rurais e reacionárias jamais foram dramaticamente varridas de cena [...]. Ao contrário, a simbiose tradicional que conectava os oligarcas tradicionais ao Estado tem sido reforçada por uma perversa 'modernização'" (EVANS, 2004, p. 97). Isso por sua vez empurra a relação público-privada para canais individuais, e o Estado vira fonte de poder e riqueza para oligarquia e indústria, que sabotam as tentativas de reforma interna.

O Índice de Gini da concentração fundiária no Brasil manteve-se praticamente inalterado de 1920 a 1985, variando entre 0,83 e 0,85 até 1985. A reforma agrária foi completamente abandonada pelo regime autoritário. Em vez disso optou-se pela

modernização da agricultura e manutenção da concentração fundiária." A meta era ter abundância de alimentos a baixo custo, liberar mão de obra rural para a indústria urbana, abrir mercados internacionais para a produção agrícola e gerar as divisas necessárias ao crescimento" (LUNA; KLEIN, 2014, p. 63). Apesar da substancial modernização, principalmente na elevada produção de soja, quando o fracasso dessa política econômica inseriu o Brasil em sua fase de crise, deterioraram-se as possibilidades de financiamento da habitação e das políticas de saneamento, o resultado foi a rápida disseminação de favelas pelo país. Assim a renda concentrava-se, a terra concentrava-se e as condições de vida da população deterioravam-se.

Evans (2004), mediante análise da estrutura institucional do Brasil, oferece um importante diagnóstico que pode, neste momento, lançar luz as múltiplas variáveis causas da insustentabilidade das tentativas de industrialização no regime militar. Neste:

A burocracia torna-se ainda mais crucial num contexto no qual o mercado penetrou tão profundamente na consciência social de que "tudo está à venda". Quando o "comercialismo" e o personalismo substituem um comportamento burocrático previsível, regido pelo governo, o desenvolvimento de uma burguesia orientada para investimentos produtivos a longo prazo é quase que uma impossibilidade. Com uma burocracia cujo a máxima é "tornar a busca da riqueza e do dinheiro uma obsessão", alguém que arrisque fazer investimentos a longo prazo não deve ser considerado um empresário, mas sim um tolo (EVANS, 2004, p. 79).

Dessa forma, a ascensão do regime militar-empresarial, no afã de construir um Brasil potência a luz do seu espelho ocidental, não logrou converter o Estado em um real agente do desenvolvimento, posto que, ao mesmo tempo que os projetos de transformação industriais convertiam-se em oportunidades adicionais à oligarquia instaurada no Estado, "as relações com o capital foram complicadas pela precoce e maciça presença de capital transnacional na indústria manufatureira no mercado doméstico" (EVANS, 2004, p. 97). E ainda:

O regime militar, que teve, pelo menos inicialmente uma maior coerência corporativa, provou ser incapaz de construir um relacionamento do tipo "orientação administrativa" com a elite industrial local. O regime foi "altamente legitimado, aos olhos da burguesia local, mas não se conectou a ela mediante qualquer sistema de vínculos institucionalizados" (EVANS, 1982, p. 221). Em vez de se tornar institucionalizado, os relacionamentos se tornaram individualizados, tomando a forma do que Fernando Henrique Cardoso (1975) chamou de "anéis burocráticos", isto é, pequenos grupos de empresários individuais conectados com burocratas individuais. Como Schneider (1987b,

p. 230-231) sublinha, o caráter ad hoc e personalizado destes vínculos os tornam, do ponto de vista dos empresários, pouco confiáveis e arbitrários em termos de seus resultados. Eles são em resumo, o oposto do tipo de laços Estado-sociedade que são descritos por Samuels (1987) e outros em suas discussões sobre o Estado desenvolvimentista" (EVANS, 2004, p. 98).

Note-se, contudo, que os anéis burocráticos não se limitaram a cercear o Estado. Conformaram o Estado no regime militar e mantiveram-se nele ainda com o fim do regime. Democraticamente eleito em 1989, Collor representava a "modernidade" para a imprensa nacional e para o governo estadunidense, mas era a verdadeira personificação da oligarquia privilegiada com os conluíus empresariais e o Estado, demonstrando como "o ataque neoliberal ao Estado podia ser combinado com a preservação do poder oligárquico tradicional" (EVANS, 2004, p. 98).

O Pará foi reflexo desse quadro. Como resultado direto dos grandes projetos de exploração a Amazônia paraense transformou-se em um espaço desordenadamente urbanizado, culturas foram afetadas, o poder de oligarquias locais foi reforçado, ainda que outros tenham sido alterados, os níveis de qualidade de vida foram rebaixados, floresta e rios foram desmatados e poluídos, vendidos e doados à preço de terra-nua, a concentração de terras foi potencializada, o trabalho infantil, escravo, a prostituição e tantas outras mazelas chegaram junto com o Estado e os capitalistas à região. O conflito e a violência física e estrutural tornaram-se e ainda permanecem como a marca mais perene do modelo de colonização. Índios, quilombolas, ribeirinhos, posseiros, trabalhadores rurais e *sub-assalariados* urbanos enfrentavam e enfrentam o poder virulento de empresas extrativistas, fazendeiros e grileiros, que se utilizam de pistoleiros, gatos e outros assimilados para impor medo e morte na região.

A elite local, civil e militar, atuou nesta fase como grande aliada do poder privado e estatal, local e transnacional. O mais proeminente foi Jarbas Passarinho, militar de linha dura, parte da elite orgânica e ironicamente, proveniente do mesmo estado que Chico Mendes, notável defensor dos amazônidas e da floresta. Passarinho contribuiu não apenas com a colonização da Amazônia, mas na disseminação da ideologia dominante em todo território nacional, com destacada atuação no Ministério da Educação no governo Costa e Silva. Perpetuou sua atuação na redemocratização do país, apoiou a entrada de parentes na política e manteve-se, até sua morte, em defesa do regime militar.

Jader Barbalho por sua vez, político que consolidou consensos e descensos com Jarbas Passarinho, foi menos ideólogo e mais patrimonialista, fez e faz ao longo de sua carreira política a função de agente de articulação dos interesses das oligarquias locais, convertendo-se, conforme mostram as graves acusações de enriquecimento ilícito, ele mesmo em grande latifundiário amazônico. Com o controle e influência midiática além das alianças com uma elite duradoura que se perpetua no estado, Barbalho logrou forjar e cooptar seus sucessores, alcançou importantes cargos na esfera pública legislativa nacional, representando ainda hoje os interesses ruralistas da região.

Na esteira da perpetuação das elites, a desindustrialização também foi uma herança no Pará. Castro e Campos (2015) apresentam o panorama da indústria local, que revela que após o Regime militar o Estado passou a contar com menos estabelecimentos do que tinha nos primeiros anos do Regime, como detalhado na tabela 2. Ou seja, o regime serviu muito mais para uma desindustrialização do Estado de modo geral, com exceção para indústria extrativa e de produtos minerais.

Tabela 2 – Dados gerais das indústrias extrativas e de transformação segundo classes e gêneros de indústria no Pará de 1966 a 1995.

Ano	Total Brasil	Total Pará	Classes e gêneros da Indústria						
			Indústria extrativa e de produtos minerais	Indústria de transformação	Minerais não metálicos	Madeira	Mobiliário	Produtos alimentares	Bebidas
1966	40.111	563	1	562	91	63	17	166	67
1974	72.360	730	2	728	94	192	14	257	53
1981	110.727	2.142	10	2.132	506	738	52	500	37
1988	32.271	356	20	336	20	77	6	100	12
1995	22.448	252	10	242	15	63	7	66	10

Fonte: IBGE (apud Castro; Campos, 2015). Pesquisa industrial anual.

A indústria extrativa, mais especificamente da madeira, foi justamente o que atraiu meus familiares da Bahia à Amazônia nos anos 1980. Meus bisavôs situaram-

se primeiramente em Paragominas, uma fronteira madeireira mais antiga, até migrarem para Tailândia, cidade do nordeste paraense cuja colonização foi feita mediante o projeto do Iterpa a partir de 1978 (BARROS, VERÍSSIMO, 2002). A pavimentação da rodovia PA-150 em 1986 alterou significativamente a vida dos assentados na região. Foi fator que também estimulou a migração da minha família à cidade, culminando com meu nascimento em 1988, ano em que a cidade foi municipalizada. De 1988 a 1996 as pequenas serrarias foram dando lugar às de porte médio e grande e junto com elas as carvoarias e o trabalho similar à escravidão. A concentração de terras e a exploração desordenada da madeira foi levando à saída dos colonos mais antigos e a relação entre fazendeiros e madeireiros transformou Tailândia, ainda nos anos 1990, em uma fronteira madeireira. Nos finais da década, a fronteira avançou mais para o oeste, e junto com ela, meus familiares dispersaram-se nos municípios de Uruará e Medicilândia (rodovia Transamazônica), chegando até Santarém e a região de Itaituba (rodovia Santarém-Cuiabá). Sem plano de manejo e convertida em rota de madeira ilegal, a ascensão da economia de Tailândia, dependente essencialmente da exploração da madeira, duraria poucas décadas.

A exploração da madeira e a criação de pastos criou na Amazônia paraense um dos principais focos do arco de desmatamento. Esse arco do desmatamento que se formou na Amazônia é na verdade o arco da subalternização. Em nome do modelo hegemônico de desenvolvimento os amazônidas foram deslegitimados nas relações de poder. Invisibilizados pela falácia da floresta vazia, e junto com os colonos pobres do Nordeste, discriminados das mais diversas formas (jurídica, agrária, fiscal, política, sociocultural, econômica), descapitalizado, proletarizado, escravizado e assassinado.

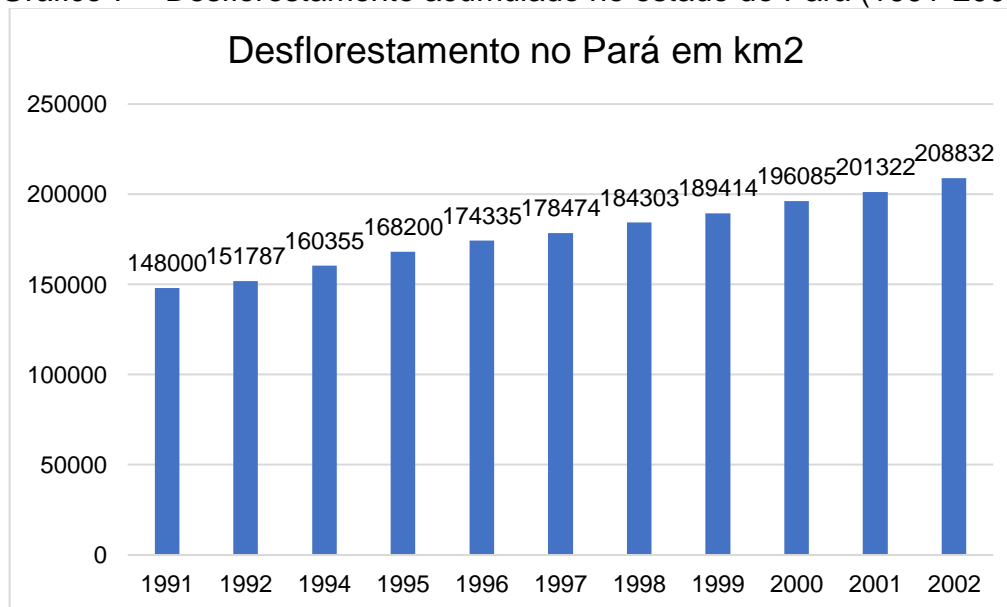
Ainda nos anos finais do regime militar até a transição para a redemocratização a Amazônia perdeu 10,5% de sua cobertura vegetal até 1991. 2,4% na época da construção da transamazônica, em 1970 e 3,8% até 1978. Só no Pará, no mesmo período (1970-1991) a perda foi de 13% da cobertura vegetal do Estado. Em 1970 havia 65,9 mil km² desmatados, em 1991 a área já era de 146 mil km² (FEARNSIDE, 1995).

Os dados mais atuais do IBGE são ainda mais graves, apontando que em 1991 o desflorestamento no Pará alcançou 148 km², como demonstra o gráfico 7. Até 2002 essa área cresceu 41,1%, chegando a mais de 208 km². E, certamente, ainda mais problemática é a constatação de que o crescente desflorestamento, mais uma vez,

não resultou em desenvolvimento, na verdade, aprofundou o fosso intra-regional no Brasil (NETO, 2008).

Em todas as capitais do Brasil, houve elevações na desigualdade de renda entre 1991 e 2000. Nas Amazônicas, o crescimento da população, tanto nas capitais como as cidades com menos de 100.000 habitantes, foram consequência direta das políticas de proletarização do regime militar e dos estímulos a migração. Em 1996, 61% da população vivia nas cidades convertendo a Amazônia em uma floresta urbanizada com graves problemas, dado a constante migração e a falta de serviços (BECKER, 2001). Na região, a taxa de crescimento médio do PIB seguiu trajetória de estagnação entre 1985-2003, com exceção do Estado do Mato Grosso, com taxa média do PIB per capita de 3,3% (DINIZ et al., 2007).

Gráfico 7 – Desflorestamento acumulado no estado do Pará (1991-2002)



Fonte: IBGE ([2016?]).

A análise de Diniz et al (2007), baseada na avaliação do PIB per capita da região demonstrou que enquanto o PIB per capita crescia abaixo do aumento populacional, a pobreza manteve-se em níveis bastante elevados do final do regime militar ao início do século XXI. No Pará, Maranhão e Tocantins a pobreza manteve-se acima de 50%, ainda que com tendência decrescente. Nos demais estados a variação permaneceu entre 30% e 50%. Apenas o Mato Grosso apresentou taxas abaixo de 30%.

Em análise complementar, Rezende, Mata e Carvalho (2007) mediante

avaliação qualitativa do crescimento da renda da população mais pobre, classificou o padrão do crescimento nas capitais Amazônicas. A tabela 3 detalha o que em termos qualitativos pode ser definido como crescimento: *não pró-pobre* – quando taxa de crescimento da renda per capita dos mais pobres segue sempre abaixo da taxa de crescimento da renda per capita de toda população; *empobrecedor* – quando o crescimento econômico positivo aumenta a pobreza; *pró-pobre* – quando o crescimento da renda da percentagem populacional (p%) mais pobres, é maior que aquele verificado para renda média de toda a população; Os demais casos são considerados *inconclusivos*.

Tabela 3 – Taxa de crescimento anual da *renda per capita* dos p% mais pobres e classificação das capitais estaduais de acordo com a qualidade do crescimento econômico (1991-2000)

Capitais estaduais	Taxa de crescimento da renda <i>per capita</i> p% mais pobres (ao ano)					Qualidade do crescimento	
	20%	40%	60%	80%	100%		
Norte	Belém	-1,69%	-0,42%	-0,03%	0,26%	1,63%	Empobrecedor
	Boa Vista	0,76%	0,17%	0,00%	0,10%	0,30%	Inconclusivo
	Macapá	-4,73%	-2,64%	-1,61%	-0,72%	0,92%	Empobrecedor
	Manaus	-7,45%	-4,49%	-3,51%	-2,68%	-0,60%	Inconclusivo
	Palmas	1,15%	3,39%	4,24%	4,65%	2,77%	Não pró-pobre
	Porto velho	-2,09%	-0,43%	0,37%	1,24%	2,36%	Empobrecedor
	Rio Branco	-0,16%	0,88%	1,26%	1,40%	2,07%	Inconclusivo

Fonte: Resende et al. (2008).

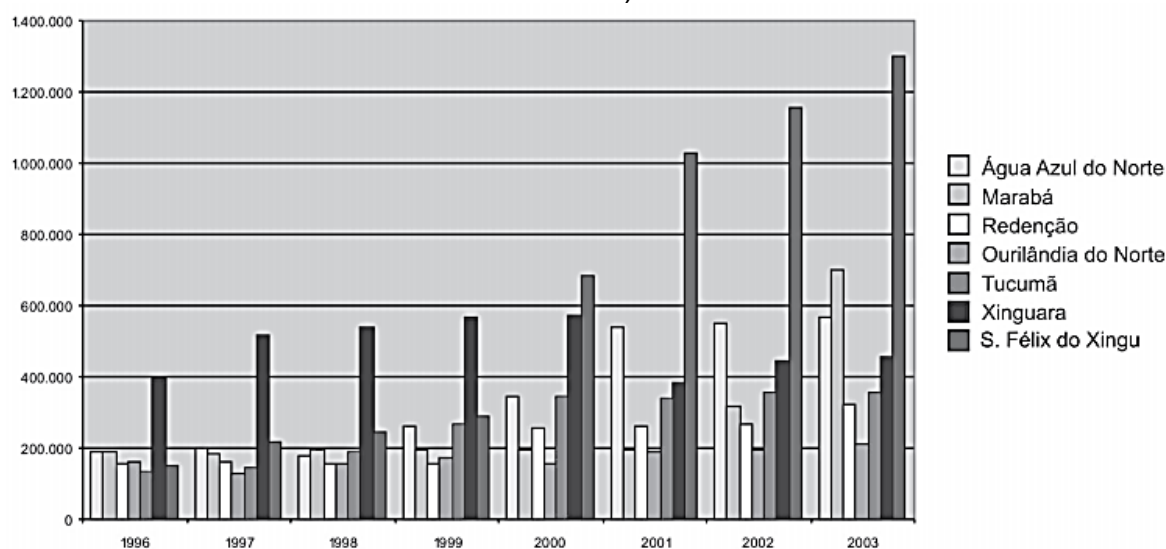
O estudo conclui que em fase de políticas neoliberais “os mais pobres se beneficiaram relativamente menos em relação ao crescimento econômico, visto que nessas capitais estaduais o crescimento econômico foi acompanhado por um aumento da desigualdade de renda” (RESENDE; MATA; CARVALHO, 2008, p. 42).

Em cinco capitais (7,4% do total), o crescimento foi empobrecedor e destas,

três estavam na Amazônia. Quatorze capitais (52%) apresentaram crescimento não pró-pobre, e Palmas foi o caso na Amazônia, possivelmente o melhor resultado entre a região. Em oito capitais (30% do total) o crescimento foi inconclusivo, destas, três estavam na Amazônia.

Especificamente no caso amazônico, a pobreza convive com a expansão das atividades econômicas. Em 2002 o Pará figurava como o estado com maior taxa de desmatamento do Norte, superando a área pioneira do Mato Grosso. No cerne desse processo a expansão agropecuária e madeireira já figurava dentre as principais atividades também da região sudestes do Estado. Em apenas uma década o rebanho bovino passou de aproximadamente 5 milhões para 10 milhões entre 1990 e 2000 (CASTRO, 2005). Os municípios do Sudeste paraense foram os mais afetados por esse avanço, como mostra o gráfico 8.

Gráfico 8 – Evolução do rebanho bovino nos principais municípios paraenses (1996-2003)



Fonte: IBGE (2004 apud IPAM, 2006).

Esse avanço foi fruto dos investimentos pessoais e familiares de modo que o padrão das fazendas, entre 2.500 e 3.000 hectares, camuflavam a repartição entre membros de uma mesma família que juntos chegam a ter mais de 30.000 hectares contíguos. Os primeiros migrantes chegaram a essa região do sudeste atraídos pela mineração e exploração da madeira, em especial o jaborandi e depois o mogno, que se coadunaram com o latifúndio da pecuária. Muitos colonos venderam suas terras, posto que foram empurrados para locais improdutivos e fizeram parte do processo de

proletarização, agora empregados por fazendeiros e madeireiros. O fluxo mais forte da atividade madeireira direcionou-se para a Terra do Meio, em 1995, enquanto São Félix do Xingu despontava com a atividade pecuária. O desflorestamento, na forma de conte raso, nesse município, passou a abastecer madeireiras no município de Redenção e com o Avança Brasil, programa do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as madeireiras passaram a se expandir, ainda mais, para a região sudoeste da estrada Cuiabá-Santarém (CASTRO, 2005).

Os municípios listados no gráfico 12 também se destacavam nos anos 1990 pelo número de cidadão em condição de indigência. Dos 122.065 listados no estado do Pará, 2.356 estavam no município de Marabá, 973 em Redenção, 508 em Orlândia do Norte, 495 em Tucumã, 725 em Xinguara e 556 em São Félix do Xingu (PELIANO, 1993). As condições de trabalho foram fatores diretamente vinculados a esse processo e, nem de longe, materializavam o discurso de progresso. Na verdade, a crescente exploração econômica intensificou uma nova formação de trabalhadores, que foram “transformados de expropriados a marginalizados, de marginalizados a explorados, de explorados a superexplorados” (HERRERA, 2016, p. 137).

Além da exclusão social, a população das cidades e áreas rurais que compreendem o Sudeste do Pará - região mais dramaticamente sujeita a exploração mineral - são as que mais sofrem com conflitos e chacinas, além da degradação ambiental. Dentre as mortes relacionadas com a exploração e posse de terras no Pará, registradas entre 1980/2001 em suas mesorregiões constatou-se que 86,53% ocorreram no Sudeste paraense, 9,18%, no Nordeste, 1,74%, no Sudoeste, 1,05%, na região metropolitana de Belém, 1,05% no Baixo Amazonas, 0,46%, no Marajó. Foram 861 mortes em disputas pela terra que envolviam inclusive mulheres e crianças (FERNANDES; MARIN, 2007, p. 84).

Ainda em 1985, quando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) iniciou o levantamento de dados sobre a violência no campo, no Pará, que sempre foi marcado por grande violência, ocorreram 84 conflitos, que envolviam 13.191 famílias – um total de 65.383 pessoas. Como vítimas, constavam 54 mortos, 25 feridos, 57 presos, 7 desaparecidos e 5 casas queimadas. Os anos subsequentes não apresentaram dados animadores. Conforme o atlas da Violência entre 1986 e 2002 o Pará liderou o ranking de mortes violentas e no mesmo quadro foi o estado que mais matou negros no norte do Brasil, no mesmo período (CPT, 1985). De 260 mortes em 1997, saltou para 1.036

em 2002. No Amazonas, estado que ocupou a segunda colocação, o número em 2002 era menos da metade das ocorrências do Pará. Em meio aos fatores causais desses homicídios encontram-se diversos fatores, como a pobreza estrutural, discriminação que perdura como herança colonial (DIEST/IPEA, 1996-2002.).

O número de mortes violentas manteve-se em tendência crescente no Pará, conforme os dados de 1996 a 2002. Superando os inclusive a tendência dos demais estados da região. No mesmo período o Pará também liderava em número de mulheres mortas, quadro de violência que se estendeu até 2010 (WAISELFISZ, 2015¹⁹).

Ainda que em 2006 tenha sido sancionada a lei nº 11.340, conhecida como Maria da Penha, somente em 2015, com a lei nº 13.104, o feminicídio passou a ser a classificado como crime hediondo, derivado da morte por razões de desprezo ou discriminação à condição do sexo feminino. No entanto, no Pará a problemática é ainda mais complexa em face da impunidade e da relação desses homicídios com os conflitos por terras, que dificultam desde a investigação das causas à penalização dos infratores (WAISELFISZ, 2015).

A desigualdade que permeia a sociedade brasileira se fez agravar na Amazônia com a expropriação da terra e exploração da população local. É patente, portanto, que não apenas os desdobramentos dos conflitos sociais, mais também a intensa incidência de exploração do trabalho na região é fruto inalienável do regime militar que através do uso do Pará como porta de entrada para a Amazônia, fez desse estado o infeliz campeão em número de trabalhadores resgatados e estabelecimentos inspecionados sob denuncia de uso de mão de obra escrava do Brasil, como mostra o gráfico 15 (PADILHA; QUADROS, 2015; FERNANDES; MARIN, 2007).

O regime militar causou uma inversão perversa na posse da terra, reduzindo o número de estabelecimento com 10 hectares de 2,5% para 1,55% da área total do Pará. Enquanto os estabelecimentos com mais de 10 mil hectares passaram a ocupar 35,72% da área existente em 1980. Esse divórcio forçado entre o trabalhador e a terra, além da proletarização, está na base da incidência do trabalho escravo no Estado,

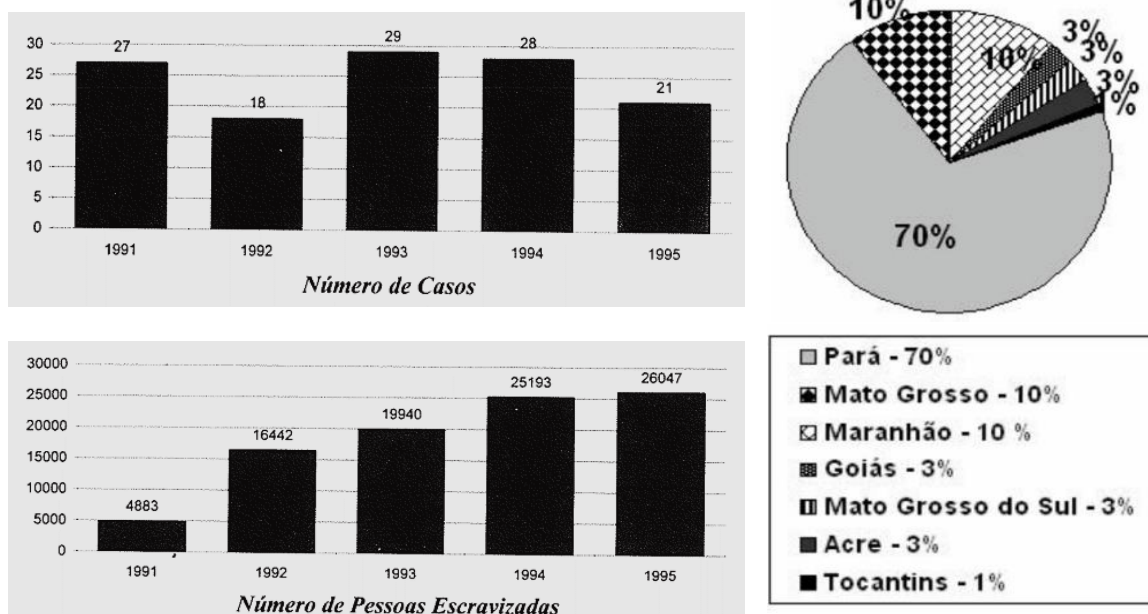
¹⁹Em 1996 o número de mortes no Pará foi de 2.150 e elevou-se até 1998. O Para foi superado pelo Mato Grosso em 2000, estado que apresentou 2.376 mortes no ano, no entanto, ainda em 2001 o Pará voltou a apresentar crescimento superior aos demais estados, chegando em 2002 com 3.047 mortes. Em 2003 o Estado apresentou um total de 93 mulheres mortas e alcançando 230 ainda em 2010.

como demonstram os números de incidências no gráfico 9. E as denúncias não são novas e nem mesmo fruto da redemocratização.

Segundo Martins (1994), no período de 1970 a 1993, houve denúncias de ocorrência de trabalho escravo em 431 fazendas, das quais 308 estavam situadas na Amazônia e as demais, em outras regiões do país” (FERNANDES; MARIN, 2007, p. 76). Estas fazendas, mas também empresas, que recebiam subsídios do governo federal, aproveitavam-se do isolamento e da imobilização tanto geográfica quanto de renda da população, e motivadas pela simples redução do custo da mão-de-obra alegavam a necessidade de “disciplinar” trabalhadores. A CPT estima que 100 mil trabalhadores por ano! Tenham sido escravizados na Amazônia até os anos 1980 (FERNANDES; MARIN, 2007). Em outras palavras, se comprovada a estimativa, o Regime Militar do Brasil fez mais escravos na Amazônia paraense na segunda metade do século XX, que o Estado imperial foi capaz de fazer na segunda metade do século XIX, quando a estimativa do Grão-Pará girava em torno de 20.218 cativos.

A esse quadro, soma-se o sistema de barracão do seringal, a carvoaria, destilarias e o trabalho em mineradoras e fazendas. Além das 3 milhões de crianças entre 10 e 14 anos que trabalham no campo no Brasil (CPT, 1995).

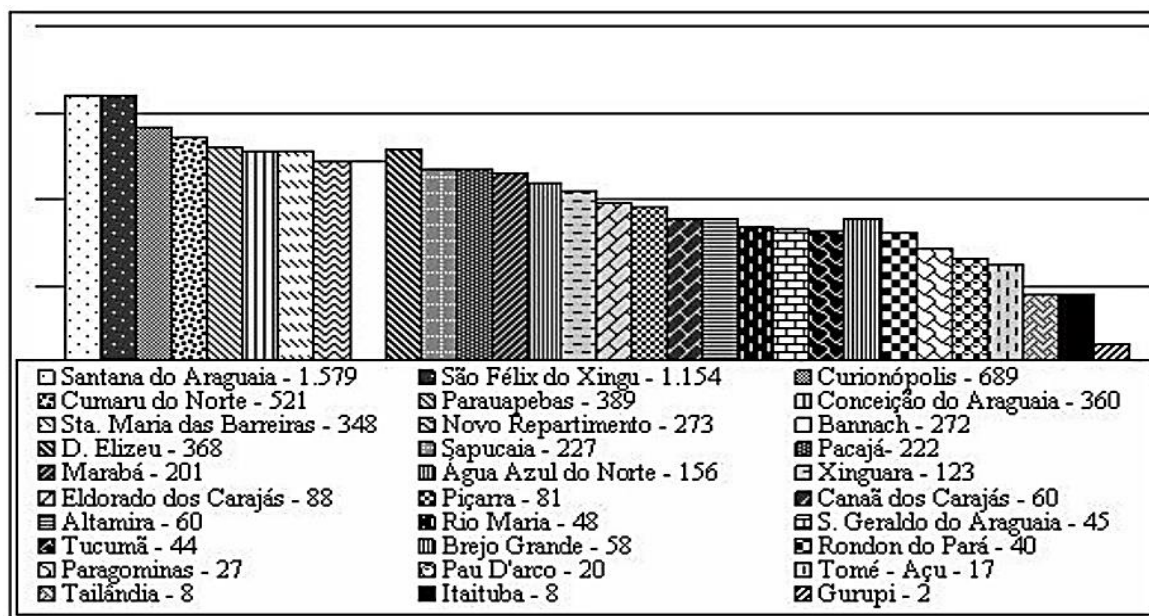
Gráfico 9 – Trabalho escravo no Brasil (comparativo 1991-1995) / Casos Registrados no Brasil (1995-2002)



Fonte: CPT (1995). Elaborado por Fernandes e Marin (2007) com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os dados dos anos 1990 não foram mais promissores. No Brasil o número de pessoas escravizadas aumentou mais de 400% entre 1991 e 1995. No Norte, o Pará mais uma vez liderou com 70% dos casos registrados entre 1995-2002. Nesse mesmo período, o município de Santana do Araguaia, como mostra o gráfico 10, chegou a registrar 1.579 casos liderando entre os 30 municípios que mais apresentaram casos de uso do trabalho escravo no estado.

Gráfico 10 – Trabalhadores Escravos e sua localização no Estado do Pará (1995-2002)



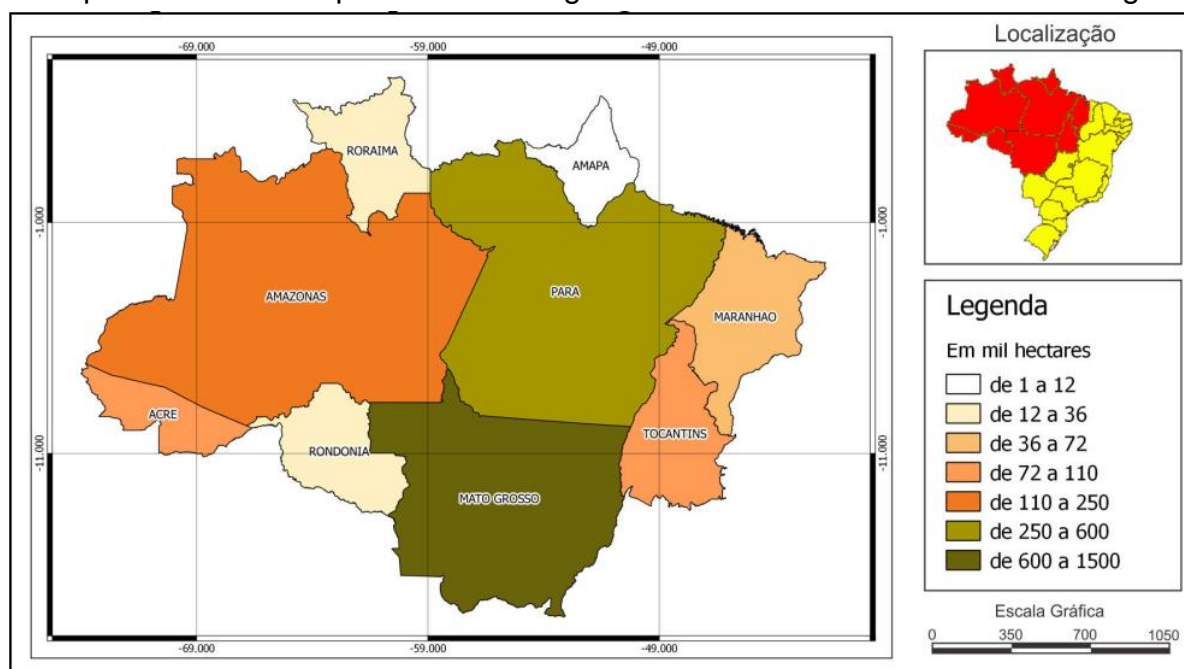
Fonte: Fernandes; Marin (2007) com base de dados da CPT/ 1995-2002.

A CPT (2003) em pleno século XXI notificou denúncias de trabalho escravo contemporâneo em 238 estabelecimentos rurais no Brasil, destes 149 eram no Pará. Até 2013 nesse estado 9.919 trabalhadores foram resgatados da condição de escravidão (FERNANDES; MARIN, 2007; PADILHA; QUADROS, 2015). Os relatórios da pastoral seguem fazendo denúncias, ainda que, desde 2017, o Estado brasileiro se utilize de variadas ferramentas, inclusive a relativização do termo, para garantir a impunidade daqueles que ainda perpetuam tais práticas no Brasil e na Amazônia.

Junto com a expansão econômica, os conflitos e a desigualdade social, intensificou-se também a estrangeirização das terras na Amazônia. 6 dos 9 estados da Amazônia legal possuíam mais de 100.000 imóveis em posse de estrangeiros em 2003. O estado do Pará em particular, como expressa o mapa 6, possuía um total de 546.230.00ha, distribuídos entre 1.110.00 imóveis em posse de estrangeiros em neste

ano, o que correspondia a “21% de todas as áreas em poder de estrangeiros na Amazônia Legal brasileira” (HERRERA, 2016, p. 152).

Mapa 2 – Terras em posse de estrangeiros no ano de 2003 na Amazônia Legal



Fonte: Incra (2011 apud Herrera, 2016).

Logo, a Amazônia foi integrada à economia brasileira, não apenas em função da figuração como um “colchão social”, que absorvia a estratégia de modernização do sul e sudeste e a crise social do Nordeste. A propósito, estes objetivos foram secundários. A Amazônia foi integrada para a apropriação do capital privado, para o mercado global, culminando com a crescente estrangeirização das terras na Amazônia.

Paralelo a esse quadro, os anos 1990 foram também marcados pela maior politização da crise ambiental no mundo. Os vários debates se avolumavam em três vertentes essenciais: aqueles que negavam a patente crise ambiental, a visão radical do crescimento zero defendida pelo clube de Roma e a via intermediária do desenvolvimento econômico social sustentável. Nascido como ecodesenvolvimento nos anos 1970 e depois disseminado com o termo desenvolvimento sustentável nos anos 1980 e 1990, emergia então uma sistemática tentativa de acomodar crescimento econômico, conservação e progresso tecnológico.

Essa noção está afinada com a emergência do debate preservacionista – fruto do ambientalismo norte-americano que denota o mito da natureza intocada e que

entende os povos da tradição como entraves à proteção da biodiversidade – e conservacionista – que apregoa o uso sustentável, afinado ao progresso tecnológico como mitigador de externalidades. A proeminência da segunda noção nos anos 1980/90 era patente, no entanto, Silva (2015) analisa que ambas as vertentes se encontram em um dualismo que não se aplica às cosmologias tradicionais, e mesmo a reviravolta do conservacionismo tem preterido os saberes tradicionais e colocado em voga as *expertises* científicas.

O ideal de conservação moderno subjaz os povos da tradição como apêndices impotentes da natureza, determinados por ela, e por isso humanos inferiores incapazes de controlá-la, de conservá-la e usá-la de forma racional. As lutas, situam-se, portanto, na pertinência de compreender que os povos da tradição colaboram com a diversidade genética das espécies, diferenciam humanos, plantas e animais em graus e não em natureza, integram natureza a sua vida social sem colocar em risco a reprodução de ambos. Tudo fruto das suas categorias de conhecimento, linguagem e religiosidade.

Em 1991 o Brasil inseriu-se na agenda de desenvolvimento sustentável sediando o encontro da Cúpula da Terra, em um período que a ecologia ainda era palavra estranha a grande parte dos cidadãos comuns do Centro-Sul do Brasil. Junto com essa iniciativa viriam uma série de projetos, avanços incontestáveis, mas também redes de informação e controles externos da região sob o discurso da sustentabilidade, marcando o início de um fase em que a cooperação internacional, financeira e técnica, estaria presente em torno dos projetos ambientais (BECKER, 2001).

Dentre os avanços, Silva (2015) ressalta a importância do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 1979, para criação de áreas protegidas. Sancionado em 2000, foi graças a ampla reivindicação dos movimentos sociais que se instituiu as unidades de uso direto e uso sustentável considerando as populações tradicionais e sua conciliação com conservação da biodiversidade. Esse é um avanço incontestável, primeiramente porque já em 2001 as Unidades de Conservação correspondiam a 22% do território da Amazônia (BECKER, 2001), mas principalmente porque ainda existem os que criticam as áreas de uso sustentável como medida paliativa frente a “verdadeira preservação”. Pensam nesses espaços como áreas preservadas para o lazer, recreação e turismo, sempre das classes médias e altas,

longe do acesso das comunidades tradicionais e classes baixas dos núcleos urbanos. O próprio fato de que a criação da maioria das áreas protegidas corresponde aos períodos da ditadura militar, abertura política e redemocratização do país revelam o caráter autoritário do Estado que ainda visa impor projetos em vez de ampliar o diálogo com as populações tradicionais (SILVA, 2015).

Também é um patente problema a ser resolvido é a sobreposição de áreas protegidas e territórios tradicionais, que resultam na retirada da população e modificação do seu modo de vida (SILVA, 2015). Foi o caso da reserva biológica do rio Trombetas, criada em 1979, na qual o Ibama criou mais tarde o Centro Nacional do Quelônio da Amazônia. Para preservar tracajás e tartarugas, proibiu seu consumo por populações quilombolas que lá habitam desde início do século XIX e que em suas práticas culturais sempre se inscreveu o consumo do quelônio. O Ibama, não considerou essas comunidades como reprodutoras do ecossistema, gerando a situação descrita por Maria Francisca dos Santo, negra da região do Trombetas:

O que eu lamento e fico sentida é de ver nossa mesa tomada pelos outros e nós ficamos olhando com fome sem poder comer. Isso eu lamento muito. Que no tempo dos meus avós, que eu me criei, isso aqui tudo era liberto, nós não tinha preocupação; ah! Não tem comida, pega um peixe, pega uma tartaruga e nós vamos comer [...] hoje em dia nós tem que comer escondido, se não nós vamos preso, vamo amarrado, vamo surrado, aqui dentro de nossa terra. Tenho bastante saudade do tempo da liberdade, tempo que passou [...] Hoje em dia pra mim comer uma boi na castanha carece eu mandar meus filhos roubar, e vão com cuidado para esses indivíduos não pegar [...] nós vivia na fartura, hoje em dia pra nós comer precisa nós roubar, pegar, comer escondido. Uma tartaruga não pode comer. Se a gente come joga a casca na água, queima, para o Ibama não ver, se não ele prende (GONÇALVES, 2015, p. 149).

Em vez de reconhecer as experiências bem-sucedidas da relação sicionatural das comunidades, observa-se um esforço de apartar os povos da tradição da natureza. A noção de preservação elitista que se manteve impregnada nas políticas públicas obstrui qual deve ser a real orientação das práticas de conservação, qual seja, convergirem com a justiça social, participação popular e sustentabilidade. Estes são elementos indispensáveis para o bem-estar humano, a justiça socioambiental e a promoção da equidade social (SILVA, 2015).

Destacada essa importante orientação, note-se que os anos 1990 foram marcados por outros importantes projetos com financiadores de interesse contestável, mas com pertinentes resultados, principalmente pela crescente organização dos

movimentos sociais. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG-7), negociado em Genebra (1991) e operacionalizado em 1994, contava com o financiamento da União Europeia, Japão, Estado Unidos, com a administração do Banco Mundial e com demais doadores além da contrapartida brasileira. O PPG-7 obteve grande sucesso em capitanear sob a parceria público-privada a demarcação de terras indígenas e das Reservas extrativistas (RESEX). A criação da Resex em 1989 foi fruto da articulação local de seringueiros do Acre, dentre eles, Chico Mendes. Em 1994, com apoio do PPG-7 logrou-se implementar 8 na Amazônia e 1 em Santa Catarina. Entre 1995 e 1998, 58 Reservas Indígenas foram reconhecidas pelo governo. Estas correspondiam a 26 milhões de ha. Mais tarde, o governo em parceria com o PPG-7 demarcou outras 115, “equivalendo a 311.000 km², de modo que 63% das terras indígenas estão hoje demarcadas, representando 78% da área total de reservas nacionais” (BECKER, 2001, p. 146).

Dois outros projetos focalizaram a biodiversidade e o clima. O primeiro deles, o Programa Brasileiro de Ecologia Molecular da Biodiversidade Amazônica (PROBEM), tem como objetivo capacitar a pesquisa e desenvolvimento em áreas como a biotecnologia e química de produtos naturais. É um programa multi-institucional que conta com o apoio de redes de laboratórios nacionais e internacionais, além de financiadores privados internacionais e vários níveis do governo nacional. Outro projeto é o *Large Scale Biosphere Atmosphere Experiment in the Amazon* (LBA), que visa ampliar a compreensão do sistema climatológico, ecológico, bioquímico e hidrológico da Amazônia. É resultado de iniciativa internacional de pesquisa global que analisa as interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global. “O LBA tornou a Amazônia objeto do primeiro projeto a ser apoiado pelos três maiores programas de pesquisa do *“International Geosphere – Biosphere Programme”* (BECKER, 2001, p. 145).

Ainda que em nome do desenvolvimento sustentável uma série de cooperações tenham sido formadas no governo neoliberal de FHC, além de conviver com o crescente número de escravizados, de fragmentar políticas sociais, também se fez o resgate do modelo exógeno de desenvolvimento. Primeiramente com o Programa Avança Brasil em 1996 seguido do Programa Brasil em Ação no ano 2000 (BECKER, 2001). O Governo Cardoso também reduziu significativamente os investimentos no Programa Calha Norte, um dos últimos do planejamento empresarial-militar,

priorizando o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e a implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que representavam um novo paradigma de defesa, baseado no uso de radares e sensores (NASCIMENTO, 2008). Orçado em 1,4 bilhões de dólares e necessitando de tecnologia avançada, o Projeto SIVAM/SIPAM contou com o financiamento do Eximbank americano, que pela primeira vez após 15 anos voltava a fazer empréstimos ao Brasil (BECKER, 2001).

Notório que a Amazônia não só passou a interessar à agenda científica global, como transformou-se em objeto de grandes aportes de financiamento em consonância com a convergência dos *policy-makers* a ode do desenvolvimento sustentável. Contudo, se a lógica é desmontar a armadilha da pobreza como forma de conservação ambiental, as políticas sociais do período de ascensão neoliberal do Brasil não ajudavam a dirimir os problemas.

Cardoso e Negrão (2006) descrevem as três características básicas das políticas sociais inspiradas pelo Banco Mundial para o Brasil neoliberal. Um país que não era pobre, mas cultivava há anos, uma grande massa de população pobre. A primeira recomendação foi o tratamento diferencial para os extremamente pobres. Essa distinção entre pobres e extremamente pobres visava a criação de políticas sociais focalizadas e temporárias, com o intuito de reintegração dos extremamente pobres ao mercado. Os pobres não contariam com tais políticas, posto que, o próprio crescimento do país garantiria sua inserção no mercado. Em caso de persistência de população vulnerável após as políticas, o Banco Mundial sugeria a continuação de algumas redes de solidariedade – combate à varejo – orientadas apenas para os ainda excluídos do mercado.

A segunda recomendação foi a privatização de formas de assistência e transferência de responsabilidades sociais. Além de recorrer a ONGs que apoiassem tais iniciativas, essa proposta visava segmentar bens público – destinado aqueles que não possuíam capacidade de compra – e bens privados, ou seja, serviços mais sofisticados oferecidos pela iniciativa privada àqueles mais abastados e com poder de compra. Por fim, a última recomendação foi a descentralização de políticas e estímulo a participação popular, ou seja, cada estado da federação deveria lançar-se ao combate de sua pobreza local, o que por sua vez resulta de um enfraquecimento da classe operária organizada em nível nacional, substituída então por uma miríade de atores locais, com demandas pontuais (CARDOSO; NEGRÃO, 2006).

Os resultados dessas medidas foram variados: os pobres, desde tais medidas neoliberais continuavam a não contar com um sistema de proteção ainda que necessitassem dela, as condições dos trabalhadores formais deterioravam-se e a insuficiência de recursos mobilizados para as políticas existentes garantiam insuficientes e poucos serviços.

Conclui-se, portanto, que, como herança, não só paraense, mas brasileira, com a guinada neoliberal dos anos 1980, a soberania e o esforço democrático, permaneceu mais procedimental que substancial, com severos desafios quanto as garantias econômico-sociais ainda que pese os avanços no campo dos direitos sociais capitaneados pela constituição de 1988. No entanto, ainda que cerceado pelo cinturão macroeconômico neoliberal, limitado em termos de políticas sociais e ainda mais sujeito a hegemonia do capital financeiro transnacional e associado, ainda haveria de ter resistência no século XXI.

5 A COLONIALIDADE NEOLIBERAL NO BRASIL E NA AMAZÔNIA PARAENSE NO SÉCULO XXI

A colonialidade qualificada como neoliberal, da qual trata esta seção, é elemento distintivo da nova ordem mundial. Esta, mais claramente notável a partir da queda do muro de Berlim, da desfragmentação da União Soviética, da globalização financeira vinculada aos avanços tecnológicos e da evolução das organizações internacionais e transnacionais, conformou-se das bases de um projeto que logrou rearticular as estratégias exploração sob a razão neoliberal. Existe um profundo debate quanto a tipologia dessa nova ordem, se unipolar, multipolar ou interpolar e difusa (KRAUTHAMER, 1990; HAASS, 2008; GREVI, 2009)²⁰, mas a ciência de que é a razão liberal que a baliza, é bem menos contestada.

Nesta nova ordem, a razão ou vírus neoliberal não explica todas as dinâmicas de poder, é na verdade fruto de um projeto de poder e nesses termos, cabe entendê-la como desdobramento das reestruturações do capitalismo e do eurocentrismo, como ferramenta de manutenção dos mecanismos de dominação e subalternização das regiões periféricas em nome do sistema histórico de acumulação. Em outras palavras, intrinsecamente vinculado ao colonialismo, o capitalismo, então globalmente neoliberal, é veículo de reprodução da colonialidade/modernidade eurocentrada.

Sob a perspectiva histórica aqui apresentada, a globalização também não é fenômeno novo, assume novas características ao longo do tempo, assim como não é novidade à guinada do comércio e da produção para às finanças. Esse é um processo político-econômico básico. Não obstante, no quadro desta nova ordem, a globalização é termo enganoso do seu real significado, que Arrighi (2003) apresenta como a globalização financeira, que gerou a mudança de um sistema politicamente hierarquizado em Bretton Wood, para outro sistema mais volátil e descentralizado, balizado pelo credo liberal. Se por um lado há mais consenso em entendê-la como um sistema de corporações multinacionais que debilita o poder do Estado, faz-se necessário entender que ela não é mais global do que o foi o sistema criado no pós-segunda guerra com Bretton Woods. O que a distingue é, portanto, a mundialização

²⁰Ver: KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. Washington, Foreign Affairs, nov. 1990.; GREVI, G. The interpolar world: a new scenario. European Union Institute for Security Studies, Occasional Paper, June 2009.; HAASS, Richard N. The age of nonpolarity: what will follow U.S. dominance. Foreign Affairs, 2008.

financeira, como qualifica Chesnais (1996) ou a mundialização da lei do valor, como expõe Amin (2004).

Como projeto de poder, a guinada neoliberal serve a um grupo, que Dreifuss (1981, 1987) qualificou como elite orgânica transnacional. Nesta, encontra-se a classe dirigente dos Estados Unidos – que não se limita a seus presidentes ou dirigentes políticos –, cujo projeto de ampliar a doutrina Monroe para todo o mundo, formulado desde 1945, não foi abandonado. No entanto, a vantagem técnica e econômica que os estadunidenses desfrutaram no pós-segunda guerra durou apenas duas décadas. Disputou com a União Soviética, com o projeto franco-alemão de uma união europeia, até dissolvê-los na mundialização econômica neoliberal. Desde então, a atuação dessa classe dirigente qualifica-se como transnacional, justamente pelo seu atual caráter coletivo, que une a tríade Estados Unidos, Europa, principalmente saxônica e Japão (AMIN, 2004).

E não apenas isso, na verdade, é ainda mais importante destacar que nesta elite orgânica transnacional consta a solidariedade do segmento dominante do capital transnacional e seus associados nas periferias e semiperiferias do Sul global. Em um mundo financeirizado, as empresas de capital transnacional lograram reverter a lógica de causalidade. É justamente sua presença que reforça o poder nacional, não o inverso, que caracterizou o padrão histórico até a nova ordem. O capital transnacional mantém-se beneficiando essa tríade, justamente pelo interesse comum de gestão do mercado mundial. Por isso, a hegemonia mundial não há de ser compreendida simplesmente como uma ordem entre Estados, como bem resume Robert Cox, a hegemonia:

É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados. É um complexo de relações sociais internacionais que une as classes sociais de diversos países. A hegemonia mundial pode ser definida como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e que não pode ser apenas uma dessas estruturas: tem de ser todas as três ao mesmo tempo (COX, 2007, p. 118-119).

Notemos, então, que esse imperialismo triádico é útil aos Estados Unidos, pois, ainda que se depare com importantes concorrentes no poder econômicos e sofra também os efeitos da transnacionalização, ele ainda assume a ponta de lança da guinada neoliberal, em face do elevado poder cultural, mas primordialmente por sua

real força centrada na competitividade armamentista. Na estrutura econômica, da produção de alta tecnologia à produção agrícola, Estados Unidos defronta-se com concorrentes que incluem desde os vassallos aliados ocidentais à China e a Coreia (do Sul). A economia estadunidense é deficitária, predatória e sustentada pela transferência de capital que provém de seus aliados e dominados do Sul global. Como ressalta Amin (2004) Estados Unidos consome e o mundo produz. Esse padrão predatório está longe de ser o sistema produtivo mais eficiente do mundo, sequer corrobora com as premissas neoliberais que os economistas convencionais defendem, o que atualmente revela-se nas crescentes, mas não novas, práticas protecionistas, da qual depende a economia estadunidense.

Outro elemento de vulnerabilidade econômica, são as próprias corporações multinacionais ou transnacionais, que convergem com a estratégia de poder quando esta é conivente com o acúmulo de capital de seus acionistas e investidores, e mesmo para a elite orgânica dos Estados Unidos representa um desafio conformar um consenso para ação. No mais, devemos focar não somente as diferenças nas relações de poder entre os Estados e o capital, posto que este, no quadro da lógica neoliberal, revela-se proeminente e cooptador do Estado, mas, também, entre os Estados ocidentais e os povos não-ocidentais, justamente porque, como argumenta Arrighi (2003):

Ao invés de testemunharmos a costumeira fusão de uma ordem superior de poder militar e financeiro que tem caracterizado todas as substituições de uma liderança por outra nos altos comandos do capitalismo mundial, nós estamos assistindo a uma cisão que deixa o poder militar altamente concentrado nas mãos de um país ocidental hegemônico decadente e que concentra o poder financeiro global nas mãos dos países do Leste Asiático (ARRIGHI, 2003, p. 11).

Com os Estados Unidos, ou melhor a sua elite dirigente, empenhada em compartilhar apenas ganhos residuais com seus aliados, - acirrando as tensões na tríade hegemônica - e incapaz de mitigar a crescente desigualdade social interna, - resultante da desregulamentação financeira e precarização do trabalho -, como estes atores, em face desse cenário de decadência, conseguem manter a posição hegemônica no sistema internacional? O vírus neoliberal, que aliena economistas e economias tanto no Ocidente quanto no Oriente e alcança as elites da Rússia, China ao Brasil é, sem dúvida uma poderosa arma ideológica, expressão do peso da cultura

anglo-saxônica, própria da colonialidade do saber que se forma no eurocentrismo (SPÍNOLA, 2004). O monopólio militar é outro fator já citado, mas destaca-se para efeitos desta tese, o terceiro elemento, qual seja, o controle dos recursos naturais do globo (AMIN, 2004).

Da água, ao controle do petróleo no Oriente médio, o acesso aos recursos estratégicos reforça o poder dos Estados Unidos sobre seus aliados-competidores e a solidariedade dos grandes conglomerados industriais, os quais Estados Unidos usa como apoio-legitimador para intervenções com ou sem a conivência das organizações internacionais ou para efetivar o “*softpower*” doutrinador de sociedades periféricas. Em ambos os casos, junto com o capital transnacional, logra consolidar associados nas periferias, doutrinarem os Estados e criar mecanismo de exploração que permeiam constituições.

É dentro desta lógica, que a Amazônia, integrada à economia brasileira mediante consolidação do colonialismo interno empresarial-militar de 1964-1985, situa-se no palco das relações de poder do capitalismo neoliberal e dessa hegemonia triádica. É em defesa desse projeto de controle e manutenção de poder hegemônico conjugado com o controle da economia, que se perpetuam as estratégias de controle da socio-natureza amazônica através das elites locais, associadas às elites nacionais e transnacionais. Por isso, a colonialidade interna que permeia a Amazônia não há de ser pensada desvinculada da economia política da colonialidade neoliberal transnacional.

5.1 A economia política da colonialidade neoliberal no Brasil

O neoliberalismo é um modelo de política econômica que serve a dois propósitos centrais: manter o fosso de desigualdade que garante o poder da elite orgânica transnacional e associada e, desde a derrota da extrema direita Nazifascista, ao controle das margens de atuação das esquerdas. Assim como em meados do século XX o consenso keynesiano foi uma resposta aos adversários da democracia capitalista do ocidente, o consenso neoliberal é uma resposta aos novos inimigos dos donos do mercado. Limitar as esquerdas, traduz-se em limitar a capacidade de atuação do Estado em áreas sociais, limitar o aprofundamento de relações de solidariedade, de respeito a alteridade. No neoliberalismo, esses elementos são

substituídos pelo individualismo utilitarista, pelo assalto à recursos e pela subalternização da classe trabalhadora, cada vez mais restrita em suas condições básicas de existência. O neoliberalismo é um projeto de poder. E esse projeto de poder logrou gerar a crise que o permitiu subalternizar a América Latina nos anos 1980 e 1990.

Economistas neoliberais situam-se do lado oposto da lógica de produção e distribuição de riqueza. Por isso a globalização que marcou os anos 1980 é denominada de financeira, não produtiva. A tecnologia, que facilitou a intensificação dos fluxos de capitais em mercados vários, - monetário, cambial, de capitais e derivativos -, caracterizados por uma série de títulos, que derivam de outros títulos, nada produzem. Consolidam uma hegemonia rentista, que se sustenta da dívida de economias periféricas. A ascensão do militarismo autoritários dos anos 1950/60 na América Latina foi sucedido por um aprofundamento da dependência estrutural via dívida externa nos anos 1970/80, essencial para essa guinada rentista dos países centrais e é dessa lógica estrutural que deriva o quadro de pobreza que assolou a América Latina nos anos 1980/90, e diante do quadro de restrições, três condicionantes foram impostos, em nome de uma condução “racional e moderna” de suas economias.

Primeiramente, a responsabilidade fiscal, impôs aos países um compromisso inarredável com o pagamento de credores internacionais. Banco privados e organizações financeiras que pressupõem ser mais digno um país pagador, que um país que investe em políticas sociais. Para tanto, o saldo entre despesas e receitas do Estado pagador precisaria ser superavitário, para honrar com os serviços da dívida externa. Pagos os juros. em caso de superávit nominal, pagam-se as amortizações, e só então, com o que restar, investir-se-ia no próprio país.

No entanto, a primeira medida para que essa receita de superávit primário se realize é a redução dos gastos do Estado, que normalmente, enxuga os custos sociais, afetando essencialmente a população mais pobre. Mais essencial ainda, é o alcance de taxas positivas de crescimento econômico. Para tanto, o Estado é obrigado a privatizar as empresas de setores estratégicos, apostando na eficiência da gestão privada, abre sua economia para investidores estrangeiros, mas em função das incertezas de mercado, precisa ofertar taxas de juros atrativas para rentabilidade de tais investimentos. Taxas de juros elevadas, elevam também as dívidas do Estado,

que passa a ter que direcionar cada vez mais recursos para o pagamento dos serviços dessa dívida. Logo, esse mecanismo é a receita de um ciclo de dependência insustentável (NASSIF, 2015).

As taxas de juros, conforme receituário neoliberal, devem ser usadas para outra meta fundamental, qual seja, o controle da inflação. Metas de inflação é a segunda grande receita, compromisso inarredável da política monetária. No entanto, se o compromisso inarredável do Estado também é com o pagamento da dívida externa, como, em face de altas taxas de juros, elevar os investimentos produtivos capazes de aumentar a oferta de bens e serviços que atendam a demanda nacional e reduzam a inflação? Mais uma vez, temos aqui, uma relação insustentável. Como saída, reduzem-se as tarifas alfandegarias para o abastecimento do mercado por produtos estrangeiros. As empresas locais, são engolidas pela concorrência com as gigantes internacionais, o país especializa-se em exportação primária e essa troca desigual o leva à déficits em sua balança comercial, sob déficit, mais crédito internacional precisa ser contratado, aumentando a dívida. Além disso, o déficit afeta a terceira amarra neoliberal, ou seja, o câmbio flutuante.

O Brasil é um caso exemplar de país que ao longo de boa parte dos últimos 20 anos manteve um câmbio sobrevalorizado como forma de não encarecer os fatores de produção importados, além de possibilitar a importação para abastecimento do mercado. Esse câmbio sobrevalorizado impacta diretamente na primarização da economia do país, que se torna cada vez mais vulnerável as volatilidades internacionais e, dependente, não consegue desvencilhar-se das amarras neoliberais às quais foi condicionado (NASSIF, 2015).

Nos anos 1990 muitos pensaram que esse era o fim da história. No entanto, as sublevações sociais, que resultaram do agravamento do quadro de pobreza e desigualdade na América Latina, foram capazes de assestar ao poder de muitos desses países, líderes que outrora, em face do histórico de exploração dessas sociedades conservadoras, nunca teriam a chance de representar a população. Sob a amarra neoliberal, a região respondeu nos finais de 1990 com a guinada à esquerda. A esquerda contra a qual luta a elite neoliberal.

Essa esquerda não era homogênea, assim como não foram homogêneos os resultados de sua atuação. Bolívia, Venezuela e Equador responderam de forma muito mais energética ao que compreenderam ser o neoliberalismo como estratégia

de poder da tríade hegemônica mundial. A Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, consolidaram o que Mendonça e Pires (2012) denominaram de esquerda moderada. Buscaram uma via média, de consenso da democracia capitalista e políticas sociais.

Foi no bojo desse movimento que Luis Ignácio Lula da Silva ascendeu ao poder em 2003 e junto com ele o primeiro partido de esquerda a governar o país. Certamente este foi um dos presidentes mais controversos da história brasileira, desde Getúlio Vargas. Poucos presidentes, desde Deodoro, vieram de famílias pobres no Brasil. Dentre estes apenas Lula e Café Filho não concluíram o ensino superior, mas dentre todos, nenhum nasceu e se criou na pobreza como Lula. Essa condição lhe rendeu desconfiança e demérito por parte da elite e da direita brasileira, o que levou Lula a apostar no consenso como forma de governança, mas que por sua vez, lhe rendeu críticas provenientes de parcela da esquerda. Lula, no entanto, como sindicalista, haveria de saber que não seria possível um governo democrático sem consensos em uma sociedade doutrinada no conservadorismo autoritário como a brasileira. Haveria também de tomar ciência do novo padrão de instabilidades e amarras que o sistema neoliberal impunha a América Latina, especialmente a um país continental assentado em riquezas como o Brasil.

Nogueira (2016) nos lembra que no período de duas décadas (1985-2005), 13 presidentes eleitos democraticamente foram forçados a renunciar ou removidos de seus cargos na América Latina. Essa crise presidencial não foi algo passageiro, nem restrito ao fim do século XX, perpetua-se como nova forma de desestabilização, como vimos com Fernando Lugo no Paraguai (2012) e Dilma Rousseff (2016) no Brasil. Ou mesmo com as investidas contra o regime de Nicolás Maduro, depois do de Hugo Chaves na Venezuela. Frente a essa nova estratégia da elite orgânica de interferir em governos sem mudar o regime político, governar democraticamente sob as amarras das instabilidades políticas e econômicas produzidas por essa nova ordem neoliberal foi um trunfo das habilidades políticas de parcela da esquerda latino-americana e de Lula, que, não obstante, acabou por tornar-se também, o primeiro ocupante da cadeira presidencial nacional a ser condenado e preso em função de processo na esfera penal.

A prisão do ex-presidente (2018) e a destituição de sua sucessora (2016), a primeira mulher presidenta do Brasil, foram lances fundamentais do que Casara (2018) chamou de fase pós-democrática brasileira.

Santos (2018a, p. 20) resume o funcionamento da democracia segundo a “lógica de processos certos para a obtenção de resultados incerto”. Dessa forma em uma disputa eleitoral entre A e B, a constituição regular de partidos, o funcionamento das instituições, o acesso à informação etc., são processos que devem funcionar com regularidade para que os resultados não sejam “carta marcada”, ou para que um ator não possa ganhar sempre. A democracia carece, portanto, de estabilidade procedimental, mas não se resume a ela. A democracia também há de ser substancial, no sentido de regime por meio do qual o governo, submetido as leis derivadas do projeto constitucional, respeite e garanta os direitos fundamentais (CASARA, 2018).

Temos assistido, no entanto, a crescente incerteza dos processos democráticos, explicitamente manipulados pelos monopólios econômicos e midiáticos, financiamentos, *fake news* e corrupção generalizada (mas seletivamente divulgada) impetrados para garantir a certeza dos resultados (SANTOS, 2018a). O regime da nova república no Brasil encontra-se significativamente comprometido por procedimentos discricionários que ameaçam criar uma luta entre instituições ou ainda pior, ameaçam fazer com que todas as instituições embarquem nessa inversão, de procedimentos incertos para resultados certos. E neste caso não haveria que se falar em um regime democrático, convertido no máximo em uma democracia vazia (SANTOS, 2018a).

Junto com essa inversão intensifica-se o processo de demonização da política e do Estado, abrindo espaço para internalização daqueles que antes eram os inimigos externos da democracia representativa liberal: líderes totalitários. E conforme Boaventura de Sousa Santos:

[...] do ponto de vista da reprodução do capitalismo, o fascismo é sempre uma alternativa em aberto. Essa alternativa será acionada no momento em que a democracia representativa for considerada irremediavelmente, não apenas temporariamente, disfuncional. Por isso digo que, hoje, a democracia progressista é tendencialmente revolucionária. Ou seja, quanto mais significativas forem as vitórias democráticas - quanto mais eficazes forem as forças socialistas na luta pela maior distribuição social e pela inclusão intercultural -, maior é a probabilidade de o bloco capitalista recorrer a meios não democráticos, isto é, fascistas, para recuperar o controle do poder de Estado (SANTOS, 2016, p. 127).

Nestes termos, o Estado pós-democrático não se confunde com a crise do Estado Democrático de Direito. Crise tornou-se palavra fantasma para ocultar uma opção política que justifica o falso caráter extraordinário em curso no Brasil. Quando

desaparece qualquer preocupação até com a mera aparência democrática, o passo decisivo ao novo já foi dado" (CASARA, 2018, p.15). O Estado pós-democrático desconhece qualquer limite em termos de desigualdade socioeconômica e retoma, explicitamente, o compromisso inarredável com a proposta e a elite neoliberal. Em termos políticos apresenta-se como instrumento de manutenção da ordem, "controle das populações indesejadas e ampliação das condições de acumulação do capital e geração de lucros" (CASARA, 2018, p. 17). Neste caso, quando o poder econômico se torna o poder político, a desconstitucionalização, ou seja, as constantes violações no exercício do poder, atingem a esfera política, social e cultural, mas sobretudo o sistema de justiça.

E ainda, com a descrença democrática a população é lançada a se re-identificar com uma herança autoritária. Com a demonização da política, emergem os heróis ou gestores outsiders, mas quase sempre "políticos que arditosamente se afirmam não políticos" (CASARA, 2018, p. 182). Pode ser tanto um juiz midiático, quanto um militar saudosista ou empresário bem-sucedido, assim como todos juntos, caracterizando um messianismo jurídico, bélico e empreendedor. A demonização política expande-se aos diferentes e àqueles que não compartilham o valor utilitarista da razão neoliberal.

Assim, escolhido o "messias" salvador do Estado, esse, passa a representar os anseios de luta contra o "mal", a desmontar a laicidade do Estado e a promover uma clivagem social que separa cidadão em amigos e inimigos, cidadão de bem e subcidadão, suplantando os limites da separação dos poderes em prol do combate aos indesejáveis. Como chegamos a esse ponto? Como saímos de uma guinada à esquerda para uma completa revanche da elite nacional associada à transnacional? Talvez Boaventura de Sousa Santos já nos tenha dado a resposta na citação anterior, mas acredito ser importante apresentar alguns dados.

Sobre o pano de fundo de uma macroeconomia restritiva e da ortodoxia econômica Lula logrou fazer uma política de classe, reduzir, conjunturalmente, a vulnerabilidade estrutural internacional do Brasil e ainda garantir os lucros capitalistas. Para tanto, Lula não apenas deu continuidade à política econômica de FHC, como a aprofundou. As mudanças ocorridas no âmbito do mercado mundial, com a integração de novos territórios à lógica de reprodução do capital, com alta demanda de recursos intensivos como commodities agrícolas e minerais, assim como a ascensão da China como um dos polos fundamentais da acumulação capitalista, contribuíram para

elevadas taxas de crescimento não só do Brasil, mas das demais economias emergentes, no início do século XXI. De modo que enquanto o Brasil apresentava déficits na conta de rendas e serviços, devido a maturação dos investimentos da era FHC (privatizações e investimento em carteira) que implicou na maior remessa de lucros do país para o exterior, a crescente nas exportações do país (240% entre 2001 e 2008) foi tamanha que o Brasil logrou saldo positivo nas transações correntes entre 2003 e 2007 (FILGUEIRAS, 2010; SINGER, 2009; SICSÚ, 2019).

Ainda no primeiro mandato de Lula o investimento direto de empresas brasileiras também se elevou, fazendo do Brasil um país que, além de atuar no campo das empresas transnacionalizadas - para o bem ou para o mal -, tornava-se um exportador de capitais, como revelam os saldos da conta financeira do balanço de pagamentos entre 2004 e 2005. Em 2010 as reservas internacionais, derivadas da política fiscal de superávits primário, superou U\$ 240 bilhões (FILGUEIRAS, 2010; CANO; SILVA, 2010).

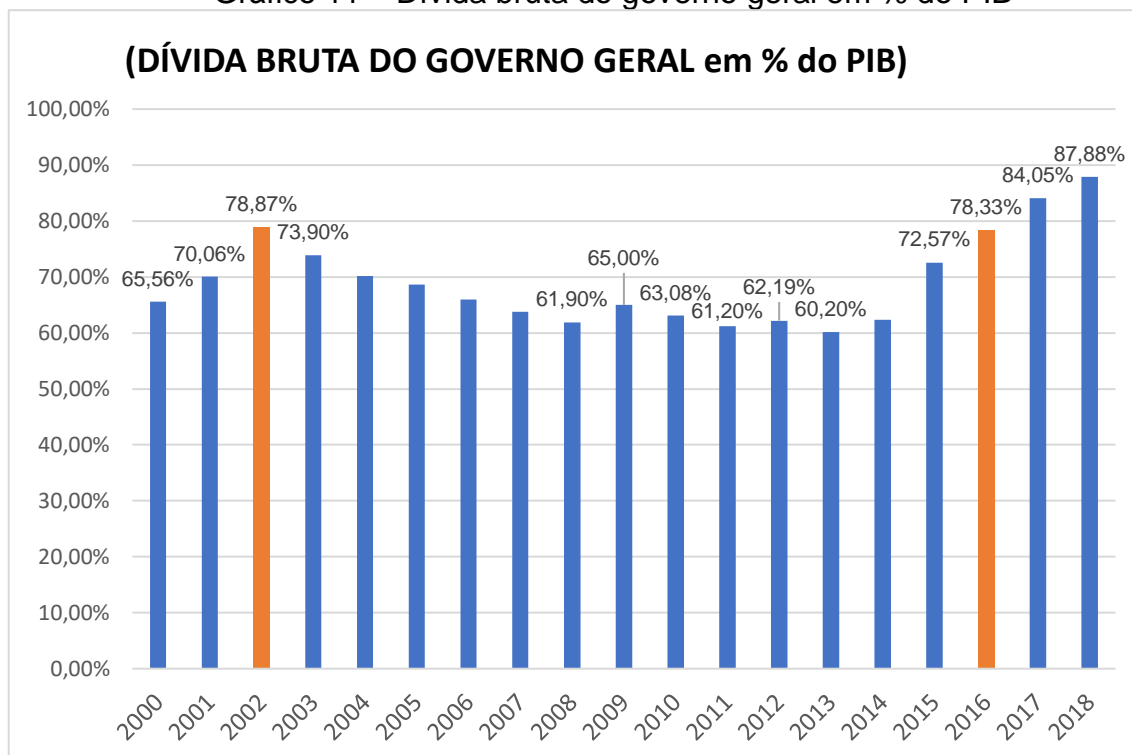
No entanto, apesar desse aumento de reservas internacionais ajudar o Brasil a transpassar a crise de 2008, a tendência mundial era de reversão do quadro de expansionismo econômico. Não sequência da crise de 2007/8, o comércio mundial foi agravado pela queda da demanda mundial com a crise da dívida soberana da Europa (2010) e a queda do preço do petróleo e das matérias primas em geral a partir de 2013/14. Como acentua Mantega, a crise, iniciada em 2008 foi em W, não em V (SINGER, 2015).

Ainda nessa fase de 2003-2010, a trajetória da dívida externa foi decrescente. Em contrapartida, a dívida interna foi crescente. Em outras palavras, ocorreu “uma política de troca de dívida externa, de maior prazo e menores juros, por dívida interna, de prazo menor e taxas de juros também maiores” (FILGUEIRAS, 2010, p. 61).

Nesse processo os títulos vinculados a Selic constituem a maior parte da dívida mobiliária federal e seguem remunerando investidores de alta renda, patente representação da contraparte do consenso para governança democrática. O mais importante, no entanto, seria notar que, ao contrário das argumentações de que o partido de esquerda haveria quebrado o Estado, os dados do próprio FMI destacam que o crescimento da dívida pública do governo, em relação ao PIB, após a tendência de queda de 2002 a 2014, saiu das mãos do partido com uma taxa de 78,33%. Menor que a proporção dívida/PIB do último ano de FHC. Como mostra o gráfico 11, após

reestruturar e ampliar uma série de benefícios sociais, a esquerda “devolve” o governo com uma dívida menor que quando o recebeu.

Gráfico 11 – Dívida bruta do governo geral em % do PIB



Fonte: FMI (2019).

No que tange a inflação, entre 1999 e 2014 o centro da meta só foi alcançado 4 vezes (2000, 2006, 2007 e 2009), a maioria ao longo do governo da esquerda, e ainda assim, quando não atingiu a meta entre 2003 e 2016 manteve-se em níveis bem abaixo dos 12,15% de 2002, último ano do governo FHC (NASSIF, 2015; FMI, 2019). No entanto, o que mais deve ter contrariado a elite orgânica nacional foi, sem dúvida, os avanços sociais do período. A taxa de desemprego caiu de 13,70% em 2003 para 6,79% em 2014 segundo o FMI. O salário mínimo sofreu sucessivos reajustes acima da inflação, “a massa de rendimento médio habitual dos ocupados aumentou em termos reais 41,1% entre 2003 e 2010.” (SICSÚ, 2019, p.137). Após encampar a candidatura de 2002 com o fome zero, Lula unificou os benefícios de assistência social no programa Bolsa Família (Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004) tornando-o “o maior programa de transferência condicional de renda do planeta” (MARQUES; MENDES, 2006, p. 69) e amparando mais de 50 milhões de pessoas, das quais 60% estavam no Norte e Nordeste do Brasil (COÊLHO, 2017).

Descrevendo as bases daquilo que viria a ser chamado de Lulismo, Singer (2009) pontua outros benefícios, como a criação do crédito consignado, o Estatuto do Idoso e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 2004, as clínicas dentárias para a população de baixa renda, programas focalizados como o Luz para todos, a regularização de comunidades quilombolas, a construção de cisternas no semiárido, etc. Estas medidas, além promoverem redução significativa da miséria no Brasil, garantiram a reeleição de Lula em 2006, não mais apenas pela classe média que o elegeu em 2002, mas também pelo apoio do subproletariado.

Na medida que o consumo das famílias que crescia, avolumava-se as críticas de que, como já foi mencionado, a participação da indústria no PIB, que era de 16,9% em 2002 e caía para 15,5% em 2009 (CANO; SILVA, 2010). Mas a crítica de que essa foi a era do consumo não se sustenta. Ao menos não pacificamente, se observados alguns dados. Para que essa fosse a era do consumo, os gastos das famílias haveriam de ser superiores ao PIB e aos Investimentos, e Sicsú (2019) demonstra que entre 2003 e 2010 houve maior crescimento dos investimentos em relação ao consumo, principalmente a partir de 2007, com o Plano de Aceleração do Crescimento. Também para Filgueiras (2010), nessa fase, é possível falar em especialização das exportações, dado a demanda mundial e o menor peso da indústria de transformação em comparação a agropecuária, mas não necessariamente em reprimarização da pauta exportadora.

Outro tema disputado durante o governo Lula foi a política de distribuição de rendas. Disputado por que se observamos o coeficiente de Gini houve patente queda na desigualdade, saindo de 0,58 em 2002 para 0,51 em 2014, conforme o gráfico 12. A distribuição de renda, nesse caso, se refere à distribuição pessoal ou familiar da renda, informada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que coleta fundamentalmente os rendimentos do trabalho e os rendimentos oriundos da Seguridade Social (96% do total de rendimentos captados por essa pesquisa); os rendimentos do capital (principalmente os financeiros) não são captados. Desde 2006, não houve mudanças significativas na concentração de renda no topo da pirâmide social. Em 2014, os 5% mais ricos concentravam 41% da renda nacional, em análise que se baseia nos dados tributários, feita por Souza e Medeiros (2017).

Com a manutenção de altas taxas de juros, a elevação da carga tributária de 31,9% em 2003 para 35% em 2009 e com destinação das receitas para pagamentos

de serviços da dívida, a redistribuição de renda foi às avessas. Manteve a concentração do topo da pirâmide social e manteve-se tributando mais claramente através de impostos indiretos que atingem a classe média e os mais pobres. E ainda, com a retração do crescimento e elevação das taxas de juros em 2013 grande parte da população ficou com a renda comprometida (FILGUEIRAS, 2010; SICSÚ, 2019).

Gráfico 12 – Coeficiente de GINI, Brasil 2002-2014



Fonte: IPEADATA ([21--]).

Notemos, no entanto que um novo patamar social se configurava no Brasil. A classe trabalhadora e os movimentos sociais mais articulados começaram a ganhar força para confrontar as imposições capitalistas, tanto que só em 2012 houve 873 greves no Brasil (SINGER, 2015). Em 2014 outro dado pertinente da série de análises da Andifes e Fonaprace (2016) permitiu demonstrar que 78,44% dos graduandos dos institutos e universidades federais do Brasil possuíam renda de até 2 salários mínimos. 31,97% possui até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. O programa universidade para todos, as políticas afirmativas de cotas e a expansão do número de universidades públicas e institutos federais transformaram substancialmente a cara da educação superior, elitista, do Brasil. Certamente há um profundo debate a ser levantado, quanto a políticas como o FIES e a massificação do ensino superior privado, mas devemos de notar que o número crescente de mulheres, negros, pardos e índios nas universidades cria um novo parâmetro no jogo de forças de exploração do Brasil.

A política de pleno emprego, educação e assistência social colocava em xeque

o poder histórico da classe capitalista, ainda que sob o consenso liberal que vigorou no Brasil nos últimos anos. Contudo o panorama de baixo crescimento econômico a partir de 2012 viria a colocar em xeque o consenso criado na gestão Lula. Tornava-se crescente a mistura entre capital financeiro e produtivo no Brasil. Na verdade, consolidava-se um consenso de desagrado quanto aos avanços sociais, entre a elite rentistas que por anos lucrou com as altas taxas de juros no Brasil e a classe produtiva que fazia cada vez mais coro com esses rentistas. De modo que, a investida de Dilma Rousseff, em 2011, de reduzir a taxa Selic, na época acima de 12%, para próximo de 6%, - o que beneficiaria o setor produtivo -, garantir a perpetuação das políticas sociais e desafiar a elite orgânica a partir de uma tratativa menos consensual, a levou a não contar mais com a própria classe produtiva, que suas políticas visavam também estimular. Foi esse conjunto de fatores que levou Singer (2015) a definir a gestão Rousseff como a que logrou cutucar a onça, mas com vara curta.

As forças internacionais também foram um importante fator de instabilidade ao longo dos mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016). O agravamento do cenário internacional, com o ciclo decrescente das commodities em 2014 criou o ambiente perfeito para que as forças da elite orgânica, com seu monopólio da grande mídia, a fração dominante do poder judiciário e a influência norte-americana, consolidassem seu processo de contrarreforma. Voltou a ser notório no Brasil a “intervenção na opinião pública e nos processos sociais através de instituições e organizações da sociedade civil, bem articuladas com as redes sociais e financiadas pelos Estados Unidos” (SANTOS, 2018a, p. 15). Santos (2018a) destaca a atuação dos irmãos Koch, que fazem as vezes de Rockefellers da intervenção transnacional, e suas redes de instituições que foram descritas por Lee Fang em 2017. Este aponta a ligação via financiamento da rede Atlas ao Movimento Brasil Livre (MBL), ativo no processo de impedimento de Rousseff e atualmente com membros, publicamente reconhecidos, no Congresso Nacional. Além do MBL, o Instituto Millenium, Estudantes pela Liberdade e outros 30 institutos seguem financiados pela rede Atlas no Brasil.

Em fala de Hélio Beltrão, que dirige o *think thank* Instituto Mises, Santos (2018) descreve a referenciada explicação: “é como um time de futebol; a defesa é a academia, e os políticos são os atacantes. E já marcamos alguns gols”, diz Beltrão, referindo-se ao impeachment de Dilma. O meio de campo seria o “pessoal da cultura”, aqueles que formam a opinião pública (SANTOS, 2018a, p. 16). O ataque

mencionado, associa-se principalmente às privatizações, mas também a retomada mais incisiva do assalto à população. A derradeira tática da estratégia foi, para além do Governo de Michel Temer, a eleição de Jair Bolsonaro, a parte da extrema direita que a elite orgânica e o mercado precisaram engolir para consolidar decisivamente a retomada da dinâmica de exploração socioeconômica do Brasil.

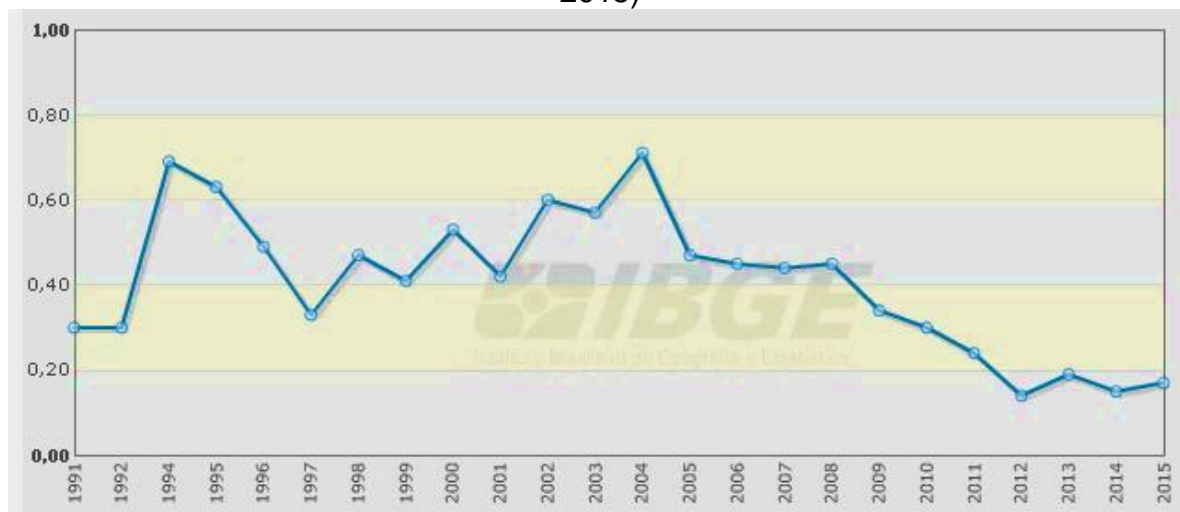
Desde os confrontos à derrubada da esquerda no Brasil, muitos são os exemplos de articulação dos interesses da elite orgânica nacional associada ao capital transnacional no conjunto das políticas públicas brasileiras. Reitero que a ascensão de Bolsonaro ao poder, é a expressão mais desesperada da doutrinação neoliberal, para fazer frente aos avanços econômico-sociais alcançados nos anos da esquerda. No entanto, dentre as cinco medidas basilares na expressão do domínio econômico do Estado contra os cidadãos, algumas delas precederam a guinada bolsonarista, mas foram complementadas por essa guinada. Essas cinco medidas são: a reforma do código florestal; a reforma trabalhista; a PEC dos gastos públicos; a flexibilização da posse de armas e; mais recentemente, o esforço do Chicago boy, Paulo Guedes, para encampar uma reforma da previdência.

A bancada ruralista na Câmara e no Senado nacional lograram sua pauta em 2012, ainda que sob grandes protestos nacionais e com amplos vetos da Presidente Dilma Rousseff. Dentre as “maiores conquistas” do novo código florestal, consta a anistia aos proprietários que desmataram até 2008 e a ampliação legal das áreas que poderiam ser desmatadas, “com sérias consequências para os ecossistemas, manutenção de serviços ambientais, proteção de corpos d’água e para a saúde e qualidade de vida humana” (GAMBA; RIBEIRO, 2017, p. 158).

Como resultados, após uma redução significativa do desmatamento, entre 2005 e 2012, na Amazônia, em 2018 a região alcançou a maior taxa de desmatamento da última década (7.900 km²) (BRITO et al., 2019). Se entre 1991 e 2002, o desflorestamento da Amazônia paraense elevou-se em 41,1%, entre 2003 e 2015 essa taxa foi menos da metade, 23,48%. O gráfico 13 destaca essa tendência decrescente do desflorestamento, e o início de sua reversão já em 2012, com base na taxa estimada de desflorestamento bruto anual.

Além da reforma do código florestal em benefício da oligarquia agrária, a tendência crescente de desflorestamento agrava-se com ainda mais intensidade desde a alteração das regras para regularização fundiária em 2017.

Gráfico 13 – Taxas estimadas de desflorestamento bruto anual (%) no Pará (1991-2015)



Fonte: IBGE ([2016?b]).

A lei nº 13.465 de julho de 2017 oferece anistia àqueles que ocuparam ilegalmente terras entre 2005 e 2011, oferta terras públicas à grileiros a preço abaixo do padrão de mercado e concede benefícios às áreas com mais de 2.400 hectares. Esse é um patente esforço de privatização de terras públicas, acrescido da redução no ritmo de demarcação de terras indígenas e criação de unidades de conservação. Além de simbolizar a retomada mais incisiva do modelo privatista, essa lei é uma declaração do aval do Estado para a perpetuação da violência, posto que incentiva a grilagem, desmatamento, e estes, vinculam-se diretamente aos conflitos violentos, principalmente no Pará. “Em 2017, o Brasil tinha a maior taxa de assassinatos de defensores dos direitos ambientais e fundiários, e 80% das vítimas estavam na região amazônica²¹” (BRITO et al., 2019, p.1, tradução nossa,). Impossível não lembrar que nesse mesmo ano, ocorreu no Pará, a chacina de Pau D’Arco, quando 10 trabalhadores rurais foram mortos na fazenda Santa Lúcia, por policiais coadunados com a oligarquia local.

Retomo uma importante observação, reforçada por Laschefski (2013, p.177), segundo o qual, o governo Lula, mas também o de Dilma Rousseff, “não rompeu totalmente com as políticas ditas neoliberais dos anos 1990”. A parceria público-privada como marco do processo de neodesenvolvimentismo, expressos nos grandes projetos do Plano de Aceleração do Crescimento I (2007) e II (2011), são aqui

²¹In 2017, Brazil had the highest rate of murders of environmental and land rights defenders, and 80% of the victims were in the Amazon region.

compreendidos como marcos dessa função logística do Estado híbrido cada vez mais submetido a uma normatização difusa. Observou-se, em fato, um esforço de consenso entre o atendimento da população mais pobre e do grande empresariado nacional e a elite rentista. E nesse cabo de guerra, o complexo hidrelétrico do Rio Madeira, que implementou as UH de Santo Antônio e Jirau em Rondônia (2012 e 2016), o plano de desenvolvimento agrícola do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (2015), a instalação da mineradora de ouro Belo Sun (2016) e a construção da UH de Belo Monte (2011), esta debatida no próximo capítulo, são pontos nevrálgicos das concessões ao grande capital, que precisam ser analisadas a partir de uma perspectiva macropolítica (FONSÊCA, 2018).

Há que se notar, no entanto, que na atual fase de Estado pós-democrático desmontou-se a opção de consenso e iniciou-se um esforço de deslegitimação das demandas locais na Amazônia, anulando a contrapartida de certas margens de ganhos sociais, o que torna-se patente frente aos esforços da gestão Bolsonaro de reversão dos avanços socioeconômicos e de conservação da socio-natureza alcançados até 2016, além de correntes discursos discriminatórios quanto aos povos locais.

A Reforma Trabalhista, proposta via lei nº 13.567 de 2017 e Medida Provisória 808, de 14 de novembro de 2017, conformam outro exemplo desse desmonte social, na medida em que propõe mudanças significativas na Consolidação das Leis Trabalhistas. É expressão de quando o interesse do legislador caminha em consonância com o do empresário. No discurso da equipe de Michel Temer a flexibilização das leis do trabalho foi apresentada como forma de combater o desemprego e a crise econômica. Por flexibilização entenda-se aumento da precarização do trabalho. Aumento porque ainda em 1990, junto com plano real, os avanços constitucionais de 1988 foram paulatinamente sendo suplantados pelas medidas de crescimento do trabalho-estágio, terceirização, trabalho sem registro, queda da remuneração e facilidades demissionais, via sentenças normativas (KREIN, 2003). A reforma de 2017 veio então para bloquear os avanços recentes e criar um ambiente social de restrição, disciplina moral e subjetivação da autorregulação. A professora Gabriela Delgado publicou livro, ainda em 2018, com a colaboração dos seus alunos da disciplina de direito do trabalho, do curso de Direito da Universidade Brasília, detalhando criticamente os principais efeitos dessas reformas para o trabalho

intermite, para as mulheres, trabalhadores rurais, mineradores, terceirizados e tantas outras categorias (DELGADO, 2018).

Ainda no mesmo governo os brasileiros foram assolados pela PEC 241/55, ou teto dos gastos públicos, em 2017. Essa reforma da Constituição logrou congelar os gastos não financeiros do governo federal durante 20 anos sobre as políticas sociais. Educação e saúde serão os setores mais afetados. Desmantelados, tornam-se alvo de medidas de privatização que retiram uma série de direitos assegurados na Constituição de 1988. Conforme argumenta Maria Lucia Fattorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida:

De 1995 a 2015, a dívida interna explodiu de R\$ 86 bilhões para R\$ 4 trilhões, mesmo que tenha sido feito, no período, um superávit primário (diferença entre a arrecadação tributária e os gastos sociais) de cerca de R\$ 1 TRILHÃO. Portanto, não será cortando gastos sociais e fazendo reformas da previdência que se controlará o endividamento, pois a dívida cresce em função de uma dinâmica própria, impulsionada pelas maiores taxas de juros do mundo e por dívidas financeiras ilegítimas, que surgem a todo momento (FATTORELLI, 2018, p. 770).

Conforme Fattorelli (2018), é urgente que o Brasil faça uma auditoria da dívida que vem colonizando o Brasil, assim como o fez o Equador, com Rafael Corrêa. Nessa auditoria demonstrou-se que parcela significativa da dívida equatoriana além de ilegal, sustenta não apenas à elite transnacional, como também grande parcela da elite nacional rentista. No Brasil não há de ser diferente. Contudo, com a ascensão da extrema direita Bolsonaroista, esse sonho de uma auditoria parece ainda mais distante, e outro desmonte social ameaça a condição de vida nacional.

Juntas, a saúde, assistência social e a previdência social formam o tripé da Seguridade Social, garantida na CF de 1988. Mas a Proposta de Emenda à Constituição 06/2019 (PEC-06/2019), divulgada como uma forma de reparar injustiças e garantir a sustentabilidade financeira em face do processo de envelhecimento demográfico, na verdade visa dar fim ao sistema de solidariedade previdenciária e consolidar a acumulação de capital e a precarização da população (LEVI, 2019). Dentre os principais efeitos da proposta de reforma da previdência de Bolsonaro e Guedes está a:

[...] ampliação do tempo de contribuição e de idade, redução do valor de pensões, restrição à aposentadoria rural e ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Por outro lado, propõe uma reestruturação total da

previdência que acaba com o regime de repartição/solidário e cria um regime – de capitalização –, expondo, dessa forma, o interesse central do grupo que governa (LOBATO; COSTA; RIZZOTTO, 2019, p. 6).

Outras reformas já foram implementadas na previdência, como as ocorridas em 1998, 1999, 2003 e 2005, que acabaram por beneficiar mais os fundos de investimento que a população. Um significativo avanço foi feito com a lei nº 13.183 de 2015, ainda no governo Dilma, logrando flexibilizar o fator previdenciário, incorporar benefícios de pensão por morte para cônjuge e estendendo benefícios para a união estável (LUCENA, 2018, p. 15). No entanto, neste mesmo ano, a Desvinculação de Receitas da União, criada ainda em 1994, como mecanismo que permite ao governo federal usar livremente parcela dos tributos que derivam primordialmente das contribuições sociais, logrou sair da taxa de 20%, para 30% (DRU, [21--]). Ou seja, atualmente, alega-se uma crise no pagamento das aposentadorias, no entanto 30% do recurso mentem-se desviado para fins distantes da sua finalidade: a solidariedade previdenciária. Como destacado anteriormente, no neoliberalismo não entende de produção e distribuição de renda, mas de corte e desmonte do Estado social.

Por fim, em consonância com seu tema de campanha, outra grande aposta do governo Bolsonaro é a flexibilização da posse de armas no Brasil. Ainda que o Mapa da Violência e tantos outros estudos demonstrem que o Estatuto do Desarmamento foi uma medida importante para a redução das mortes por armas de fogo no Brasil, o presidente em conivência com a “bancada da Bala” do Congresso Nacional e das empresas de exportação de armas convencionais, que apresentam franco crescimento desde a crise de 2008, buscam reverter esse quadro. E a estratégia vai além de exploração econômica do mercado interno. Serve também para livrar o Estado das preocupações com a desigualdade, dizimando os indesejáveis, armando a elite e promovendo o agigantamento do Estado penal.

O Brasil segue ostentando a 4^o maior população carcerária do mundo. Além desse mecanismo configurar por si mesmo uma forma de exclusão o Estado agora se lança em favor do extermínio, por agentes estatais, particulares ou paramilitares (milícias) que atuam não apenas no combate à parcela pobre da população, mas também contra inimigos políticos que ameacem o controle do Estado.

Nestes termos, a segurança passa a ter duas finalidades: garantir a circulação de bens e serviços e excluir os indivíduos perigosos. Em um contexto de uso neoliberal

do poder penal, a segurança converte-se em mercadoria, expressa na venda de armas, câmeras de vigilância, carros blindados e serviços privados em geral. O medo, converte-se em motor do controle social e a mídia cumpre seu papel explorando a política do medo e naturalizando a violência enquanto demoniza parcela da sociedade. No Estado neoliberal pós-democrático, a guerra ao crime é admitida como medida emergencial, mais relevante que a mitigação do sistema de exclusão social e para manutenção da ordem pública, as favelas acabam servindo de palco para o espetáculo de exposição do poder bélico estatal.

Todos esses elementos são indícios, a face brasileira, do complexo campo de batalha entre democracia e capitalismo que conforma no século XXI. Nesse campo de batalha, acaba tornando-se “extremamente difícil para qualquer um que não pertença as elites políticas e financeiras reconhecer os interesses subjacentes e identificar seus próprios interesses” (STREECK, 2012, p. 55-56). No entanto, torna-se patente que

Mais do que nunca, o poder econômico parece ter se tornado o poder político, enquanto os cidadãos parecem estar quase inteiramente despojados de suas defesas democráticas e de sua capacidade de imprimir à economia interesses e demandas que são incomparáveis com os dos detentores de capital. De fato, levando em conta a sucessão das crises do capitalismo democrático desde os anos 1970, parece haver uma possibilidade real de um novo arranjo — mesmo que temporário — do conflito social no capitalismo avançado, desta vez inteiramente a favor das classes proprietárias ora firmemente entrincheiradas em sua fortaleza politicamente indevassável: a indústria financeira internacional (STREECK, 2012, p. 56).

Destarte, frente a esse cenário sombrio, não busquei aqui fazer uma revisão extensa das controvérsias dos governos petistas ou mesmo da inovação jurídica espalhafatosa e vil que foi o processo de impedimento de Dilma Rousseff, que entra para o ranking de governos destituídos sorrateiramente na América Latina. Críticas das mais diversas a esses governos fazem parte do processo democrático e muitas tantas estão dispostas na literatura, dentre as quais ressalto a análise de Reinaldo Gonçalves (2012) que denomina a gestão Lula de desenvolvimentismo às avessas. Não obstante, gostaria de levar o leitor a refletir sobre a inépcia de imputar a um partido de esquerda, o primeiro partido de esquerda a governar o país, a centralidade das responsabilidades da crise e da exploração que assola o país. Esse nada mais é que um discurso encampado pela elite orgânica para deslegitimar os avanços e paralisar as esquerdas à medida que intensifica a exploração nesse laboratório de

instabilidades que é o Brasil.

O domínio do Estado, a exploração social, econômica e dos recursos nacionais é um projeto antigo. Uma estratégia da elite orgânica transnacional e associada nacionalmente. Nos capítulos anteriores, como escolha de análise, ainda que ciente de tratar-se de um fenômeno histórico-estrutural, busquei através do recorte pós 1964, descrever a atuação dos militares como agentes que garantiram a imagem de disciplina e hierarquia, em posse do monopólio da violência e do poder político, enquanto a elite logrou disciplinar parcela da população com os ideais e moral do mercado, para explorar recursos estratégicos fundamentais ao poder hegemônico ocidental. Esse é o fenômeno da colonialidade como a outra face da modernidade.

O Brasil, como parte desse padrão histórico-estrutural de exploração, logrou mover-se contra os determinismos da estrutura, ainda que por um curto período, entre 2003 e 2016. Dentro dessa visão macropolítica, a percepção da importância desse movimento torna-se ainda mais evidente, assim como as críticas mais pertinentes à emancipação. E hoje, a despeito, ou paradoxalmente em função dos consensos que se logrou construir ao longo dos ditos 14 anos, a sociedade encontra-se em outro patamar de luta. E mesmo diante da emergente recusa a todo processo de igualdade que tem se consolidado na sociedade brasileira, ampliam-se as capacidades de alianças e vinculações das redes de resistência.

5.2 A colonialidade neoliberal na Amazônia paraense

Os conhecimentos e o padrão de interação da sócionatureza dos povos da tradição são os meios mais eficazes de conservação da biodiversidade que a modernidade pôde presenciar. O que não simboliza a negação da racionalidade científica, mas a reivindicação de uma busca real pela verdade, pela complementariedade e pelo reconhecimento destes conhecimentos marginalizados.

É com base nessa premissa que Silva (2015), Ioris (2016) e um extensa literatura local, na Amazônia, buscam debater o lugar dos saberes tradicionais nas conferências, documentos e políticas públicas formuladas com a finalidade de responder à crise ambiental que atravessamos. Reis da Silva, fez relevante análise sobre as contribuições da Rio+20, conferência das Nações Unidas que ocorreu no Brasil em 2012, destacando que, no relatório final, apesar de haverem passagens que

reconhecem as práticas e saberes dos povos tradicionais como importantes contribuições ao uso sustentável da biodiversidade, estes sujeitos são, em grande medida tratados como destinatários das políticas socioambientais, e de forma pitoresca, acentua-se mais suas fragilidades que virtudes. Em meio a essas concepções persiste a noção do imperativo da modernização contra a pobreza.

Ioris (2016), por sua vez, ressalta que a pobreza - "definida como a condição segundo a qual as necessidades materiais e sociopolíticas não são atendidas por uma combinação de mecanismos de exploração, alienação e exclusão (IORIS, 2016, p. 146) - continuará a ser um desafio na Amazônia enquanto for gerada pela forma dominante de desenvolvimento que serve mais a acumulação privada e degradação dos ecossistemas e da *socionatureza* da região. As interpretações convencionais dos documentos oficiais ainda apresentam a pobreza como fruto de práticas de projetos ruins no passado, cabíveis de conversão caso práticas condizentes com o desenvolvimento benigno e sustentável sejam implementadas, sem que as causas essenciais da pobreza sejam verdadeiramente apresentadas e debatidas.

Ainda que a pobreza tenha diminuído em anos recentes na Amazônia, o pequeno agricultor não tem acessado tais benefícios como os cidadãos. Isso porque o modelo gerencialista, a lógica do crédito e da tecnologia, condizem a um padrão que converte e força o amazônida, quando não ao afastamento da terra, a um estranhamento cultural proveniente da lógica que lhe é imputada: a apropriação. "Antes de ser antinatureza o atributo mais danoso do processo de desenvolvimento é seu imperativo modernizador" (IORIS, 2016, p. 158).

No mais, independentemente do nível de restauração ou conservação da floresta, nada adianta que isso seja feito em nome da exclusão, da apropriação por empresas e países que cada vez mais revelam seu interesse pela Amazônia e usam as comunidades locais como protetoras de uma reserva de capital a ser apropriada no futuro. Faz-se necessário assumir que é justamente por excluir as práticas tradicionais que se perpetua a desigualdade na Amazônia.

A mercantilização fictícia da natureza e trabalho, como apontadas por Polanyi (2000), já revelava essa progressiva capitalização das condições de produção aplicadas à conquista da maioria dos domínios da vida econômica e social, típica do capitalismo na modernidade. A mais-valia, discutida por Marx revelou a primeira grande contradição capitalista, entre forças produtivas e relações de produção. A

segunda contradição, como explica O'Connor (1988 apud ESCOBAR, 1995) tornou-se premente com o agravamento da condição ecológica em face do ideal de progresso, ainda que exista desde a origem do capitalismo moderno. Precisamos, portanto nos atentar para as novas condições de produção e reestruturação capitalista à medida que se nota que esta, ocorre cada vez mais à custa das condições sociais e ambientais que, quando tratadas como se fossem mercadorias, de acordo com as leis de valor do mercado, usam a seu favor os avanços modernos da conservação.

Escobar (1995) denominou de *pós-moderna*, essa nova fase de capitalização da natureza, mais adequada aos avanços tecnológicos e que impõe um duplo desafio aos movimentos de resistência: construir formas alternativas de produção ao mesmo tempo que resistem a essa dominação simbiótica da natureza.

Sob a razão neoliberal, a apropriação pós-moderna do capital ecológico, manifesta-se quando o capital investe na domesticação de todas as relações sociais e simbólicas remanescentes em termos de código de produção. Essa produção do código é a própria essência do discurso da natureza como um valor em si mesma, tornando-a valiosa não como recurso, mas como reservatório de valor e conhecimento. Assim, pode-se compreender que o crescente reconhecimento do direito de comunidades e a valorização da floresta em pé é fruto das resistências locais, no entanto, à medida que a biotecnologia, a engenharia genética e a financeirização da vida e da natureza esforçam-se por converter tais comunidades em administradores 'dos capitais sociais e naturais', parte-se para uma conquista semiótica do território, das comunidades e dos conhecimentos locais, que em vez de entendidos como uma construção cultural complexa, histórica e relacional, são vistos como algo que existe nas "mentes" de objetos externos a natureza, com grande utilidade econômica e médica, que devem ser transmitidos aos modernos especialistas (ESCOBAR, 1995, 2010).

Note-se que o capitalismo de exploração não é suplantado, na verdade a mercantilização moderna da natureza e do trabalho e a *apropriação pós-moderna*, são ambas uteis e necessárias ao capital. A primeira como garantia dos imperativos de acumulação presente e a segunda como garantia de acumulação futura. Dreifuss (1996), demonstrou como o setor-campo da biotecnologia, entre 1980 e 1989, já guiava mais de 4.000 ações e acordos estratégicos interempresariais entre a tríade Japão, Europa Ocidental e Estados Unidos, como mostra a tabela 4.

Entre 1987 e 1992 foi alcançada a marca de 20.000 alianças só nos Estados Unidos. Esse volume de alianças, fusões, incorporações e aquisições estimulou o crescimento de gigantescas empresas e consultoras como a Morgan Stanley & Co., Goldman Sachs & Co.; CS First Boston, Merrill Lynch & Co., Lazard Freres & Co., JP Morgan & Co., Lehman Brothers Inc., etc.

Tabela 4 – Acordos estratégicos interempresariais

CAMPO	Número de alianças	% de economias desenvolvidas	%Tríade
Biotecnologia	846	99.1	94.1
Novos Materiais	430	96.5	93.5
Computadores	199	98.0	96.0
Automação	281	96.1	95.0
Microeletrônica	387	95.9	95.1
Software	346	99.1	96.2
Telecom	378	97.5	92.1
Automotivos	205	84.9	82.9
Aviação	228	96.9	94.3
Químicos	410	87.6	80.0
Alimentos	42	90.5	76.2
Elétrica	141	96.5	92.2
MT/instrumentos	95	100.0	100.0

Fonte: Dreifuss (1996, p. 111).

A margem desse conglomerado de grandes empresas e alianças, muitos países do terceiro mundo ainda vivenciam uma exploração baseada na apropriação brutal de recurso para atendimento das demandas de mercado, mas à medida que os países centrais comprometem-se com esse modelo gerencial, que aposta mais na tecnologia que no pluralismo metodológico tradição-ciência, mais caminhamos rumo a um regime de natureza construída, privatizada sob patentes, valorizada como base da biotecnologia, inteligência artificial, biologia molecular, concentradas nas mãos de grandes empresas dos países do Norte, articulados por organizações que subsidiam e financiam esse tipo de apropriação do “capita ecológico”.

Sob essa estrutura, decolonizar a Amazônia demanda um diálogo entre o

conhecimento científico e outras racionalidades. Para tanto, faz-se necessário resgatar a ciência do seu comprometimento com o capital, e partir para uma democratização da ciência, nas bases de uma ecologia de saberes como defende Santos (2009). Nestes termos, estaremos mais próximos de sair do maniqueísmo que antagoniza ciência e tradição, rumo a um conhecimento completo, que não renuncie aos rigores metodológicos, mas que não se limite à monocultura disciplinar e a estratégias descontextualizadas. Como defende Silva (2015):

[...] a adoção de estratégias alternativas e complementares, embora não provoque mudanças imediatas na prática científica hegemônica, permite vislumbrar uma síntese cooperadora entre a ciência e os saberes da tradição que, produzindo um conhecimento contextualizado, é potencialmente capaz de informar uma conservação da biodiversidade afinada com valores para além do mercado (SILVA, 2015, p. 251).

Destarte, cientes do que deve ser alcançado, as próximas páginas dedicam-se a pontuar alguns desafios que ainda se apresentam na realidade Amazônica paraense, qual seja, as heranças e reproduções da exploração, que através do capitalismo, perpetuam-se como colonialidade interna neoliberal. Compreende-se que o capitalismo não tem papel com progresso, ainda que tenha sido capaz de criar bens materiais em escala monumental, também criou desigualdade monumental na distribuição de recompensas. O capitalismo também não tem vínculos sérios com a liberdade, posto que sob esse sistema social histórico articulam-se trabalho assalariado, escravidão, servidão, produção complementar, reciprocidade e a distribuição de direitos não pode ser igualitária, mas opressiva e injusta. Logo, também outras formas de economia de mercado precisam ser pensadas, para além do acúmulo insustentável de capital que tem balizados a sociabilidade moderna. Uma sociabilidade que se perpetua na Amazônia através do controle da autoridade, da economia e da natureza.

5.2.1 A perpetuação do controle da autoridade na Amazônia paraense

A dinâmica de exploração e degradação da natureza que fez parte enredo de subalternização do regime autoritário empresarial-militar e a perpetuação do controle da autoridade no Pará expõe de forma patente que a Amazônia não é discriminada apenas pela sua condição no capitalismo tardio ou por questões raciais, o que

acontece com todas as minorias no Brasil, ainda que sob a máscara de uma democracia racial. A Amazônia é discriminada, por ser inadmissível, dentro do ideal de ocidente como projeto, a convivência com uma outra forma de ver o mundo, a natureza, o ser humano e as relações sociais. Os povos, geralmente invisibilizados, anda o são, justamente por uma outra concepção sobre é a imensa riqueza sobre a qual habitam.

No ideal do cidadão moderno, a natureza, que antes representava apenas um estoque de recursos – por muitas vezes entendida como empecilho a ocupação e ao desenvolvimento – precisou da tecnologia, da economia verde, do desenvolvimento sustentável, para ter seu valor reconhecido no mercado, e com ela, a importância que as comunidades tradicionais passaram a adquirir como guardiões do que poderá mais tarde ser apropriado pela biotecnologia, engenharia genética, etc. O valor da terra-nua, de grande uso pelo regime autoritário, sinalizou como a destruição da diversidade biológica, da fauna e da flora regional só seria repensada, ainda que parcialmente, pela política nacional, quando a natureza se convertesse, conforme a mentalidade privatista e individualista eurocêntrica, em reserva de recursos para a nova fase do capitalismo. E os intermediários desse saque premeditado, podem vir a ser justamente, como mostra a história, a elite local.

Entendendo a elite orgânica – empresários, técnicos e políticos – como aqueles “agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe” (DREIFUSS, 1987, p. 24) e cujo empenho é transformar seus interesses puramente corporativos, em senso comum, ou seja, convertê-los em interesses de outros grupos subordinados e, lembrando também que o capital não é “nem lógico nem ilógico, muito menos um sujeito da ação política (DREIFUSS, 1987, p. 25), é antes, objeto de interesse de grupos específicos, reforço aqui, a função primordial desta elite em orientar a modernização-conservadora de privilégios.

Farias Filho e Souza (2013) apresentam relevante estudo sobre a elite governante do Pará, em busca de definir o grau de elitização e continuísmos nos cargos executivos e de nomeações no Estado. O estudo permitiu identificar o que eles denominaram *elite duradoura*, presente em dois ou até seis governos no período entre 1983-2013, como detalhamos na tabela 5. Nesse mesmo estudo, demonstrou-se que nessa fase a “elite governamental foi composta por um número relativamente pequeno

de pessoas” (FARIAS FILHO, SOUZA, 2013, p. 18), ao longo de nove governos estaduais investigados, levando a um fenômeno, pouco comum, - ao menos nas expectativas democráticas - de continuísmo de sucessivos governos. O governador que marcou a transição do regime autoritário para a democracia foi, como analisado, Jader Barbalho (1983-87) e, “aliás, parte dos que se mantiveram em posição de destaque no governo Jader Barbalho I, mesmo oriundos do regime militar, conseguiram ocupar posições de mesmo nível em outros governos posteriores (Jader II, Carlos Santos, Hélio Gueiros)” (FARIAS FILHO; SOUZA, 2013, p. 16).

Tabela 5 – Composição e conexão da elite governamental no Pará (1983-2014)

Governos	Elite Governamental	Com conexão (%)	Sem conexão (%)
Jader Barbalho I (1983-1986)	42 Pessoas	28,57	71,43
Hélio Gueiros (1987-1990)	36 Pessoas	41,67	58,33
Jader Barbalho II (1991-1993)	24 Pessoas	41,67	58,33
<u>Carlos Santos (1993-1994)</u> [11]	18 Pessoas	38,89	61,11
Almir Gabriel I (1995-1998)	29 Pessoas	55,17	44,83
Almir Gabriel II (1999-2002)	67 Pessoas	74,63	25,37
Simão Jatene I (2003-2006)	72 Pessoas	38,89	61,11
Ana Julia (2007-2010)	79 Pessoas	0	100
Simão Jatene II (2011-2014)	72 Pessoas	18,3	81,7

Fonte: Farias Filho; Souza (2013).

Em números, o estudo menciona uma elite governamental composta por 42 pessoas no primeiro governo Barbalho, das quais 28,57% apresentavam uma conexão, ou melhor, continuidade com o governo anterior (o militar Alacid Nunes). Com exceção do governo do PT de Ana Julia, até 2013, os cargos superiores da administração do poder executivo revelam que “a oposição e a situação eram compostas por várias pessoas com o mesmo perfil técnico e político e com frequência,

as mesmas pessoas estavam nos dois governos (“oposição e situação”) , sem que essas pessoas pertencessem a carreira de Estado” (FARIAS FILHO; SOUZA, 2013, p. 14). Ou seja, em sintonia com a concepção de uma elite orgânica em Dreifuss, o estudo revela no Pará, uma elite duradoura que não tem origem partidária-ideológica e sim vontade de perpetuar-se no poder.

Neste íterim, o atual marco de regionalização, divide o estado do Pará em 12 regiões de integração: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago Tucuruí, Marajó, Metropolitana, Rio Caetés, Rio Capim, Tapajós, Tocantins, Xingu e dessas regiões derivam 143 municípios. Mathis e Farias Filho (2008) acrescentam que todas essas regiões possuem uma similaridade no sistema político que forma e renova as elites, qual seja:

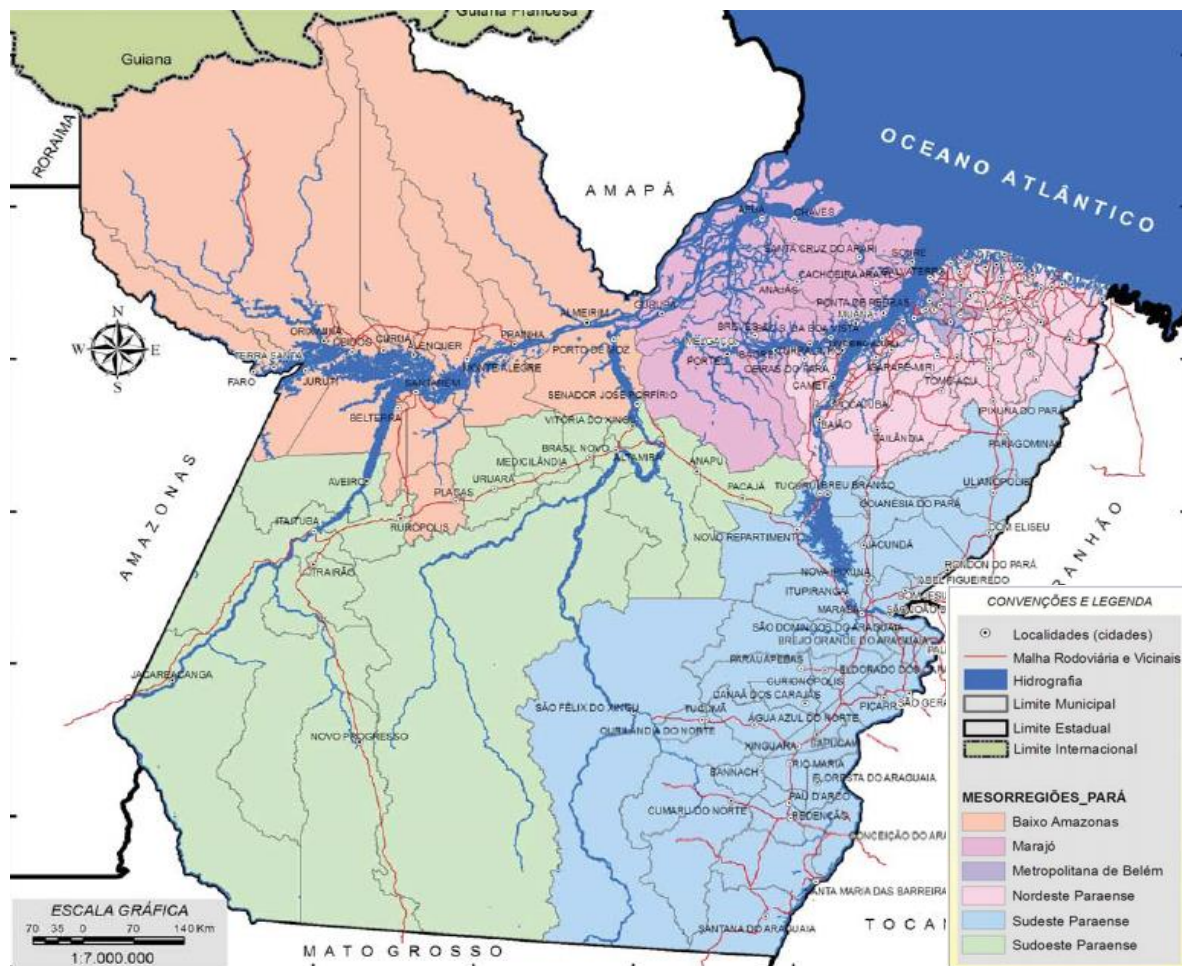
[...] a dependência das posições institucionais para alavancar carreiras no sistema político, como prevê Mills (1975), e a não-elite encontra pouco espaço para se desenvolver, como defende Michels (1982), exceto em áreas com forte presença de conflitos e disputas por outros recursos que acaba projetando pessoas da “não-elite”, mas de forma individual e até formando o que se pode chamar de “contra-elite”, no entanto trata-se de poucas localidades e não chega a ser um comportamento [...] (MATHIS; FARIAS FILHO, 2008, p. 32)

Dentre as especificidades, as mesorregiões do Baixo Amazonas, Sudoeste paraense e Marajó, como destacado no mapa 10, podem ser caracterizadas como regiões com base econômica na extração de produtos naturais e de pouca tecnologia agregada, de caráter cultural mais tradicional e onde grande parcela do estrato social é marcado pela pobreza e baixa representatividade política. Nessas regiões persiste uma baixa renovação nominal e da circulação da elite formada historicamente, carregando ainda uma visão estreita de mundo, atitudes autoritárias e dependência dos recursos estatais para manutenção do poder político (MATHIS; FARIAS FILHO, 2008).

Diversos municípios da Região Metropolitana e do Nordeste paraense, caracterizam-se por uma urbanização mais desenvolvida, mas que dependem totalmente de uma economia de comércio e serviços, além de apresentar baixos indicadores de distribuição de renda. Onde há uma maior participação de empresas de fora, criando economias mais diversificadas, existe também uma significativa força de trabalho proveniente de fora. Essas mesorregiões logram formar um grupo político mais urbano, não obstante, seja baixa a circulação de grupos no poder, apesar de alta

rotatividade nominal (MATHIS; FARIAS FILHO, 2008).

Mapa 3 – Mesorregiões do Estado do Pará



Fonte: Luz et al. (2013).

Por fim, um retrato atual do Sudeste paraense o caracteriza pela grande participação da economia industrial primária, com grande diversidade econômica, social e cultural da população. Nessa região tem ocorrido uma difusão do poder político de acordo com a diferenciação funcional e o poder econômico dos agentes que ocupam posições institucionais importantes, sendo estes majoritariamente de fora da própria região (MATHIS; FARIAS FILHO, 2008). Essa difusão não aplaca a perpetuação política e econômica de famílias que ampliaram seu capital ainda no regime empresarial-militar, como a Família Mutran, que atua tanto na política como na atividade agropecuária local.

Entende-se, portanto, que a dinâmica de transição à nova república, justamente por seu caráter conciliador administrado por políticos como José Sarney e Jarbas

Passarinho, tem profundos vínculos com o atual estágio pós-democrático que integra a Amazônia paraense à teia de dominação das relações socioeconômicas do nível mais local ao do mercado global. O que nos permite inferir que com a ditadura encerra-se o colonialismo interno como forma de dominação autoritária formal e inaugura-se o estágio ainda mais difuso, e, portanto, mais grave de colonialidade interna, marcada pela consolidação, no poder, de grupos que representam o mercado, as oligarquias, não a população local.

Em 1994 as eleições para o governo do Pará apresentavam como principais candidatos um prefeito biônico, ex-Arena, do regime militar – Amir Gabriel (PSDB) – e um militar interventor do mesmo regime – Jarbas Passarinho. No governo, Jader Barbalho, seu partido e sua rede de comunicação no Pará apoiaram Jarbas Passarinho (então filiado ao PPR). Era um investimento político em prol do apoio de Passarinho à candidatura de Barbalho ao Senado. Passarinho já incorria em dívida política por ter sido praticamente colocado no Senado por Jader, nas eleições de 1986. Lucio Flávio Pinto em entrevista com Passarinho, questionou aquela inusitada aliança e como resposta o candidato afirmou “não ter alternativa” (PINTO, 2016).

Entre 1995 e 2002 ocorreram 6 massacres com elevado número de vítimas no Pará, revelando flagrante continuísmo na postura subalternizante do Estado com a população local, em favor das oligarquias, indústrias e bancos. O caso de maior repercussão no governo Gabriel aconteceu em 1996 em Eldorado dos Carajás. O conflito foi gravado por cinegrafistas, causando comoção internacional. No dia 17 de abril 1.500 camponeses decidiram fazer uma marcha pela desapropriação de terras, acabando por obstruir a “Curva do S” no trecho da rodovia PA-150. Os fazendeiros da região organizaram-se com o dono da Fazenda Macaxeira para pagar propina aos interventores em prol da execução dos líderes do movimento. O coronel Mario Colares Pantoja foi o encarregado da ação. “A ordem do governador Almir Gabriel ao coronel Mario Colares Pantoja era “desobstruir a estrada”. “Uma ordem é uma ordem” berrou ele ao militar, na noite anterior” (CASTILHO, 2012, p. 205; CPT, 2017). 19 sem-terra foram mortos a queima roupa e por cortes de facão, 13 deles eram dirigentes ou coordenadores do movimento (CPT, 2017).

Foi durante o segundo governo de Almir Gabriel (1999-2003) no Pará, que Jader Barbalho chegou a ser algemado e preso em 2002, a pedido dos procuradores do Ministério Público Federal, que o definiram como “líder da organização criminosa”

que dirigia a SUDAM (CASTILHO, 2012). Entre os acusados figuravam, diretamente, familiares como o pai de Jader e seu primo, o Deputado Federal José Priante e mais 9 pessoas diretas, além das mais de 40 envolvidas indiretamente. Até essa data as ações do Supremo Tribunal Federal já incluíam: inquérito 1332 – crime contra a administração pública, peculato; inquérito 1830 – crime contra o sistema financeiro nacional, obtenção de financiamento mediante fraude; inquérito 2051 – crime contra a administração pública, desvio de verbas e organização criminosa; inquérito 2052 – crime contra administração pública, peculato; e por fim nas ações penais: nº 339 – crime contra o sistema financeiro nacional, evasão de divisas e nº 374 – crime contra administração pública, desvio de verbas, organização criminosa, lavagem de dinheiro (BRASILIENSE, 2011).

O montante desviado da SUDAM foi de aproximadamente R\$ 130 milhões (CHAIA; TEIXEIRA, 2001). Segundo apuração do Ministério Público, dos 151 projetos financiados pela superintendência nos anos de 1998 e 1999, 20 foram mero simulacro para o desvio de dinheiro. Mas essa não foi uma “ação de políticos”, dentre as empresas envolvidas direta e indiretamente no esquema enumeram-se:

Propamar da Amazônia S/A e Propanorte Agro-industriale Empreendimentos da Amazônia S/A, e vinculação com os projetos de seus aliados políticos Agropecuária Vitória Régia S/A, Agropecuária Pedra Roxa S/A, Agro-industrial Bela Vista S/A, Ecopalma Agroindústria Palmeira S/A, Agropecuária Pingüim S/A, Sabisa Santarém Biscoitos e Massas S/A, Agropecuária Rio Novo de Altamira S/A, Centeno & Moreira S/A, Agroindústria Guará S/A, Frupasa Indústria de Fruticultura S/A, Diana Agroindustrial S/A, Frango Modelo S/A, Agropecuária Beira da Mata S/A, Indústria de Café Ouro Preto S/A, Agropecuária WR S/A, Selo Verde da Amazônia S/A (BRASILIENSE, 2011, p. 15).

Ainda em 2001, como presidente do Senado, Jader reuniu-se com a federação de agricultura do Pará, em jantar explicou como funcionava o esquema de desvio da SUDAM, visando com isso demonstrar que o esquema era histórico, desvinculando-se das denúncias. Assim disse o senador: “o escândalo da Sudam é um escândalo da legislação, que permite que se venda os incentivos fiscais a 40% (de comissão) em escritórios de São Paulo” (CIPOLA, 2001). Ovationado pelos fazendeiros que denominaram o político como a “Sucuri do Pará que engoliu a vaca louca da Bahia” em referência a suas divergências com o Senador Antônio Carlos Magalhães (ACM), Barbalho ainda acrescentou o seguinte discurso quanto a uma possível candidatura ao Palácio do Planalto em 2002: “o povo do Pará me deu todos os cargos que imaginei

ter. Presidência da República é circunstância. E eu nunca coloquei na minha agenda essa possibilidade" (CIPOLA, 2001). Ainda em 2001 o presidente FHC encerrou as atividades da SUDAM, e em 2002 Jader permaneceu apenas 16h preso. Seu pedido de *habeas corpus* foi atendido pelo Juiz Fernando Tourinho Neto (FREITAS; SIMIONATO, 2002).

Após o ocorrido, Jader elegeu-se deputado federal (PA) pelo PMDB em 2002, novamente em 2006 e posteriormente Senador pelo Pará em 2010, reeleito para o pleito 2018-2022. Na data de sua reeleição ao Senado, seu filho Helder Barbalho, elegeu-se governador do Pará. Como afirma Castilho (2012) Jader é o “dono do Pará”. Mantêm-se no poder pela gama de interesses que representa, essencialmente de grandes latifundiários que negociam a partilha do estado com as grandes empresas nacionais e internacionais, designadas a construção de grandes obras pelo Governo Federal, à revelia do interesse da população local. O Pará, nessa condição, é caso revelador da categoria de análise que propõe que o fim do colonialismo enquanto dominação formal, não se confunde com o fim da colonialidade. As relações hierárquicas de poder e a subalternização dos *sub-cidadãos* perpetuam-se e se (re) produzem ainda no século XXI.

No Sul do Pará, a violência tem passado a constituir verdadeiro crime organizado, com relatórios policiais citando também o nome de importantes políticos. O arco do desmatamento coincide com o do trabalho escravo e de recorrentes execuções que se perpetuam por todo o Estado. No município de Anapú, em 2005, foi a vez da missionária Dorothy Stang constar na lista dos assassinados pelo estado de exceção que é o Pará. Dentre os acusados, Délio Fernandes Neto, apresenta no currículo o envolvimento na máfia da SUDAM. Castilho (2012) assevera que os massacres de Corumbiara e Carajás estão para os anos 1990, assim como o de Chico Mendes (1988) está para os anos 1980 e o de Dorothy está para o novo século de continuidades. Cicero Pinto da Cruz, única testemunha e cujo barraco encontrava-se na gleba Bacajá, descreveu o fato, mencionou que a irmã foi primeiramente abordada por Clodoaldo e Rayfran, em seguida:

Eles perguntaram se ela tinha alguma arma, e ela disse que a única arma dela seria sua bíblia. Leu, então, uma passagem das Beatitudes: “Bem-aventurados os pobres de espírito...”. Então, deu mais alguns passos e foi logo interrompida quando Cícero a chamou: “irmã”. Quando Clodoaldo aprovou os disparos, Rayfran atingiu o abdome de Dorothy. Ela caiu de

bruços. Rayfran atirou novamente em suas costas e depois deu quatro tiros em sua cabeça (CASTILHO, 2012, p. 208).

Em 2006 a candidata pelo PT, Ana Julia Carepa, foi a primeira mulher eleita para o cargo de governo do Estado (URBINATI, 2009; PINHEIRO, ALVARES, 2012). Foi um importante renovadora da elite política como consta na tabela 5, no entanto, não logrou a reeleição e o retorno de Simão Jatene - economista, secretário do planejamento em vários outros governos e fazendeiro – nas eleições de 2010 recobra o continuísmo político e a dobradinha PSDB-PMDB que governa o estado desde a redemocratização (CPDOC, 2019b). Jatene, que governou o Pará por três mandatos (2003-2006, 2011-2014, 2015-2018), foi também o mais longo secretário de planejamento do estado. Fruto da elite duradoura que se consolidou como Jader Barbalho.

Jarbas Passarinho defendeu até seu último dia de vida os atos praticados sob a ditadura que ajudou a perpetuar. Barbalho logrou estender seus poderes políticos e segue com a marca da impunidade enquanto seus familiares criam raízes nas estruturas do Estado, um estado que não é pobre, mas segue com baixa renda. E essa não é uma excepcionalidade do Pará ao norte do Brasil.

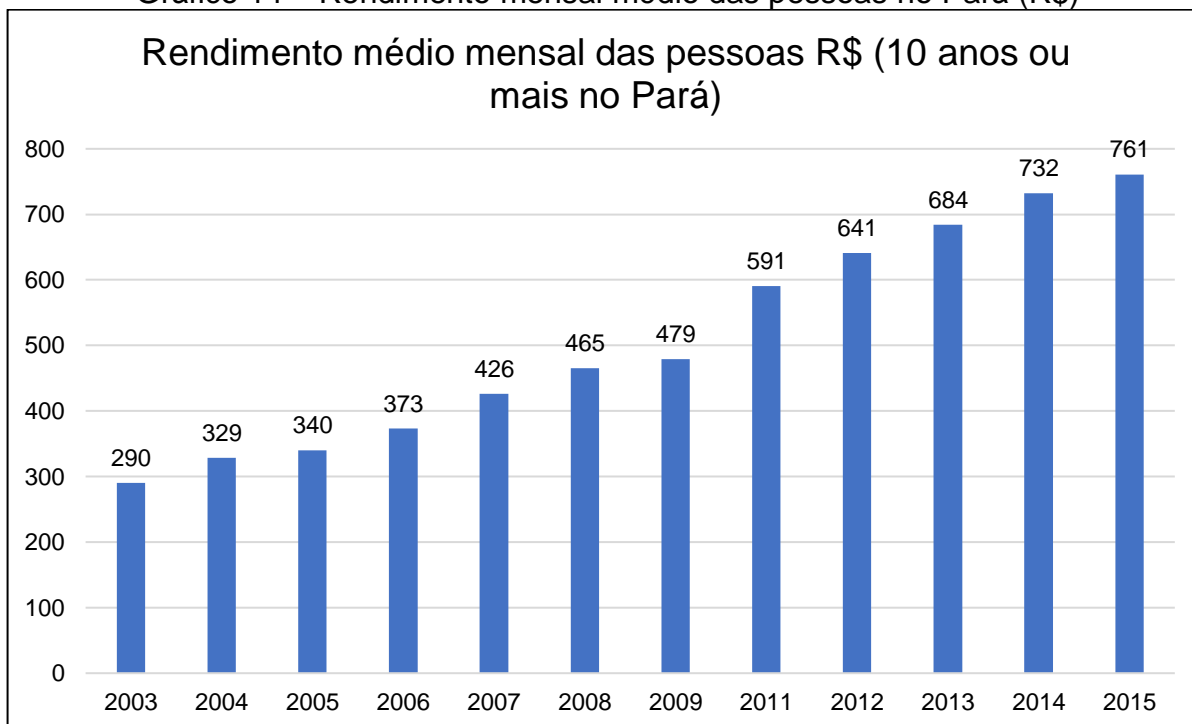
Os massacres e a perpetuação da elite duradoura no Pará não são os únicos indícios da perpetuação da colonialidade, no entanto são flagrantes da relação que existe entre Estado e mercado à revelia do cidadão. Além dessa violência direta, proliferam-se os conflitos locais, urbanos e rurais. Insegurança, desemprego, racismo e falta de serviços básicos marcam a vida cotidiana da população mais pobre. De certo, que o intuito destes relatos não é forjar uma estratégia acusativa, mas relacional, entre uma elite que se perpetua e práticas que se reproduzem. É exemplificar que à medida que a ideologia e a lógica de mercado assumem o controle de uma localidade, a representação política não haverá de representar ninguém além dos interesses de acumulação e exploração da região.

5.2.2 O controle da economia e da natureza na Amazônia paraense

Como ressaltado no início deste capítulo, a margem de atuação das esquerdas na América Latina segue sendo restrita pela adoção das políticas macroeconômicas neoliberais dos anos 1990. No Brasil, a margem de atuação dos governos de esquerda

(2003-2016) foi a inclusão de demandas, não uma efetiva redistribuição de renda, ainda que ela tenha ocorrido nos estratos mais baixos e médios da pirâmide social. Não obstante, a redução do desemprego, aumento do salário mínimo, assistência social, educação e créditos, também garantiram certa melhoria de vida no Pará. Como observamos no gráfico 14, com o aumento dos rendimentos mensais no Estado.

Gráfico 14 – Rendimento mensal médio das pessoas no Pará (R\$)



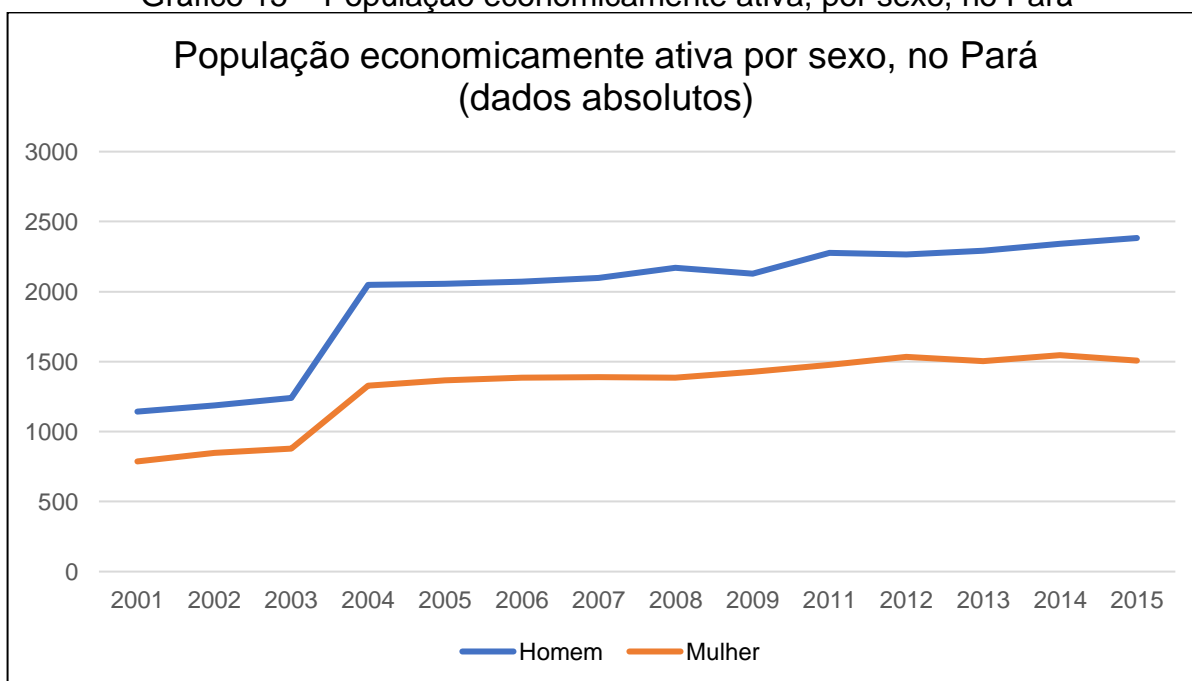
Fonte: IBGE (21--?). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Esse aumento pode parecer singelo, mas o rendimento praticamente dobrou entre 2003 e 2015, e beneficiou justamente a classe social que Singer (2009) qualificou como subproletariado. Torna-se ainda mais importante quando tomamos ciência dos dados de rendimentos do censo de 2010, do IBGE, divulgados pela fundação Perseu Abramo, que aplicou a estratificação do universo da população em dois cortes, conforme definidos pelo PNUD, para definição da pobreza (meio salário) e extrema pobreza (um quarto de salário). Concluiu, para o Pará, que em 2010, 48% da população era classificada como pobre. 32% vivia em condições de pobreza e 16% na extrema pobreza. Um total de mais de 3,65 milhões de pessoas. Essas pessoas foram as beneficiadas pelo aumento de rendimento, aparentemente singelo (ARROYO, OLIVEIRA, 2016).

O gráfico 15 demonstra, por sua vez, que ainda em 2003, a população

economicamente ativa dobrou no Pará, seguindo a tendência até uma leve retração em 2008 e outra, mas evidente para as mulheres, em 2013. A disparidade de gênero, quanto a atuação no mercado de trabalho ainda permanece patente, mas houve melhoras para ambos os sexos.

Gráfico 15 – População economicamente ativa, por sexo, no Pará



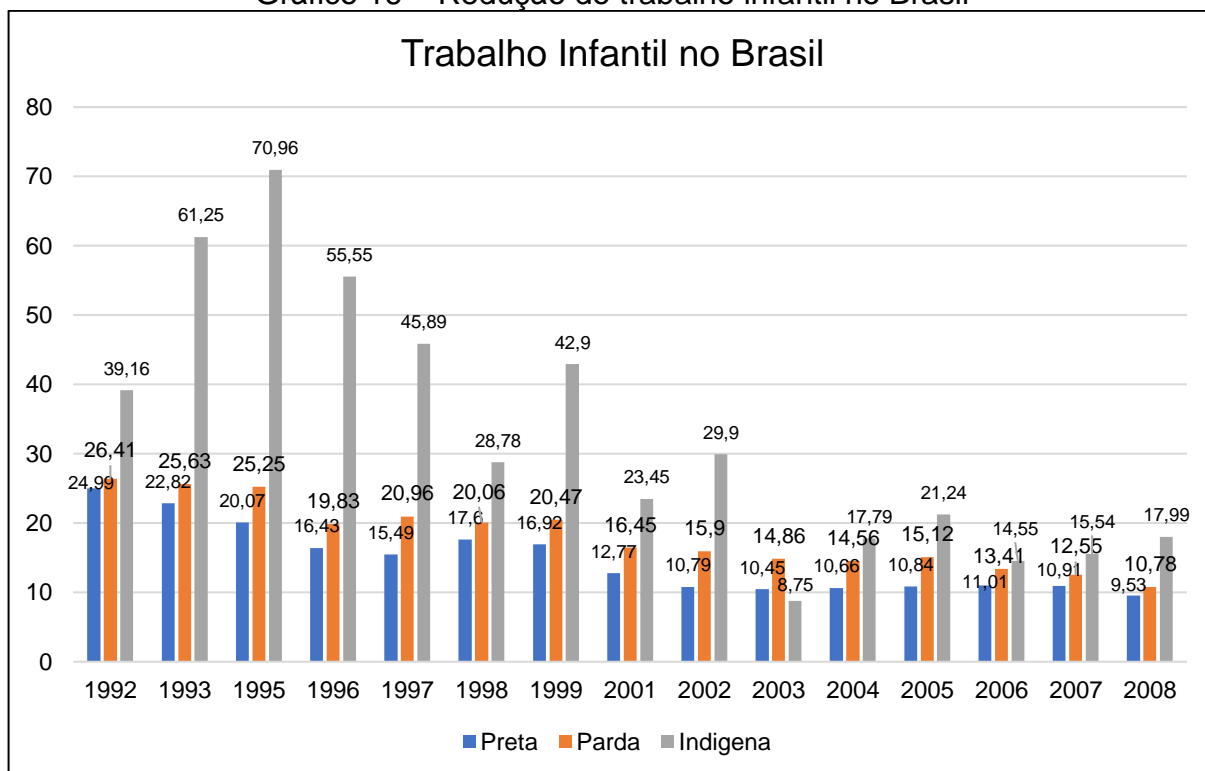
Fonte: IBGE ([21--?]).

E ainda, em 2004, 76% da população do norte do Brasil classificava-se como negra, segundo dados do Ipea (PINHEIRO et al., 2006). Em 2010, conforme censo do IBGE, o norte concentrava o maior contingente populacional indígena do Brasil e dentre os estados da região, o Pará ocupava a terceira colocação, com 51.217 mil indígenas, atrás apenas do Amazonas (183 mil) e Roraima (56 mil) (IBGE ([21--])). Logo, como destacado no gráfico 16, a redução do trabalho infantil no Brasil, teve repercussão significativa sobre a população paraense, que apresenta elevados casos e denúncias de trabalho escravo e infantil desde a redemocratização.

No entanto um velho desafio ainda se perpetua no Pará. Desde as primeiras denúncias feitas por Dom Pedro Casaldáliga, em 1971, sobre o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, que sob o regime empresarial-militar, envolvia empresas como a Volkswagen na Amazônia, os dados apontam que, anualmente, somente no Brasil, 25 mil pessoas ainda são submetidas ao trabalho escravo (RIPPER;

CARVALHO, 2010).

Gráfico 16 – Redução do trabalho infantil no Brasil



Fonte: IBGE ([21--]).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) pontua, em contrapartida, que um número cada vez maior de pessoas foi libertado (somaram cerca de 35 mil em maio de 2009). Dentre os avanços desse combate no Brasil, lista-se o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, reformulado em 2003 pela Lei 10.803, que define o trabalho em condições análogas à escravidão, bem como às punições a serem impetradas e em 2005, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, destacou-se como o único do gênero em todo o mundo.

Em 2008, a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo lançou o 2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, em consonância, o Ministério Público, Polícia Federal e o Ministério do Trabalho articulavam-se operacionalmente no resgate destes trabalhadores. O destino desses resgates, segue sendo o mesmo. “Segundo pesquisa realizada pela ONG Repórter Brasil, a região de maior ocorrência de trabalho escravo no Brasil é o chamado “arco do desmatamento” no norte do país” (COSTA, 2010, p. 47), como consta no mapa 3.

Mapa 4 – Arco do desflorestamento na Amazônia brasileira

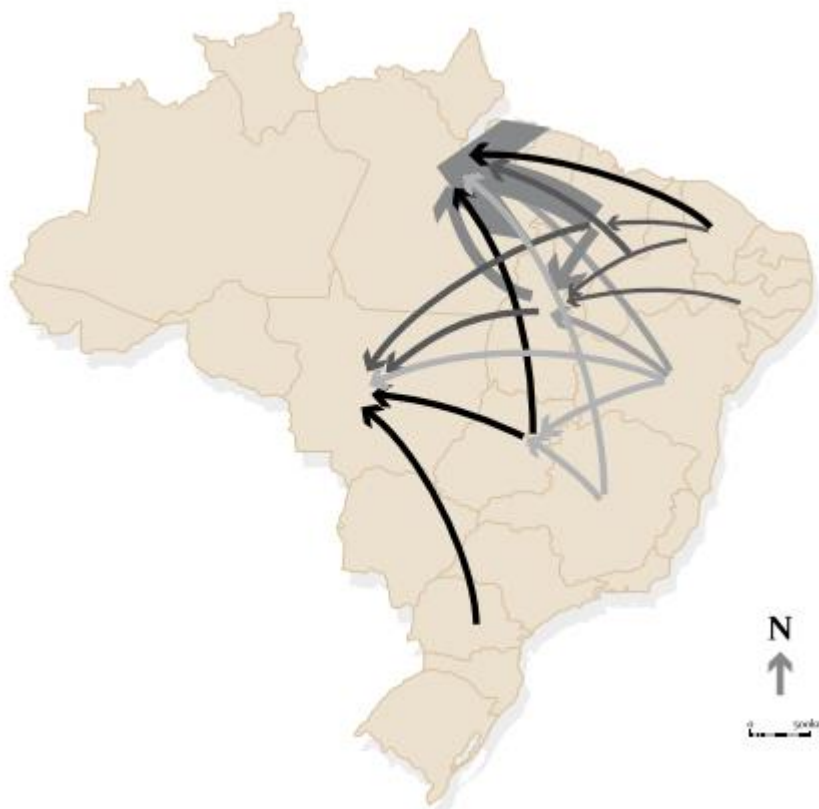


Fonte: Costa (2010). Via Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, OIT-Brasil – Fluxo dos trabalhadores escravizados de 2008.

A região norte apresenta o maior número de resgatados. Estas pessoas, são em maioria pretos e pardos, oriundos das regiões mais pobres do Nordeste, o que não significa que ainda não exista a incidência de trabalho forçado indígena. Infelizmente, além de liderar em número de conflitos por terras, o Pará ainda lidera como foco de incidência de trabalho escravo no Brasil, como bem demonstra a o mapa 4, elaborado pelo escritório da OIT no Brasil.

Pesquisa realizada entre 2006 e 2007 constatou que no Pará estavam 40,5% do total de resgatados, praticamente o dobro do segundo colocado, Mato Grosso (21,5%). A mesorregião do sudeste paraense, as microrregiões de Paragominas (Abel Figueiredo e Ulianópolis), São Felix do Xingu, Parauapebas (Água Azul do Norte), também Toméaçu, Rio Maria e Marabá, constam entre as que tiveram trabalhadores resgatados e entrevistados pelo estudo da organização (OIT, 2011).

Mapa 5 – As rotas da escravidão no Brasil



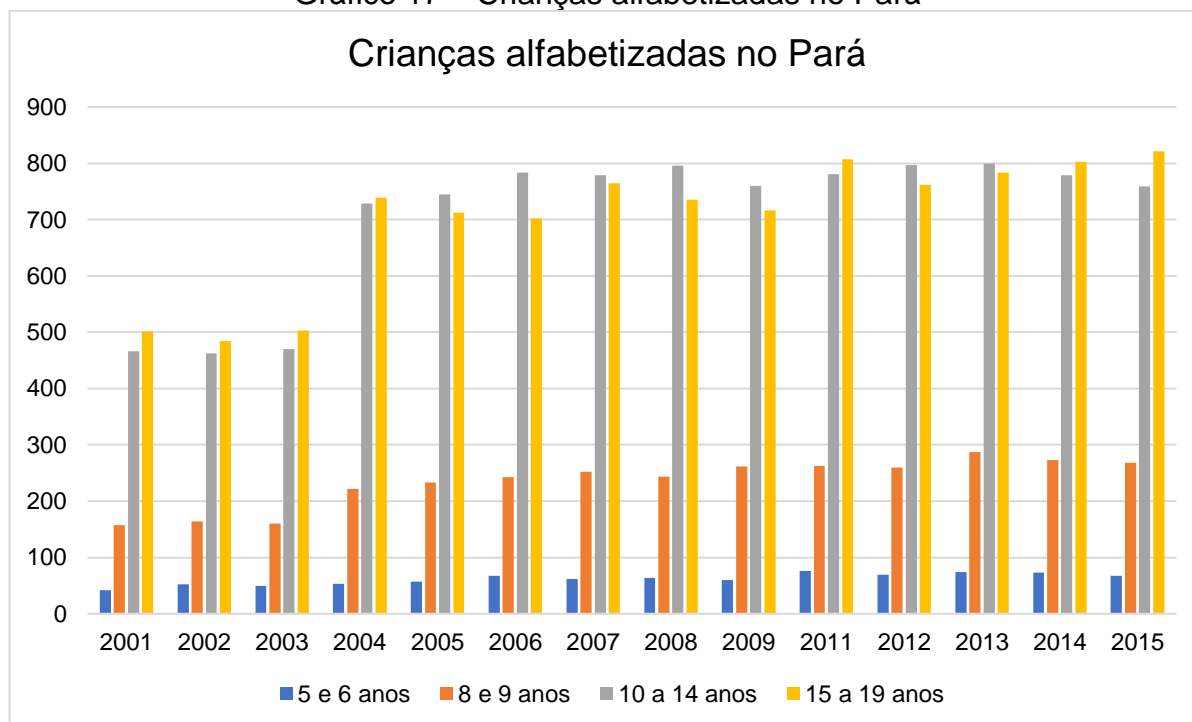
Fonte: Costa (2010). Via Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, OIT-Brasil – Fluxo dos trabalhadores escravizados de 2008.

Em face das punições que derivavam das medidas de contenção ao trabalho análogo a escravidão, a frente ruralista brasileira, que apoiou a derrubada de Dilma Rousseff, buscou, através do governo Temer, emitir portaria que dificultava o combate ao trabalho escravo e até relativizavam conceitos firmados na legislação desde 2003. OIT e o Ministério Público do Trabalho criticaram a medida, levando o presidente a recuar. Em 2019, o Governo Bolsonaro, através da Medida Provisória 870/19, extinguiu o Ministério do Trabalho, principal frente de combate ao trabalho escravo no Brasil.

A OIT e a CPT, no entanto, continuam atuando e reforçando a importância da educação, além da erradicação da pobreza e acesso a um mercado de trabalho digno, como medidas essenciais no combate ao trabalho escravo e aos casos de reincidência dos trabalhadores regatados. O crescente número de crianças, entre 5 e 19 anos, alfabetizadas no Pará, reitera, portanto, as medidas de combate adotadas nos últimos anos. Como mostra o gráfico 17, ainda existe um largo desafio no melhoramento dos índices de crianças de 5 e 6 anos, no entanto, a alfabetização entre

10 e 19 anos apresentaram melhoria significativa entre 2003 e 2015.

Gráfico 17 – Crianças alfabetizadas no Pará



Fonte: IBGE, ([21--?]).

Tão importante quanto a alfabetização, foram os avanços das políticas afirmativas, como as cotas, que ampliaram a entrada da população de baixa renda, mas também pretos e pardos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IEFS). Em 2014, na região norte, o número de pardos nas IFES era de 61%, contra 51,6% em 2003. 10% eram pretos não quilombolas e 0,8% quilombolas, contra 6,8% do total de pretos nas IFES em 2003. Os únicos que apresentaram redução foram os indígenas que em 2014 correspondiam a 1,84% - Indígenas Não Aldeados (0,81%) e Indígenas Aldeados (1,03%) – contra 3,3% em 2003 (ANDIFES; FONAPRACE, 2016). Os que se declaram brancos passaram de 33% em 2003 para 22% em 2014.

A despeito desses avanços, ainda se mantem desafios constatáveis. Souza (2014) revela que na primeira década do século XXI quando a desigualdade recuou para a menor taxa em três décadas e a extrema pobreza foi amplamente combatida, a desigualdade inter-regional - levando em consideração Norte/Nordeste confrontados por Sul/Sudeste/Centro-Oeste - manteve-se significativa, correspondendo a 8% da desigualdade total no Brasil. No entanto a característica da desigualdade brasileira

sofreu alteração em termos de tipologia. Conforme o autor:

A desigualdade brasileira é majoritariamente local: quase 80% é intramunicipal e não intermunicipal. Mesmo quando se desce para grupos tão pequenos e supostamente homogêneos quanto as áreas de ponderação, quase dois terços da desigualdade total permanecem não explicados. Trata-se de uma desigualdade entre vizinhos, vale dizer, entre indivíduos e famílias que moram em uma mesma área de ponderação e que muito provavelmente se esbarram em sua vida cotidiana. Isso não significa que as desigualdades regionais de primeira ordem devam ser ignoradas, mas aponta os limites de sua influência sobre a distribuição interpessoal de renda (SOUZA, 2014, p. 145).

O que antes eram problemas majoritariamente entre regiões, no Brasil, convertem-se em problemas intrarregionais, que além de derivar dos severos problemas do padrão de “desenvolvimento”, imputa à Amazônia uma integração a esse padrão nacional de desigualdade entre vizinhos. Mas, como ressalta o autor, a desigualdade inter-regional não deve ser ignorada.

Uma pesquisa efetuada pelo IMAZON em 2014 e 2018, em conjunto com a organização *Social Progress Index*, analisa dados, para além da disparidade de renda, entre os municípios da Amazônia e o restante do Brasil. O estudo analisa a capacidade de atendimento às necessidades humanas básicas, garantia de fundamentos para o bem-estar e oportunidades. EM 2014 o Brasil apresentou um índice de 67,73 e a Amazônia legal 57,31. Em 2018, o Brasil caiu para 67,18 e a Amazônia legal para 56,52. O Estado do Pará alcançou um índice médio de 55,4 em 2014 e 55,57 em 2018. Uma tendência contrária à nacional e Amazônica. No entanto, o atendimento às necessidades humanas básicas e a garantia de oportunidades, os únicos índices que se elevaram, ainda são os itens nos quais o estado recebe as menores notas na avaliação. Nelas, constam subitens como: saúde e bem-estar, água e saneamento, segurança pessoal, tolerância e inclusão, liberdade individual e de escolha etc. A qualidade do meio ambiente, mantém-se como um grande desafio do Estado (SANTOS, 2018b). O relatório de 2018 ainda destaca que:

Entre os 772 municípios amazônicos avaliados, a maioria (59%) teve redução no IPS 2018 comparado ao IPS 2014. Entre os municípios que sofreram redução do IPS, incluem-se Parintins (AM), Itaituba (PA), São Félix do Xingu (PA), Altamira (PA), Belém (PA), Manaus (AM), Canaã dos Carajás (PA), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Imperatriz (MA) (SANTOS, 2018b, p. 8).

Uma série de fatores podem ser apontados como determinantes para a redução

do nível de progresso social nestes municípios. No Pará, Itaituba vem sendo marcada pela expansão da monocultura da soja, Canaã dos Carajás é um polo mineral, São Feliz do Xingu voltado para agropecuária e desde 2014 a queda do preço internacional das commodities afetou muitas das empresas e empregos nesses municípios. O Município de Altamira, no entanto, vem sendo marcado diretamente pelas externalidades da obra que caracteriza a perpetuação dos megaprojetos na Amazônia: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

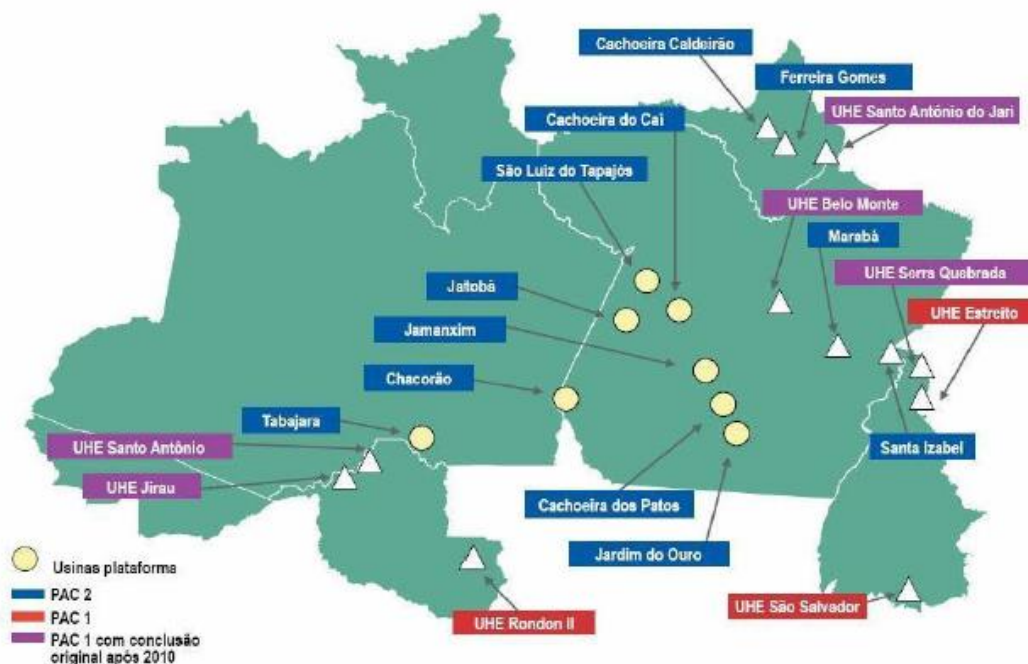
Desde setembro de 2001, sob o risco do apagão que o Brasil sofreu, a UH de Belo Monte, antiga Kararaô, foi resgatada como empreendimento estratégico para o país. “Se dependesse do governo federal, a usina teria começado em 2002 a ser construída” (PINTO, 2002, p. 30). Mas não o foi. E o destaque dessa obra no Plano de Aceleração do Crescimento, em 2007, precisa ser analisado a luz da condição estrutural da Amazônia e do Brasil, ou seja, da função de abastecer os mercados asiáticos, europeus e norte-americanos com recursos minerais. Para tanto, os investimentos em infraestrutura, pensados ainda nos anos 1990, deveriam garantir a superação dos gargalos para a exportação a esses mercados.

Ainda em 1994, Eliezer Batista, ex-ministro de Minas e Energia do governo João Goulart, ex-secretário de assuntos estratégicos do presidente Fernando Collor e ex-presidente da Vale do Rio Doce, apresentou ao presidente eleito, FHC, um projeto de integração infraestrutural para a América do Sul (NUNES, 2011). Na I Cúpula Sul-Americana, sediada em Brasília no ano de 2000, deu-se origem à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana-IIRSA. Com base na IIRSA, 524 projetos, agrupados em 47 grupos que demandavam um investimento de US\$ 96.119,2 milhões deveriam ser efetivados até junho de 2010. Dentre os maiores investidores, além dos Estados Unidos e Europa ocidental, já constavam empresas indianas e chinesas (FENZL; SILVA, 2012).

Mais tarde o PAC viria consolidar a estratégia brasileira de integração interna, para mais tarde consolidar a integração regional via IIRSA. Assim, “o PAC e o IIRSA foram montados com a mesma orientação, de integração competitiva a partir de um modelo de modernização conservadora, com base em grandes investimentos de infraestrutura” (CASTRO, [21--], p. 21). Parte do 1º PAC, 2007-2010, Belo Monte converteu-se na terceira maior hidroelétrica do Mundo. Mas não foi ao longo dos Planos, a única hidroelétrica projetada para a Amazônia, como mostra mapa 5, de

divulgação do PAC II (2011-2014).

Mapa 6 – Fonte Hídrica – Geração de Energia, Região Norte



Fonte: Brasil (2011). Plano de Aceleração do Crescimento 2 2011-2014, 2011.

A imagem demonstra que se planeja desde então uma hidroestratégia de apropriação dos territórios amazônicos (LIMA; SILVA, 2018). E essa apropriação, ainda com Belo Monte segue cheia de controvérsias. Ainda em 2009 o IBAMA emitiu o Parecer 14/2009, confirmando “falta de informações sobre os impactos da vazão reduzida nas espécies de peixes, incertezas relacionadas à qualidade da água dos reservatórios da calha do rio e dos canais de derivação e adução (FENZL; SILVA, 2012, p.119).

No curso das obras, as três maiores empreiteiras do país – Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa – foram terceirizadas, sem licitação, pela Norte Energia (SANTANA, BRZEZINSKI, 2018). E a obra orçada inicialmente em pouco mais de 19 bilhões de reais, manteve em aberto uma possibilidade de reajuste nos custos de até 100%. Alguns analistas falam hoje em custo de aproximadamente 44 bilhões de reais (HURWITZ et al., 2011).

Além dos riscos ambientais e financeiros, mais de 11 municípios foram afetados, quase 20 mil pessoas deslocadas e as alterações no ecossistema afetaram tanto trabalhadores rurais, comunidades locais quanto indígenas, principalmente em

suas bases socioculturais (SILVA, 2012). Herrera e Moreira (2013) descreveram como a diáspora de imigrantes para os municípios próximos do grande projeto, principalmente Altamira, afetaram os sistemas de saúde, moradia e a segurança local. Entre as crianças, elevou-se consideravelmente o número daquelas que estavam fora da escola, em conflito com a lei e em situação de dependência química além dos casos de prostituição, abuso sexual e estupros contra crianças e adolescentes.

Em contrapartida, desde 2008, consolidou-se na região o Movimento Xingu Vivo para Sempre, que junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens, iniciado ainda em 1970, lograram fazer frente às imposições governamentais (HERRERA, MOREIRA, 2013). Essa imposição de projetos, no quadro da guinada à esquerda na América Latina, conforma o que Ravena (2012) denominou e esquizofrenia governamental. De um lado, o partido dos trabalhadores, base dos movimentos sociais na região Amazônica, que consolidando-se como governo, acabou por gerar uma cisão nos movimentos de base, face a essa concessão aos grandes capitalistas que lucravam com a devastação na Amazônia, de modo que, enfim, a obra logrou ser inaugurada em 2016.

Não restam dúvidas que, assim como o foi com a UH de Tucuruí, “a mineração posiciona-se como causa e efeito de Belo Monte” (FENZL; SILVA, 2012). A 10km da hidrelétrica, o governo do Estado do Pará concedeu em 2017, licença de instalação para a maior mineradora de ouro a céu aberto, a canadense Belo Sun, que ameaça mais uma vez a existência dos moradores da Volta Grande do Xingu, principalmente as 300 famílias de agricultores da vila da ressaca, a 13 km da jusante das barragens do Xingu (FONSÊCA, 2018).

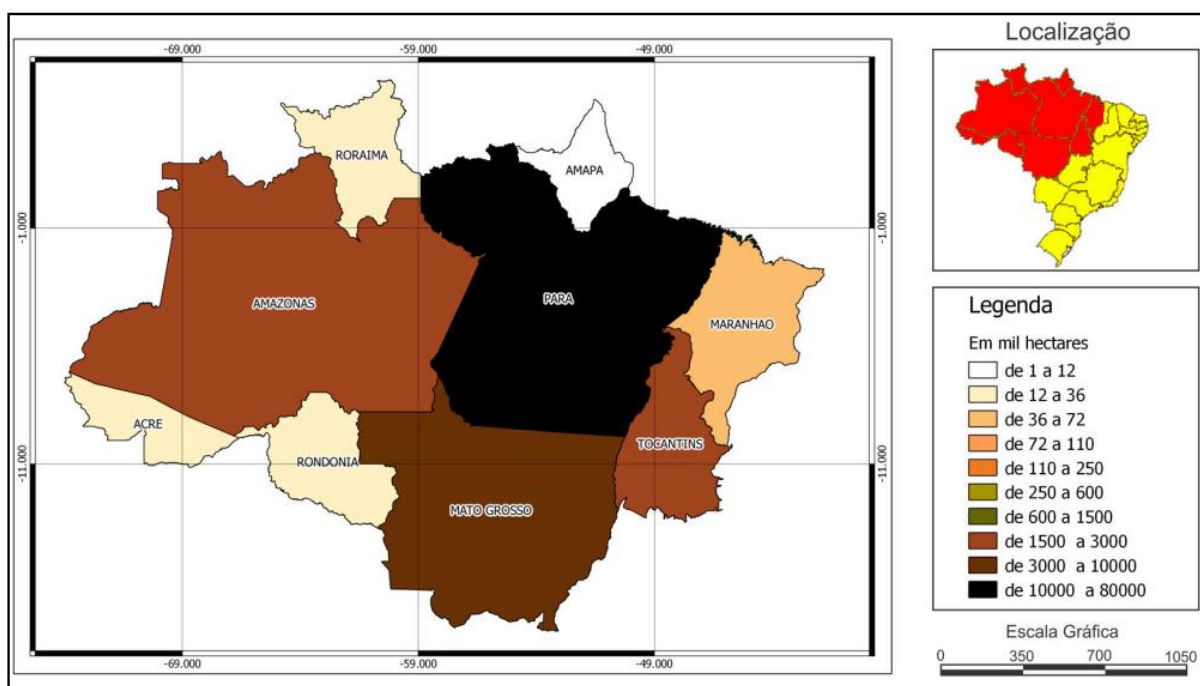
Ainda em 2010 os dados da Agência Nacional de Mineração relatam que 86,87% do mercado mineral do estado do Pará era de domínio da empresa Multinacional Vale, que após o programa de privatizações passou a ter 52,3% das suas ações controladas por investidores estrangeiros, em especial, japoneses. Em segundo lugar, com 3,98% do mercado, estava a norueguesa Hydro, que atualmente controla a Mineração Rio Norte S.A e a Mineração Paragominas S.A. Em terceiro lugar estava a subsidiária da Vale, Eletro siderúrgica brasileira S/A. (SIBRA), com 2,34%, seguida pela norte-americana Alcoa, com 2,01% e a francesa Imerys Rio Capim Caulim S/A, com 1,60%. Em 2016 Vale, Hydro, Alcoa e Imerys controlavam respectivamente 82,45%, 9,7%, 2,07% e 1,60% do mercado. Ou seja, além dos

incentivos fiscais, ameaças locais e extração de um recurso não renovável, mais de 95% do setor mineral no Pará existe para garantia de lucros internacionais (DNPM; SUPERINTENDÊNCIA DO PARÁ, 2016; DNPM; SUPERINTENDÊNCIA DO PARÁ, 2017).

Outra imagem da colonialidade que se perpetua na Amazônia é a estrangeirização de terras na região. Entre 2007 e 2014 o número de terras em posse de estrangeiros no Pará cresceu em 3000%, no Mato Grosso esse crescimento foi de 1276%, com significativos aumentos também no Amazonas e Tocantins (HERRERA, 2016).

Em 2010, “a AGU publicou o parecer n. LA-01, de 19 de agosto de 2010, que restabeleceu possibilidades para limitar, ou melhor, para regulamentar os processos de estrangeirização das terras no Brasil” (SAUER; LEITE, 2012, p. 521). Mas os dados recentes apontam a distância entre a lei e sua devida efetividade. O mapa 7 aponta essa intensificação e a distribuição de hectares em posse de estrangeiros em 2014, nos estados da Amazônia Legal.

Mapa 7 – Mapa de terras em posse de estrangeiros na Amazônia Legal, 2014



Fonte: Herrera (2016).

Em 2014, o Pará concentrava sozinho, 88% “do volume total de terras em posse de estrangeiros na Amazônia Legal” (HERRERA, 2016, p. 161). Por tipologia, 906

desses imóveis estavam cadastros por pessoa física, totalizando 347.027 km² e 1057 por pessoas jurídicas, totalizando 76.282.453 km². Ou seja, 99,55% do total de terras do estado em mão estrangeiras pertence a pessoas jurídicas, demonstrando uma conexão entre tais áreas e os investimentos produtivos para agricultura de exportação (HERRERA, 2016).

A apropriação estrangeira, o *lobby* para implementação de grandes projetos, o uso da mão-de-obra em condições análogas à escravidão, a monocultura – e junto com ela a série de agrotóxicos que inviabilizam a agricultura familiar–, além de temas essenciais como a biopirataria, tráfico humano e tantos outros que me limitei em abordar, são expressões da colonialidade interna que perpetua-se na Amazônia paraense e logra manter essa região incapacitada de consolidar lideranças políticas que, de fato, defendam os interesses locais.

Demorei para compreender o significado de todos esses processos juntos, até porque vindo de uma família de madeireiros, não conseguia imaginar que seria intencional causar danos à outras pessoas. Muitos deles estão diariamente lutando por sobrevivência e fazem aquilo que a pouca educação e o mercado lhes possibilitavam fazer. No entanto, no Pará, esse sistema de apropriação privada nacional e internacional, não apenas elimina ou explora aqueles contrários ao regime de propriedade, como também captura o cidadão de classe média, migrantes, cidadãos que diariamente autorregulam-se para tornarem-se competitivos em um sistema injusto.

Quando no final de 2007 a operação Arco de fogo, que visava coibir o desmatamento ilegal na Amazônia atuando pela via da segurança pública, articulando as três instâncias governamentais mais Polícias Federal, Civil, Militar e a Força Nacional, acabou prendendo 33 pessoas envolvidas no comércio ilegal de madeira, percebi que o problema não tratava-se das intenções. Um familiar foi preso, e junto com ele, um ex-secretário de Estado de Meio Ambiente (SEMA), foi denunciado.

A minha família, em grande medida, mudou de profissão quando grande parte das serrarias foram fechadas em Tailândia, àquela altura um polo de comercialização de madeira ilegal. Eles continuam lutando por sobrevivência. O ex-secretário, em 2017, ainda aparecia na mídia, agora como gerente executivo do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Em meio a eles, lembro-me do meu pai, na direção do sindicato local, questionando como ficariam as mais de 9 mil pessoas diretamente

empregadas pelas madeireiras fechadas em Tailândia e quais seriam as vias alternativas fornecidas pelo Estado para sobrevivência dessas famílias. Nenhuma alternativa foi dada.

No quadro da pós-democracia, menos alternativas existirão. Sob as restrições do modelo neoliberal, em um governo que propaga violência e discriminação, o Estado, que deveria agir como mediador dessa relação entre sociedade e mercados, entre externo e interno, não é mais cerceado de forma dissimulada pela elite orgânica transnacional e associada, atuante nas alterações do regime político, é ele mesmo convertido em *governo de indivíduos*, quem legitima agendas privadas como públicas, com a conivência e aceitação de grande parte da população.

A operação Arco de Fogo foi uma ação importante da gestão Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente. As serrarias e carvoarias ilegais que logrou combater eram e são focos de resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão. Mas ainda é difícil convencer minha família disso. Ainda mais começando a frase por: no quadro da colonialidade interna que logra vincular a Amazônia à colonialidade neoliberal transnacional... talvez seja mais simples explicar tudo isso afirmando que: é difícil sobreviver no Pará, mas se resistirmos, valerá a pena!

5.3 (RE)Existir na Amazônia paraense: reflexões e debates

A integração da Amazônia ao fluxo de capitais internacionais é confrontada pela resistência que vem sendo gestada localmente de forma mais sistemática desde, aproximadamente, os anos 1980. Fruto de uma complexa luta por direitos, nessa luta articulam-se atores locais como o Movimento Xingu Vivo para Sempre, o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPSTA) e Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e tantos outros. Esses atores, no entanto, não lutam sozinhos. Em contexto de transnacionalização do capital, a luta também há de ser transnacionalizada sem que se perca o protagonismo local (FONSÊCA, 2018).

Atuando diretamente nesse apoio é possível destacar atores institucionais como o Instituto Socioambiental (ISA), a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), Ministério Público Federal (MPF), apoios governamentais, principalmente de parlamentares em esferas municipais, estaduais e federal, assim

como agentes vinculados a Organização das Nações Unidas (ONU) ou mesmo Organizações Não Governamentais (ONGs) que veem se destacando desde a luta contra Belo Monte, como a Amazon Watch, International Rivers, Rainforest Action Network (FONSÊCA, 2018).

No mais, a importância de criação destas redes também implica em demonstrar que a resistência não se confunde com postura passiva, assume vínculo direto com a construção de uma outra existência, de uma sociedade mais justa, plural, igualitária e equitativa. Para tanto, (re)existência opõe-se diretamente a agressão, a violência e a falta de compromisso com a verdade ou qualquer dos revisionismos históricos que tentam deslegitimar a possibilidade de uma convivência da humanidade.

Resistir é manter-se existindo, ocupando espaços, entendendo e reagindo à razão moderna-ocidental colonial e neoliberal. É compreender que a Amazônia não é atrasada ou anti-moderna, menos ainda anti-científica. A Amazônia é parte constitutiva da modernidade, possui uma multiplicidade de racionalidades e modos de vida, fundamentais para as populações locais, para biodiversidade regional, bem como para a construção e refundação decolonial da modernidade.

É imperativo defender que a floresta não tem que ser mantida em pé, isolada, como reserva da biotecnologia, nem o conhecimento dos povos da tradição deve ser transmitido às patentes que beneficiam grandes conglomerados econômicos. Essas afirmações, não são mais que o mesmo controle epistemológico, ontológico e social, que partindo do colonialismo, é propagado pelo capitalismo como estratégia de subalternização. Decolonizar o conhecimento, a sociedade e a natureza é também decolonizar a ciência, tornando-a capaz de integrar o conhecer e o viver, que vai muito além da racionalidade instrumental, utilitarista e individual. Para tanto, a interculturalidade não se reduz a um movimento funcional ao sistema de mercado. Útil para dirimir conflitos e vender produtos “verdes”. A interculturalidade é um projeto, um processo a se construir, que precisa envolver a guinada econômica, social e epistêmica dos povos (WALSH, 2012).

Construir é resistir e no centro da identificação das dinâmicas da colonialidade interna entre regiões de um mesmo país está a importância da articulação cooperativa entre os diferentes grupos subalternizados, demonstrando que o colonialismo interno não se trata de um problema de comunidades tradicionais, que precisariam apenas ser modernizadas, mas sim que trata-se de um problema em muitas vertentes, que

agrupa mulheres, negros, comunidades tradicionais, quilombolas, cidadãos em uma luta que não tem prioridade sozinha, mas fazem, todas, parte de um mesmo movimento de socialização do poder.

Resistir é entender que a sociedade moderna ocidental, que se toma como universal, também “não se concebe sem uma sub-humanidade moderna, desconsiderada como candidata a inclusão social” (SANTOS, 2009, p. 30). O outro lado da linha abissal, que permanece invisível, deslegitimado em função de um conhecimento pejorativamente chamado de popular, leigo, indígena, tomado como magia, opinião, idolatria, intuição, permanece sujeito a todo tipo de apropriação, incorporação, assimilação, assim como da violência da destruição física, mental, cultural e humana. O pensamento abissal é tão verdadeiro hoje quanto o foi no período colonial.

Portanto, quando ouvimos falar em crise ambiental, é importante ter em mente que ela é fruto da incapacidade da modernidade/colonialidade de criar mundos sustentáveis. Fruto de uma separação dicotômica entre homem/natureza, civilização/outros. É a própria expressão da contradição do capital. O pensamento ecológico e transmoderno implica, portanto, em crítica à falácia desenvolvimentista, em luta em prol das multiplicidades culturais, econômicas e ecológicas, vincula-se à preocupação epistemológica que busca o respeito ao modo de pensar e as especificidades de povos baseados no lugar (ESCOBAR, 2010). Partindo desses pressupostos, qualquer que seja a teoria do desenvolvimento socioespacial, ela não pode furtar-se de ser uma teoria aberta (SOUZA, 1997). E neste sentido, a razão neoliberal é fundamentalmente oposta a cada um destes imperativos.

A partir dos anos 1970, o movimento do cosmopolitismo subalterno, como nomeia Santos (2009), parte da prerrogativa de que “não existe justiça social global sem justiça cognitiva global” (SANTOS, 2009, p.41), e portanto assenta-se na ideia de que a superação das injustiças sociais não limita-se a redistribuição de recursos materiais, mais também “sociais, políticos, culturais e simbólicos e, como tal, se baseia, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença” (SANTOS, 2009, p.42). Ou seja, igualdade e liberdade são mutuamente condicionantes e condicionadas uma a outra. Para que estes objetivos sejam alcançados Santos (2009) propõe a construção de um pensamento pós-abissal, pretendente à emancipação de todas as populações, inclusive as não diretamente

exploradas pelo capitalismo, mas também oprimidas do sul global:

O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2009, p. 44-45).

Uma condição central do pensamento pós-abissal deriva da *ecologia de saberes*, entendida como a co-presença de práticas e agentes de ambos os lados da linha em termos igualitários e contemporâneos. Para isso, é necessário o abandono da concepção linear de tempo que sustenta tanto a falácia da linearidade eurocêntrica, quanto a ideia de “atraso” dos povos tradicionais.

É necessário estar ciente que em uma ecologia de saberes pluralista, cruzam-se conhecimentos, mas também ignorância, entendida por Santos como “a aprendizagem de certos conhecimentos, [que] pode envolver o esquecimento de outros e, em última instância, a ignorância destes” (SANTOS, 2009, p. 47). Ignorância, portanto, não necessariamente é um ponto original, visto que pode ser também um ponto de chegada. “A utopia do interconhecimento é aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios. É esta tecnologia de prudência que subjaz a ecologia de saberes” (SANTOS, 2009, p.47).

A ecologia de saberes também deve estar vinculada à ideia pragmática de conhecimento como intervenção em relações concretas na sociedade. Do valor relativo de intervenções alternativas emerge uma hierarquia das formas de conhecimento. Para tanto, a seleção da forma de intervenção mais adequada em dada realidade deve obedecer ao princípio de precaução, o que corresponde a dar preferência, mas não unanimidade, “às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção” (SANTOS, 2009, p. 51).

Posto que todas as formas de intervenção, científicas ou não científicas, são incompletas, ou seja de alcance limitado, e que todo conhecimento é testemunhal – o que remete criticamente a total separação sujeito/objeto – somente quando o policiamento do controle das fronteiras do saber, que vigiam em prol de uma hierarquia centrada na ciência, forem diluídas, poderá ser alcançada a inter-subjetividade como

interconhecimento, ou seja atribuição de credibilidade ao conhecimento não científico, sem que isso leve ao descrédito da ciência. A superação das linhas abissais não pode se efetuar em ações que sustentem que a justiça cognitiva se alcança apenas com a distribuição igualitária do conhecimento científico. Isso não é o bastante. é preciso frear o epistemicídio das diversas formas de conhecer que derivam do outro lado da linha abissal (SANTOS, 2009).

Para lograr-se a justiça cognitiva, Santos sugere um modo de ação que denomina de ação-com-clinâmen. É uma proposta de oposição ao conformismo frente a hegemonia posta do conhecimento ocidental, também uma ação contrária as rupturas dramáticas que acontecem na ação revolucionária. Parte da ideia de que posto o que há, os desvios paulatinamente podem gerar efeitos cumulativos. “O clinâmen não recusa o passado, pelo contrário, assume-o e redime-o pela forma como dele se desvia” (SANTOS, 2009, p.55), possibilitando a ruptura com o destino ditado pela colonialidade.

Ecologia de saberes, clinâmen, superação do evolucionismo eurocentrado, são táticas, sugestões que devem nos guiar a estratégia de emancipação. E para Santos (2004) a emancipação social não deve ser um termo descartado por ser moderno e ocidental, a emancipação é antes uma exigência ética e política mais premente que nunca. Todavia, há que se reconhecer que enquanto as propostas liberais posicionam a emancipação social como um projeto capitalista e as correntes marxistas posicionam em um mundo pós-capitalista, as demandas de certos grupos são deixadas na sala de espera. É preciso reinventar a emancipação social, sem o recurso de uma teoria geral da emancipação social, posto que nenhuma luta e nenhum agente possui a receita geral da emancipação, o que constitui uma novidade ao mundo ocidental. O que se propõe é um trabalho de *tradução dos diferentes projetos de tradução*, para que a diferença se torne inteligível, sem absorção ou subordinação ente eles.

Outro desafio que se impõe a emancipação social é saber em que medida a cultura e a filosofia ocidental é indispensável. Em caso de indispensabilidade, em que medida são inadequadas à filosofia política e cultura não-ocidental? Em que medida democracia, justiça social, a distinção entre o público e o privado, o Estado, a cidadania, o secularismo não são hoje patrimônio político e cultural mundial? Estes mesmos conceitos usados para destruir culturas, também foram usados para resistir

ao colonialismo e outras práticas de opressão (SANTOS, 2004). É necessário trabalhar a ideia de indispensabilidade, dando o mesmo peso as inadequações que permitam denunciar a incompletude das diversas formas de conhecer, permitindo assim a co-presença.

A emancipação social, mais corretamente expressas nas emancipações, não podem se reduzir também ao relativismo cultural e epistemológico. Assim como se recusam princípios absolutos, como progresso e desenvolvimento, em nome dos quais se executou uma série de violências e atrocidades, o relativismo enquanto ausência de critérios de hierarquias de conhecimento deve ser evitado, posto que pode inviabilizar uma postura pragmática em prol da emancipação e transformação social. Se tudo é posto como conhecimento igualmente válido, pode também ser igualmente inválido (SANTOS, 2004). O cosmopolitismo subalterno deve, portanto, partir de um diálogo que vem de baixo. Das realidades de cada luta social.

Ciente de que o historicismo “torna impossível pensar que os países menos desenvolvidos sejam mais desenvolvidos que os desenvolvidos em algumas características específicas” (SANTOS, 2004, p. 39) questiona-se: é possível pensar a emancipação social fora de conceitos como progresso, desenvolvimento e modernização? O autor parte da percepção de que, assim como o que existe são emancipações, deve-se atentar para uma fuga do historicismo *monolinar* em prol de novas estratégias de desenvolvimento e progresso, que ressignificados a partir de dada conjuntura social, tenham como meta o social.

Frente a todas essas contribuições analíticas, a construção de uma nova condição social nos imputa ainda hercúleos desafios, dentre eles, há o que nos impele a questionar: como deslocar a concepção de autonomia de uma noção ensimesmada? Como escapar de uma tecnologia de poder mais interessada em capturar práticas para renovação do capitalismo, que mais serve para eliminar quem se opõe ao regime da propriedade e do Estado?

A ecologia é um tema com significativa aderência e consenso social, mas a crescente aderência à condição de “preocupação com as questões ambientais” não foi suficiente para recrudescer os embates travados e as necessidades do ativismo planetário. A propósito, as metamorfoses técnico-mercadológicas e de governo sinalizam exatamente o contrário. Geram a crescente necessidade das manifestações de resistência frente a uma sociedade do controle que transita da biopolítica – controle

da população – para a ecopolítica, o que se figura como o governo da vida no planeta (AUGUSTO, 2011).

Por fim, a compreensão da lógica de exploração da colonialidade como parte do movimento decolonial em marcha, expressa quão substancial é o desafio imposto pelo colonialismo e pela colonialidade estrutural cristalizados pelo modelo capitalista e eurocêntrico ao qual fazemos parte. Os esforços necessários mesmo aqui, nesta fase inicial, são imensuráveis. Porém, torna-se visível que as propostas do grupo modernidade/colonialidade inserem-se praticamente em um construir coletivo a partir do Sul. E neste Sul está o Brasil, a Amazônia e o Pará, e nesses espaços, ribeirinhos, quilombolas, comunidades indígenas, seringueiros, posseiros trabalhadores rurais, mas também madeireiros, grileiros, fazendeiros, trabalhadores urbanos, acadêmicos, lideranças políticas, trabalhadores urbanos, etc., todos parte de uma totalidade histórica que precisa ser desvelada e decolonizada. Foi a este propósito que se dedicou este estudo.

6 CONCLUSÕES

A história social não se modifica em saltos nem se perpetua de forma homogênea. Ao partir dessa premissa, entendo que a investigação sobre a colonialidade na Amazônia paraense nos remonta às instituições fundamentais do colonialismo, como forma de compreender por meio da literatura do grupo modernidade/colonialidade os eixos centrais de exploração da América Latina e as formas que estes eixos se articulam e perpetuam-se na Amazônia.

Outro importante fundamento é que a América Latina é parte constitutiva do sistema-mundo capitalista moderno e por isso não há que se falar em modernidade sem colonialismo e colonialidade, posto que, o contato com a América inaugurou a articulação dos eixos centrais de dominação dessa modernidade em formação.

No sistema de exploração colonial, a dominação de territórios, a exploração de recursos e a hierarquização social derivou da inferiorização, desumanização e subalternização, sustentada pela ideia de raça, a primeira classificação social global da história, articulada a outros dois eixos centrais: o trabalho e o gênero. A articulação entre estes elementos de classificação possuía como propósito central a manutenção do controle da autoridade, da economia, da natureza, da sexualidade, do conhecimento e da subjetividade.

No Brasil independente, após mais de três séculos de exploração colonial, a escravidão, - a mais longeva instituição colonial -, pôde conviver, por quase um século, com o modo de produção do mundo industrial. O Estado moderno brasileiro, perpetuava uma sociedade colonial. E assim o fazia porque a quebra do pacto colonial, que restringia os acessos aos mercados latino-americanos, era mais importante para a potência emergente, Grã-Bretanha, e para os liberais/oligarcas nacionais, que necessariamente a expansão de direitos civis e políticos.

Essa nova fase que o Brasil, mas também a Amazônia brasileira passou a integrar, convencionou-se chamar de colonialidade, justamente por sintetizar que o fim do colonialismo formal não representou ruptura com as instâncias de poder do colonialismo. Assim como a posição do Brasil e da Amazônia nas relações de poder, ao longo das transformações do capitalismo histórico, não se alterou significativamente desde então, com ambas as regiões inseridas no sistema-mundo de modo a complementar ou melhor, garantir, a acumulação dos mercados centrais.

Essa função de abastecer as economias centrais com recursos estratégicos reproduziu-se ao longo do liberalismo conservador do século XIX, do consenso keynesiano do início do século XX e reiterou-se com a ascensão do capitalismo neoliberal no final do século XX e início do século XXI. Neste percurso, o Brasil foi capaz de alcançar significativos avanços enquanto sociedade, mas passou por longos períodos de autoritarismo que marcaram sua história e sua relação com a Amazônia.

Do império escravagista, à república oligárquica, a herança autoritária reproduziu-se ainda no início do século XX. A revolução de 1930 encampou no poder o mais perpétuo presidente do Brasil, que após um governo provisório, depois constitucional, instaurou uma ditadura em 1937, somando 15 anos ininterruptos no poder (1930-1945). O mesmo ditador retornou ao cargo de presidente democraticamente eleito em 1951.

Vargas foi uma importante figura política e histórica. Principalmente em função do Estado Novo, compreendido como a primeira fase de nacionalização formal da economia brasileira. Nele moldou-se as bases de um bloco burguês legitimado pela noção de ordem e progresso dos militares. Essa burguesia aliada a oligarquia rural, ou seja, a elite em consolidação, foi vital para a integração dinâmica do Brasil ao capitalismo, assim como foi essencial para forjar a ideia de uma democracia racial, que em prática não passou de uma colcha de retalhos, assimilacionismo cultural que negava a participação política aos negros e índios. Serviu para dirimir conflitos, homogeneizar o ideal de povo e incentivar o nacionalismo e a modernização-conservadora do país.

O que não mudou com Vargas foi a padrão histórico de relação do Brasil com a Amazônia. Esta região manteve-se distante do centro econômico e político do país, vinculada desde a independência até 1960 apenas por vias fluviais e marítimas, conformando com o Brasil uma relação de colonialismo interno, mas um colonialismo de exploração, com esporádicas investidas nacionais sobre o território, sempre condicionadas às demandas dos mercados dos países centrais do capitalismo.

Essa separação do país foi, em muitos aspectos, benéfica para a região. Após séculos de escravidão negra e indígena, os povos locais, caboclos ribeirinhos, quilombolas e comunidades indígenas lograram reproduzir e conservar suas racionalidades, modos de vida e uma socrionatureza integral. Por vezes, essa estrutura local foi deturpada por investidas de exploração do látex, cacau, algodão e outros

recursos, o que em grande medida, serviu mais para prática do sistema de escravidão por dívidas, que marcou a relação de aviação e para ganhos econômicos que beneficiavam essencialmente a elite política e econômica local, mas principalmente o sistema de exportações.

No entanto, o regionalismo elitista local queixava-se do “abandono” da região e da condição de colônia de exploração, reivindicavam uma modernização, nos moldes da racionalidade eurocêntrica, como forma de suplantar o excesso de biodiversidade que os rodeava. Até que, em 1946 iniciam-se os planejamentos federais para Amazônia, mediante a SPVEA. Sem muito sucesso. As mudanças mais significativas iniciaram-se com Juscelino Kubistchek, que além de abrir a rodovia Belém-Brasília, estrada que passou a vincular a “colônia à metrópole”, também implementou uma série de políticas “modernizantes” que mudaram o quadro de influência do mercado sobre o Estado brasileiro.

Em contexto de tensões internacionais derivadas da disputa política e ideológica entre Estado Unidos e União Soviética, as medidas de JK iniciaram processo crescente de desnacionalização da economia nacional e de criação de verdadeiros anéis burocráticos em torno do Estado. Grupos e técnico-empresários multinacionais passaram a influenciar as políticas nacionais e a consolidar a articulação de uma elite orgânica com os associados locais.

Essa elite orgânica possuía e possui um propósito: a acumulação de capital, critério basilar do capitalismo e o projeto de poder estadunidense e de seus aliados ocidentais. Esse projeto contava com uma ampla rede estratégica, tática e doutrinária. Nesta pesquisa foi possível resgatar as descrições dos vínculos entre o *Concil on Foreing Relations* (CFR), o *Committee on Economic Development* (CED), a Comissão Trilateral e mais tarde o *Business Roudtable*. Estes Think Thanks foram essenciais para gerir o processo de disputa hegemônica no mundo bipolar em prol do ocidente, sempre em parceria com grandes investidores e conglomerados econômicos, visando também garantir os limites do consenso keynesiano, que funcionava como uma forma de eliminar as visões contestatória da democracia capitalista ocidental.

A nível regional, o controle da América Latina era executado por instituições como o *Business Group for Latin American*, o *Council for Latin America*, *Adela Investment*, a Sociedade de Estudos Interamericanos e a Fundação Aliança para o Progresso. A nível nacional, atuavam mais diretamente em defesa do bloco ocidental

e da racionalidade eurocêntrica, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES ou Ipês), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Escola Superior de Guerra.

Não tardou para que os anos 1950/60 e 70, na América Latina, fossem marcados pela ascensão de regimes ditatoriais militares. Uma patente expressão da securitização do discurso anticomunista, que em prática consolidou o que advertimos ter sido uma ampla articulação de regimes empresariais-militares. No Brasil, país continental de recursos estratégicos e com uma sociedade colonial, não foi diferente. Esse regime dominou o Brasil de 1964 a 1985 e foi sucedido por uma transição lenta, gradual e conciliatória à uma nova república democrática em 1989.

O regime ditatorial sim, logrou consolidar uma efetiva relação de colonialismo interno de ocupação e exploração da Amazônia, usando o Estado do Pará como porta de entrada. A tratativa com a região incluía a inferiorização, desumanização e subalternização dos povos locais, com prática de aculturação para indígenas e escravidão corrente da população camponesa, ambos desterritorializados e proletarizados à serviço dos grandes projetos e grandes empresas que migraram para e região. Essa fase da relação com a Amazônia permite-nos compreender que quem conquistou foi o Estado, mas a serviço do mercado capitalista ocidental.

O ideal de modernização do regime autoritário, fiel a lógica de planejamento e eficiência da racionalidade eurocêntrica, pautou-se em uma colonização dirigida da Amazônia, que incorreu em sucessivas falhas, desvios e dispêndio de dinheiro público. Expandiu a pecuária, a monocultura agrícola, outorgou amplas áreas para exploração mineral e o fornecimento de energia para tais projetos faraônicos. No Pará, o Projeto Grande Carajás, que trouxe consigo a UH de Tucuruí, materializaram a lógica dos grandes projetos, a fim de integrar a Amazônia a economia brasileira, mas ainda submetida à mesma diretriz: fornece recursos naturais estratégicos para os mercados centrais.

Em face do objetivo de avaliar e qualificar a relação do Estado Brasileiro com a Amazônia paraense, torna-se importante recordar aqui que, no âmbito da colonialidade que logra perpetuar-se como a outra face da modernidade, o Estado brasileiro consolidou com a Amazônia uma longa relação de colonialismo interno, que concretizou-se com o regime empresarial-militar, como um colonialismo interno de ocupação e exploração. E o que substancia esse padrão de relação, para além da exploração irracional de recursos e da violência estrutural é a completa desarmonia

do planejamento nacional, sob os parâmetros do capitalismo, com a convivência e o diálogo. O colonialismo interno efetivado pelo regime autoritário, foi uma verdadeira guerra assimétrica intercivilizacional, que em busca de alcançar um projeto ocidentalizante, foi incapaz de compreender outras formas de racionalidade, como as que possuíam muitos dos que viviam na Amazônia..

A violência, a degradação ambiental e a desigualdade socioeconômica conformam as heranças mais diretas desse padrão de relação do Estado com a região. Não apenas para a Amazônia, mas também para o Brasil e a América Latina. Os regimes ditatoriais foram verdadeiros projetos de instabilidades, que visaram articular os eixos de dominação do trabalho, da raça e do gênero a partir de um novo condicionamento dos países periféricos, qual seja, o sistema de endividamento. Essa subalternização pela dívida externa foi o passo essencial para a guinada neoliberal que balizou a globalização financeira e integrou leste e oeste, centros e periferias ao final do século XX. E é esta nova fase que podemos denominar colonialidade neoliberal transnacional.

Na colonialidade neoliberal transnacional, a elite orgânica e seus associados nacionais reproduzem a dinâmica de exploração da Amazônia através da perpetuação de uma elite duradoura local, que consolida o controle da autoridade, como descrito no caso da Amazônia paraense e cuja finalidade é o controle da economia através da sucessiva imposição de grandes projetos como a UH de Belo Monte e de um padrão de desenvolvimento econômico que exclui as comunidades locais e as subalterniza como forma de restrição e condicionamento. Assim logram assestar suas redes de controle sobre a natureza, os conhecimentos locais e encampar um sistema insustentável de desflorestamento e ampla degradação socionatural.

Essa perpetuação da exploração faz-se possível justamente porque dentro dos ditames neoliberais impôs-se um sistema de colonização por dívida ao Estado brasileiro, que através de políticas macroeconômicas restritivas atua no sentido de ampliar essa dinâmica de exploração. E é justamente essa relação de exploração que está na base da manutenção da hegemonia decadente da tríade ocidental, que compete com as potências emergentes do leste asiático.

Portanto, assim como o fim do colonialismo formal não significou o fim das relações de poder coloniais, que vinculam-se intrinsecamente à acumulação capitalista, o que permite à literatura afirmar que no pós-independência o Brasil inseriu-

se em uma dinâmica de colonialidade do poder, do saber e do ser. Da mesma forma, o fim do regime empresarial-militar brasileiro que concretizou a relação de colonialismo interno com a Amazônia paraense, não a tornou livre da exploração, em verdade integrou-a, ainda que de forma truncada, à economia nacional e ao capitalismo globalizado, rearticulou os eixos de exploração nos moldes de uma colonialidade interna que vincula-se diretamente a colonialidade/modernidade capitalista, que assumiu aos finais do século XX a alcunha de neoliberal, fomentada por agentes que articulam-se de forma transnacional.

Na base, o fator determinante desse processo segue sendo a lógica da racionalidade eurocêntrica e capitalista, que monolítica, captura ciência e modos de vida para uma finalidade utilitarista, individualista, de acumulação privativa do trabalho, da natureza e da própria vida. E para isso, dissemina a tese de povos atrasados, primitivos e desprovidos de racionalidades legítimas, violentando a todos que divergem desse padrão de apropriação do mundo. O desafio em decolonizar a Amazônia e as periferias que seguem nas amarras da colonialidade neoliberal está em justamente conceber que esse modelo é parte de um projeto de hegemonia, que articula empresas transnacionais e as grandes potências, sejam elas ocidentais ou não.

No curso dessa dinâmica, a crise que assombra a sociedade moderna contemporânea não é apenas econômica ou ambiental. Torna-se cada vez mais patente a relação crítica e insustentável do capitalismo neoliberal com as democracias ocidentais, posto que o capitalismo neoliberal não tem compromisso com a liberdade, com a inclusão e com o desenvolvimento. E a despeito da doutrinação que nos leva a pensar o mercado capitalista como uma relação atômica, ou mesmo natural entre vendedores e consumidores finais, sua tendência é a consolidação de desigualdade, monopólios das cadeias produtivas, determinação de preços, mas também de políticas, o que deturpa até mesmo os elementos procedimentais da democracia representativa liberal.

Essa crise democrática também faz parte da realidade brasileira. O Brasil foi capaz de implementar nos últimos anos (2003-2016), mesmo cerceado pelas amarras do consenso de Washington e de uma macroeconomia restrita, um importante sistema de inclusão social, que não foi capaz de reverter essa exploração estrutural, e por isso ainda carece de amplos esforços para consolidação da cidadanização intercultural

brasileira. No entanto, a história social não se modifica em saltos nem se perpetua de forma homogênea. As elites nacionais e locais, vinculadas aos interesses transnacionais, em um revanchismo torpe, ameaçam desmontar os significativos avanços através de uma guinada pós-democrática e em patente recusa a todo processo de igualdade que ameace seus privilégios,

Dentre os passos que já foram dados é essencial lutar pela consolidação dos espaços ocupados por Negros, indígenas, mulheres, e outras minorias, que vão desde a política, às universidades e às diversas áreas do mercado de trabalho. Redes cada vez mais complexas de cooperação e solidariedade são formas em prol da visibilidade e reconhecimento dos povos da tradição, dos sem-terra, dos subalternizados, estejam eles nos centros urbanos, ou na floresta Amazônica.

A academia também assume um papel crucial, principalmente em face do contexto sombrio da pós-verdade e de revisionismos que atacam os avanços nas pautas sociais, como a autonomia das mulheres, a legitimidade da conservação da biodiversidade e dos direitos adquiridos por comunidades quilombolas, indígenas, retireiros, ribeirinhos, ou mesmo direitos a aposentadoria, ao trabalho digno e o acesso a saúde e educação.

Também se demanda dos profissionais da academia que invistam na transversalidade e interdisciplinaridade, como forma de reforçar a noção de que a economia de mercado não se resume a lógica de apropriação e acumulação insustentável do capitalismo. Que a convivência da humanidade é possível se pautada no respeito a alteridade. Que a ciência não se confunde com verdade, é um viés de teste e método, uma via para alcance da verdade, que há de tornar-se cada vez mais completa na medida em que se desvincule dos serviços ao capital e amplie a capacidade de integralização de outros saberes e vivências contextualizadas.

Essas palavras finais são um convite a resistência. No entanto, considerando a dimensão longitudinal e espacial da amostra desta pesquisa, que limitou-se a resgatar o contexto colonial para melhor compreender as dinâmicas contemporâneas de exploração da Amazônia paraense, com ênfase no regime-empresarial militar e nos aspectos da economia política, existem certos cuidados quanto às generalizações dos resultados que apresento, principalmente em face da atual conjuntura política brasileira e dos impactos que ainda estão por vir, de grandes empreendimentos como o da UH de Belo Monte no Pará.

Por analisar essencialmente fatores associados com o controle da autoridade, da economia e da natureza, com alguns apontamentos de como esses processos levaram à uma apropriação do conhecimento, acredito que pontos relevantes da colonialidade, como o controle do gênero e da sexualidade e mesmo a violência epistêmica conformam parte das lacunas não contempladas por essa investigação. Reconheço a importância da investigação destes elementos não apenas em nome da honestidade do espírito científico, mas também porque proponho, desde a introdução deste trabalho, posicionar-me como mulher na Amazônia e cujas experiências compartilhadas descrevem patentes enfrentamentos com a violência epistêmica que se perpetua na vida cotidiana da região.

A violência epistêmica, ou mesmo o epistemicídio, ao qual refere-se Boaventura de Sousa Santos, logra despir comunidades inteiras de suas ancestralidades imputando-lhes verdades monolíticas como única via de sobrevivência. Logra também fazer com que pessoas, dos estratos sociais mais baixo reproduzam o discurso de autorregulação, meritocracia ou mesmo as fórmulas burguesas da “mão-invisível” como a maneira mais eficiente de relação social e de limitação à ação do Estado. Faz com que pessoas respaldem um *status quo* político e econômico que existe para a sua exploração e subalternização. A violência epistêmica possui efeitos trágicos e é imbuída de violências estruturais. Assume, portanto, a função de categoria explicativa importante da contemporaneidade e dos eventos que presenciamos na Amazônia e na sociedade brasileira, por isso, a resalto sua relevância para os estudos da história sociopolítica recente.

Esse foi um estudo da dinâmica de exploração. Um resgate histórico dessa lógica que se reproduz ao longo das transformações do capitalismo, na Amazônia paraense. Portanto, ao me dedicar a descrever a ação de atores políticos mais ou menos conhecidos, destacando a articulação entre sua importância histórica e a dinâmica de colonialidade, uma segunda, mas pertinente limitação, foi conseguir atravessar para o outro lado da linha abissal. O que em outras palavras, simboliza o esforço de aprofundar-me nas tantas outras epistemes e contribuir diretamente para esse movimento contra hegemônico e decolonial, mais especificamente dedicado a ampliação dos espaços para os conhecimentos subalternizados.

Mas o decolonial é uma práxis que envolve projeto e processo. E nesse processo acadêmico, é de monumental importância saber de onde parto, quais

dinâmicas de combate e o porquê dos locais onde não pretendo chegar. Como amazônida, colaborar de forma contextualizada com a compreensão da lógica de exploração, também há de ser o decolonial em marcha.

Destarte, com base nas observações relatadas nesse estudo, e após a revisão segmentada dos objetivos propostos, é essencial reforçar que a reprodução da exploração socionatural do estado do Pará, transpassou a etapa de colonialismo interno até conformar o que foi reiteradamente compreendido como uma dinâmica de colonialidade interna vinculada a colonialidade neoliberal transnacional.

Como elemento central dessa totalidade histórica-estrutural, o mercado capitalista representa fator determinante dessa dinâmica de exploração, que a despeito das mudanças conceituais, seja liberal, keynesiano ou neoliberal, logrou manter consigo múltiplas articulações dos eixos de exploração, o que explica sua capacidade de explorar e proletarizar sociedades, conjugando o modo de produção capitalista e modos complementares, como a escravidão e a servidão, que como demonstrado, perpetua-se na Amazônia paraense do século XXI.

O Estado brasileiro, ao longo desse processo, cerceado e ocupado por uma elite comprometida com o projeto hegemônico ocidental e a racionalidade eurocêntrica, atuou no sentido de ampliar essa dinâmica de exploração. Possibilitou o acesso a economia, aos recursos e à socionatureza amazônica. E por fim, as elites locais duradouras, coniventes com os interesses de acumulação e exploração das riquezas locais, conformaram outro reforço dessa dinâmica de exploração, consolidando, assim, o vínculo da colonialidade paraense à colonialidade neoliberal.

Os dados que fundamentam esses resultados, além de confirmar a hipótese inicialmente proposta e testada mediante respaldo da bibliografia investigada, representam também um panorama dos desafios da resistência e da importância da luta de decolonizar a Amazônia. E partindo deles, abrem-se outras janelas para estudos complementares em âmbito nacional, para que se entenda como estas elites locais articulam-se nos demais territórios amazônicos.

Assim como recomenda-se uma compreensão mais ampla da práxis decolonial dos demais territórios sul-americanos que compartilham o bioma tropical, as bases culturais autóctones, os povos da tradição e as lutas de existir em prol da construção de uma sociedade mais justa, equitativa e plural.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R. R. de. Escravidão, resistência e a formação de quilombos na Amazônia: Jacarequara em Pauta. *In: Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e debate nacional, 26., Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e debate nacional, 2013, Natal/RN. Anais [...].* Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364781780_ARQUIVO_ArtigoRozembergAlmeida.pdf. Acesso em: 20 jan. 2019.
- AMIN, S. Geopolítica del imperialismo contemporáneo. *In: CLACSO. Nueva hegemonía mundial: alternativas de cambio y movimientos sociales.* Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- ANDIFES; FONAPRACE. **IV pesquisa do perfil sócioeconômico e cultural dos estudantes de graduação:** das instituições federais de ensino superior brasileiras. Uberlândia: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, 2016.
- ARRIGHI, G. As três hegemonias do capitalismo histórico. *In: GILL, S. Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 227-274.
- ARRIGHI, G. GLOBALIZAÇÃO E MACROSSOCIOLOGIA HISTÓRICA. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, 2003. Dossiê Relações Internacionais.
- ARROYO, J. C.; OLIVEIRA, D. S. **Pará 2000-2014.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- ARRUDA, M. Quem se beneficiou do endividamento público durante a ditadura? **Medium**, 2016. Disponível em: <https://medium.com/@pacsinstituto/quem-se-beneficiou-do-endividamento-p%C3%BAblico-durante-a-ditadura-e3050a80c435>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- AUGUSTO, A. Municipalismo libertário, ecologia social e resistências. **Ecopolítica**, [s.l.], v. 2, p. 64-98, 2011. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/download/9076/6684. Acesso em: 11 jan. 2019.
- AURÉLIO, D. R. **Dossiê Getúlio Vargas.** São Paulo: Universo dos Livros, 2009.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [s.l.], n. 11, p. 89-117, 2013.
- BARBOSA, M. M. **Entre a filha enjeitada e o paraensismo: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense.** 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientação de Estefânia Canguçu Fraga.

BARBOSA, M. R. D. J. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei no 10.639/03. **Revista Eletrônica de Educação**, [s.l.], v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9076>. Acesso em: 11 jan. 2018.

BARROS, A. C.; VERÍSSIMO, A. **A expansão madeireira na Amazônia: Impactos e perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Pará**. Belém: Imazon, 2002.

BARROSO, D. S.; LAURINDO JUNIOR, L. C. A margem da segunda escravidão? Adinâmica da escravidão no vale Amazônico nos quadros da economia-mundo capitalista. **Revista Tempo**, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 567-588, Set./Dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042017000300568&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 maio 2018.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, [s.l.], n. 12, p. 135-159, 2001. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/178. Acesso em: 10 dez. 2018.

BELTRÃO, T. Reforma tornou ensino profissional obrigatório em 1971. **Senado Notícias**, 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/03/reforma-doensino-medio-fracassou-na-ditadura>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. **Conversas com economistas brasileiros**. 34. ed. São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 13^o. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

BORTONE, E. D. A. A tomada do estado pelo instituto de pesquisas e estudos sociais (IPES): o caso das empresas estatais federais do setor agrícola (1964-1967). *In*: Encontro de História da Anpuh-Rio, 17., 2016, Nova Iguaçu. **Anais [...]**, Nova Iguaçu, 2016.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, p. 10801.

BRASIL. Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 400 p. Disponível em: <https://bit.ly/32jLrg2>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Plano de Aceleração do Crescimento PAC 2: 2º Balanço. Brasília, junho – setembro de 2011. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2011.

BRASILIENSE, R. Dossiê Jader. **O liberal**, p. 13-24, 2011.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRITO, B. *et al.* Stimulus for land grabbing and deforestation in the Brazilian **Amazon Environmental Research Letters**, [s.l.], v. 14, n. 6, 2019. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/ab1e24>. Acesso em: 2 jul. 2019.

BUCLET, B. Entre tecnologia e escravidão: a aventura da Volkswagen na Amazônia. **Revista de pós-graduação em serviço social da PUC-RIO**, Rio de Janeiro, v. O social em questão, n. 13, 2005.

CAHEN, M. O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade: para uma aproximação "pós-colonial" da subalternidade. *In*: CAHEN, M.; BRAGA, R. **Para além do pós (-) colonial**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 31-75.

CANO, W. Amazônia: da crise à integração atípica e truncada. **América Latina en la historia económica**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 67-95, 2013. Disponível em: <http://alhe.mora.edu.mx/index.php/ALHE/article/view/539>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CANO, W.; SILVA, A. L. G. da. Política industrial do governo Lula. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 181, julho 2010. IE/UNICAMP. Disponível em: www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1811&tp=a. Acesso em: 12 fev. 2019.

CARDOSO, A. C. D.; NEGRÃO, M. R. G. Considerações sobre a pobreza no Brasil e suas manifestações nas cidades da Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, p. 95-118, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/59>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CARVALHO, J. M. D. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CASARA, R. R. R. **Estado Pós-Democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CASTILHO, A. L. **Partido da terra: como os políticos conquistaram o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTRO, E. **A Amazônia e seu lugar central na integração Sul-Americana**. [Belém], [21--]. Disponível em: http://www.obed.ufpa.br/pdfs/amazonia_integracao_sulamericana.pdf. Acesso em: 24 fev. 2011.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/51>. Acesso em: 20 dez. 2015.

CASTRO, E.; CAMPOS, I. Formação socioeconômica do Estado do Pará. In: CASTRO, E.; CAMPOS, I. **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 401-483.

CASTRO-GÓMEZ, S.; MENDIETA, E. (org.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Angel Porrúa, 1998.

CAVALCANTI, T. B.; BRITO, L. N. D.; BALEEIRO, A. **Constituições brasileiras, 1967**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, v. 6, 2012.

CEPAL. **Medición de la pobreza por ingresos: Actualización metodológica y resultados**. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2018.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. [s./], ONU; CEPAL, 1991. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1209/1/S9100022_es.pdf. Acesso em: 2 abr. 2018.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. [s./], ONU; CEPAL, 2002. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1211/1/S015427_es.pdf. Acesso em: 2 abr. 2018.

CÉSAIRE, A. **Discourse on colonialism**. Tradução de Joan Pinkham. New York: Monthly Review Press, 2001.

CESARINO, L. Colonialidade Interna, Cultura e Mestiçagem: repensando o conceito de colonialismo interno na antropologia contemporânea. **ILHA**, [s./], v. 19, n. 2, p. 73-105, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2017v19n2p73>. Acesso em: 2 abr. 2018.

CHAIA, V.; TEIXEIRA, M. A. Democracia e escândalos políticos. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, p. 62-75, dez 2001. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000400008>. Acesso em: 10 nov. 2015.

CHASE-DUNN, C.; LERRO, B. Democratização da Governança Global: perspectivas históricas mundiais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 52-93, 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86826041004>. Acesso em: 10 mar. 2019.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIRIO, M. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CIPOLA, A. Em jantar, Jader diz como fraudes ocorrem na Sudam. **Folha de São Paulo**, 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u17236.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2018.

COELHO, M. D. S. Estado, sociedade civil e a política de interiorização da universidade na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 285-301, jan-jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1538/0>. Acesso em: 20 novembro 2017.

COELHO, V. L. P. A política regional do governo Lula (2003-2010). In NETO, A. M., CASTRO, C. N.; BRANDÃO, C. A. Desenvolvimento Regional no Brasil - Políticas, estratégias e perspectivas. Brasília: **IPEA**, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29412. Acesso em 25 janeiro 2019.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **O legado da ditadura para a Educação brasileira.**, Tomo I - Parte I. ed. São Paulo: PUCSP, 2014. Relatório. Disponível em: https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/downloads/movimento-estudantil/documentos/I_Tomo_Parte_1_O-legado-da-ditadura-para-a-educacao-rasileira.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

COSTA, F. D. A. **Formação rural extrativista na Amazônia:** os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970). Belém: NAEA, v. 1, 2012. (série 3).

COSTA, P. T. M. **Combate ao trabalho escravo contemporâneo:** o exemplo do Brasil. Brasília: ILO, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_227300/lang--pt/index.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

COUTINHO, A.; MOURA, G.; JUNQUEIRA, E. Verbete Jarbas Passarinho. **Fundação Getúlio Vargas CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/jarbas-goncalves-passarinho>. Acesso em: 11 out. 2018.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, S. **Gramsci:** materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 101-124.

CPDOC. Verbete Hélio Gueiros. **Fundação Getúlio Vargas CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009a. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-damota-teixeira-gueiros>. Acesso em: 12 out. 2018.

CPDOC. Verbete Simão Jatene. **Fundação Getúlio Vargas CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009b. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jatenesimao>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos de terra no Brasil**. Goiânia: CPT, 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/biblioteca-virtual>. Acesso em: 10 out. 2018.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil**. Goiânia: CPT, 1995. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/255-conflitos-no-campo-brasil-1995>. Acesso

em: 10 nov. 2018.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo no Brasil**. Goiânia: CPT, 2003. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/home/livros/3292-conflitos-no-campo-brasil-2003>. Acesso em: 10 nov. 2018.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Massacres no campo no Pará**. Goiânia: CPT, 2017. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo/110-para>. Acesso em: 10 dez. 2018.

CRUZ, E. **História do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. 2 v.

CUNHA, L. A. O Legado da ditadura para a educação brasileira. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v. 35, n. 127, p. 357-377, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302014000200002>. Acesso em: 22 mar. 2015.

CUNHA, P. R. A exceção jurídica. In: TELES, E.; SAFATLES, V. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 15 -41.

D'ARAUJO, M. C. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Biotempo, 2016.

DELGADO, G. N. (org.). A reforma trabalhista no Brasil: reflexões de estudantes da graduação do curso de Direito da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, 2018. p.103.

DEZOUZART, E. Verbete Nelson Ribeiro. **Fundação Getúlio Vargas CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nelsonde-figueiredo-ribeiro>. Acesso em: 10 jun. 2018.

DINIZ, M. *et al.* A Amazônia (Legal) brasileira: evidências de uma condição de armadilha da pobreza? In: Encontro Nacional de Economia, 35., Recife. **Anais [...]**, Recife, 2007. Disponível em: <http://ppgeconomia.ufpa.br/documentos/Trabalho9.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2009.

DNPM; SUPERINTENDÊNCIA DO PARÁ. **Anuário Mineral Estadual: Pará 2010**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2016. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economiamineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/para/amest-2017_pa_v1. Acesso em: 10 jan. 2019.

DNPM; SUPERINTENDÊNCIA DO PARÁ. **Anuário Mineral Estadual: Pará 2016**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2017. Disponível em: http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economiamineral/anuario-mineral/anuario-mineral-estadual/para/amest-2017_pa_v1. Acesso em: 10 jan. 2019.

DREIFUSS, R. **A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de Estado.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, R. A. **Época das perplexidades: mundialização, globalização e planetarização: novos desafios.** Petrópolis: Vozes, 1996.

DRU. **Senado Notícias**, [21--]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/dru>. Acesso em: 15 jun. 2019.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. *In*: LANDER, E. A **colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 24-32.

ELÍBIO JÚNIOR, A. M.; ALMEIDA, C. S. D. M. D. Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais. **Cadernos do Tempo Presente**, [s./], n. 14, p. 5-11, 2013.

EMMI, M. F.; MARIN, R. E. A. Crise e rearticulação das oligarquias no Pará. **Papers do Naea**, Belém, n. 104, p. 4-19, 1998.

ESCOBAR, A. **Encountering Development: the making and unmaking of the third world.** Princeton: Princeton Universtypress, 1995.

ESCOBAR, A. Worlds and knowledges otherwise: the latin american modernity/coloniality research program. *In*: MIGNOLO, W. D.; ESCOBAR, A. **Globalization and the Decolonial Optio.** New York: Taylor & Francis, 2010. p. 33-64.

EVANS, P. B. **Autonomia e parceria. Estados e transformação industrial.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIAS FILHO, M. C.; ARRUDA, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica.** São Paulo: Atlas, 2015.

FARIAS FILHO, M. C.; SOUZA, M. I. L. P. D. Elite governamental e a formação de grupos políticos. **Revista de Ciência Política teoria&pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 11-20, 2013. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/355/236>. Acesso em: 10 outubro 2018.

FATTORELLI, M. L. Entrevista com Maria Lucia Fattorelli. [Entrevista concedida a] Ângela Borges e Joaci Cunha. **Revista crítica de humanidades**, [s./], n. 242, p. 769-777, 2018.. Disponível em: <https://auditoriadada.org.br/wp-content/uploads/2018/05/409-1041-1-PB.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2019.

FAUSTO, B. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FEARNSIDE, P. M. Quem desmata a Amazônia: Os pobres ou os ricos? **Ciência Hoje**, [s.l.], v. 19, n. 113, p. 26-33, 1995. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/1995/Quem%20desmata%20a%20Amazonia%20os%20pobres%20ou%20os%20ricos.pdf. Acesso em: 20 jan. 2017.

FENZL, N.; SILVA, M. B. A IIRSA e o caso da hidrelétrica de Belo-Monte/Brasil. *In*: FRANCO, F. **Megaprojectos**: la amazonia en la encrucijada. Colômbia: Universidad Nacional de Colômbia, 2012. p. 103-125.

FERNADES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, L. S.; MARIN, R. E. A. Trabalho Escravo nas fazendas do estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 10, n. 1, p. 71-99, 2007.

FERREIRA JR, A.; BITTAR, M. Jarbas Passarinho, ideologia tecnocrática e ditadura militar. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 23, p. 3 –25, 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4926/art01_23.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018.

FERREIRA, R. Agência escrava e geopolítica na abolição do tráfico de escravos na África Central. *In*: OSÓRIO, H.; LIMA, R. C. **Do tráfico ao pós-abolição**: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 26-42. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Do%20tr%20C3%A1fico%20ao%20p%20C3%B3s-aboli%20C3%A7%C3%A3o%20-%20E-book.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

FIGUEIREDO, M. Transição do Brasil Império à República Velha. **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, [s.l.], v. 13, n. 26, p. 119–145, 2011. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1378/0>. Acesso em: 13 abr. 2018.

FILGUEIRAS, L. *et al.* Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos lula. *In*: MAGALHÃES, J. P. A. *et al.* **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p. 35-69.

FMI. **IMF Staff Country Report N° 98/24**. Washington: publication service, 1998.

FMI. Relatório para países e assuntos relacionados, Brasil 1980-2018. **International Monetary Fund**, [s.l.], 2019. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=4C514D48-B6BA-49ED-8AB9-52B0C1A0179B>. Acesso em: 05 jan. 2019.

FONSÊCA, L. M. **Movimentos sociais e redes de mobilização na Amazônia**: o caso da hidrelétrica de Belo Monte. 2018. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FREITAS, S.; SIMIONATO, M. Defesa de Jader deve pedir habeas corpus ainda hoje. **Folha de São Paulo**, 2002. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u29251.shtml>. Acesso em: 19 nov. 2018.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

GAMBA, C.; RIBEIRO, W. C. Conservação ambiental no Brasil: uma revisão crítica de sua institucionalização. **Revista de Estudos Brasileños**, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 146-160, 2017. Disponível em: <https://bdpi.usp.br/item/002830064>. Acesso em: 22 nov. 2017.

GILL, S.; LAW, D. Hegemonia global e o poder estrutural do capitalismo. *In*: GILL, S. **Gramisci: materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 157-200.

GOLDENSTEIN, S. **A dívida externa brasileira 1964-1982, evolução e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

GONÇALVES, R. Governo Lula e o nacional desenvolvimentismo às avessas. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 31, p. 5-30, 2012.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Colonialismo interno (uma redefinição). *In*: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 431-458.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina**. Tradução de Ana Carla Lacerda. Petrópolis; Rio de Janeiro, 2002.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **O colonialismo global e a democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GREVI, G. The inter-polar world: a new scenario. **Occasional paper**, França, 2009. Disponível em: <https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/op79.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2018.

GROSFÓGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: <http://rccs.revues.org/697>>. Acesso em: 8 jul. 2015.

GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, p. 9-43, 2004.

HAASS, R. N. The age of nonpolarity: what will follow U.S. dominance. **Foreign Affairs**, [s.l.], v. 87, n. 3, p. 44-56, 2008

HERRERA, J. A. A estrangeirização de terras na Amazônia Legal brasileira entre os anos de 2003 e 2014. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária.**, [s.l.], v. junho, n. edição especial, p. 136-164, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/30702>. Acesso em: 15

janeiro 2019.

HERRERA, J. A.; MOREIRA, R. P. Resistência e conflitos sociais na Amazônia paraense: a luta contra o empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, [s.l.], v. 8, n. 16, p. 130-151, 2013.

HURWITZ, Z. *et al.* Mega-projetos, mega-riscos. **Análise de riscos para investidores no complexo hidrelétrico Belo Monte**. São Paulo: Intenational Rivers/Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, 2011. Disponível: <http://assets.survivalinternational.org/documents/550/ir-report-bm-mega-projeto-mega-riscos.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2011.

IBGE. Desenvolvimento sustentável – indicadores ambientais e sociais. **Séries estatísticas**, [2016?b]. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=16&op=0&vcodigo=IU20&t=desflorestamento-amazonia-legal-1-taxas-estimadas>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IBGE. Desflorestamento na Amazônia Legal - 1 Taxas estimadas de desflorestamento bruto anual. Séries estatísticas, [2016?a]. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=16&op=0&vcodigo=IU20&t=desflorestamento-amazonia-legal-1-taxas-estimadas>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IBGE. **Estatísticas históricas do Brasil**: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 1990. 642 p. 3 v.

IBGE. Indígenas. **IBGE**, [21--?]. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019

IBGE. Séries Históricas e Estatísticas. **Séries Estatísticas**, [21--]. Disponível em: <https://serieestatisticas.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

IORIS, A. Questionando a pobreza nas fronteiras do desenvolvimento: amazônia brasileira e boliviana. **RURIS, Revista do Centro de Estudos Rurais**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 143-180, 2016. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2638>. Acesso em: 24 dez. 2018.

IPAM. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: MMA - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2006.

IPEADATA. [Dados macroeconômicos, regionais e sociais do Ipeadata]. **Ipeadata**, [21--]. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 11 jan. 2019.

JATOBÁ, D. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

JUNQUEIRA, E.; GOMES, A.; PEREIRA, L. B. Verbete Jader Barbalho. **Fundação Getúlio Vargas CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/jader-fontenelle-barbalho>. Acesso em: 11 jun. 2018.

KRAUTHAMMER, C. The unipolar moment. **Foreign Affairs**, Washington, v. 70, n. 1, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20044692>. Acesso em: 2 abr. 2019.

KREIN, J. D. Balanço da reforma trabalhista no governo FHC. In PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 1990**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 279-323.

LACERDA, F. G.; VIEIRA, E. R. C. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, 2015. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 15 mar. 2018.

LAMARÃO, S. Verbetes Ipês. Fundação Getúlio Vargas CPDOC, 2009.

LASCHEFSKI, K. Governança, neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso. In: LASCHEFSKI, K. **Formas de matar, de morrer e de resistir: Limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2013. p. 176-204.

LAURINDO JUNIOR, L. C. **A cidade de Camilo: escravidão urbana em Belém do Grão-Pará (1871-1888)**. 2012. 209 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.

LEVI, M. L. A Reforma da Previdência e o fim da Seguridade Social. **Revista Ciências do Trabalho**, [s.l.], n. 14, 2019. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/209/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

LIMA, L. A. P.; SILVA, R. G. Cartografia das Hidroestratégias na Amazônia Brasileira. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.12, n. 28, p. 129-142, 2018.

LOBATO, I.; COSTA, A.; RIZZOTTO, M. Reforma da previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 120, p. 5-14, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2019.v43n120/5-14/pt>. Acesso em: 12 mai. 2019.

LOUREIRO, F. P. Dois pesos, duas medidas: os acordos financeiros de maio de 1961 entre Brasil e Estados Unidos durante os governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1962). **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 22, n. 48, p. 547-576, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182013000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 jan. 2019.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: estado, homem, natureza**. 3. ed. Belém: Cultura Brasil, 2014.

LUCENA, C. D. da. Crise do capital, financeirização e o desmonte da previdência social. In: Encontro nacional de pesquisadora/es em serviço social, 16., Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2018. Tema: Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências

contemporâneas das políticas sociais no capitalismo.

LUNA, F.; KLEIN, H. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). *In*: REIS FILHO, D. A.; REDENTI, M.; MOTTA, R. S. **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 66-92.

LUZ, L. M. *et al.* **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Pará**. Belém: GAPTA/UFPA, 2013.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFÓGUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Central, 2007. p. 127-168.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. 5^o edição. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. O Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 26, n. 1 (101), p. 58-74, 2006.

MARTINS, J. D. S. **O cativo da Terra**. [s.l.]: Contexto, 2010.

MARTINS, J. D. S. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MATHIS, A.; FARIAS FILHO, M. C. Mapeando elites políticas no estado do Pará: uma aproximação teórico-metodológica. **Papers do Naea**, Belém, p. 3-39, 2008.

MATTOS, G. M. **Uma geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MECHI, P. S. Exclusão e sucateamento: o legado do projeto educacional da ditadura militar brasileira à atualidade. **Espaço acadêmico**, [2015?]. Disponível: <<http://www.espacoacademico.com.br/066/66mechi.htm>> Acesso em: 24, fev. 2015.

MECHI, P. S. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2015. 401 f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MELLO, J. M. C. D. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MENDONÇA, M.; PIRES, M. **Formação econômica da América Latina**. São Paulo: LTC, 2012.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual. *In*: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos

Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000200507&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 11 fev. 2018.

MIGNOLO, W. D. **Desobediência epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del Siglo, 2010.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFÓGUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 25-46.

MIGNOLO, W. D. **Historias locales/diseños globales**: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: AKAL, 2003.

MISES, L. V. **Ação Humana**: um tratado de economia. Tradução: Donald Stewart Jr. 3. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MODIANO, E. M. A ópera dos três cruzados, 1985-1990. *In*: ABREU, M. D. P. **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 281-312.

MORAES, A. C. R. D. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 105-113, 2001. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1145>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MORAES, C. D. C. **O Pará em festa**: política e cultura nas comemorações do Sesquicentenário da Adesão (1973). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4252>. Acesso em: 15 set. 2018.

MUNANGA, K. Mestiçagem como símbolo da identidade Brasileira. *In*: SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 444-454.

NASCIMENTO, D. M. Áreas marrons e programa Calha Norte. *In*: NASCIMENTO, D. M. **Relações Internacionais e defesa da Amazônia**. Belém: NAEA, UFPA, 2008. p. 173-193.

NASSIF, A. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 35, n. 140, p. 426-443, 2015.

NETO, A. M. Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo. *In*: CARVALHO, A. X. Y. *et al.* **Ensaio de Economia Regional e Urbana**. Brasília: IPEA, 2008. p. 375-436. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4375. Acesso em: 07 out. 2017.

NOGUEIRA, O. **Constituição 1824**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 1 v.

NOGUEIRA, T. G. S. O Impeachment de Dilma Vana Rousseff: qualquer semelhança com a história é mera coincidência. **VirtuaJus**, Belo Horizonte, v. 12, n. 28, p. 244-253, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/virtuajus/article/view/13765/244-253>. Acesso em 2 abr. 2019.

NOVAIS, F. Considerações sobre o sentido da colonização. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, [s.l.], v. 6, p. 55-65, 1969.

NUNES, Paulo Henrique. **Integração Sul-Americana**. Goiânia: edição do autor. 2011.

OIT. Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227533.pdf. Acesso em 10 mar. 2019.

OLIVEIRA, M. R. S. D. Leis abolicionistas: a história da abolição da escravatura no Brasil. In: BARBOZA, M. N. **Escravidão contemporânea**. Brasília: MPF, v. 1, 2017. p. 248. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/coletaneas-de-artigos/003_17_coletanea_de_artigos_escravidao_contemporanea.pdf. Acesso em: 25 jan. 2018.

PADILHA, E. R.; QUADROS, A. T. Incidência do trabalho análogo ao escravo no estado do Pará no ano de 2003-2013. In: Jornada internacional de políticas públicas, 7., São Luís, 2015. **Anais [...]**, São Luis: UFMA, 2015. p. 1-11. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/incidencia-do-trabalho-analogo-ao-escravo-no-estado-do-para-no-ano-de-2003-2013.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2019.

PEIXOTO, R. C. D. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, 2011.

PELIANO, A. M. **Mapa da Fome II**: informação sobre indigência por município da federação. v. Documento de Política II. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Apresentação, Por um retorno à Sociologia das Elites. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, 2008. Dossiê "elites políticas".

PETIT, P. O golpe militar-civil e o partido dos militares(Arena) no estado do Pará. **Historiæ**, Rio Grande, v. 5, n. 2, p. 179-226, 2014.

PINHEIRO, L. *et al.* **Retrato das Desigualdades**. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3223>. Acesso em: 11 abr. 2016.

PINHEIRO, P. S. Autoritarismo e transição. **Revista USP**, [s.l.], p. 45-56, 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>. Acesso em: 29 mar. 2019.

PINHEIRO, T. O.; ÁLVARES, M. L. M. A trajetória política de Ana Júlia Carepa: a primeira governadora do estado do Pará. In: Encontro nacional da rede feminista Norte e Nordeste de Estudo e Pesquisas sobre mulher e relações de gênero, 17., João Pessoa, 2012. **Anais [...]**, João Pessoa: REDOR, 2012. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/index/schedConfs/archive>. Acesso em: 8 nov. 2016.

PINTO, L. F. **Hidrelétricas na Amazônia. Predestinação, fatalidade ou engodo?** Belém: Jornal Pessoal, 2002.

PINTO, L. F. O lugar de Jarbas Passarinho. **Lúcio Flávio Pinto**, Belém, 2016. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2016/06/06/o-lugar-de-jarbas-passarinho/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PIOVESAN, F. Direito internacional dos direitos humanos e lei de anistia: o caso brasileiro. In: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 91-108.

POLANYI, K. **A grande transformação**. Tradução: Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PONTE, Z. P. X. **Amazônia, projeto desenvolvimentista, dissimulação e barbárie**. 2010. 205 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

PRESIDENTE DA SEMANA: Costa e Silva, o presidente do AI-5. [Locução de]: Rodrigo Vizeu. São Paulo: Folha de São Paulo, 2018

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y Clasificación Social. In: QUIJANO, A. **Cuestiones y Horizontes de la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/Descolonialidad del Poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 285-330.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. D. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005b. p. 117-142.

QUIJANO, A. Colonialidade e Modernidade/Racionalidade. *In*: BON ILLO, H. **Los conquistados**. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992. p. 437-449.

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **ESTUDOS AVANÇADOS**, [s.l.], v. 19, n. 55, p. 9-31, 2005a.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System. **International Social Science Journal**, [s.l.], n. 134, p. 549-557, 1992.

RAMOS, P. A. Verbete Golbery do Couto e Silva. **Fundação Getúlio Vargas CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvagolberi-do-couto-e>. Acesso em: 11 jan. 2019.

RAVENA, N. Infraestrutura e desenvolvimento: elites políticas e desenvolvimento na Pan-Amazônia. *In*: FRANCO, F. **Megaproyectos**: la amazonia en la encrucijada. Colombia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia, 2012. p. 61-76.

RESENDE, G. M.; MATA, D. D.; CARVALHO, A. X. Y. Crescimento pró-pobre e distribuição de renda das capitais dos estados brasileiros. *In*: CARVALHO, A. X. Y., *et al.* **Ensaio de Economia Regional e Urbana**. Brasília: IPEA, 2008. p. 21-45.

RIBEIRO, N. D. F. **A questão Geopolítica da Amazônia**: da soberania difusa à soberania restrita. Belém: EDUFPA, 2006.

RIPPER, J. R.; CARVALHO, S. Retrato escravo. [s.l.]: Organização Internacional do Trabalho; Fundação Vale, 2010. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_227548.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

RODRIGUEZ, L. M.; AMORIM, C. R. T. C. O semanário francês politique hebdo e a Amazônia: um posicionamento crítico sobre a Guerrilha do Araguaia. **Revista Passagens**, Ceará, v. 6, n. 2, p. 205-226, 2015.

SANTANA, A. T.; BRZEZINSKI, M. L. UHE Belo Monte: o estudo de impacto ambiental e suas contradições. **Rev. Bras. de Iniciação Científica**, Itapetininga, v. 5, n. 2, p. 235-256, 2018. Edição Especial Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

SANTOS, B. D. S. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, B. D. S. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. *In*: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8., Coimbra. **Anais [...]**, Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2004. p. 1-45.

SANTOS, B. D. S. **Esquerdas do mundo, uni-vos!** São Paulo: Boitempo, 2018a.

SANTOS, B. D. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. D.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-72.

SANTOS, D. E. A. **Índice de Progresso Social na Amazônia brasileira: IPS Amazônia 2018**. Belém: Imazon; Social Progress Imperative, 2018b.

SANTOS, D. G. **Sistema financeiro internacional e crises cambiais**: um breve histórico e perspectiva. 2000. 102 f. Dissertação (Mestrado em administração de empresas) Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2000.

SANTOS, W. G. D. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus LTDA, 1979.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **RESR**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, 2012.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. [s.l.]: Companhia das letras, 2015.

SICSÚ, J. Governos Lula: a era do consumo? **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 39, n. 1 (154), p. 128-151, 2019.

SILVA, A. T. R. A conservação da biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência. **Estud. av.**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 233-259, 2015 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100233&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jun. 2019.

SILVA, G. D. C. E. **Conjuntura política nacional**: o poder executivo e geopolítica do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981b.

SILVA, G. D. C. E. **Planejamento Estratégico**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1981a.

SILVA, M. B. **Macroprojetos regionais e suas consequências para o desenvolvimento local**: a IIRSA e sua influência local no caso da hidrelétrica de Belo Monte no Pará. 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade federal do Pará, Belém, 2012.

SIMONIAN, L.; SILVA, M. M. D.; BAPTISTA, E. Formação Socioambiental da Amazônia. *In*: SIMONIAN, L.; BAPTISTA, E. **Fomação socioambiental da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 13-35. 3 v.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma R Rouseff (2011-2014). **Novos Estudos**, [s.l.], v. 102, 2015.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos**, [s.l.], v. 85, 2009.

SOUZA, M. L. D. S. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista TERRITÓRIO**, [s.l.], v. 2, n. 3, p. 13-35, 1997.

SOUZA, P. H. G. F. D. **A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil: 1926-2013**. 2016. 378 f. Tese (Doutorado em sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SOUZA, P. H. G. F. D. O efeito das desigualdades regionais sobre a desigualdade interpessoal de renda no Brasil, Estados Unidos e México. **BIB**, [s.l.], n. 75, p. 131-162, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20670. Acesso em: 5 jan. 2018.

SOUZA, P. H. G. F.; MEDEIROS, M. The concentration of income at the top in Brazil, 2006-2014. **International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG)**, Brasília, n. 163, 2017.

SPÍNOLA, V. Neoliberalismo: considerações acerca da origem e história de um pensamento único. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, n. 9, p. 104-114, 2004.

STARLING, H. M. **Ser republicano no Brasil Colônia: a história de uma tradição esquecida**. [s.l.]: Companhia das Letras, 2018.

STAVENHAGEN, R. Sete teses equivocadas sobre América Latina. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 159 -169, 2014.

STREECK, W. As crises do capitalismo democrático. **Novos Estudos- CEBRAP**, São Paulo, v. 92, p. 34-56, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002012000100004>. Acesso em: 10 agosto 2016. Dossiê crise global.

TÁCITO, C. **Constituição de 1988**. 3. ed. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 7 v. Coleção Constituições brasileiras.

TELES, E.; SAFATLE, V. Apresentação. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9 -14.

URBINATI, I. P. C. Verbete Ana Julia de Vasconcelos Carepa. **Fundação Getúlio Vargas CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ana-juliade-vasconcelos-carepa>. Acesso em: 12 jun. 2018

VALENTE, R. **Os fuzis e as flechas, história de sangue e resistência indígena na Amazônia**. [s.l.]: Companhia das Letras, 2015.

VELOSO, V.; JUNQUEIRA, E.; GOMES, A. Verbete Alacid Nunes. **Fundação Getúlio Vargas CPDOC**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alacidda-silva-nunes>. Acesso em: 11 out. 2018.

VIDAL, J. P. Formação Institucional e desenvolvimento regional no Estado do Pará.

In: SILVA, F. C. D.; RAVENA, N. **Formação institucional da Amazônia**. Belém : NAEA, 2015. p. 347-391.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015. Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 15 janeiro 2019.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALSH, C. Colóquio Decolonialidade - CATHERINE WALSH. Salvador/Bahia: IV Colóquio Decolonialidade Bahia, 2012. 1 vídeo (1min32s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k66AztrWDAw>. Acesso em: 22 jan, 2019.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Thousand Oaks: Sarge Publications, 2003.

ZATTAR, N. B. D. S. O cidadão liberto na constituição imperial: um jogo enunciativo entre o legal e o real. **Sínteses**, [s.l.], v. 13, p. 331-346, 2008. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/article/view/838>. Acesso em: 22 janeiro 2018.

ZAVERUCHA, J. Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição brasileira de 1988. *In*: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41 -76.